

WELLINGTON de OLIVEIRA

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO
DOCENTE DE MINAS GERAIS: DA UTE AO
Sind-UTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte
2006

WELLINGTON de OLIVEIRA

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO
DOCENTE DE MINAS GERAIS: DA UTE AO
Sind-UTE**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa Movimentos Sociais da Faculdade de Educação da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Educação.

Orientador: Prof Dr. Rogério Cunha Campos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Belo Horizonte
2006

Prof Dr. Miguel G. Arroyo

Prof Dr. Antonio Julio Meneses Neto

Prof Dr. Ricardo Antunes

Prof Dr. Rogério Cunha Campos

DEDICATÓRIA

Para minha mãe Lília (*in memoriam*),
pela dedicação na introdução do mundo
das letras e da leitura.

Ao meu pai Sebastião que
“caridosamente” incentivou-me aos
estudos.

À minha mulher, Tamar Kalil, pelo
apoio no processo de construção desse
trabalho, grande educadora.

Aos Trabalhadores e às Trabalhadoras
das Redes Públicas do Ensino dessa
Minas Gerais que continuam lutando e,
principalmente formando mentes e
corpos livres. Mas, dedico em especial,
aos companheiros da Escola Municipal
Pérsio Pereira Pinto nos quais muito me
inspirei para produzir esse trabalho.

E finalmente, aos meus sogros
Georgete e Wilson que muito apoio me
deu nessa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é, para mim, a maior virtude dentre as virtudes do ser humano. Se, como diria Aristóteles, “*o homem é um animal político*”, o nosso processo de humanização se consolida nas atitudes de ajuda mútua e é isso que nos torna “*nós*” e não um “*eu*” isolado. Daí no meu trajeto de construção desse trabalho científico que, no seu executar, é isolado reflete, no entanto uma gama enorme de pessoas que me ajudou para o mesmo fosse ao cabo. Ao expressar meus agradecimentos publicamente, correrei o risco de esquecer de alguém que, antecipadamente, já me desculpo.

Iniciarei meus agradecimentos ao professor Rogério Cunha Campos, orientador, que no nosso relacionamento acadêmico pude descobrir um grande ser humano que é, pessoa que realmente pode se dizer educador no sentido paulofreriano do termo. Uma característica fundamental no seu fazer pedagógico é o respeito ao trabalho do seu orientando, com isso, alegremente, posso dizer, obrigado “*meu amigo*”.

No contexto da Faculdade de Educação, que considero o meu maior espaço de formação, várias pessoas participaram e contribuíram no sentido de que esse trabalho fosse desenvolvido. Vou citar alguns, novamente, peço desculpas se esqueci de outros. Primeiramente, cito a funcionária Rose da secretaria que enormemente tornou leve a burocracia acadêmica com suas precisas e concisas informações. Os colegas como Geraldo Márcio que foi um leitor atento dos meus escritos e o professor Antonio Júlio que não só quando de

minha qualificação fez importantes observações mas nas nossas conversas de corredores também. O professor Miguel Arroyo, quando da qualificação muito me incentivou a produção do meu trabalho e também, como sempre, com suas valiosas pontuações.

Na instituição que trabalho, UNI-BH, o rol de pessoas que me ajudaram foi também muito grande. Começo agradecendo aos alunos, pois na interlocução com os mesmos foi bastante estimulador, pois são nossos futuros colegas. Ao professor Hilton César, coordenador atual do Curso de História do UNI-BH e também ao professor Diórgen de Oliveira antecessor do professor Hilton, ambos entenderam meu momento. Assim como a nossa Magnífica Reitora, professora Suely Balisa e não se pode esquecer do professor Rui Edmar Ribas, colega de longa data e assessor da reitoria atualmente. O incentivo da professora Raquel Parreira, Pró-Reitor Acadêmica foi muito importante.

Nesse mesmo contexto, não posso deixar de citar os meus colegas do colegiado de curso, professores José Humberto, Luiz Filipe e Flávio Berutti. Para os auxiliares de pesquisa lotados no Laboratório de História, faço um referência de agradecimento citando a estudante Josi Bambirra, quando da organização dos documentos ali postados.

Claro que como não deveria de ser, sem os companheiros do Sind-UTE que abriram seus arquivos para minhas pesquisas o meu trabalho não teria acontecido, muito obrigado. Nessa esteira de agradecimentos aproveito para agradecer todos àqueles(as) que concederam entrevistas, permitindo formar um grande acervo de pesquisa não só para meu trabalho, mas para outros que queiram se aventurar na temática.

No processo de organização técnica de meu trabalho dois jovens foram fundamentais para a consolidação do meu trabalho e tudo que eu agradecer será pouco. Um é o meu sobrinho Camiran que, com sua técnica de futuro engenheiro ajudou-me em tudo no que diz respeito à organização cibernética da minha tese, obrigado. Outra foi a minha assistente Keyla Guimarães, professora pública, que no que diz respeito às transcrições das entrevistas, na participação da realização das mesmas sempre esteve presente e ativa, obrigado e parabéns a você pelo seu belo trabalho.

Finalmente, minha esposa Thamar Kalil, grande educadora que é ajudou-me na leitura do trabalho, nas sugestões, isso sem falar na paciência de compreender as famosas “*ausências*”. Aliás, no processo de finalização já estava chamando a tese de “*amante*”.

Ideologia
(Cazuza/ Roberto Frejat)

Meu partido
É um coração partido
E as ilusões estão todas perdidas
Os meus sonhos foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Eu nem acredito
Que aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)
Frequenta agora as festas do "Grand Monde"

Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver

O meu prazer
Agora é risco de vida
Meu sex and drugs não tem nenhum rock 'n' roll
Eu vou pagar a conta do analista
Pra nunca mais ter que saber quem sou eu
Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
(Mudar o mundo)

Agora assiste a tudo em cima do muro
Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia
Eu quero uma pra viver
Ideologia
Eu quero uma pra viver

RESUMO

Diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 80, tornou-se significativo estudar o comportamento do movimento sindical dentro deste contexto. A minha preocupação específica recai sobre o movimento dos trabalhadores da educação de Minas Gerais, justificando-a em virtude da minha atuação profissional e sindical no referido movimento.

O movimento citado teve uma relevância durante o final dos anos 1970, quando se insere no contexto do chamado “Novo Sindicalismo”. Diante dessas observações e, no decorrer dos anos pude, também, constatar que o movimento, no que diz respeito ao discurso empregado para motivar o conjunto dos trabalhadores afim de que possam engajar nas lutas, aparentemente permanece o mesmo, assim como as estratégias, ou seja, assembléias, reuniões de representantes e até o recurso extremo dos movimentos grevistas.

Conforme observações empíricas, este comportamento do movimento sindical está mais enraizado nos trabalhadores da educação do serviço público, em que o recurso da greve é utilizado com mais freqüência.

Entretanto, o que me intriga é a permanência de uma prática sindical praticamente estática, mesmo diante de momentos conjunturais diversos que parece estar levando ao distanciamento do sindicato frente às suas bases, principalmente porque, mantendo as estratégias e a linguagem, os resultados dos movimentos são cada vez mais negativos, tanto no que diz respeito às

reivindicações econômicas, assim como no plano da organização política do movimento.

Pois, as greves nas redes públicas em Minas Gerais, estão acontecendo quase que anualmente e os resultados econômicos e/ou políticos não estão sendo positivos, portanto urge estudá-las e analisá-las, principalmente quando se verifica a persistência e a insistência na estratégia.

O corte cronológico trabalhado em minha tese reflete o desenvolvimento do movimento dos trabalhadores da educação em Minas Gerais, ou seja, investiguei a partir do final da década de 70 até o início do século XXI. Justifica-se este corte em função de que é a partir da década de 70, após um movimento grevista, que se cria a União dos Trabalhadores da Educação dentro de um contexto de crise da ditadura militar no Brasil.

Inclusive ressalta-se que a denominação “Trabalhadores da Educação” é uma inovação dentro de um movimento de professores. Não se deve esquecer que o movimento de professores inaugura-se no Brasil com as greves da Bahia e Paraná em 1978, sendo que um ano depois, 18 de maio de 1979, os docentes mineiros realizam uma greve com duração 41 dias e atingindo 420 municípios. Daí o meu ponto de partida analítico.

Estendendo-se às décadas posteriores, procurei estabelecer parâmetros comparativos para que se possa desvelar a razão das permanências e/ou mudanças das práticas sindicais já referidas no corpo deste trabalho.

O meu trabalho se insere, portanto, na perspectiva analítica dos movimentos sociais que desabrocham no final da década de 70,

contextualizando-se com o “Novo Sindicalismo” e como diria Eder SADER, e os “novos autores” que adentram na cena social e política brasileira.

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. (SADER, 1988:313)

Portanto, após as pesquisas realizadas, seja através das entrevistas colhidas, utilizando as técnicas de História Oral, na bibliografia referente ao mundo do trabalho e, em específico o sindicalismo, em documentos produzidos pela entidade analisada (UTE/Sind-UTE) e na imprensa escrita tanto em jornais da chamada grande imprensa como nos jornais ditos alternativos de época, aponto no sentido que na trajetória histórica do movimento docente em Minas Gerais ocorrerá um estranhamento entre o núcleo dirigente/base social.

ABSTRACT

Ahead of the occurred changes in the world of the work, mainly from years 80, one became significant to inside study the behavior of the union movement of this context. My specific concern falls again on the movement of the workers of the education of Minas Gerais, justifying it in virtue of my professional and unionist performance in the related movement.

The cited movement had an important during the end of years 1970, when "New Unionism" is inserted in the context of the call. Ahead of these comments and, in elapsing of the years I could, also, to evidence that the movement, in that it says respect to the used speech to motivate the set of the workers similar of whom they can engage in the fights, apparently it remains the same, as well as the strategies, or either, assemblies, meetings of representatives and until the extreme resource of the movements strikers.

As empirical comments, this behavior of the union movement more is taken root in the workers of the education of the public service, where the resource of the strike is used with more frequency.

However, what it intrigues me is the unionism practical permanence of one practically static one, exactly ahead of diverse in the different historic moments that seem to be taking to the faraway of the union front to its bases, mainly because, keeping the strategies and the language, the results of the more negative movements are each time, as much in that it says respect to the economic claims, as well as in the plan of the organization politics of the movement.

Therefore, the strikes in the public nets in Minas Gerais, economic results are happening almost that annually and politicians are not being positive, therefore it urges to study them and to make an analysis of them, mainly when one verifies the persistence and the insistence in the strategy.

The chronological cut contemplating in this article will look for to reflect the development of the movement of the workers of the education in Minas Gerais, or either, I will investigate from the end of decade of 70 until the beginning of century XXI. This is justified cut in function of that it is from the decade of 70, after a movement striker, that the Union of the Workers of the Education of a context of crisis of the military dictatorship in Brazil is created inside.

Also it is stranded out that the denomination "Workers of Education" is an innovation inside of a movement of professors. If it does not have to forget that the movement of professors is inaugurated in Brazil with the strikes of the Bahia and Paraná in 1978, being that one year later, 18 of May of 1979, the mining professors carry through a strike that lasted 41 days and reaching 420 cities. From there my analytical starting point.

Extending the posterior decades to it, I will look for to establish comparative parameters so that if the reason of permanence cans revelator related practical changes of the syndical ones already in the body of this proposal of work.

My work inserts, therefore, in the analytical perspective of the social movements that unclasp in the end of the decade of 70, in this context it self with the "New Unionism" and as Eder SADER would say, the "New Authors" who get inside the social scene in Brazilian politics.

They had pointed in the direction of one politics consisting from the questions of the daily life. They had pointed with respect to a new conception of politics, from the direct intervention of the interested parties. They had placed the claim of the cited democracy to the spheres of the social life: in the plants, in the unions, in the public services and the administrations in the quarters. (SADER, 1988:313)¹.

Therefore, after the carried through research, either through the harvested interviews, using the techniques of Oral History, in the referring bibliography to the world of the work and, in specific the unionism, in documents produced for analyzed entity (UTE/Sind-UTE) and in the press written in such a way in periodicals of the call the great press as in said periodicals alternative of time, I made a point in the direction that in the historical trajectory of the teaching movement in Minas Gerais will occur a strangeness between the leading nucleus /social base.

¹ Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. (SADER, 1988:313)

RESUMEN

Delante de los cambios ocurridos en el mundo del trabajo, principalmente a partir de los años 80, llegó a ser significativo estudiar el comportamiento del movimiento sindical en interior de este contexto. Mi preocupación específica baja el movimiento de los trabajadores de la educación de Minas Gerais, justificase en virtud de mi desempeño profesional y sindical en el movimiento relacionado.

El movimiento citado tuvo una importancia durante los finales de años 1970, cuando introcese en lo contexto de lo llamado "Nuevo Sindicalismo". Delante de estas observaciones y, en el transcurso de los años pudiera, también, para evidenciar que el movimiento, en que dice respecto al discurso usado para motivar el conjunto de los trabajadores el objetivo de que los mismos contratase en aparentemente, sigue siendo igual, así como las estrategias, o sea, asambleas, reuniones de representantes y hasta el recurso extremo de los huelguistas de los movimientos.

Por medio de observaciones empíricas, este comportamiento del movimiento sindical se toma más la raíz en los trabajadores de la educación del servicio público, donde el recurso de la huelga se utiliza con más frecuencia. Sin embargo, qué me cautiva es la permanência de una práctica sindical prácticamente estática, exactamente delante de los momentos coyunturales diversos que se parecen llevar el distanciamiento del lidreazgo del sindicato junto a sus bases sociales, principalmente porque, mantener las estrategias y la language, los resultados de los movimientos son más negativos cada vez, tan em

lo que dice respecto a las demandas económicas, así como en el plan de la política de la organización del movimiento.

El corte cronológico trabajado adentro de mi tesis refleja el desarrollo del movimiento de los trabajadores de la educación en Minas Gerais, o sea, investigué desde el final de la década de 70 hasta el principio del siglo XXI. Justificase el corte porque es a partir de la década de 70, después de un huelguista del movimiento, que crean a la Unión de los Trabajadores de la Educación (UTE) en lo interior de un contexto de la crisis de la dictadura militar en el Brasil.

Sin embargo, no se puede olvidar que la denominación "Trabajadores de la Educación" es una innovación dentro de un movimiento de profesores. Entónces deve, también tiene recordarse de que el movimiento de profesores está inaugurado en el Brasil con las huelgas de la Bahía y Paraná en 1978, siendo eso un año más adelante, 18 de mayo de 1979, los profesores de Minas Gerais hacen una huelga con la duración 41 días y alcanzando 420 ciudades. Allí, por lo tanto és mi punto de partida analítico.

Ampliar a las décadas posteriores a él, busque establecer parámetros comparativos con la intención de quedarse claro la razón de las permanências y/o desvelaro cambios en las prácticas sindicales , ahora, ya en el cuerpo de este trabajo.

Mi trabajo si inserta, por lo tanto, en la perspectiva analítica de los movimientos sociales que abreense en lo final de la década de 70, contextualizando sín embargo com el "Nuevo Sindcalismo" y como Eder SADER diría, e los "nuevos autores" que adentram en la escena social y la política brasileña.

Habían señalado en la dirección de una política que consistía a partir de la vida de cada día. Habían señalado con respecto a un nuevo concepto de la política, de la intervención directa de los partidos interesados. Habían puesto la demanda de la democracia citada a las esferas de la vida social: en las plantas, en los sindicatos, en los servicios públicos y las administraciones en los barrios. (SADER, 1988:313)¹

Por lo tanto, después del llevado con la investigación, sea por medio de las entrevistas cosechadas, usando las técnicas de la Historia Oral, en la bibliografía que se refiere al mundo del trabajo y, en específico el sindicalismo, en los documentos elaborados por la entidad analizada (UTE/Sind-sind-UTE) y, también en la prensa escrita tanto en los periódicos de la llamada gran prensa como en la dicha prensa alternativa del la época.

Señalo en la dirección que en la trayectoria histórica del movimiento de enseñanza en Minas Gerais ocurrirá un alejamiento entre el núcleo dirigente/base social.

¹ Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. (SADER, 1988:313)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD paulista	-	Micro região da Grande São Paulo formada pelos municípios São Bernardo, Santo André, São Caetano do Sul e Diadema.
ABI	-	Associação Brasileira de Imprensa
ACO	-	Ação Católica Operária
ADVEM	-	Associação dos Diretores
AI-5	-	Ato Institucional nº 5
Albrás	-	Alumínios do Brasil
AOEM	-	Associação das Orientadoras Educacionais de Minas Gerais
APEOESP	-	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APPMG	-	Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (Rede Pública)
APPMG	-	Associação dos Professores Rede da Pública de Minas Gerais (Rede Pública)
APUBH	-	Associação dos professores universitários de Belo Horizonte
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
BH	-	Belo Horizonte
BHTRANS	-	Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
CCO	-	Centro Cultural Operário
CDE	-	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDI	-	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEB's	-	Comunidades Eclesiais de Base
CEPE(RJ)	-	Centro dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Sindicato dos Professores Estaduais do Rio de Janeiro)
CGG	-	Comando Geral de Greve
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODI	-	Centro de Operações de Defesa Interna
CONCUT	-	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CPB	-	Confederação dos Professores do Brasil
CPEU	-	Comissão Pró Entidade Única
CQT	-	Círculos de Qualidade Total
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DCE/UFGM	-	Diretório Central dos Estudantes da UFGM
DCEs PUC	-	Diretório Central dos Estudantes da PUC
DEOPS	-	Departamento de Ordem Política e Social

DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DOI	-	Destacamento de Operações e Informação
ESG	-	Escola Superior de Guerra
FAE/UFMG	-	Faculdade de Educação da UFMG
FAFI-BH	-	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte
FAFICH	-	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FGTS	-	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
INPC	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPM	-	Inquérito Policial Militar
JOC	-	Juventude Operária Católica
JUC	-	Jovens Unidos em Cristo
MARE	-	Ministro de Administração e Reforma do Estado
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	-	Movimento de Emancipação do Proletariado
MR-8	-	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	-	Partido Comunista do Brasil
PDS	-	Partido Democrático Social
PDT	-	Partido Democrático Trabalhista
PFL	-	Partido da Frente Liberal
PIS	-	Programas de Integração Social
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	-	Partido Popular Socialista
PRN	-	Partido da Renovação Nacional
PROCOM	-	Programa de Apoio ao Comércio
<i>PSDB</i>	-	<i>Partido da Social Democracia Brasileira</i>
PSTU	-	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
Sind-UTE	-	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SINPEOESP	-	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEP	-	Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Belo Horizonte
SINPRO	-	Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Rede Particular)
SNI	-	Serviço Nacional de Informações
SPGL	-	Sindicato dos professores da Grande Lisboa

TRT	-	Tribunal Regional do Trabalho
UEE	-	União Estadual dos Estudantes
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UMES	-	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UNI-BH	-	Centro Universitário de Belo Horizonte
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTE	-	União dos Trabalhadores do Ensino
VPR	-	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I	
A SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS ANOS 1970	30
1.1 - E A SOCIEDADE BRASILEIRA SE MOVE.....	30
1.2 - O FIM DO LONGO SILÊNCIO	47
1.3 - E OS OPERÁRIOS VÃO À GREVE	50
CAPÍTULO II	
OS PROFESSORES MINEIROS VÃO À GREVE.....	64
2.1 - MOBILIZAÇÕES TRABALHISTAS EM MINAS GERAIS NOS ANOS 1970	64
2.2 - A MOBILIZAÇÃO DOCENTE EM MINAS GERAIS: de professores a trabalhadores do ensino	70
2.3 - EIS QUE O MOVIMENTO CRIOU A UTE.....	92
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO: DÉCADAS DE 1980 E 1990.....	110
3.1 - OS ANOS 1980: década perdida?	110
3.2 - E OS MOVIMENTOS SOCIAIS?	115
3.3 - APROFUNDAMENTO DA CRISE NO “BLOCO HISTÓRICO” DE SUSTENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR: “TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA”	126
3.4 - O MOVIMENTO “DIRETAS JÁ”	135
CAPÍTULO IV	
O CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO DO Sind- UTE	144
4.1 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	144
4.2 - O TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	156

CAPÍTULO V	
A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: Sind-UTE/MG.	172
5.1 – A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DA UTE COM A SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA	174
5.2 – QUANDO OS SUJEITOS FALAM	190
5.2.1 – O DISCURSO DO NÚCLEO DIRIGENTE FUNDADOR DA UTE...	190
5.2.2 – O DISCURSO DE EX-DIRIGENTES DO Sind-UTE: aqueles que participaram da direção sem serem do núcleo dirigente fundador.....	197
5.2.3 – O DISCURSO DE DIRIGENTES DO Sind-UTE: aqueles que participam da direção atual e sua interlocução com a base social e a oposição sindical.	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
ANEXOS	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	374

CAPITULO I

A SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS ANOS 1970

1.1 - E A SOCIEDADE BRASILEIRA SE MOVE.....

A história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e idéias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado industrial e que, portanto, criaram e transformaram as classes que o executam. (HOBSBAWM, 1987: 13).

O contexto sócio-político brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 do século XX se encontrava em ebulição. As contradições decorrentes da ditadura militar imposta pelo golpe de 1964 estão se acirrando e paulatinamente segmentos da sociedade civil brasileira começam a levar suas inquietudes para as ruas, ou seja, os referidos segmentos da sociedade civil² começam a contestar, desde a partir de seus locais de residência até mesmo pelos locais de trabalho.

A ditadura de 64 movimentou efetivamente a sociedade. Desenvolveu sua economia, modificando o estágio das forças produtivas, a ocupação do território e a distribuição espacial da população. Diferenciou-a em termos estruturais e funcionais, com o que impulsionou a reorganização dos interesses e o associativismo. Deformou-a socialmente, aumentando a miséria, interferindo no modo de vida das pessoas e alterando padrões de relacionamento, fatos que incrementaram a tensão. (NOGUEIRA, 2005:19)

² C.F. Norberto Bobbio: "... a sociedade civil que Gramsci tem em mente, quando se refere a Hegel, não é a do momento inicial, no qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas a do momento final em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado". BOBBIO, Norberto. O conceito de Sociedade Civil em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. pg. 36.

A citação acima aponta como a formatação da sociedade civil brasileira no contexto da ditadura sofreu uma reorganização. Isto não significa que havia uma paralisia total na sociedade anterior a esse período que abrangia o momento histórico da Ditadura Militar. Segundo Filgueiras (1986), as atividades de organização dos trabalhadores tomaram formas diferenciadas no período anterior à segunda metade dos anos de 1970. A autora pôde constatar isto quando da sua pesquisa sobre “*A experiência das mulheres do Bairro Industrial*”³, região da Grande Belo Horizonte. Ao fazer a pesquisa ela pôde constatar o seguinte:

As atividades dos trabalhadores na região estiveram mergulhadas em experiências pequenas e localizadas, sob intensa vigilância, discussões em grupos de seções de fábricas, trocas de informações, luta cotidiana nos postos de trabalho, resistência à hora extra. (FILGUEIRAS, 1986:196).

Assim sendo, os operários dessa importante região industrial da Grande Belo Horizonte se mobilizam. Filgueiras destaca, também, a atuação da JOC⁴ na constituição de um espaço de formação de lideranças que atuaram tanto no chão da fábrica como nas atividades reivindicatórias do bairro:

Não foi, portanto de repente que o movimento popular reapareceu no período pós-1976. Mas foi nesse momento em que estavam dadas as condições para que os trabalhadores que já vinham

³ Sobre o clima de mobilização existente na região é elucidativo o relato a seguir: “*O movimento operário está começando a caminhar ao nível das massas, diz o Caxinguelê, o pessoal está acordando. Depois do movimento da reposição salarial e o abaixo assinado contra o desconto assistencial acho que está na hora de continuar firme e temos condições de lançar uma chapa para as eleições de agosto. Ganhar a diretoria do sindicato vai ser difícil, pensa o Curiango, mas uma campanha bem feita pode dar um impulso bom na luta. A conjuntura política nos é favorável*”. (HERNANDEZ, Ignácio. *Memória Operária*. Belo Horizonte : Vega, 1979). Pgs. 134

⁴ JOC – Juventude Operária Católica

ocorrendo em pequena escala viessem à tona e para que as organizações nascessem. As péssimas condições de vida e a exploração do trabalho haviam atingido também um estágio insustentável, vale lembrar que entre 1970 a 1980 a população de Contagem aumentara em 154,4%, com uma taxa anual de 9,69%⁵. (FILGUEIRAS, 1986:200)

Apontando na mesma direção, agora falando sobre a formação da *Oposição Operária* em São Paulo que se cria no decorrer da década de 1970, temos Hamilton Faria afirmando a importância desses “*pequenos movimentos*” às vezes tratados como insignificantes por aqueles que estudam o movimento operário, tornou-se importante fator para a formação das oposições operárias em São Paulo. Ele vai denominar o período que vai dos finais dos anos 1960, mais especificamente 1968 (ano das greves em Osasco (SP) e Contagem (MG) até 1978 (“A quebra do silêncio, com as Greves do ABC paulista), de período em que os” *operários viviam exilados na fábrica*”(FARIA, 1986). Essa percepção do autor decorre do fato da forma como o Aparelho de Estado dominado pelos militares, encaravam as questões trabalhistas, ou seja, na concepção do Estado ditatorial aos trabalhadores era negada a possibilidade de participação política e as questões trabalhistas eram tratadas como atividades subversivas da ordem. Daí a importância desses embates localizados no interior da fábrica que, segundo Faria:

Entendo que nessas lutas fabris, por menores que sejam, forja-se a identidade da classe do operariado, seus objetivos, suas experiências, constituem-no enquanto um sujeito coletivo transformador, expressam a oposição ao capital que para se reproduzir procura firmar o seu poder na fábrica coisificando o trabalhador. (FARIA, 1986:124).

⁵ Estes dados foram conhecidos pela autora no Informativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 1984.

E segue:

As lutas de resistência, embora não explícitas, informais, localizadas, na verdade questionam o fundamento da sociedade capitalista através do questionamento de aspectos parciais da organização da produção. (FARIA, 1986: 124).

Pode-se notar, então que, tanto no trabalho de Figueiras (1986) bem como no de Faria (1986), aponta no sentido de que existe uma organização embrionária dos trabalhadores anterior às greves de 1978. Portanto não é algo que surge de uma espontaneidade abstrata e sim, uma concretização de um movimento interno da classe operária. Por sua vez, não é apenas extensão, ou consequência desses movimentos. Uma coisa são os pequenos

movimentos moleculares nas fábricas e nos bairros durante o período de intensa repressão, outro fenômeno são os movimentos de massa. Há uma relação entre eles, porém, não uma relação de causalidade.

A mudança do contexto histórico coloca novos fatores que não estão exclusivamente nos pequenos movimentos, embora sua importância deva ser registrada. Não se pode deixar de registrar que os autores citados realizaram suas pesquisas em Estados da Federação diferentes, Minas Gerais, no caso de Cristina Filgueiras e São Paulo no caso de Hamilton Faria. O que há de comum nos

estudos dos pesquisadores citados é fato de terem pesquisado em áreas urbanas e industrializadas.

A razão desse desabrochar da sociedade civil com maior intensidade no final dos anos 1970 tem como elemento catalisador a crise econômica deslanchada no início da década, é a chamada “*crise do milagre brasileiro*”, assim denominado em função dos altos índices de crescimento econômico apresentado no hiato de tempo que foi de 1968 a 1973.(MATTOS: 2003) Porém, só fator econômico não explicaria esse deslanchamento do movimento dos trabalhadores como se pode verificar nos parágrafos anteriores, existe uma organização embrionária na sociedade brasileira para que ela se movesse e forçasse abertura de canais para negociações e participação políticas de setores que viviam no “*exílio das fábricas*” (FARIA, 1986) porque esses canais não existiam conforme nos esclarece Filgueiras (1986) : “*havia um fechamento dos canais de participação política*”. Deve-se lembrar que esse fechamento afetava mais às classes populares. Além do mais tem que se levar em conta o acirramento das críticas à Ditadura Militar que se consubstanciam em movimentos como “Luta pela Anistia”, estudantil, organização das Associações de Bairros etc.

Nesse momento que os altos índices de crescimento econômico entram em queda e com isto a inflação surge de maneira contundente e sendo assim passa a afetar a vida cotidiana dos trabalhadores.

As bases do milagre se assentavam sobre a “recessão controlada” nos anos anteriores, e sobre a capitalização do Estado através do endividamento externo, numa conjuntura favorável a essa política no mercado financeiro internacional. Tal política econômica impulsionava o desenvolvimento, através do investimento em infraestrutura e do subsídio às empresas privadas através da produção de insumos a baixo custo nas estatais. (MATTOS, 2003: 56)

Interessante ressaltar que essa crise assinala como a economia nacional estava dependente ao capitalismo internacional, pois é desse período o chamado “choque do Petróleo”, ocasionado pela alta dos preços do barril do referido produto pelos produtores que à época, em 1973 para ser mais preciso, fortaleceram o cartel denominado Organização dos Países Exportadores de Petróleo – **OPEP**.⁶ Aliado a isso, a economia internacional, nos países denominados centrais do capitalismo, iniciava-se um fenômeno denominado “estagflação”, ou seja, estagnação econômica aliada a uma inflação descontrolada, na verdade não chegava aos níveis dos países da periferia do sistema que é o caso do Brasil, mas era fator de desestabilização dos mesmos.

Contudo, o modelo foi também, e talvez ainda mais fundamentalmente, solapado pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados – com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia – à mercê de um incontrolável “mercado mundial”. No início da década de 1980, mesmo um país grande e rico como a França, então sob um governo socialista, achava impossível bombear unilateralmente sua economia. Dois anos depois da triunfal eleição de Mitterand, a França enfrentava uma crise na balança de pagamentos, e foi obrigada a desvalorizar sua moeda e a substituir o estímulo keynesiano de demanda pela “austeridade de face humana”. (HOBSBAWM, 1995:401).

⁶ A OPEP foi criada em 1960 sob a orientação dos países árabes. Em função de que na guerra árabe-israelense de 1973, os Estados Unidos e a Europa ocidental permaneceram passivos diante da atitude de Israel de não devolver os territórios sírios, jordanianos e egípcios ocupados na Guerra dos Seis Dias (1967) resolveram a elevar o preço do barril de petróleo afetando a economia mundial.

Não se pode esquecer que a economia brasileira sofreu uma alavancagem na sua base industrial exatamente no período do “Milagre Brasileiro” em função da abertura concedida pelos governos militares ao capital internacional e a instalação de indústrias multinacionais não só foram apoiadas como incentivadas através de renúncias fiscais e também na construção de infraestrutura necessária através do Estado, seja ele, federal, estadual ou municipal. Para que se possa ilustrar vejamos o caso da implantação da FIAT automóveis em Betim (MG) quando a referida empresa ficou isenta de pagamento de impostos por 10 anos assim como todas as obras de infraestrutura foram feitas pelo governo do Estado de Minas Gerais. Portanto, o modelo econômico brasileiro desenhado durante o período da Ditadura Militar se pautava na dependência ao capital internacional e, através da ação Estatal, no favorecimento da iniciativa privada. Vale lembrar também que, esse crescimento econômico desenvolvido no referido período não proporcionou uma distribuição de renda tampouco um aumento dos ganhos dos trabalhadores, pois a outra perna que sustentava o modelo era o “arrocho salarial”.

Aliado a esse “arrocho salarial”⁷ estava a superexploração da força de trabalho através do controle dos movimentos sociais e sindicais através da repressão, ou melhor, dizendo, o Estado⁸ utilizando os mecanismos coercitivos, intervem em sindicatos, aprisiona líderes estudantis e/ou populares. A coerção tem um peso forte na relativa imobilização da sociedade e está fortemente presente em dois setores que no pré-64 se encontravam em processo de maior

⁷ Arrocho salarial e superexploração da força de trabalho são condições históricas da classe trabalhadora no contexto do Modo de Produção Capitalista. No período estudado, no Brasil, finais dos anos de 1970, cf. Antunes (1988), haverá um acirramento no processo de extração da mais-valia pois se aliará mais-valia absoluta com mais-valia relativa.

⁸ Pode-se aqui utilizar a concepção gramsciana de Estado, ou seja, Estado se constitui com coerção e hegemonia. No caso brasileiro do período analisado a coerção se torna política de governo.

organização, o movimento estudantil e o sindical, além da repressão às mobilizações dos trabalhadores rurais⁹ e dos praças das Forças Armadas¹⁰.

Ao movimento estudantil foi imposto punições e restrições à participação na vida política do país que consubstanciam nos Decretos-Leis 228/68 e 447/69, contudo as autoridades universitárias, aliadas ao governo ditatorial, já aplicavam sanções aos estudantes críticos ao governo utilizando-se do recurso dos regimentos internos:

O Governo também refina seu aparelho repressivo através do AI-5 (dezembro de 1968) e do Decreto-lei nº 477 (fevereiro de 1969) criando o terror institucionalizado e permanente que passou a controlar a sociedade em todos os níveis. (...) O Decreto nº 477 permitia que se reprimisse com rigor qualquer tentativa de crítica política no interior das escolas e universidades. (OLINDA et al, 1994: 235).

Ao movimento sindical além dos mecanismos instituídos pela Ditadura Militar, utilizou os mecanismos já existentes na legislação laboral que permitia a intervenção do Estado, através do Ministério do Trabalho, nos sindicatos¹¹. Não se pode esquecer que os sindicatos no Brasil, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), organizada por Getúlio Vargas, passaram a ficar atrelados ao Ministério do Trabalho, inclusive para seu funcionamento deveria obter a “carta sindical” concedida pela referida repartição pública. Inclusive é mister ressaltar

⁹ É o caso da repressão desferida ao movimento de trabalhadores rurais liderado por Francisco Julião que tinha como objetivo organizar sindicatos de trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária: “Ligas Camponesas”.

¹⁰ Existia no seio das Forças Armadas um movimento liderado por praças (cabos, soldados e sargentos) no sentido de terem direito à cidadania plena, ou seja, votar e ser votado. Vide o exemplo o movimento dos sargentos do Exército e dos Marinheiros.

¹¹ A atuação do aparelho repressivo da Ditadura em boa parte dos sindicatos brasileiros não foi necessária, vide exemplos dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Paulo, Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e do Sindicato dos professores de Minas Gerais – SINPRO, que atuavam de maneira burocrática e acomodada desde 1964.

que a ação de Vargas decorre de uma sistematização legal das lutas implementadas pelos trabalhadores brasileiros, e não uma benesse do ditador. Porém, como afirma Mattos (2003) as mobilizações de trabalhadores não deixaram de existir:

Levantamentos de meados dos anos 1970 davam conta de cerca de duas dezenas de movimentos como greves e “operações tartaruga” em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974. Na Ford de São Paulo de São Bernardo, por exemplo, entre 1967 e 1969 realizaram-se várias “greves de fome” (recusa à alimentação no refeitório da empresa) e uma greve geral da fábrica em 1968, organizadas no local de trabalho por trabalhadores que seriam duramente reprimidos pela empresa. Ainda assim, no auge da repressão de 1970 foi realizada a “greve da dor de barriga”, em que parte da produção parou devido às filas de trabalhadores na enfermaria. (MATTOS, 2003:59).

A esses movimentos Antunes (1988: 14) diagnosticava como de resistência ao modelo de acumulação implementado pela Ditadura Militar e, com o fim da euforia do “milagre”, a crise econômica atingiu mais ainda a classe trabalhadora pautando assim a “*atuação nos marcos da resistência contra o binômio arrocho-arbítrio*” (ANTUNES, 1988).

E ainda mais:

Essa resistência era marcadamente defensiva, caracterizava pelas freagens e o “amarar” da produção que refletiam, de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta. Por vezes como um componente mais acentuadamente classista e coletivo, ora mais grupais e parciais ou mesmo expressando ações isoladas, estas manifestações foram inequívoca expressão da repulsa operária. (ANTUNES, 1988:14).

Essa “*repulsa operária*” apontada por Antunes significava que a sociedade civil estava se movendo contrariando o projeto de dominação estabelecido pela Ditadura Militar que tinha como emblema o binômio “desenvolvimento e segurança”. Nesse contexto vai se formando a teia de contestação à Ditadura Militar muito em função da crise econômica decorrente do fim do “milagre brasileiro”.

Importante salientar que outros segmentos da sociedade brasileira retomam sua capacidade de mobilização na segunda metade da década de 1970 nesse contexto já analisado. O Movimento Estudantil, por exemplo, no ano de 1977 foi bastante significativo, pois no mês de maio daquele ano uma greve nacional estudantil eclodiu em solidariedade a operários presos no ABC paulista durante as comemorações do 1º de maio, apesar da repressão sempre presente nos campi. Nesse espaço temporal que está sendo analisado terá um acontecimento que tem repercussão muito grande na imprensa nacional: a tentativa de reconstrução da União Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, durante o III Encontro Nacional dos Estudantes. Vários estudantes foram detidos, chegando ao número de 800.¹²

Além do movimento estudantil e sindical constata-se que, como nos lembra Eder Sader, em sua obra “*Quando novos personagens entram em cena*”:

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve como contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano. (SADER, 1988: 311/12).

¹² Depois, em São Paulo, no segundo semestre de 1977 em um encontro semi-clandestino a UNE foi reconstituída.

A marca da ação coletiva desses *novos personagens* é a diversidade em sua organização e o que os unia, era o confronto com a Ditadura Militar, ou seja, a ânsia por participação direta nas decisões das questões que lhes afetavam:

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção de política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros. (SADER, 1988:313)

Nesse sentido, dessa forma se criam as condições políticas. Constituem-se os sujeitos, dessa peculiar etapa histórica, inéditos na sociedade brasileira. Não é a mesma classe, não são as mesmas tradições do sindicalismo, não são as mesmas tendências de esquerda. Esses elementos são, digamos, político-culturais e não uma consequência da crise econômica. A crise poderia ter existido, mas as transformações na sociedade vão ser dadas pelos distintos atores, que se constituíam no campo, digamos assim, popular, naqueles movimentos moleculares indicados anteriormente e também nos movimentos massivos da nova conjuntura.

E quais seriam esses novos personagens que distinguiriam das antigas formas de organização e do fazer política? Eder Sader os identifica como aqueles que emergem dos movimentos populares ligados aos Movimentos Contra Custo de Vida, Por transporte, Associações de Bairros, Bases das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's -, Oposição Sindical, Clubes de Mães de São Paulo etc.

Temos assim, nessa nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão, que se remetem a diferentes histórias e experiências. Nos clubes de mães suas práticas expressaram a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade. Já nas comissões de saúde vimos a valorização das conquistas obtidas nos espaços dos serviços públicos. Na oposição sindical, a valorização da organização e da luta na fábrica. No sindicalismo de São Bernardo, a valorização da recuperação do sindicato como espaço público operário, e as greves e assembléias de massa como formas de afirmação política. (SADER, 1988:313).

Ainda dentro do contexto da década de 1970 faz-se necessário analisar o processo eleitoral do período no quadro do bipartidarismo existente, ou seja, na bitola dos partidos consentidos: ARENA – Aliança Renovadora Nacional, base de sustentação do governo e do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, oposição *consentida* que se consistia em uma frente poliideológica que congregava organizações de esquerda semiclandestinas, partidos proscritos (PCB, Pcdob), forças de centro e de direita. Inserido neste quadro partidário é que se deram as eleições proporcionais de 1974 e o partido de oposição, MDB, obteve a maioria dos votos do eleitorado brasileiro, evidenciando assim a tendência oposicionista da sociedade civil brasileira.

Em 1974, o partido da oposição recebeu 4 milhões de votos a mais que a ARENA nas eleições para o Senado. Para Câmara dos Deputados o MDB aumentou significativamente a sua representação; em 1970, assinala Maria Helena Moreira Alves (1984:189), ele obtivera 87 cadeiras, e a Arena, 233. Em 1974, o MDB quase que duplicou a sua bancada elegendo 161 deputados, enquanto a Arena desceu para 203. (GERMANO, 1993:217).

As razões para tal fenômeno residem no fato de que a oposição usou o espaço eleitoral no rádio e na televisão para criticar abertamente o governo, centrando principalmente na crise econômica, denúncia à repressão e a corrupção, também, contribuiu a perda do significado do apelo ao voto nulo, instituindo a figura do chamado *voto útil*¹³. (GERMANO 1993). No intuito de contextualizar não se deve esquecer que em 1974 assumiria o governo em substituição ao General Médici, outro general, Ernesto Geisel. Esse assume com a promessa de promover uma abertura *lenta, gradual e segura*. No início de seu governo, Geisel, enfrentou resistências no seio das chamadas *comunidades da informação* e a denominada linha dura do regime resistiam à essa proposta do governo. Tanto é verdade que duas mortes provocadas por torturas nas dependências do DOI-CODI¹⁴, a do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manoel Fiel Filho (1976), apontam uma tensão no aparelho de Estado brasileiro¹⁵.

Apesar da predisposição do governo Geisel em estabelecer a abertura política o mesmo não deixou de usar dos mecanismos jurídicos da ditadura para conter o avanço eleitoral da oposição:

¹³ Voto útil: votar na oposição querendo com isso apontar ao governo e ao partido governista (Arena) sua insatisfação.

¹⁴ DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgão do Exército que funcionava como polícia política e tinha a tortura como forma de atuação.

¹⁵ Face ao acontecido, Geisel para manter sua hegemonia frente aos comandantes das Forças Armadas, passa para a reserva o General Ednardo D'Ávila comandante do II Exército em São Paulo, unidade que a que o DOI-CODI estava subordinado.

- Para as eleições municipais de 1976 tratou de censurar a propaganda eleitoral no rádio e televisão através da *Lei Falcão*¹⁶ que proibia qualquer pronunciamento no horário eleitoral.
- Em abril de 1977, o presidente usando de suas prerrogativas concedidas pelo AI-5 (Ato Institucional nº 5) fecha o Congresso Nacional estabelece reformas no sentido de manter o partido do governo como majoritário além de assegurar que os governos estaduais continuassem sendo eleitos indiretamente por um colégio eleitoral restrito. No que diz respeito ao Congresso Nacional ficou determinado que 1/3 do Senado passasse a ser designado pelo Presidente da República (*Senadores Biônicos*). Essas medidas adotadas pelo Presidente Geisel ficaram conhecidas como “*Pacote de Abril*”.

Além dessas medidas tomadas pelo General Presidente Geisel que com isso cedia a pressões da chamada “linha dura” do Governo, estende-se a Lei Falcão para as eleições estaduais e federais além de que seu sucessor governaria por seis anos, escolhido pela cúpula militar e sacramentado pelo congresso. Via-se, então, que os militares não iriam entregar o poder sem luta. Interessante notar que a situação do regime ditatorial não estava tranqüila:

- A crise econômica que assolava a economia mundial, aliada à incapacidade do governo brasileiro em manter o nível de investimentos, atingia em cheio o modelo econômico brasileiro que dava sustentação ao regime ditatorial, ou seja, aquilo que parecia o

¹⁶ Assim denominada por que foi elaborada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão.

grande feito dos governos militares que fora o “milagre brasileiro” estava em plena crise.

- A sociedade civil brasileira inicia seus movimentos de contestação ao regime: os estudantes, o movimento operário, OAB, setores da Igreja ligados à denominada Teologia da Libertação, Movimentos de Dona de Casa, ou seja, os Movimentos Sociais começam a pautarem a discussão política no Brasil.

- Além desses fatores no campo da política institucional o partido de sustentação do governo, ARENA, sofre reveses constantes nas eleições parciais no período após 1974.

Resumindo: a sociedade brasileira fazia um movimento no sentido contrário do que queriam os detentores do poder, pode-se dizer que a *sociedade civil*¹⁷ colocava em cheque as posições da *sociedade política*¹⁸. As posições ficam claras à medida que o governo, apesar do discurso oficial de distensão, tomava medidas para que a abertura fosse hegemoniizada pelo *Bloco Histórico de Poder*¹⁹ constituído após o golpe de 1964. Medidas essas materializadas no famoso “*Pacote de Abril*” (já explicado no corpo desse capítulo) e as cassações de parlamentares contrários ao regime.

No entanto, a tentativa de fazer uma abertura controlada apresenta resistências no seio do próprio aparelho de Estado. Geisel sofreu investida de desestabilização por parte de setores da linha dura das Forças Armadas, por exemplo, o Ministro do Exército Sílvio Frota, no início de 1977, pretendeu dar um golpe no Presidente Geisel. Essa atitude do Ministro Sílvio Frota anunciava a disputa que se apresentaria no processo sucessório para presidente que deveria ocorrer no ano de 1978.

¹⁷ Sociedade civil: categoria de análise cunhada por Gramsci definindo o espaço do chamado privado: sindicatos, associações, partidos políticos, organizações de classe etc.

¹⁸ Sociedade política: categoria de análise cunhada por Gramsci definindo o Estado, o governo.

¹⁹ Bloco Histórico, segundo Gramsci, classes ou setores de classes que estabelecem alianças no sentido de exercerem o Poder Político do Estado. No caso brasileiro, René Armand Dreiffus em sua obra, *1964: A conquista do Estado* caracteriza o Bloco Histórico de Poder que emerge após o golpe de 1964 como *modernizante conservador*, ou seja, a burguesia nacional e associada (ao capital estrangeiro) e os militares.

Por outro lado a Sociedade Civil continuava sua movimentação de sentido de pressionar o governo para a retomada do chamado Estado de Direito. Face ao crescimento galopante da inflação provocando uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores que sofriam as agruras do “*arrocho salarial*” que ainda insistia na fórmula, apesar do milagre brasileiro já ter dado evidências de seu fim desde 1974.

Portanto, pode se verificar que o final dos anos de 1970 foi bastante movimentado e em ebulição, as forças políticas da nação estavam se defrontando: o *Bloco Histórico* tentando se manter e a Sociedade Civil se postando no sentido da mudança. É nesse contexto que se torna importante ressaltar a mobilização dos operários metalúrgicos do ABC paulista.

Para melhor caracterizar o *Bloco Histórico* dominante seria interessante, apresentar, como, segundo Dreiffus, se configurou o mesmo:

Essa campanha englobou a maioria das classes dominantes, incluindo a chamada burguesia “nacional”, da qual tantos políticos e intelectuais e até mesmo oficiais militares esperavam um posicionamento nacionalista e reformista. Contrariando tais expectativas, a burguesia “nacional” assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa sócio-econômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição, a ancorar firmemente o Estado brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais. (DREIFFUS, 1981: 38).

Interessante salientar que essa análise feita por Dreiffus (1981) caracteriza bem o momento inicial da “Ditadura Militar” e, como se pode notar, não comportaria no Aparelho de Estado somente setores das Forças Armadas, mas também, sobretudo setores das classes dominantes.

Essa configuração estatal que é hegemônica no período da Ditadura Militar, com o seu endurecimento, em 1968, com a edição do AI-5. É mister explicar que, a partir da segunda metade dos anos 1970, esse bloco histórico de poder está sendo colocado em xeque pela mobilização da sociedade civil brasileira, não só pelos setores populares como também por aqueles setores que outrora apoiavam o regime ditatorial. Isso se comprova à forma bastante incisiva de críticas feitas pelos liberais do MDB ao regime e mesmo por aqueles que foram seus artífices políticos. O cenário sucessório do general Geisel deixa isso muito claro como se pode ver na citação abaixo retirada de um editorial publicado pelos *Exilados brasileiros no México*²⁰:

A Frente Nacional de Redemocratização tem como seus articuladores o banqueiro Magalhães(sic.)²¹, liderando os dissidentes da arena (sic.), frustrados por não terem sido contemplados com o governo de seus estados. Já Magalhães alimenta a possibilidade de vir a ser o futuro ditador, considerando que sua participação no golpe militar de 64, cobriria os requisitos exigidos para tal posto. A dissidência militar liderada pelo general Hugo Abreu (ex-chefe da casa militar) e Euler, é justificada por não concordarem com a forma impositiva de Geisel, na escolha de Figueiredo. A aliança Magalhães-Euler, como articuladores da “frente”, se propõe resgatar os “ideais revolucionários de 64”. (Junho de 1978)

Como se pode notar o Bloco Histórico que dava sustentação ao projeto ditatorial encontrava rachado, ou melhor, existia uma “crise de hegemonia” como diria Gramsci, no seio do referido bloco histórico. Além dessa dissidência interna não deve deixar de citar a postura do MDB, partido de oposição que congregava

²⁰ Constituíam-se um “jornal de recortes” organizados pelos exilados políticos e estudantes brasileiros que viviam no México.

²¹ O “Magalhães” a que se refere o editorial é o então senador José de Magalhães Pinto que na época do golpe de 1964 era governador de Minas Gerais e um dos líderes civil do referido golpe.

diversos setores da sociedade brasileira: setores burgueses, passando pela pequena burguesia liberal e até mesmo incluindo grupos comprometidos com demandas populares. Tomando como referência o referido documento editado pelos Exilados Brasileiros onde é citada uma declaração do empresário Severo Gomes que apontava a superação da ditadura por intermédio de um pacto social:

Nessa conjuntura de ascenso do movimento popular pela redemocratização e crescente isolamento da ditadura, a “frente” busca fazer-se porta voz do anseio popular, assumindo inclusive algumas de suas bandeiras, desde que não comprometam evidentemente, a continuidade do sistema capitalista. Nas palavras do empresário Severo Gomes²², se trataria da composição de uma frente ampla capaz de “gerar um pacto social duradouro, no qual os conflitos classistas e interclassistas fossem harmonizados”. (Junho de 1978).

Portanto, é nesse contexto de crise de hegemonia no ambiente do Bloco Histórico dominante que as mobilizações dos trabalhadores se estabelecerão enquanto “novidade”, enquanto o “novo” por que, a crise de hegemonia se caracteriza em função da incapacidade do “velho” se manter hegemônico e o “novo” não reunir condições históricas para assumir o controle do processo político no campo da Sociedade Política. A novidade do final da década de 1970 foi a mobilização dos trabalhadores que adquire um caráter de autonomia.

²² Severo Gomes, empresário paulista que fora Ministro da Indústria e Comércio do General Presidente Ernesto Geisel, porém, rompe com o mesmo e passa a militar nas hostes do MDB, passando a ser opositor à Ditadura.

1.2 - O FIM DO LONGO SILÊNCIO

Essa foi a manchete publicada no jornal da chamada imprensa alternativa²³ que se denominava *O Movimento*, que como era semanal, saiu na edição dos dias 9 a 15 de abril de 1979. A notícia se referia à greve de 15 dias efetuada pelos metalúrgicos do ABC paulista. O fim do longo silêncio evidenciado pelo jornal se refere ao período que o movimento sindical ficou como que praticamente estagnado parado e com uma aparente acomodação. É lembrado, também, que essa greve não foi o rompimento do silêncio, pois no ano anterior (1978) os operários já haviam retomado os movimentos reivindicatórios, levando a greves e paralisações, causando surpresas ao governo ditatorial e também aos patrões.

A surpresa decorre do fato que desde o golpe de 1964 e sob a égide de governos militares aconteceram somente dois movimentos de cunho trabalhista de repercussão nacional foram as greves de Osasco e Contagem, ambas em 1968, ano de grande agitação em função da mobilização da sociedade civil exigindo o fim da Ditadura Militar, sendo emblemático a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro impulsionada pelo Movimento Estudantil. Porém, a linha dura impõe um golpe dentro do golpe quando o então Presidente da República, o Marechal Artur da Costa e Silva, homologa o Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968. Sabe-se que o regime torna-se mais duro e a repressão aos movimentos populares com maior rigidez ainda. Haja vista que os líderes das referidas greves foram enquadrados na chamada Lei de Segurança Nacional.

²³ Imprensa alternativa ou mesmo nanica em função que os mesmos eram editados em forma de tablóide e também à margem da chamada grande imprensa, ou seja, a denominada grande imprensa era os jornais ligados às empresas jornalísticas, como O Globo, Folha de S.Paulo etc.

No que se refere ao sindicalismo em geral no período da ditadura, como se pode perceber ficou acuado e a possibilidade de negociações salariais não existiam, o Estado estabelecia os índices de aumento e os sindicatos eram estimulados a exercerem uma política assistencialista além do que, aqueles que procurassem exercer uma política diferente, sofriam intervenção direta do Ministério do Trabalho. Foi a época dos interventores. Interessante ressaltar que muitos dos interventores indicados pelo Estado não eram estranhos à categoria, como nos lembra Mattos:

Os interventores alçados à direção das entidades sindicais pelos militares não eram estranhos ao meio. Na maioria dos casos, eram representantes dos antigos grupos dirigentes, desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam o golpe. Muitos tinham vínculos com os Círculos Operários católicos e com as entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano. Não tardariam, portanto, a se reaglutinar utilizando a máquina sindical não para representar suas categorias, mas para concretizar dois objetivos centrais: apresentarem-se como ponto de apoio dos primeiros mandatários da ditadura militar e caçar com esmero seus antigos adversários, agora tachados de perigosos subversivos. (MATTOS, 2003:49/50).

Ressalta-se que, a ação dos interventores foi de total aliança com o aparato estatal comandado pelos militares inclusive reunindo provas que pudessem incriminar os seus adversários conforme nos lembra Mattos, *“as provas reunidas em documentos como telegramas de cumprimentos de Prestes e do embaixador soviético ao sindicato; compromissos agendados pelos diretores; ou a presença de um livro de Ferreira Gullart na Biblioteca do Sindicato”* (MATTOS, 2003:51).

Notadamente os sindicatos se esvaziariam perdendo o caráter de defesa dos interesses dos trabalhadores vivendo e sobrevivendo com a renda decorrente

do Imposto Sindical arrecadado aos trabalhadores anualmente, como regia a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Em decorrência dessa situação as mobilizações não existiam e, cada vez mais, os sindicatos assumiam seu caráter assistencialista. Como já foi analisado anteriormente, sob o ponto de vista econômico, o Brasil vivenciava o chamado “Milagre brasileiro”. Torna-se importante situar essa análise sob o ponto de vista cronológico, é ainda a conjuntura do final dos anos 1960 e início dos 1970. Deve-se salientar que essa realidade não mudou até hoje, ou seja, mesmo após a redemocratização ocorrida na metade da década de 1980, a estrutura sindical continua atrelada ao Ministério do Trabalho.

O caráter classista e independente do sindicato dos trabalhadores no Brasil é quebrado no final do Estado Novo, apesar de existirem leis que procuravam atrelar ao Estado os sindicatos no intuito de torná-los corporativos. No entanto entre 1943 a 1945 que ação do Ministério do Trabalho será mais contundente no sentido do atrelamento dos sindicatos ao Estado, fato esse decorrente do Governo Getúlio Vargas procurar obter apoio social para estabelecer a “redemocratização”. (Manfredi, 1996)

A partir da segunda metade dos anos 70 a conjuntura apresenta mudanças já assinaladas nesse trabalho: crise do “milagre econômico”, movimentação na sociedade civil e, no campo político, o avanço político do MDB. E é nesse período que o “grande silêncio” é quebrado.

1.3 - E OS OPERÁRIOS VÃO À GREVE

Como se chegou a esse grande acontecimento? Esta é uma pergunta de difícil resposta, particularmente para quem até há pouco tempo superestimava a “passividade” e o “baixo nível” organizativo da classe operária. (MOVIMENTO, 1979).

A reflexão apresentada no parágrafo acima em reportagem do jornal *O Movimento* datado em 09 a 15 de abril de 1979, portanto no “calor” dos acontecimentos apresenta uma racionalidade à medida que a situação imposta pela Ditadura Militar (repressão e controle) levava a crer que uma greve operária seria quase que uma anomalia, pois os governantes acreditavam no controle total da sociedade civil. Mas, como já foi analisado, na década de 1970 ocorreu um agravamento da exploração da força de trabalho e o empobrecimento relativo dos trabalhadores apesar de uma intensa acumulação de capital (“Milagre brasileiro”).

Esses elementos da conjuntura geram um cosmo cultural propício à mobilização dos trabalhadores e, aquela impressão de imobilidade, na verdade, encobria uma mobilização organizativa no chão das fábricas e, segundo Ricardo Antunes²⁴ já existia “*Uma ação sindical embrionária, tímida e não sem a presença de ações contraditórias, iniciava lentamente um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases*”²⁵.(ANTUNES, 1988:16).

Outras significativas ações acontecem apontando no sentido de organização dos trabalhadores que procuram romper com modelo sindical imposto pela Ditadura que, como já foi dito, apoiava-se nos interventores e em uma

²⁴ Citado a partir da obra de ANTUNES, Ricardo. *Rebelião do trabalho*. São Paulo: Ensaio; Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1988.

²⁵ Ricardo Antunes se refere às mobilizações e organizações dos trabalhadores no início dos anos 1970.

legislação draconiana. Outra medida assumida pelo movimento dos trabalhadores, ANTUNES (1988), cita o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com a Federação dos Metalúrgicos, dirigido por Ari Campista, um interventor, em 1974. Vale ressaltar que, em 1973, na campanha salarial, os metalúrgicos do ABC reivindicavam 38% de aumento baseados em estudos do DIEESE²⁶. Importante ressaltar que, os estudos feitos pelo DIEESE em 1973 serão um fator detonador dos movimentos grevistas do final dos anos 1970 no ABC paulista por que aquele órgão havia denunciado fraude no cálculo oficial da inflação daquele ano²⁷:

Foi nesse contexto que aflorou a denúncia da fraude salarial de 1973, que lesou 34,1% o salário dos trabalhadores. Era a corroboração daquilo que o sindicato vinha denunciando: a prevalência de uma política salarial que subtraía de todas as formas o salário operário. E a campanha iniciada pelo Sindicato, visando a reposição dos índices de 1973, teve múltipla significação: *primeiro*, trouxe maior ímpeto para que se desse continuidade ao trabalho de mobilização junto às bases operárias, intensificando a campanha de denúncia da precariedade salarial; *segundo*, permitiu a parcelas significativas do operariado metalúrgico a apreensão, ao nível da consciência *contingente*, da superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices; e, *terceiro*, possibilitou, de maneira transparente, mostrar a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado, mostrando os limites dessa trajetória; tanto o patronato quanto o Estado não estavam dispostos a realizar a correção salarial. (ANTUNES, 1988:18)

²⁶ DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

²⁷ Como nos lembra Hamilton Faria: “Em 1973, o governo ‘erra’ fixando o índice de reajuste em 14,9%, quando na verdade fora 22,5%. Em 1977, esse ‘erro’ denunciado pelo Banco Mundial foi um dos fatores que gerou as mobilizações operárias pela reposição salarial” (FARIA, 1986:138).

Diante a essa situação, isto é, a intransigência em não negociar as perdas salariais por parte dos patrões respaldados pelo Estado, é motor do início das greves de 1978 no ABC paulista, como nos lembra ANTUNES:

A 12 de maio de 1978 o proletariado da indústria automobilística ressurgia, com vigor e pujança, na cena social: irrompia a greve da Scania. Nas palavras de um militante sindical: *“A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas”*. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira. (ANTUNES, 1988:20).

Analisando o contexto pode-se observar que atitude dos trabalhadores da Scania naquela manhã do dia 12 de maio de 1978 se apresentava espontânea e causou surpresa aos gestores e patrões. Porém, como foi visto anteriormente, a organização dos trabalhadores por local de trabalho era uma realidade desde o início da década de 1970 e a postura do sindicato ao romper com a Federação dos Metalúrgicos em 1974 sinalizava no sentido que o Sindicato e os sindicalistas tomariam outra postura frente aos conflitos trabalhistas, ou melhor, não se postariam como *“bombeiros”* e passaram a encampar a luta dos trabalhadores. Dava-se início aí o maior “ciclo de greves” no Brasil pós-64, enfrentando inclusive as leis anti-greves, mesmo porque a greve iniciada na Scania recebe adesão por parte de trabalhadores de outras fábricas: *“Mercedes, a Ford e um conjunto significativo de indústrias metalúrgicas do ABC paulista”*. (ANTUNES, 1988:24).

Diante da situação os patrões recorrem à Justiça do Trabalho:

No bojo desse movimento grevista em propagação, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pela ilegalidade das greves. Nas fábricas, entretanto, o movimento continuava a se expandir. A ação operária desconsiderava a lógica jurídicista dos tribunais. As greves por fábricas generalizavam-se pelo ABC, além de outras cidades como São Paulo, Osasco etc. Houve uma diversidade de formas de greve: desde paralisações totais e prolongadas (como a Ford), até paralisações setoriais e parciais (como a Volks), ou um sem-número de paralisações relâmpagos, de curtíssima duração, (como na Gemmer e na Cima). (ANTUNES, 1988:26).

Ao entrar em conflito com o aparato legal imposto pela Ditadura Militar, os movimentos grevistas que se espalham pelo ABC paulista possibilitarão que outros segmentos da classe trabalhadora a reivindicarem as perdas salariais apontadas pelo DIEESE em função da fraude no cálculo da inflação em 1973. Especialmente, a partir de 1979, ano em que foi palco de outro surto de movimentos grevistas no ABC paulista que se estendem para outros Estados e abrangendo diferentes categorias profissionais.

No intuito de estabelecer como o clima social encontrava na época, serão transcritas duas entrevistas concedidas ao *Jornal dos Bairros (Belo Horizonte)* editado em maio de 1979 pelos sindicalistas, Wagner Benevides (dos Petroleiros) e João Paulo Pires (Metalúrgicos de Monlevade). A pergunta central foi: *O porquê de tanta greve:*

Sentimos que hoje ninguém agüenta mais a alta do custo de vida. De uns tempos pra cá sua alta tem sido crescente. Os reajustes salariais dos trabalhadores não dão para ele sobreviver com dignidade. Ao lado disso, ele vai descobrir que tem alguns direitos de participação social. Ai ele começou a contestar. (Wagner Benevides)

O primeiro fator é a insatisfação. A política adotada pelo governo foi no sentido de aumentar a força do capital facilitando a exploração do trabalho. Por outro lado, o povo cansou de ouvir as

frases de efeito do mundo oficial, de promessas não cumpridas e sempre nas oportunidades que o governo teve de falar à nação, ele solicitou do povo sacrifício. (João Paulo)

Pelo depoimento dos sindicalistas que participaram ativamente nos movimentos dos trabalhadores no final dos anos de 1970, podemos observar que apontam para os motivos das greves em dois sentidos, econômico quando se afirma o peso do custo de vida sobre o cotidiano dos trabalhadores, levando-se em conta que é o fim do denominado “Milagre brasileiro” e político, à medida que no depoimento de João Paulo ele entabula críticas à política econômica do governo, que à época, era o General Figueiredo. Aliás, o referido presidente tomou posse, em março de 1979 na sucessão do General Geisel com promessas de abertura política, fato contestado por Wagner Benevides quando em seu depoimento ele denomina de *pseudo-abertura*: “*Este foi o motivo da explosão das greves. Elas são uma questão social. Não foi por causa de nenhuma pseudo-abertura. Chegou no gargalo, no limite da tolerância*” (Wagner Benevides). Indo do além da crítica formal à postura do presidente empossado, denota-se que o referido sindicalista quer afirmar que os operários, nesse momento, apresentam-se como sujeitos do processo histórico.

Importante ressaltar que as questões do arrocho salariais já eram apontadas, pelos trabalhadores, desde 1978 como o motor dos movimentos grevistas, como nos lembra ANTUNES:

Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia²⁸, exprimia um

²⁸ Segundo Marx, mais valia absoluta se constitui quando as horas de trabalho são ampliadas ao máximo e mais valia relativa acontece quando se introduz tecnologia que possibilita diminuição das horas de trabalho,

cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho. Aquele segmento que alguns caracterizavam como sendo um pólo privilegiado e beneficiário, na verdade, vivenciava, de forma direta, a intensidade da exploração da força de trabalho ²⁹. (ANTUNES, 1988: 26/27)

As greves de 1978/79 ao mesmo tempo em que combatem a política econômica do governo militar apresentam indícios que algo de diferente estavam acontecendo no Mundo do Trabalho em termos de organização de luta. Os sindicatos, nesse momento histórico, começam a comungar com os trabalhadores das bases, interesses comuns. Procuram, inclusive, estar nas fábricas dando suporte às chamadas *comissões de fábricas*. Ora, essa postura sindical levou àquilo que os analistas do período denominaram de “*Novo Sindicalismo*”.

Inicialmente, em seu estudo pioneiro, a socióloga Maria Hermínia Tavares de Almeida irá apontar que esse fenômeno como se fosse inerente aos setores mais avançados do capitalismo brasileiro, ou seja, as indústrias metalúrgicas. Ela afirma que o avanço das forças produtivas no país entrava em choque com a estrutura sindical vigente, em virtude de que novas temáticas surgem. Diante do fato surge-se um novo sindicalismo. Importante salientar que, HERMÍNIA trabalha com o conceito que esses trabalhadores constituem a elite da classe trabalhadora

porém ocorre um aumento da produtividade. No caso das indústrias automobilísticas do ABC paulista as duas formas aconteciam; associação da mais valia absoluta com relativa.

²⁹ Torna-se importante apresentar uma citação do então líder sindical Luis Inácio da Silva (Lula): “O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação” (Apud. ANTUNES, 1988: 27).

brasileira, portanto esse “*Novo Sindicalismo*” apresentaria as seguintes características:

Em resumo, pareceria que a ideologia dessa nova corrente sindical seria algo próximo ao “sindicalismo de negócios” (...) norte-americano: combativo, “apolítico”, solidamente implantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar e resolver problemas gerais e específicos de seus representados. (HERMÍNIA Apud SADER, 1988:39)

Porém, as mobilizações grevistas e as formas que os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos se organizaram frente à postura política da ditadura colocaram em cheque as proposições acima citadas. Ao contradizerem, na prática, o que a teoria apontava, a concepção de “*Novo sindicalismo*” ganha outra conotação como se pode ver em Wilma Mangabeira:

O “novo sindicalismo” surgiu no Brasil nos fins dos anos 70, após cerca de 15 anos de controle e repressão estatal às organizações de trabalhadores. A criação do movimento refletiu a capacidade dos trabalhadores de aproveitar o recente processo de liberação para exigir um aprofundamento da democratização. As greves de 1978, realizados pelos operários metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, colocavam em questão a própria base do acordo corporativo entre as classes e a legitimidade das lideranças sindicais burocráticas que dominavam a maioria das organizações de trabalhadores no Brasil, naquela época. Embora o movimento tenha se originado entre trabalhadores dos setores dinâmicos da economia e no estado mais industrializado do país, por volta de meados dos anos 80 o “novo sindicalismo” já se propagara para outros grupos operários e outras regiões. (MANGABEIRA, 1993:13)

Importante ressaltar que esse denominado “*novo sindicalismo*” advém daquelas lideranças que denominavam *autênticas* por não estarem ligadas aos modelos de organização sindical no pré-64 que eram denominados *populistas*

muitos desses ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Quando cito acima o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema com a Federação dos Metalúrgicos torna-se claro a postura destes sindicalistas que surgem no bojo das mobilizações do final dos anos 1970. Como nos esclarece Mangabeira:

O novo movimento sindical buscou romper simultaneamente com os procedimentos burocráticos e clientelistas da liderança pós-64 e com as práticas populistas que prevaleciam antes do golpe militar. Contrariamente à liderança populista da década de 1960, a “liderança autêntica” – como se tornaram conhecidos os novos líderes – procurou assentar sua legitimidade na ampliação da representação da base operária no sindicato, bem como na acentuação das questões internas enquanto força motriz da mobilização operária. (MANGABEIRA, 1994:13).

Além das características apresentadas pela autora na citação acima, ela ressalta que essas novas lideranças não só preocupam com as questões mais gerais no campo da economia, política como também com as problemáticas do cotidiano fabril: *“grau de exploração do trabalho, o despotismo gerencial e as relações discriminatórias e antidemocráticas entre gerentes e trabalhadores”* (MANGABEIRA, 1994:13).

Continuando dialogando com a autora, ela afirma que essa postura possibilita demarcar a diferença entre liderança burocrática do passado cujo poder derivava das relações estabelecidas pela mesma com o Estado e com as instituições corporativistas, enquanto que muitos líderes do “novo sindicalismo” surgiram e se forjaram na militância e no ativismo. (MANGABEIRA, 1994). Sintetizando pode-se dizer que o “novo sindicalismo” aponta no sentido da ruptura

negando a continuidade. Dessa maneira, o “novo sindicalismo” estaria negando as tradições político-sindicais do período 1945/1964 e se aproximando mais do sindicalismo brasileiro do início do século, ou seja, 1910/1917³⁰. Dessa maneira o “novo sindicalismo” estaria na captura de uma postura mais classista.

No intuito de esclarecer o momento histórico vivido pelo sindicalismo brasileiro no final dos 1970 é mister situar o debate sobre a temática na historiografia recente, ou seja, o “novo sindicalismo” representa uma ruptura ou continuidade. Devo esclarecer que esse não é o foco central do meu trabalho, mas como tratarei do movimento dos professores da Rede Pública de Minas e na formação de uma entidade que assume uma postura sindical, a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), fundada em 1979 torna-se esclarecedor situar o debate. Mesmo porque a UTE surgiu a partir de uma mobilização que envolveu quase todo o professorado do Estado de Minas Gerais, e as lideranças que formataram a referida entidade vão se identificar com o “novo sindicalismo”.

Autores como Álvaro Moisés (1982), Hamilton Faria (1986), Wilma Mangabeira (1994) reconhecem que o denominado “novo sindicalismo” aponta no sentido da ruptura com o então denominado “velho sindicalismo” identificado com a burocracia populista do pré-64 e a burocracia sindical imposta pelo golpe de 64 ao movimento sindical brasileiro.

³⁰ Sugere-se que o auge desse movimento se insere na década de 20 até meados de 30 do século XX. Isto se deve ao fato de que as organizações operárias de tipo sindical não estavam integradas nem subordinadas ao Estado. Poderia se ligar inclusive a partidos políticos, apesar de que, em 1922 fora criado o partido comunista brasileiro que se propunham atuar no interior do movimento operário. E o Partido Comunista Brasileiro procurou se organizar conforme os ditames da III Internacional, definindo as bases de organização conforme “*as vinte e uma condições de admissão na Internacional Comunista e preparados os estatutos – inspirados no PC da Argentina ...*” (NAGLE, 2001: 59).

Porém pesquisas desenvolvidas pelo historiador Marcos Santana (1998) aponta no sentido oposto ele acredita que existem mais de continuidade do que ruptura e que, segundo ele, na verdade existe uma disputa na esfera sindical:

Na concorrência no interior da esfera sindical, podemos caracterizar dois blocos: de um lado, os chamados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*, compunham o autodenominado bloco combativo e constituiriam o “novo sindicalismo”, de outro, a *Unidade Sindical* que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados *pelegos*, e os militantes de setores de esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro.(SANTANA, 1998:05).

Ora, seguindo o raciocínio de Santana ao se denominarem como “*autênticos*”, “*combativos*”, “*novos sindicalistas*”, estavam eles demarcando uma ruptura com o passado aliancista e populista praticada pela pareia comunista-trabalhista que marcara a prática sindical pré-64.

Identificado enquanto o representante da esquerda de então, será sobre o PCB que recairá o peso maior das responsabilidades pelo pré-64. Para os grupos de esquerda, alguns deles saídos dos rachas do próprio *Partidão*³¹, este teria cometido erros fundamentais que levaram à derrota dos setores populares naquele período, apresentando desvios *reformistas* e de *colaboração de classe*. Esta seria também uma das principais críticas dos setores progressistas da Igreja que apontavam ainda a prática *cupulista* das lideranças do passado, contrariando a proposta deste setor que propunha uma aproximação com as bases. O fato de que o movimento renascia baseado em

³¹ Denominação de como o Partido Comunista Brasileiro era conhecido.

sindicalistas *puros*³², verdadeiros trabalhadores, a partir da base, reforçavam as referidas perspectivas. (SANTANA, 1998:05).

A partir da citação do autor podemos inferir que o mesmo lança dúvidas com relação de estava nascendo um novo sindicalismo que vinha romper com o passado do sindicalismo brasileiro. As declarações dadas por importantes lideranças que se identificavam com a novidade sindical esforçam-se em enfatizar a negatividade com o passado da história sindical brasileiro como no pronunciamento de Olívio Dutra, porta voz do “*novo sindicalismo*” no setor bancário:

A estrutura sindical é um instrumento político, só que a serviço da classe dominante e não daqueles que deveria servir. O sindicato que queremos é aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias. Mas o sindicato legal, institucional, é uma ferramenta da classe dominante. (DUTRA Apud SANTANA, 1998:13)

Porém, as proposições defendidas por essas lideranças, aí incluindo o próprio Lula³³, fazem críticas ao presente e também ao passado procurando com isto, estabelecerem um discurso hegemônico que iria orientar a organização sindical no Brasil. Ao negar o passado pré-64(1945/1964) que teria sido hegemônico pela aliança comunista-petebista abria-se um espaço para incluir uma outra possibilidade política no contexto da classe trabalhadora brasileira que emerge das lutas dos trabalhadores no final dos anos 1970. No transcorrer do processo histórico esses militantes do chamado “*novo sindicalismo*” optarão por

³² “Puros” – autodenominação dos sindicalistas que significa o não envolvimento com a política partidária tradicional.

³³ “O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista”. (LULA apud SANTANA)

constituir uma nossa entidade partidária que viria a ser o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Na esteira de sua análise SANTANA (1998), por intermédio de pesquisas bibliográficas e documentais, aponta que muitas críticas atribuídas ao “velho sindicalismo” não serão superadas pelo “novo sindicalismo”, ele pondera o seguinte:

- Ruptura com o sindicalismo oficial, isto não aconteceu historicamente por que os sindicatos continuaram atrelados ao Ministério do Trabalho e se manteve a taxa compulsória a ser paga pelos trabalhadores, independente de sua filiação, aos sindicatos.
- As chamadas *Oposições Sindicais* combatiam a estrutura sindical quando fora dela mas não implementavam nenhuma ação de remodela-la quando ganhavam as eleições.
- No que diz respeito à aproximação com as bases, o novo sindicalismo que emerge no final dos 1970 não consegue manter sua relação com as mesmas e alguns casos, mantém a prática cupulista.

Mais do que ruptura ou continuidade nesse breve estudo feito por SANTANA aponta no sentido de que, na verdade existem desafios ao movimento sindical brasileiro que são históricos e que as críticas efetuados pelos sindicalistas emergentes das lutas do final da década de 1970 e início dos 1980 é pertinente mas que não teve continuidade na ação coletiva em função da negação ao

passado e no afã de estabelecer um presente “novo”. Esse “novo” entretanto representou uma disputa política pela hegemonia no interior da classe trabalhadora brasileira.

O “novo sindicalismo”, portanto, trouxe em seus marcos uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificaram com posições progressistas no avanço da luta dos trabalhadores. Ao se identificar com o pólo mais dinâmico da classe em seu movimento, o “novo sindicalismo” deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical – dentre elas aquelas, que naquele momento, associavam pelegos e setores da chamada esquerda tradicional -, ampliando a participação dos trabalhadores em suas entidades na luta por reivindicações, bem como sua intervenção no quadro político geral. (SANTANA, 1998:20/21)

E mais:

A classe em movimento teve no “novo sindicalismo” um importante canal, lhe servindo como elemento vocalizador e fomentador de suas demandas, como outros haviam sido anteriormente. Da mesma maneira, o “novo sindicalismo” teve de enfrentar, e ainda enfrenta, as dificuldades que já historicamente colocam desafios para a experiência política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Talvez, a ênfase extremada em sua novidade, tenha lhe impedido de colocar tais dificuldades. (SANTANA, 1998:21)

Nesse clima sócio-político e econômico do final dos anos de 1970 impregnados pelas questões trabalhistas que vamos assistir a mobilização dos professores da Rede Pública de Minas Gerais que permitirá o surgimento de uma entidade nova: *União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais-UTE*. Em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo*, do dia 21 de junho de 1979, para os jornalistas Eurípides Alcântara e Juarez Guimarães, o professor Luiz Dulci,

principal liderança do professorado que emergiu do movimento grevista em Minas Gerais gerando essa nova entidade explicou as razões para o surgimento da mesma:

Em primeiro lugar, essa greve foi a maior que o magistério mineiro já fez até hoje. Ela tinha 421 cidades do Estado, e 90 por cento no mínimo do professorado mineiro. Nós consideramos que do ponto de vista da organização da classe (sic.) seria uma coisa incorreta que desse movimento grevista não saísse uma forma organizativa que envolvesse todo o magistério e que mantivesse os critérios democráticos que tivemos, de organização pelas bases, de regionais na capital e no interior, com assembleias permanentes, voto individual, decisão majoritária, etc. Nós avaliamos as hipóteses para que isto se tornasse realidade. A primeira delas era a de passar o movimento por dentro da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais³⁴, conquistar a Associação. Mas, o fato é que do ponto de vista estatutário, a Associação dos Professores tem tantos vícios e condições de manobra interna que tornou praticamente impossível que nós lançássemos uma chapa já que os critérios de inscrição são os mais esdrúxulos e a impugnação muito fácil. Considerando o risco de cairmos numa querela jurídica menor com a Associação e também que ela não tem representatividade nenhuma nós chegamos à conclusão que o melhor seria fundar uma Associação a partir da mobilização do movimento.

Como se pode notar no depoimento do professor Luiz Dulci muitos dos elementos de concepção de sindicato propostos pelo “*novo sindicalismo*” estão presentes: a preocupação da ligação com as bases, democratização das relações no espaço da associação e a idéia de representatividade real a partir do movimento. Se existiam todos esses elementos e a conjuntura era favorável, porque não criar um sindicato? Não se pode esquecer que o país ainda estava sendo regido pelas leis da Ditadura Militar e, por elas, os servidores públicos

³⁴ “A Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais iniciou suas atividades em 27 de agosto de 1931, tendo como objetivo sanar o ‘desamparo material e moral’ das professoras daquele estado. Desde o início a iniciativa teve grande apoio do poder público, sendo que o Inspetor Geral da Instrução Pública, Carlos de Campo, discursou na cerimônia de posse da primeira diretoria.” , (LUGLI, 2003:234)

estavam proibidos de terem sindicatos. Os professores eram servidores públicos exercendo seu trabalho na Educação, portanto a saída estratégica era criar uma associação e o que foi feito. Novamente Dulci nos explica como foi feito no depoimento ao jornal *Em Tempo* citado acima:

Nós vamos realizar isso da seguinte forma: nós vamos manter em funcionamento, seja na capital ou no interior, as regionais que nós criamos, as organizações de base que nós criamos. Vamos continuar também com as reuniões do Comando Geral de Greve de todo o Estado, sendo que a próxima vai ser no dia 30 de junho. E, além disso marcamos o Congresso de Fundação da nova entidade para os dias 21 e 22 de julho. É uma Associação que pretende ser uma União dos Trabalhadores do Ensino em Minas, sem distinção, sejam eles professores, serventuários ou serventes. Ela teria condições de nascer agora com mais de 300 núcleos de cidades no Estado. Os professores do interior estão mobilizados e nós devemos, com a criação dessa entidade, não só contribuir para que o movimento popular em Minas desenvolva muito, mas também garantir ao professorado mineiro uma estrutura legal de atuação que permita que os saldos organizativos do movimento não se percam por dificuldades materiais e de aglutinação.

Portanto, a constituição da UTE é o instituinte, o movimento grevista dos professores da Rede Pública de Minas Gerais de 1979, tornando-se instituído, a UTE. Essa entidade que emerge dessa mobilização vem propor ao conjunto dos trabalhadores de ensino um novo posicionamento frente ao Estado. Não mais um apêndice do mesmo, mas como vendedores de força de trabalho que reivindicam seus direitos. Assim sendo o movimento gerador da greve de 1979 propõe estabelecer um novo perfil identitário para a categoria, como nos esclarece o professo Luiz Dulci:

Nós recorremos, tanto na capital quanto no interior, a concentrações públicas, passeatas, vigílias, visitas a casas de pais

de alunos, usamos a caravana que foi a Brasília, fizemos missas no interior voltadas para a questão da justiça implícita no movimento grevista. Também utilizamos manifestos, telegramas e abaixo-assinados e até passeatas exclusivamente para pressionar deputados. (DULCI, 1979:03).

CAPÍTULO II

OS PROFESSORES MINEIROS VÃO À GREVE.....

O movimento dos trabalhadores do ensino foi inaugurado em 1978, quando a Bahia e o Paraná realizaram as primeiras paralisações da categoria. Em 18 de maio do ano seguinte teve início a primeira greve do setor em Minas Gerais. O movimento estendeu-se por 41 dias e contou com a adesão de 420 cidades. (NEVES e FREITAS, 1999:200)

2.1 - MOBILIZAÇÕES TRABALHISTAS EM MINAS GERAIS NOS ANOS 1970

Portanto, a mobilização dos professores mineiros ocorre no contexto dos movimentos trabalhistas que emergem no final dos anos 1970 no país. Vale lembrar que estas mobilizações não ficaram restritas somente aos metalúrgicos do ABC paulista. Urge, sinteticamente, apresentar aquilo que estava acontecendo em Minas Gerais no que tange ao movimento dos trabalhadores.

Assim, como em outros estados do país, o movimento sindical mineiro se encontrava em uma aparente paralisia. Digo “aparente” porque as mobilizações dos trabalhadores, também em Minas Gerais, centravam no interior das fábricas e se materializavam nas *Oposições Sindicais*:

A partir de 1972, a nova diretoria do Sindicato, composta por João Paulo Pires de Vasconcelos, Wilson Bastieri e José Vilar Sobrinho, entre outros, concentram todo o seu trabalho na aproximação com os trabalhadores da fábrica. Essa nova prática sindical, estabelecida pela diretoria sindical predominantemente de supervisores mensalistas, expressava competência técnica aliada ao sentimento de dignidade profissional. Portanto, a empatia sindicato e trabalhadores tornava-se cada vez mais sólida, e o

sindicato, por meio da realização de ações que envolviam predominantemente o cotidiano fabril, conquistava legitimidade e credibilidade perante os trabalhadores. (NEVES e FREITAS, 1999:189)

A citação acima se refere às mobilizações do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG) que, já no início dos anos 1970, apresentava uma postura mobilizadora que tinha como objetivo aproximar-se das bases, no chão da fábrica. Essa aproximação se dá procurando discutir problemáticas ligadas ao cotidiano do trabalhador no chão da fábrica com o intuito de fortalecer a organização dos trabalhadores no local de trabalho, aproximando-se ao Sindicato (NEVES e FREITAS, 1999). Essa mobilização por local de trabalho em João Monlevade permitirá uma eclosão de uma greve em 1978:

Em maio de 1978 eclodiram várias greves na região do ABC, e em Minas Gerais os metalúrgicos começaram também a mobilizar-se. Em Monlevade, os trabalhadores apresentaram mais uma vez, em agosto de 1978, suas reivindicações à empresa. Como não foram atendidos, decidiram-se, em assembléia pela greve. (NEVES e FREITAS, 1999:190)

As greves se repetem em Monlevade em anos posteriores, sempre pautadas em reivindicações emergidas da base no intuito de se consolidar um projeto que abrangessem a totalidade da categoria:

(...) para viabilizar este projeto coletivo, cada coletivo, cada negociação é centrada numa reivindicação estrategicamente escolhida: em 1978, a mudança da escala de revezamento, em 1979, a maior igualdade nas condições de trabalho e de salário; em 1980 a participação na produtividade da empresa. (LE VEN, 1988:66).

Em outro espaço geográfico de Minas Gerais que demonstra esse cosmo cultural mobilizador ainda na primeira metade dos anos 1970 foi a Região Industrial de Belo Horizonte/Contagem. Interessante ressaltar que o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, ao contrário de Monlevade, sofreu intervenção por parte do governo militar logo em 1964, sendo que seu presidente, Enio Seabra, fora cassado. Mesmo na clandestinidade ele reorganiza os trabalhadores no chão da fábrica:

Mesmo cassado, Enio e outros sindicalistas militantes continuaram atuando politicamente no chão da fábrica, criando comissões de base denominadas “grupo dos cinco”. Enio Seabra concorre outra vez às eleições de 1967, sendo sua chapa vencedora, mas seu nome foi impugnado. (NEVES e FREITAS, 1999:197).

Porém, mesmo sem a presença do líder sindicalista Enio Seabra, os trabalhadores da Siderúrgica Belgo Mineira, com apoio do Sindicato, em maio de 1968, desencadearam uma greve reivindicando aumento de 25%, colocando em cheque a política de arrocho salarial imposto pela Ditadura Militar. Trabalhadores de outras empresas aderem ao movimento. Importante ressaltar que essa mobilização dos trabalhadores de Contagem tem uma repercussão muito grande e importante como contestação à Ditadura Militar.

A partir de 1968 o Sindicato sofre uma intervenção por parte do Ministério do Trabalho da Ditadura. É fato digno de reflexão decorre do fato de que o interventor, João Silveira, será eleito presidente do Sindicato em 1969, ficando à frente do mesmo, sendo reeleito repetidamente reeleito até 1975. (NEVES e FREITAS, 1999). Mesmo com a intervenção no sindicato e das dificuldades

decorrentes do período ditatorial, organizou-se uma oposição sindical baseada em vários grupos de esquerda que atuavam de maneira semi-clandestina: PC do B, MR8, PCB, grupos trotskistas e membros da Igreja destacando a JOC e a ACO (Ação Católica Operária) que tinham importante papel na região desde as greves de 68.(NEVES e FREITAS, 1999).

Além dessas organizações que atuavam em pequenos grupos dentro das metalúrgicas da região, a oposição criou o “Centro Cultural Operário” (CCO) que desenvolvia atividades culturais catalisando assim as reivindicações dos trabalhadores. E, por intermédio do CCO publicava-se o Jornal “Peão” que, conforme Neves e Freitas (1999), apresentavam as seguintes metas:

- . Direito de greve
- . Fim do arrocho salarial
- . Negociações diretas com os patrões
- . Melhores condições de trabalho
- . Contrato coletivo de trabalho
- . Salário igual no caso das mulheres e das crianças
- . Estabilidade no emprego
- . Piso salarial justo para a categoria

O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem foi alvo de pesadas repressões a partir da greve de 1968, porém se manteve firme a atuação da oposição sindical como já foi assinalado. Em 1978 a oposição sindical não conseguiu se eleger, mas as mobilizações continuaram no chão da fábrica através das famosas operações tartarugas:

Desencadeada a campanha salarial de 1978, foram feitas várias assembleias onde se decidiu pela organização de comissões de operários em cada fábrica, fortalecendo, dessa maneira, o movimento operário e as greves que pipocaram na região no ano de 1979. (NEVES e FREITAS, 1999:199).

A revelia da direção do Sindicato, em maio de 1979 os trabalhadores da Mannesmann entraram em greve reivindicando 20% de aumento salarial aliados à reivindicação do fim do turno de 7 horas além de quererem estabilidade por 2 anos para a comissão salarial e, óbvio, o pagamento dos dias parados. A adesão ao movimento foi grande quando trabalhadores de outras empresas entraram em greve. Urge comentar que, a posição da Oposição Sindical foi significativa para que a direção sindical assume o movimento. Interessante ressaltar que neste mesmo ano, em setembro, *“os metalúrgicos de Betim, Sabará, Ipatinga e Lafayette realizaram campanha salarial unificada, demandando, além do aumento salarial de 65% estabilidade para o delegado sindical, instalação de creches e outras reivindicações”*. (NEVES e FREITAS, 1999:199).

Pode-se verificar que existia um objetivo de se unificar a luta dos trabalhadores em Minas Gerais passando pelas Oposições Sindicais e por lideranças “autênticas” como no caso da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. Nesse sentido as mobilizações desenvolvidas em Minas Gerais durante os anos de 1970 proporcionaram o surgimento do chamado “novo sindicalismo”. Principalmente que as referidas mobilizações suscitaram posicionamentos que extrapolam a seara trabalhista:

Durante todos esses anos a Oposição Sindical de BH/Contagem conseguiu organizar e mobilizar os trabalhadores da região, fazendo diversas greves e denunciando a política de arrocho salarial do governo militar e as condições de trabalho. Participaram também dos movimentos pela democratização do País e pela cidadania dos trabalhadores.

Entretanto, apesar de toda mobilização, a oposição sindical só conseguiu ganhar as eleições para o sindicato em 1984, depois de anos de intervenção e de permanência de João Silveira à frente do sindicato. Só a partir deste período é que o sindicato passou por uma reestruturação, estabelecendo como propostas da ação sindical as que caracterizavam o Novo Sindicalismo. (NEVES e FREITAS, 1999:199).

À guisa de conclusão pode-se dizer que o cosmo cultural mobilizador e constetador ao modelo político vigente no Brasil, Ditadura Militar e suas políticas econômicas, tem também em Minas Gerais repercussão e o movimento dos professores mineiros acontece neste contexto e, não é por coincidência, que a greve é deflagrada no dia 18 de maio de 1979. Urge esclarecer que ao analisar a conjuntura trabalhista dos anos 1970 tomaram-se como exemplos a trajetória de João Monlevade, onde teve grande participação a direção do Sindicato dos Metalúrgicos (NEVES e FREITAS,1999), (LE VEN, 1986) e a do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/Contagem (NEVES e FREITAS, 1999), onde a postura da Oposição Sindical foi de fundamental importância, visto que durante os anos 1970 o mesmo se encontrava sob intervenção.

2.2 - A MOBILIZAÇÃO DOCENTE EM MINAS GERAIS:

de professores a trabalhadores do ensino

Os diferentes personagens daquela ação política foram os professores da rede pública, que se autodefiniram como Trabalhadores do Ensino, 15.000 trabalhadores da construção civil, os “peões” do *boom* imobiliário, 10.000 motoristas e trocadores de ônibus, funcionários de hospitais, dos Correios, da Prefeitura de Belo Horizonte, bancários e funcionários da Junta Comercial e as garis da limpeza pública. Retomando a tradição, as ruas de Belo Horizonte foram ocupadas por todo tipo de trabalhadores que não tinham sido convidados a tomar parte no “milagre econômico” e no Planejamento Tecnocrático. O ano de 1979 foi um momento de “catarse” que reavivou a memória e construiu símbolos, presentes até hoje, no imaginário dos movimentos coletivos dos trabalhadores. Foi a reconquista da cidadania. (LE VEN, 1996:95)

Como já foi notificado no corpo deste trabalho no dia 18 de maio de 1979 eclodiu a greve dos professores em Minas Gerais dando início um movimento que culminou com a criação de uma nova entidade – União dos Trabalhadores do Ensino – UTE. Esse movimento iniciou após uma série de reuniões de professores que aglutinavam tanto docentes da Rede Particular de Ensino de Minas Gerais como da Rede Pública. Interessante ressaltar que essas reuniões não contavam com apoio das instituições representativas da categoria: Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Rede Particular) – SINPRO e Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (Rede Pública) - APPMG³⁵.

A revelia das instituições acima citadas a conclamação para a greve ocorre na assembléia da categoria que aconteceu no dia 12 de maio:

³⁵ Hoje a entidade continua existindo com o nome de Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG.

Cerca de 1300 professores de Belo Horizonte e de mais 24 cidades do interior de Minas se reuniram no sábado, dia 12 de maio, para discutir a resposta negativa dada pelos colégios e pelo governo às suas reivindicações de aumento salarial e melhores condições de trabalho. E a assembléia decidiu pela paralisação das aulas em todas as escolas da rede oficial (municipal e estadual), a partir da quinta-feira passada, dia 17. E que neste final de semana seria realizada uma nova assembléia para analisar como se desenrolava a greve, e o que fazer a partir da segunda-feira.

(Jornal dos Bairros, do dia 21/05/1979³⁶)

Por decisão da assembléia de professores do dia 12 de maio foi produzida uma carta aberta à população, conclamando a mesma para que desse apoio ao movimento:

Nós professores mineiros da rede particular e oficial, iniciamos um movimento por melhores salários e condições de trabalho e ensino.

As condições de vida dos trabalhadores do ensino são atualmente péssimas. Os salários dos professores, como dos trabalhadores em geral, não acompanham a disparada do custo de vida. A maioria do professorado mineiro ganha entre um e dois salários mínimos. Por isso, para atender às mínimas necessidades de nossas famílias, somos obrigados a trabalhar em vários horários e várias escolas, sem direito a horas extras, sem tempo de preparar aulas, podendo ser despedidos a qualquer momento.

Os prejudicados com esta situação são, além dos professores, as famílias dos trabalhadores que mandam, com dificuldades seus filhos à escola, onde o nível de ensino é cada vez mais baixo.

Após várias assembléias, enviamos aos patrões e ao governo (estadual e municipal) nossas reivindicações. A resposta foi negativa demonstrando total descaso pelos professores e conseqüentemente pelo ensino mineiro.

Diante da negativa, não temos outra saída senão a paralisação das aulas. Os professores de outros Estados (Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Brasília e Paraná) já demonstraram que a greve é único caminho para fazer valer nossos direitos.

³⁶ Esse jornal era editado por jornalistas, criado em 1976 na Cidade Industrial, que atuavam na imprensa alternativa, "Movimento", "De Fato" e por militantes políticos. (Filgueiras, 1986)

Entendemos que a luta por condições de vida e trabalho é justa e necessária. E não é apenas nossa. Precisamos do apoio da comunidade, dos senhores pais e de nossos alunos que sofrem as conseqüências das más condições das escolas e da falta de tempo e cansaço dos professores. Sugerimos aos pais que discutam formas concretas de apoio ao nosso movimento. (Jornal dos Bairros, 21/05/1979)

Ao se analisar esse manifesto algumas considerações devem ser feitas. A intenção inicial do movimento era que se tornasse global, envolvendo os professores mineiros em sua totalidade, da rede particular e da rede pública. Os professores percebiam claramente que seu movimento deveria contar com apoio da comunidade tanto é verdade que conclamavam a isso, diferenciando-se do movimento fabril. A ênfase na questão salarial é central no referido manifesto e que as questões ligadas à qualidade de ensino aparece de maneira secundária e sempre conectadas à figura do professor.

Por que o movimento tem seu ponto de partida incluindo professores de redes díspares e teoricamente com questões trabalhistas diferenciadas? Como no movimento de trabalhadores fabris neste período também no movimento de professores havia uma oposição sindical à diretoria do SINPRO-MG ligados a movimentos de esquerda, conforme se pode notar no depoimento do professor Antonio Carlos Pereira (Carlão)³⁷, em entrevista concedida ao autor, que mais tarde fará parte da diretoria fundadora da UTE:

³⁷ O professor Antonio Carlos Pereira (Carlão) é vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo sido eleito pelo Partido dos Trabalhadores, além de que fora Diretor da BHTRANS, estatal encarregada de organizar o trânsito na Capital mineira.

Isso, então aglutinaram algumas pessoas das mais variadas tendências para tentar montar uma oposição à Diretoria do SINPRO-MG, que tinha como presidente o professor Ewerton Possas. Isso que desdobrou o embrião da ação em relação a rede pública.

A trajetória política do professor Carlão é bem emblemática para se explicar os canais de participação política no campo da esquerda daquela época. Ele vem do movimento estudantil do início dos anos 1970 e se liga a uma organização trotskista denominada, inicialmente *Liga Operária*, que mais tarde passou a se denominar *Convergência Socialista* e sua inserção no movimento de professores em Minas Gerais tem muito a ver com essa sua trajetória:

É, eu sou de Curitiba, eu sou nascido em Salvador e criado em Curitiba. Quando fiz 18 anos fui para São Paulo fazer engenharia com argumento que eu queria fazer engenharia, mas na verdade, eu queria sair de casa. (Carlão)

Porém, ele desiste da Engenharia em São Paulo vai para o Rio de Janeiro fazer Administração de Empresas na PUC, antes havia passado por Belo Horizonte:

Na época, eu entrei no que se chamava ainda Liga Operária que depois se desdobrou em Convergência Socialista, que hoje é o atual PSTU³⁸. Então quando eu voltei a BH, na verdade eu não voltei, na verdade vim fugido. Eu já estava em Brasília, eu trabalhava na assessoria da presidência dos Correios, já como administrador formado. E houve uma ação policial na época, várias pessoas da organização a qual eu pertencia ficaram com mandado de prisão, inclusive eu. Minha ex-companheira é mineira, meus filhos são mineiros. Então viemos ao abrigo do lar. (Carlão)

³⁸ PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

Nessa vinda para Belo Horizonte, em meados de 1977, que o entrevistado passará a exercer a profissão de professor de Matemática nas Redes Pública e Particular, tendo inclusive feito o Curso de Licenciatura em Matemática na FAFI-BH³⁹, e como dirigente da *Convergência* em Belo Horizonte e vem a participar do movimento dos professores mineiros desde sua primeira hora. Urge esclarecer que o mesmo irá se desligar da organização, apresentando aí uma característica do período, ou seja, os militantes renegam as formas “antigas” de fazer política identificando-as com as derrotas sofridas na década de 1960, portanto se aproxima das formas “novas” que é a aproximação com o cotidiano do trabalhador, no caso do movimento de professores, da escola. Portanto, deve-se relativizar a participação do referido professor na Convergência Socialista, a condição docente e as circunstâncias que a categoria vivenciava serão mais significativas para engajamento do mesmo ao movimento de professores.

Outro dirigente de primeira hora da UTE em seu depoimento corrobora o do professor Carlão. A fala em seguida é do professor Luiz Carcerone⁴⁰:

Na minha juventude eu tinha sido membro do Partido Comunista Brasileiro que era um partido clandestino na época. E eu tive uma militância nesse partido até aproximadamente 1975. Nessa época eu tive uma experiência no movimento sindical no Colégio Estadual Central, por que nós tivemos atraso no pagamento importante na época. E fizemos um movimento, paralisando as aulas, uma greve precursora daquela de 1979. E o Partido Comunista na época achou que estava expondo a riscos às futuras ações ao me expor publicamente. Eu achei contraditório aquilo do partido, com efeito, ou não serve para nada. Bem, eles tinham os motivos deles que não quero debater aqui, mas eu me desliguei na

³⁹ Faculdade de Filosofia Ciências Letras de Belo Horizonte, atual Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH

⁴⁰ O professor Carcerone hoje participa, como diretor da Administração Regional Oeste de Belo Horizonte, da Administração Petista do Prefeito Fernando Pimentel.

época. E participamos de gestões de grupos tentando organizar um novo sindicalismo partir de 76,..75, nessa época. Esse movimento sindical começou a ter uma efervescência nesse sentido de ser organizado a partir desses episódios concretos. Então, eu te digo que tive essa experiência, de ser uma pessoa que já participou de movimento de esquerda anteriormente ao advento da UTE. (CARCERONE)

No depoimento do professor Carcerone demonstra que a sua ação no movimento de professores é motivo de rompimento com o Partido Comunista Brasileiro. Ao romper com o PCB, que tinha uma visão vanguardista de movimento, faz com que o depoente passe a atuar junto às bases em função de problemas concretos da categoria ganhando contornos das mentalidades hegemônicas da época, ou seja, as questões concretas do campo do Mundo do Trabalho que devem motivar a ação sindical⁴¹. Outro dado importante que a eclosão da greve de 1979 não foi algo que surge do nada, muito semelhante o que estava ocorrendo em outros movimentos sindicais no país. A participação no movimento de um grupo de Oposição Sindical ao SINPRO-MG é importante, talvez, um movimento aglutinador, porém não determinante, tampouco dirigente, é ratificado no depoimento do professor Carcerone:

Eu fazia parte da rede particular eventualmente, eu já dei várias aulas na Rede Particular, já participei de atividades do Sindicato da época, que era fora desse padrão que nós construímos. Mas, na verdade, esse grupo existiu, um grupo de oposição. Mas ele atuava tanto na Rede Pública como na Rede Privada, era uma frente de oposição ao Sindicato da Rede Particular, mas havia também grupos de professores da Rede Pública, na verdade, eram grupos que tinham pessoas em comum. (CARCERONE)

⁴¹ É algo semelhante que está acontecendo no movimento de trabalhadores fabris, ou seja, aquelas lutas moleculares dos trabalhadores de chão de fábrica já citados no corpo desse trabalho.

Na citação acima, o depoente esclarece que, realmente, o núcleo que passa a discutir as questões trabalhistas relativas ao professorado é esse movimento de *Oposição Sindical* ao SINPRO-MG, mas aponta no sentido que existia um entrelaçamento de pessoas e mais à frente ele vai situar movimentos pontuais no campo da Rede Pública, que ele considerava forte:

Agora, o movimento da Rede Pública era um movimento forte, muito enraizado pelo estado inteiro, mesmo antes da existência da UTE. Tanto é que já existia Associação de Professores em Divinópolis, em Poços de Caldas, no Vale do Aço, tem outras cidades, Pouso Alegre, várias outras cidades havia associações, aqui também em Belo Horizonte havia esse tipo de estrutura que vai acabar tudo se integrando dentro da UTE, quando ela ia se formar. (CARCERONE)

Procurando responder a questão inicial, porque a greve geral dos professores decretada em 17 de maio de 1979 possuía uma chamada tanto para aqueles que atuavam na Rede Particular como para a Rede Pública, trago o depoimento de outro militante que participou da criação da UTE, o hoje *Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores*, o professor Rogério Corrêa. Antes de situar o depoimento de Corrêa que esclarece a questão posta, importante discorrer um pouco sobre a trajetória política do mesmo. Ele afirma que enquanto estudante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tinha pouca participação política, somente participava nos eventos ali realizados. Porém, durante o III Encontro Nacional dos Estudantes, realizado no Diretório Acadêmico da Escola de Medicina da UFMG, encontro esse que tinha como objetivo a retomada da União Nacional dos Estudantes, que se encontrada proscrita, ele fora preso, juntamente com outras centenas de estudantes que faziam a vigília no

Campus da referida escola. A partir de então ele se interessou mais pelas questões políticas: “*Eu lia muito os jornais de esquerda, jornais alternativos na época: Jornal De Fato, Convergência Socialista, Em Tempo, Companheiro, jornais que circulavam na universidade, eu tinha acesso a eles embora eu não fosse de direção, não pertencia ainda a corrente de esquerda*”.(ROGÉRIO CORREA).

Seguindo sua fala, Correa esclarece que começa a dar aulas em uma escola particular denominada na época Magister (escola preparatória para o exame Supletivo) junto com professor Luiz Dulci, esse sim, era participante de uma tendência de esquerda, o *Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)* e a convite do mesmo começa a participar de reuniões relativas ao movimento docente:

A partir de 1976, 1977, no movimento de professores minha militância era muito fluída não tinha nenhum papel de liderança. Mas como estudante participava de eventos, passeatas, eu tinha uma vida política, eu diria mais de participante, mas não de direção. Em 1979, quando o movimento dos professores começava se organizar, eu já dava aula desde 1978, inclusive no colégio Magister, na época junto com Luiz Dulci. E Luiz Dulci então, na época, me convidou para começar a fazer parte desse movimento. Eles já se reunião na FAFICH⁴², um grupo de professores, muito vinculado, inicialmente, à Rede Particular.

Mais uma vez, com o depoimento do professor Rogério Correa, percebe-se que existe uma mobilização em torno das questões de organização do professorado mineiro urge ressaltar que no desabrochar das greves de 1979 a direção das mesmas escapa desse grupo. Torna-se importante identificar o

⁴² Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

depoimento do professor Fernando Cabral⁴³ outro dirigente fundador da UTE e ativo participante da greve de 1979.

Cabral tem sua trajetória política que caracterizaria com *outsider*, ou seja, ele não possui histórico de participação em organizações e/ou partidos de esquerda, porém esteve presente em movimentos trabalhistas desde 1968:

Nunca participei de nenhum movimento organizado de esquerda, nem de centro nem de direita. Eu sempre fui muito retido quanto a essas organizações, que para mim eram organizações quase militares, muito autoritárias. Cheguei até a ter alguns ensaios de reuniões na JOC e JUC⁴⁴ mas, nem essas organizações coletivas aí, eu tive disciplina para continuar freqüentando. (CABRAL)

Sua participação inicial no campo da luta sindical ele a enxerga sob a ótica crítica:

Fui bancário. Participei daquela greve dos bancários em 1968. Foi quando convivi com determinados setores do movimento sindical e político que forçaram a greve, que não tinha nenhuma consistência política para a época, não havia organização por parte do Sindicato. Foi uma greve tirada no antigo auditório da antiga Secretaria da Saúde, onde hoje é o Minascentro, com atitudes até um pouco violentas. Foi uma greve tirada, digamos assim, no cacete. Mas como não havia nenhuma preparação para essa greve, o pessoal saiu de uma maneira desorganizada, de maneira voluntariosa. Na época o que havia, no caso, no sentido de querer fortalecer a greve era passar pelas fechaduras das agências bancárias chicletes e outras coisas mais.

Após participação nessa greve fracassada pela qual foi demitido do Banco em que trabalhava é aprovado no vestibular da UFMG para cursar Química onde,

⁴³ Atualmente dirigente da Administração Regional Centro Sul de Belo Horizonte na Administração do prefeito petista Fernando Pimentel, tendo sido vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte pela bancada do PT, eleito em 1988 e Secretário de Administração do prefeito Patrus Ananias, eleito pelo PT em 1992.

⁴⁴ JUC – Juventude Universitária Católica

inicialmente, aproxima do movimento estudantil, porém se afasta e sua alegação para tal consiste no fato de que as práticas do mesmo assemelhavam com as experiências já vivenciadas no movimento dos bancários e na curta passagem que tivera no movimento secundarista no Colégio Anchieta. O seu retorno aos movimentos sociais acontece exatamente nas mobilizações dos professores no final da década dos 1970, em função de que o depoente passou a dar aulas logo que ingressa na universidade:

Eu comecei a freqüentar as reuniões porque na realidade o movimento de 1979, salvo alguns enganos aí, ele começou relacionado com a Rede Particular. Eu era professor da Rede Particular, inclusive trabalhava num colégio que era o melhor salário do estado de Minas Gerais, pagava melhor que faculdade que era a Escola São Tomás de Aquino. E o perfil era todo voltado para a Rede Particular. Houve um acordo em 1978, fechado com o Sindicato dos Professores (SINPRO-MG) e ele foi fechado com uma promessa da diretoria, de que em 1979 a gente iria rediscutir o reajuste pelo qual foi fechado naquela assembléia. Em 1979 simplesmente a direção do Sindicato dos Professores se negou a conversar sobre esse assunto. Então, eu comecei a freqüentar reuniões relacionadas com essa movimentação da Rede Particular. Quando nós resolvemos a convocar a primeira assembléia no Sindicato dos Bancários e aconteceu um fato interessante. Como havia demanda por parte da Rede Particular, havia também, demanda das Redes Públicas tanto das Municipais como da Estadual. Foi uma assembléia que apareceram professores da Rede Particular, de Rede Municipal do Interior e da Rede Estadual.

Essa assembléia foi um ponto de convergência de vários grupos que vinham se organizando a partir de lugares diferentes e com pautas diferentes, e o pessoal da Rede Pública apareceu como uma maré na mesma. Com isso, os rumos do referido encontro mudam e se ampliam. Nessa assembléia foram elaboradas pautas de reivindicações diferenciadas para as redes respectivas e

dados prazos para que fossem atendidas. Pode-se observar que essa assembléia que detonou as mobilizações dos professores em Minas Gerais ficou caracterizada como uma postura típica de uma Oposição Sindical e ao mesmo que a supera, pois catalisam diversos grupos que vinham de lugares muito diferentes, que se organizavam em espaços muito diferentes e que tiveram ali o primeiro encontro. Antes que se volte para o movimento importante registrar o depoimento do professor Carcerone ainda sobre aquela assembléia ocorrida nas dependências do Sindicato dos Bancários, *“Havia um grupo de oposição ao sindicato na Rede Particular que puxava uma campanha salarial, pois a diretoria fazia os acordos à revelia da categoria. Então, foi chamada uma reunião, me parece que saiu uma nota no jornal. Aí os professores da Rede Pública tomaram conhecimento daquela nota e foram”*.

A culminância dessa reunião foi no dia 12 de maio de 1979 quando no Ginásio do Mackenzie (Rogério Corrêa) foi decretada a greve geral dos professores para o dia 17 de maio, sendo que os professores da Rede Particular decidiram realizar uma assembléia para o 21 de maio (segunda-feira) para sentir a possibilidade de aderir ao movimento. Porém, os professores da Rede Pública, principalmente da rede estadual aderiram ao movimento grevista imediatamente. Com o posicionamento dos professores da Rede Pública em assumirem a greve de imediato com forte penetração nas bases supera as articulações do grupo que estava se postando como oposição á diretoria do SINPRO, ou seja, o movimento vindo “de baixo” supera a vanguarda.

Para tanto, alguns acontecimentos foram marcantes para que, inclusive, se possa entender a organização sindical dos professores, tanto da Rede Particular

como da Rede Pública, nos dias atuais. Primeiramente é importante ressaltar que esse movimento desencadeado em maio de 1979, face até a situação política da época, ainda permeada pela repressão e à censura, permitiu uma adesão grande por parte da categoria, salientando a greve dos professores da Rede Pública que abrangeu 420 municípios⁴⁵ e 90% de profissionais paralisados. Que, segundo o professor Luiz Dulci, teve as seguintes características:

As características da greve são determinadas pelas condições econômicas e políticas do trabalho do magistério. Nós, professores não lidamos diretamente com o lucro. A nossa paralisação do trabalho, embora possa ter conseqüências orçamentárias para o funcionalismo do Estado, não afeta, em princípio, as condições econômicas do Estado-patrão. Ao contrário da greve do trabalhador fabril, por exemplo, onde cada dia de paralisação significa um dia a menos na produção e, assim, um lucro menor. É a partir daí, que se colocou para nós a questão da greve. Nós não tínhamos, desde o início, a expectativa de que ela se revolvesse de curto prazo. Na medida em que a paralisação pura e simples não afetava as condições econômicas do Governo, ele poderia tentar – como realmente tentou – utilizar a técnica da exaustão, do protelamento, do adiamento das soluções, de jogar com o tempo, sobretudo. Em uma greve fabril o tempo joga contra o patrão enquanto que uma greve do magistério o tempo, em princípio, jogaria contra o trabalhador. (DULCI apud Jornal dos Bairros, 1979:03)

Face às características do movimento e por ser surpresa para o poder público o movimento teve que criar formas de lutas que pudessem chamar para a simpatia popular no intuito de desgastar politicamente o governo. Forma de lutas gerada pelo movimento surpreende o poder público, levaram o mesmo para as ruas: assembléias, atos públicos, deslocamentos às casas dos pais e alunos,

⁴⁵ Naquele período Minas Gerais contava com 720 municípios.

telegramas a deputados e inserção na imprensa, inicialmente somente na chamada imprensa alternativa e sindical, mas no decorrer da greve a chamada grande imprensa não pôde desconsiderar a mobilização dos docentes, como nos lembra o depoimento do professor Luiz Dulci:

A nossa greve teve um apoio muito grande. Eu acredito que um apoio popular maior que a maioria dos movimentos de professores no país inteiro. E isso se deve a alguns fatores políticos e alguns desses fatores de psicologia de massas. O fato de, por exemplo, 80 por cento dos professores grevistas serem do sexo feminino pode ter influído na simpatia imediata que a greve despertou porque as nossas formas iniciais de lutar eram de uma certa ingenuidade, simplicidade, formas um tanto prosaica que geraram uma simpatia imediata. Mas é claro que isso não foi o fator determinante. O determinante para o apoio popular foi a distribuição bastante eqüitativa do magistério por todas as cidades do Estado e por todos os Bairros da Capital. Em toda comunidade que nós possamos caracterizar, seja grande ou pequena existe um número razoável de escolas, que geralmente, têm uma grande vinculação com a população como um todo. Tudo isso contribui para que a população desde o primeiro momento, visse o movimento como algo que partiu da população mesmo e não como um movimento, em princípio político, de conteúdo ideológico definido. Por outro lado, a situação gravíssima da deteriorização do salário do professor, de conhecimento público, motivou a solidariedade para o movimento. (DULCI apud Jornal dos Bairros, 21/06/1979).

É mister destacar aquilo Dulci chama de “*formas um tanto prosaica*” utilizadas pelos docentes em suas manifestações que, para ele e boa parte da liderança, eram consideradas formas despolitizadas (Correa). Porém, conforme explica E.P. Thompson, as vivências e formas culturais balizam as estratégias de luta dos trabalhadores, sendo assim a liderança do movimento dos trabalhadores do ensino naquele momento foi forçada a reconhecer as singularidades da

categoria, da base social, sobretudo das professoras primárias, na ocasião, as mais radicalizadas. Importante ressaltar que as professoras introduzirão no movimento aspectos intimamente relacionados às suas atividades profissionais: seus cartazes, suas cores, seus desenhos infantis, suas músicas, suas práticas de trabalhadoras, donas de casa e mães de família, suas formas de comunicação, já que a imensa maioria era professoras de crianças. Essa maneira de manifestar, que na sua aparência apresenta contornos despolitizados, torna-se um fator de ação política significativo, pois além de mobilizar a categoria, permite a aproximação com a população em geral. Ou conforme nos esclarece Mattos:

Também as formas de ação coletiva dos trabalhadores podem ser assim repensadas. Thompson recusou-se a dividi-las entre “racionais” e “irracionais”, “organizadas” e “espontâneas”, ou outras dicotomias do tipo. Tais polarizações são normalmente organizadas a partir de uma visão que parte de outra dicotomia – a de “classe em si” / “classe para si” – para privilegiar como portadores de propostas de transformação social apenas os movimentos organizados nos moldes dos modernos instrumentos de ação coletiva: os partidos e sindicatos” (MATTOS, 1998: 26)

Aliado a essa ação da base social do movimento importante foi o apoio dado ao movimento grevista dos professores pelos trabalhadores organizados. O professor Luiz Dulci cita o apoio concreto dos trabalhadores especificamente na cidade de João Monlevade onde os operários participavam das assembleias para *“para sugerirem formas de lutas, formas de arrecadar fundos de greve. A mesma coisa ocorreu em Itabira onde, em certas assembleias, a presença de operários era até superior à presença de professores”*.(DULCI, 1979).

Avalizando as palavras do professor Luiz Dulci serão transcritas abaixo as proposições das professoras Magda Neves e Mônica M. de Freitas, se referindo à situação de Monlevade:

Em João Monlevade também seria amplo o apoio da comunidade às greves na educação. Neste caso, destacou-se a atuação dos metalúrgicos que trabalhavam em estreita simbiose com os professores da região, oferecendo a eles, além da infraestrutura do seu sindicato, um certo *know how* organizativo, uma vez que tinham uma maior experiência acumulada, tanto no que se referia à articulação de movimentos grevistas quanto no que diz respeito à organização sindical. Contribuíram também com o movimento dos professores os comerciantes locais, que chegaram inclusive a financiar as idas e vindas do professorado a Belo Horizonte, local onde se reunia o Comando Geral de Greve, e ainda a Igreja, instituição que desde 1968, por meio das comunidades eclesiais de base, vinha discutindo, na região, uma série de temas, dentre os quais questões relacionadas à educação. Em Monlevade, segundo o depoimento de uma das líderes das greves na educação, as reflexões promovidas pelas CEBs teriam propiciado o surgimento de questões que mais tarde estariam na gênese do movimento de 1979. (NEVES e FREITAS, 1999:202)

Outra questão importante a ser discutida é o posicionamento assumido pelas instituições que, teoricamente, eram representantes dos docentes tanto da Rede Particular como da Rede Pública, frente ao movimento dos professores. No caso dos professores da Rede Particular, existia o sindicato estabelecido desde 12 de fevereiro de 1933 que, em 1979 tinha como presidente o professor Ewerton Possas. Já no caso dos professores da Rede Pública não existia sindicato por força de lei, inclusive existia uma legislação que proibia a sindicalização de servidor público, mas tinha uma Associação, como fora já dito no corpo desse trabalho, denominada Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais, cuja direção estava a cargo da professora Maria Telma Cançado.

Como já foi dito, a greve decretada no dia 12 de maio pretendia ser global (envolvendo tanto professores da Rede Pública como Particular), porém a pujança da greve na rede particular não foi como fora na rede pública. O movimento não

conseguiu envolver o conjunto do professorado e, portanto, aqueles que aderiram à greve não conseguiram manter a greve, principalmente que a diretoria do sindicato não deu apoio. Pelo contrário, chegou a denunciar pela imprensa o caráter abusivo da greve através de uma nota assinada pelo seu presidente, o professor Possas. Apesar do pequeno escopo do movimento, pois os poucos que participaram, ficaram somente 13 dias de greve (JORNAL DOS BAIRROS). Diante da situação a diretoria do SINPRO-MG, encabeçada pelo seu presidente renunciou então o Ministério do Trabalho decreta intervenção na instituição e decretará eleições permitindo com isso a ascensão dessa Oposição Sindical:

Então a Rede Particular acabou tirando o movimento grevista, que veio desencadear mais na frente nas eleições já que o professor Possas que era presidente do sindicato renunciou. O sindicato acabou tendo uma intervenção do Ministério do Trabalho e foram programadas as eleições. Eleições que vieram acontecer ao final de ano. (Cabral)⁴⁶.

No que diz respeito a APPMG, a atuação durante o movimento grevista dos professores públicos a postura foi semelhante, ou seja, não assumiu o movimento e além de que o desqualificou. Mas, ao contrário do SINPRO-MG, não houve intervenção na mesma, muito em função como já dito anteriormente a referida instituição não era sindicato face à situação funcional dos professores: funcionários públicos. No entanto durante o movimento grevista dos professores ocorreu um episódio que consolidou a posição do Comando Geral de Greve. Em uma assembléia realizada no auditório da antiga Secretaria da Saúde (hoje

⁴⁶ Inclusive o professor Fernando Cabral será eleito vice-presidente do SINPRO e, quando, da organização da UTE, ocupará o setor financeiro da referida instituição, acumulando as duas funções.

Minascentro) com ampla participação de grevistas a professora Maria Telma Cançado, presidenta da APPMG, instituição que segundo o professor Fernando Cabral havia dado as costas para o movimento, comparece, porém a plenária rejeitou sua presença e, em coro, entoam as seguintes palavras de ordem: *“Comando Geral de Greve à mesa”*(Carlão), com isso desqualifica a entidade presidida pela professora e legitima o CCG, que será o núcleo duro da formação da UTE. Inclusive durante o movimento os professores começam a identificar a APPMG com o governo estadual que naquela época era encabeçado pelo governador “biônico⁴⁷” Francelino Pereira do partido que dava sustentação política à Ditadura Militar – ARENA, pois *“havia uma versão à época que Maria Telma que presidia a APPMG, tinha um acerto com o governo no sentido de fazer a campanha dela para presidente da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), hoje CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)”*.

Naquele momento não se falava em nova entidade não, havia muita aposta nessa época de tomar a APPMG. Tanto é que existiam pessoas de que faziam parte do movimento nosso e estavam com uma chapa alternativa para conquistar a direção da APPMG, vias eleições, isso acabou após a assembléia da Secretaria da Saúde (hoje MINASCENTRO). À época avaliou-se essa possibilidade, porém diante de situações concretas em outras entidades como Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, viu-se que essa estratégia era bobagem, o grau de manobra desses sindicatos praticamente impossibilitava qualquer tomada democrática, porque elas mudam as regras do jogo na hora. (Fernando Cabral).

Diante das citações, pode-se perceber que a idéia de se criar uma nova entidade que de certa forma incorporasse o cosmo cultural do movimento grevista

⁴⁷ Biônico – assim denominado porque os governadores eram eleitos indiretamente, sem o voto popular.

torna-se claro. O que vai facilitar esse processo de uma criação de uma nova entidade decorre de uma situação bastante contraditória: os professores públicos não podiam ter sindicato, somente associações, não sendo sindicato, portanto não se vinculava ao Ministério do Trabalho, sendo assim, ao contrário de outras categorias que tinham de se organizarem enquanto Oposição Sindical, disputar eleições em um contexto bastante complicado. Sendo assim, abria-se uma possibilidade de formar uma associação paralela a já existente. No caso dos docentes mineiros a oposição que emerge do movimento é a criação de uma nova entidade que, foi a União dos Trabalhadores do Ensino. Demonstra ai, uma estratégia política dos trabalhadores do ensino, inclusive afastando-se do modelo imposto pela ditadura aos servidores públicos e aproximando do movimento denominado “*Novo Sindicalismo*”.

Outro fato marcante que sintetiza o contexto daquela época foi quando os grevistas, de forma espontânea, foram para a Praça da Liberdade, exatamente na frente do Palácio do Governo fazer manifestações solicitando que as negociações fossem atendidas. A reação do Governo, que tinha como governador Francelino Pereira, foi de repressão, inclusive as manifestantes (pois a maioria era constituída de mulheres) foram recebidas com jatos d’água. Conforme nos esclarece o professor Carlão, um dos líderes do movimento grevista:

E cometemos o desatino de sair de lá sem a assembléia⁴⁸ acabar, já tinha acabado na prática, daí os que restaram no auditório não tinham nada para fazer e resolveram, no dia seguinte irem para a

⁴⁸ A assembléia a que se refere do depoente é aquela que aconteceu no antigo auditório da Secretaria da Saúde (hoje Minascentro), momento que a presidenta da APPMG foi expulsa da mesa e o CGG assume o controle do movimento.

Praça da Liberdade, não tinha nenhum dirigente nessas alturas do campeonato. No dia seguinte, eu estava indo com um colega do comando, não sei se no DCE/UFMG, quando eu olho uma bagunça medonha na Praça da Liberdade, jato d'água, bomba de gás, etc, então o pessoal havia resolvido na noite anterior ir para lá. Não tinha dirigente, eu era um dos pouquíssimos dirigentes que estava lá por acaso.

Esses acontecimentos consolidam a idéia de uma nova entidade, inclusive segundo o professor Fernando Cabral, a APPMG se constituía um “*flagrante claro de braço do Governo do Estado de Minas Gerais, tanto a APPMG quanto o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, eles trabalharam de maneira associada, o Sindicato dos Professores junto com o Sindicato Patronal chegaram até emitir uma nota conjunta na imprensa condenando o movimento grevista*”. Importante ressaltar que o episódio da repressão às professoras pelo governo de Estado e as críticas efetuadas ao SINPRO e à APPMG demonstram que o movimento grevista extrapola a idéia de que o mesmo surge em função daquele grupo de oposição apesar de que a chamada para mobilizações parte dele. O que se pode concluir que esse grupo é atropelado pela própria disposição e organização dos professores para a luta. Quando o professor Carlão afirma que não “*tinha dirigente*” se referindo ao episódio dos jatos d'água na Praça da Liberdade, demonstra a autonomia do movimento.

Os elementos para o estabelecimento dessa nova entidade estavam postos:

- A instituição que se apresentava como representante dos professores, APPMG, havia perdido sua credibilidade em momentos importantes do

movimento; inicialmente até por desconsidera-lo e em um segundo momento, quando da tentativa de dirigir o movimento com uma postura divisionista na assembléia que sua presidenta (professora Maria Telma Cançado) é rejeitada pelo conjunto dos professores.

- A identidade estabelecida entre os professores da base com o Comando Geral de Greve do movimento foi importante para a constituição dessa nova entidade, pois o núcleo dirigente surgirá desse grupo.
- Outro fator importante, já citado, foi à impossibilidade de existir um sindicato de servidores públicos, que era um limite, pois inexistia uma entidade sindical para mediar as questões trabalhistas com o Estado e ao mesmo tempo possibilidade, pois poderia se criar uma associação nova sem a burocracia do Ministério do Trabalho.

Juntando a isso não se pode esquecer que o movimento tinha um apoio popular concreto junto à Sociedade Civil mineira como o professor Carlão, em seu depoimento, aponta, quando se refere ao mesmo:

Era o espaço de contestação à ditadura na época. Onde o momento da ditadura já estava de ladeira abaixo. Então o apoio era muito menos o apoio às reivindicações em si. Mesmo porque, se nós formos racionar, o que o Estado vive até hoje, você dizer se o sujeito é efetivo ou convocado para a sociedade, você não está dizendo absolutamente nada. Mesmo a questão salarial em si, com a campanha salarial que nós temos no Brasil, não vai sensibilizar as pessoas aquela greve serviu de desatador, de como a sociedade se manifesta contra a ditadura. Por que a greve era ilegal, a nossa greve era ilegal. Por que a greve era ilegal, a nossa greve era ilegal, a de São Bernardo era ilegal. Pela primeira vez

you conseguiu fazer coisas ilegais em dimensão de massa. Daí o apoio brutal que houve. E que não se repetiu no futuro. (Carlão)

Segundo depoimento do professor Luis Dulci ao jornal “*Em Tempo*” (21/06/1979) esclarece que o movimento apresenta uma evolução nas formas de manifestações e em suas palavras de ordem, de uma intervenção do movimento dentro de uma perspectiva mais corporativa para uma atitude mais política frente ao contexto da época:

Houve esse crescimento e foi muito significativo. Não foi um crescimento forçado pelas lideranças no sentido de tentar agitar a todo custo as palavras-de-ordem que não fossem assimiláveis pelas bases, mas crescimento natural que veio da evolução interna do movimento. Nas nossas primeiras assembleias qualquer crítica mais ferina ao Governo, qualquer elaboração mais direta em relação à política da ditadura em Minas era encarada com muita reserva por uma parte do magistério. Durante o movimento as palavras-de-ordem foram se radicalizando, foram se aprofundando no sentido de tocar nas contradições mais profundas do sistema e não simplesmente da questão educacional. E isto junto com as formas de luta que nós fomos atualizando sempre mais contundentes. Nós chegamos a ter em nossas passeatas palavras de ordem bastante significativas do ponto de vista político genérico, do ponto de vista da consciência da classe trabalhadora e não apenas de educadores, como a “você aí parado, também é explorado” ou “o povo unido jamais será vencido”. São palavras-de-ordem de conteúdo político muito definido, muito diferentes do início do movimento como, por exemplo, “você aí parado venha para a nossa luta”.

O depoimento do professor Rogério Correia também parte integrante do CGG sinaliza nessa direção:

A população via naquela greve como uma possibilidade de liberdade, era um grito de liberdade contra a ditadura. Mesmo que os professores tivessem reivindicações econômicas, grande parte dos professores até se arrepiavam em gritar nas passeatas: “Abaixo a Ditadura”. O que via também, eram outras palavras de

ordens como “Mandando o governo ir para o Piauí, Francelino Pereira”, palavras mais nesse sentido, menos politizadas, palavras mais focadas no governador e também na questão salarial. Mas é evidente que a grande massa do nosso povo de Minas Gerais e no Brasil inteiro torcia pelas greves, a dos metalúrgicos, as nossas, qualquer uma, por que aquilo enfraquecia o regime militar, então o respaldo era quase que geral. Era secundário, de certa forma, se os meninos estavam ou não perdendo aulas. Aquela não era a grande questão posta na época, se aquilo atrapalha ou não a educação dos meninos⁴⁹. Bem, por que era a primeira, não se tinha consciência do que aquilo prejudicaria os alunos, não estava posto, não estava na pauta essa preocupação. (ROGÉRIO CORRÊA)

Diante dos acontecimentos relatados o movimento de professores desenvolve-se no sentido de se organizar dentro de uma perspectiva dos trabalhadores e muito envolvido nas mentalidades presentes nos movimentos populares do final dos anos 1970, entendendo “mentalidades” na concepção de Michel Volvelle, ou seja, *“é o estudo das mediações entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre os dois esquemas conceituais: ideologias de uma parte, mentalidades de outra”*. (VOLVELLE apud VAINFAS, 1997: 141).

Com o objetivo de esclarecer as mentalidades presentes no final dos anos 1970 onde as questões referentes às condições salariais vivenciadas pelos professores mineiros são precárias urge, então, dissertar um pouco sobre as condições materiais vividas por eles, pois segundo Fogaça, *“Com o fim do ‘milagre brasileiro’ aprofunda-se o processo de desvalorização da carreira do*

⁴⁹ O apoio dos pais ao movimento foi materializado no manifesto de apoio entregue ao governador de Estado durante manifestação do dia 07/06/1979 (C.F. Diário da Tarde). O referido manifesto tinha o seguinte texto: “Nós, pais mineiros, abaixo assinados, profundamente preocupados com a atual situação educacional de Minas Gerais, considerando o justo inconformismo do professorado mineiro em luta por condições mínimas de sobrevivência e expressando o nosso protesto pela intransigência e insensibilidade do governo, exigimos o imediato atendimento de suas reivindicações”.

magistério, iniciado na expansão quantitativa do sistema educacional, quando aumentou extraordinariamente o contingente de professores nos sistemas públicos de ensino". (FOGAÇA, 1992:41).

Para ilustrar esse contexto transcrevo abaixo entrevista do professor Luiz Soares Dulci já citada no corpo desse trabalho quando o mesmo aborda os valores pecuniários percebidos pelos professores públicos à época:⁵⁰

Em geral, o salário do magistério não é bom em nível nenhum. Mas mesmo dentro dessa negatividade geral em relação ao salário, a gente tem diferenciações muito grandes. Então, por exemplo, antes das conquistas dessa greve uma professora primária recebia um salário líquido de Cr\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos cruzeiros) por mês e às vezes até menos, contando o fato dela não estar em regência de turma ou de ter licença-médica. Ao passo que o professor de 2º grau, dando um número menor de aulas, ganha 9 mil cruzeiros mensais até 11 mil cruzeiros em alguns casos. São sempre salários ruins mas a diferença interna é muito grande.

Com o intuito de visualizar melhor a condição econômica dos professores daquela época torna-se importante converter esses valores em salários-mínimos correspondentes, ou seja, quantos salários-mínimos correspondiam. No caso da professora primária, denominada funcionalmente como P1, seu vencimento correspondia a 1,44 salários-mínimos já do professor de segundo grau, P5, correspondia em média 4,8 salários-mínimos⁵¹.

As situações salariais do professorado mineiro, aliada às mentalidades da época e a conjuntura política fizeram com que os professores do início do

⁵⁰ Importante ressaltar que, como resultado da greve a categoria teve um reajuste de 114% e reajustes semestrais.

⁵¹ À guisa de comparação, hoje, durante o ano de 2005, a correspondência se dá da seguinte forma: P1, 1,03 salários-mínimos e P5, 2,2 salários-mínimos. Fonte: Secretaria do Estado da Educação Minas Gerais – SEEMG.

movimento se assumissem como trabalhadores do ensino gerando uma idéia de pertencimento, de uma comunhão como nos esclarece Furtado: “*o sentimento de ‘pertinência’ a uma coletividade, a criação de um sentido de ‘comum-união’, foi se formando no próprio processo de construção da luta dos trabalhadores em educação, do que deriva inclusive o próprio conceito de ‘trabalhador em educação’.* (FURTADO, 1993:14)”.

À guisa de conclusão pode-se dizer existe uma singularidade desse contexto histórico, ou seja, apesar de os grupos de esquerda terem estado presentes durante todo o período, terem participado de lutas e organização no “chão de fábrica” não se tornaram por essa ação, sem dúvida fundamental para a manutenção da perspectiva operária, não se tornaram lideranças dos movimentos que eclodiram mais tarde. No caso específico do movimento dos professores mineiros o núcleo aglutinador foi o já citado professores de oposição ao SINPRO, ele foi ultrapassado pelo movimento de base, tornando algo peculiar no contexto trabalhista, principalmente, se comparado ao pré-1964. Com isto, importante ressaltar que o movimento dos professores em específico é resultante de uma pluralidade de articulações na base social da categoria.

Incluindo a isso, o contexto político muito contribuiu para a efetiva eclosão do movimento, ou seja, o acirramento da luta contra a “Ditadura Militar”. Afirmando aquilo que o professor Michel Le Ven denominou de *momento catártico* da sociedade brasileira.

2.3 - EIS QUE O MOVIMENTO CRIOU A UTE.....

O hiato de tempo que vai de 18 de maio de 1979 (início do movimento grevista) a 28 de junho de 1979 (fim do movimento grevista) foram desenvolvidas várias atividades visando consolidar as reivindicações dos professores públicos de Minas Gerais. Sendo assim, movimentações essas que corriam à margem da associação oficialmente constituída (APPMG), as mobilizações desenham um movimento social instituinte e sinalizam para formalização de uma nova entidade, que seria, portanto a institucionalização das mesmas. Daí pode-se dizer que esse espaço de tempo de movimentações caracteriza-se como movimento social. E tomo conceituação de movimentos sociais aquilo que “...logram maior duração e integração. Geralmente são eles que originam as organizações, os clubes, os partidos e as associações” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987:789). Sim, apesar das referidas manifestações serem notadas publicamente nesse pequeno espaço de tempo já mencionado, são na verdade explicitações de movimentos docentes como os de educação popular, por renovação pedagógica que já ocorriam no interior das escolas bem como atrelados às *associações de bairros, sindicatos e nas Comunidades Eclesiais de Bases – CEBS, da Igreja Católica*. Nesse sentido que se pode entender a mobilização e a formação da UTE.

Ao contrário da APPMG que durante a década de 1930 se forma como associação e atrelado ao aparelho de Estado, a UTE surge como oposição ao aparelho de Estado da época, emerge enquanto oposição à Ditadura Militar e se apresenta como sindicato, apesar de que a legislação não a reconheceria como

tal, porém sua ação é sindical e sua estrutura organizativa reflete isso. Conforme esclarece o professor Carcerone em seu depoimento:

A UTE já nasceu como um sindicato de verdade, os funcionários públicos na época eram proibidos de ter sindicato, só podiam ter associações. Então, legalmente nós tivemos que construir associação, mas já com um nome diferenciado dos outros. Chamar “Trabalhador do Ensino” foi um nome polêmico, a discussão do congresso de fundação da UTE, esse foi um dos temas centrais. É claro que nós buscamos exemplos, de uma organização sindical em vários lugares. E um das fontes de inspiração nossa, naqueles princípios estatutários que estão lá naquela ata tive inspiração no modelo de sindicato dos trabalhadores de ensino de Portugal que tinha também a mesma denominação, que também tinha o mesmo conjunto de propostas básicas.⁵²

A denominação adquire um caráter polêmico como esclarece o professor Carcerone mesmo por que, durante o congresso de institucionalização da UTE, foram apresentadas três propostas para serem votadas pela plenária: “*União dos Professores*”, “*União dos Educadores*” e “*União dos Trabalhadores do Ensino*”. Na disputa pelo o nome da nova entidade, Luiz Dulci em depoimento concedido ao professor João Pinto Furtado em 19 de maio de 1993 afirma que essa opção pelo nome decorre mais por uma questão prática, ou seja, se o movimento não congregasse todos aqueles que direta ou indiretamente estivessem envolvidos na educação estaria fadado ao fracasso. Por outro lado se a prioridade de alianças do movimento apontava no sentido de encontrar com os objetivos da classe

⁵² Interessante ressaltar que Portugal tinha passado por mais de 40 anos de regime ditatorial com ascensão de Antonio Salazar em 1926, através de um golpe de Estado encabeçado pelo general Costa Gomes e, apesar da morte de Salazar em 1968, o regime ditatorial português continua intacto tendo à frente Marcelo Caetano. Porém, no dia 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, Portugal passa a ter uma abertura democrática e, portanto, a criação de um sindicato de professores com uma postura democrática se insere nesse contexto de abertura política em Portugal, ai se explica a inspiração que lideranças do movimento de professores em Minas Gerais buscam para estabelecer a UTE.

trabalhadora, no nome da entidade era importante constar essa opção. No contexto da mesma entrevista concedida ao professor Furtado, Dulci argumenta que os professores tinham resistência em assumir a terminologia de trabalhador por identificá-la com os trabalhadores fabris, apesar de reconhecer que em muitas situações os salários dos últimos eram maiores do que dos professores. Na mentalidade docente porque *“não queria também perder o ‘status’ mais simbólico, por que em geral, as pessoas reconheciam que era um status mais simbólico do que real”*. (DULCI apud FURTADO, 1993:64). Para convencer o conjunto dos professores a assumir o nome União dos Trabalhadores do Ensino, o mesmo Dulci afirma foi *“a nossa greve não era só de professores, nosso movimento não tinha sido só de professores, que os serventes escolares tinham participado dele, que o pessoal de limpeza das escolas, os inspetores, os zeladores, quer dizer, que era do conjunto das pessoas que trabalham em educação”*. (DULCI apud FURTADO, 1993:65).

A idéia de constituir uma nova concepção da categoria, ou seja, abandonando a idéia que estava muito presente ainda nas mentalidades dos docentes, que sua profissão era algo sublime, vocacional, parece-me que estava presente na ação política dos articuladores do movimento antes do congresso de fundação, já no contexto do movimento. Para explicar essa proposição volto à questão de que o estatuto da UTE teve em parte, conforme já posto no corpo desse trabalho no depoimento do professor Carcerone, inspiração no sindicalismo docente português é corroborado por outro depoimento, o do professor Júlio

Pires⁵³(que não era da Rede Estadual tampouco Municipal, era da UFMG), que hoje é Secretário da Fazenda da administração do prefeito Fernando Pimentel (PT):

Os modelos que nós tínhamos de sindicato no Brasil eram os modelos do sindicalismo que a gente chamava, pelo menos eu, atrelado ao Estado. Bem, na constituição do Sind-UTE (sic.), na época, isso é uma coisa que agora que está vindo mais à tona, mas na época nós usamos muito como, digamos assim, modelo para fazer o estatuto do Sind-UTE (sic) como várias outras coisas, como por exemplo, um sindicato independente de professores que tinha sido construído em Portugal. E nós tínhamos acesso a isso por que o grupo político do qual eu participava, tinha comunicações em outros países, inclusive Portugal. (JÚLIO PIRES, 2004).

Interessante ao se consultar o documento citado acima, o estatuto do Sindicato dos Professores/Grande Lisboa, elaborado em 1976, portanto após a *“Revolução dos Cravos (1974)”*, momento de redemocratização da sociedade portuguesa, a definição dos objetivos do sindicato evidencia a aproximação com o estatuto que surgiu quando da fundação da UTE. Urge explicar que, no preâmbulo do referido estatuto, *“O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa é uma associação dos Trabalhadores docentes, seja qual for o seu sector de ensino, com vista à defesa e promoção dos seus interesses sócio-profissionais, tendo como objectivo último a sua emancipação num projecto de sociedade socialista”* (ESTATUTO DO SPGL, 1976:03). Porém, na especificação dos seus objetivos

⁵³ Perguntado por que ele havia entrado no movimento dos professores de ensino básico (naquela época professores do 1º e 2º graus), sendo que o mesmo não o era, respondeu: “Olha, isso foi uma atitude 100% política. Eu nunca fui professor do estado, nem da prefeitura, eu era professor da universidade. Então, se você me perguntar: você não tinha nada haver com isso? Funcionalmente eu não tinha, eu não era empregado do estado, eu não era professor do estado, eu era professor da universidade, mas tinha ali uma participação política(...) Eu estava ali como político, fazendo um movimento político nesse sentido. Era um sentido político de oposição à ditadura militar”. (Júlio Pires, entrevista dia 20 de maio de 2004)

contidos no referido estatuto que fica claro a aproximação com a idéia de trabalhadores da educação assumida pela UTE na sua formação⁵⁴:

São objectivos fundamentais do Sindicato dos professores da Grande Lisboa:

- a) defender os direitos e interesses do grupo profissional e de cada trabalhador enquanto agente do ensino;
- b) desenvolver-se, em conjunto com outros órgãos representativos dos trabalhadores, na definição de uma política global de ensino;
- c) empenhar-se, em conjunto com outros órgãos representativos dos trabalhadores, na definição de uma política global de ensino;
- d) lutar pela reformulação radical da função docente, pela supressão do ensino ao serviço do Estado capitalista e pela instauração de um ensino ao serviço das classes trabalhadoras;
- e) participar, ao lado de todos os trabalhadores, no combate a todas as formas de exploração e de opressão. (ESTATUTO DO SPGL, 1976:03)

Outro dado importante que deve ser ressaltado que, em entrevista concedida ao jornal *Em Tempo* (21/06/1979), portanto um mês antes do congresso de fundação da UTE, o professor Luiz Dulci afirma que⁵⁵:

E, além disso marcamos o Congresso de Fundação da nova entidade para os dias 21 e 22 de julho. É uma Associação que pretende ser uma União dos Trabalhadores do Ensino em Minas, sem distinção, sejam eles professores, serventuários ou serventes. Ela teria condições de nascer agora com mais de 300 núcleos de cidades no Estado.

⁵⁴ Interessante ressaltar que a problemática da autonomia está posta tal como aparece na Ata de Fundação da UTE: "autonomia e independência face à entidade patronal, às organizações e partidos políticos, às organizações religiosas, e em relação ao Estado" (ESTATUTO DO SPGL, 1976:03).

⁵⁵ Tornam-se esclarecedores trechos da carta intitulada "*Carta ao Professor Mineiro-24/06/1979*": "*A tarefa do professorado mineiro é agora a organização de uma entidade de classe que garanta a continuidade do movimento. Tal entidade deve reproduzir a nossa organização democrática conseguida na prática da luta*" (apud FURTADO, 1993:57).

Os dados factuais descritos apontam no sentido que a escolha do nome “*trabalhadores em educação*” não é uma escolha neutra e evidencia um posicionamento ideológico claro por aqueles que consistiam a liderança do movimento. Aponta em dois sentidos: a ruptura com as visões românticas, idílicas e religiosas da profissão e ao mesmo que procura aproximar-se da classe trabalhadora. E, a disputa pelo nome no plenário do Congresso de Fundação da entidade passa a ser, também, uma disputa ideológica⁵⁶ pela condução do movimento docente.

O congresso de fundação da UTE aconteceu nos dias 21 e 22 de julho de 1979, conforme consta na Ata do referido congresso:

Aos dias vinte e um (21) e vinte e dois (22) de julho de mil novecentos e setenta e nove (1979), no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, situado na Praça Afonso Arinos em Belo Horizonte, realizou-se o primeiro congresso dos trabalhadores do ensino de Minas Gerais, com a presença de quatrocentos e trinta e seis (436) delegados da capital e do interior e noventa e um (91) assistentes, sendo representados setenta e um (71) municípios dentre esses, os municípios-sede das delegacias regionais de ensino.⁵⁷

Esta formatação fora a inicial da UTE, pode-se observar que a denominação “*trabalhadores do ensino*”, apesar de polêmica como nos lembra o professor Carcerone em seu depoimento, tornou-se hegemônica. Após discussões, a estrutura organizacional da UTE ficou da seguinte maneira:

⁵⁶ O conceito de ideologia aqui utilizado não se refere ao conceito marxiano e, sim, conforme Gramsci que entende ideologia como um conjunto de idéias.

⁵⁷ Em novembro de 1979, o “jornal” da entidade, “Módulo III”, noticia a existência de aproximadamente 5000 sócios e de sub-sedes em 35 municípios, o que sugere um intenso processo de organização a partir da campanha. (FURTADO, 1993:61)

Pela votação decidiu-se pela criação de uma entidade, regida a nível estadual por um estatuto único, com sede central em Belo Horizonte e sub-sedes nos municípios do interior. As sub-sedes deverão ter uma diretoria eleita pelos associados locais. Ficou aprovado também que as associações municipais existentes poderão se filiar à entidade estadual, realizando as devidas modificações e adaptações em seus estatutos de forma a não contrariar os estatutos da entidade estadual e que os representantes de várias sub-sedes poderão constituir uma coordenação regional para encaminhamentos de questões comuns. A coordenação regional será considerada como núcleo de encaminhamento e não de decisão, ficando as decisões a cargo de cada sub-sede ou associação municipal e de organismos estaduais. (ATA DO I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ENSINO, 21/22/07/1979)

A organização da UTE nos moldes expostos acima reflete a estrutura articulada no contexto grevista de 1979⁵⁸ e, também, a mentalidade do chamado “*novo sindicalismo*” estava ali presente: a idéia de democratização das estruturas de poder no sindicato e a idéia de descentralização, como se pode ver na citação abaixo:

Como instâncias máximas de deliberação da entidade foram aprovados o congresso dos associados e a assembléia geral dos associados. Os outros poderes administrativos da entidade são a diretoria e os conselhos, geral e fiscal. O conselho geral é constituído por um (1) representante da cada sub-sede ou de cada associação municipal filiada à entidade. Dentre os membros do conselho geral será eleito o conselho fiscal. (ATA DO I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ENSINO, 21/22/07/1979).

⁵⁸ Nós consideramos, que do ponto de vista do avanço da organização da classe, seria uma coisa incorreta que desse movimento não saísse uma forma organizativa, que tivesse as mesmas características que o movimento teve, ou seja, uma forma organizativa que envolvesse todo o magistério e que mantivesse os critérios democráticos que tivemos, de organização pelas bases de regionais na capital e no interior. (DULCI, EM TEMPO, 26/06/1979)

Esse modelo de organização dos trabalhadores de ensino em Minas Gerais pretendia congregar não tão somente os professores da Rede Pública bem como outros funcionários do setor educacional como serventes, orientadoras educacionais, supervisoras e até diretores de escolas que tinham suas entidades próprias, porém nesse primeiro momento isso não acontece. Os professores da Rede Particular serão a eles facultados sua filiação à UTE, porém a opção foi reorganizar o SINPRO/MG que, na época da realização do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino, encontrava-se sob intervenção do Ministério do Trabalho, face à renúncia de sua diretoria.

Os princípios gerais discutidos e aprovados nesse I Congresso foram os seguintes:

- (1) defender os direitos e interesses da categoria profissional e de cada trabalhador do ensino. (2) defender os direitos e interesses dos inativos do ensino. (3) desenvolver a unidade de toda a categoria dos trabalhadores do ensino. (4) participar ao lado de todos os trabalhadores no combate de toda forma de exploração e opressão. (5) reivindicar uma política educacional que atenda aos reais interesses do povo brasileiro (6) fiscalizar as modalidades de admissão e demissão dos trabalhadores do ensino nas redes oficiais, municipal e estadual. (7) garantir a independência da entidade: (a) assegurando sua autonomia frente às entidades patronais, organizações religiosas, partidos políticos e em relação ao estado; (b) garantindo a autonomia de seus núcleos, bem como assegurando-lhes a expressão em todos os organismos e imprensa da entidade; (c) garantindo igualmente esses direitos às associações municipais que, ao se filiarem à entidade, promovam as necessárias adaptações estatutárias; (d) aderindo a organismos que promovam a unidade dos trabalhadores do ensino particular, e de todos os trabalhadores em geral; (e) assegurando a liberdade de adesão exceto quando o candidato tiver interesses financeiros em estabelecimento de ensino ou tiver colaborado com os órgãos de repressão; (f) permitindo a existência de tendências sindicais, com expressão pública nos órgãos e imprensa da UTE-MG, desde que não firam seus princípios básicos e que tenham obtido pelo menos dez por cento (10%) dos votos na

última eleição; (g) com a revogação de mandatos individuais ou coletivos pela maioria dos grupos que os elegeram; (h) determinando estatutariamente os mandatos, não se permitindo o continuísmo nos cargos eletivos⁵⁹; (i) possibilitando a agregação de grupos de trabalho aos diversos órgãos da estrutura organizativa da UTE-MG. (ATA DO I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ENSINO, 21/22/07/1979).

Ao se verificar o conjunto dos princípios aprovados no referido congresso e que foram agregados ao estatuto da UTE-MG percebe-se a preocupação que a entidade surgida do movimento grevista dos professores mineiros assuma um caráter autonomista frente à política partidária, à questão religiosa e que seja engajada nas lutas dos trabalhadores do ensino e tenha uma aproximação orgânica com as lutas dos trabalhadores em geral. No que diz respeito à sua estrutura de funcionamento que seja democrática e representativa das bases. Interessante ressaltar que a idéia de rotativa é defendida em detrimento da idéia de continuísmo.

Uma questão se põe nesse momento: esses princípios básicos da dinâmica definidos quando da criação da UTE se mantêm historicamente? Ou seja, no transcorrer de sua história eles se mantêm?

Interessante começar pela problemática da autonomia. A ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino aponta com veemência que a entidade que estava sendo criada após o movimento grevista de 1979 deveria ser autônoma frente às instituições e conclama que os trabalhadores do ensino deveriam se aproximar do conjunto dos outros trabalhadores à medida que deveriam, *“participar ao lado de todos os trabalhadores no combate de toda forma*

⁵⁹ Esse objetivo não foi alcançado, pois ao verificarmos a lista de diretores eleitos e empossados na UTE e depois Sind-UTE, a tônica foi o continuísmo e a permanência dos mesmos por vários mandatos.

*de exploração e opressão*⁶⁰”. Pode-se inferir por essa afirmação que a aproximação política teria que ser com a classe trabalhadora, afastando qualquer possibilidade de se pactuar com as entidades patronais tampouco com o Estado patrão. Deduz-se, portanto, aqui esteja o conceito de autonomia concebido e adotado quando do momento da criação da UTE. Mas, ao mesmo tempo em que se faz essa chamada, aponta no sentido que, essa autonomia se desaguaria na formação de uma entidade do tipo sindical e, portanto se acredita nessa instituição com poder representativo dos trabalhadores do ensino e daí espaço constituído para a transformação da sociedade. Abrigando, portanto, as lutas políticas e econômicas da referida categoria: *trabalhadores do ensino*.

Urge, então, procurar conceituar o que venha a ser autonomia para que, inclusive, possa entender a gênese da formação da UTE. Segundo a professora Lúcia Bruno, em sua obra “*Que é autonomia operária*”, afirma que autonomia não é somente uma “*autonomia orgânica, física, com relação às instituições capitalistas*”. (BRUNO, 1985:11). E dentre as instituições capitalistas a autora inclui o sindicato e que é corroborado por Istvan Mézaros em sua obra “*Para além do capital*” quando ele estabelece como pilares constituintes do sociometabolismo do capital se assenta em um tripé: *Estado, Capital e Trabalho*. Então, conforme Mézaros (2002), os sindicatos são interlocutores do capital e não adversários estruturais, pois os mesmos são interlocutores legais, constituídos e regulados

⁶⁰Ver Ata do I Congresso dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

pelo Estado. A princípio essa visão, com relação a UTE não é pertinente, por que a instituição se forma fora da tutela do Estado, porém procura ser o interlocutor do mesmo nos momentos, principalmente, de reivindicações econômicas, assumindo assim uma postura sindical. Mesmo enquanto movimento exerceu essa função, pois foi o *Comando Geral de Greve*, que mais tarde, constituiu como núcleo duro formador da *UTE*, que negociou o fim do movimento grevista. O professor Carcerone corrobora isso em seu depoimento quando afirma que a “*UTE surgiu como um sindicato*”. Ou mesmo quando o professor Fernando Cabral afirma, “*A UTE surgiu enquanto sindicato livre, sem nenhuma amarra, que os sindicatos da época tinham, eles eram tutelados pelo Ministério do Trabalho. Então, a UTE surgiu completamente independente, nós não tivemos pacto com o governo naquele momento, nem desconto em folha, nem nada, então as contribuições eram pagas de maneira voluntária pelos sócios da UTE mesmos*”.

Ora a forma de estabelecimento da UTE dá uma impressão de ruptura com o sistema, mas, se verifica o contexto pode-se ver que é uma aparente ruptura:

- pois sob o ponto de vista legal realmente a instituição só poderia surgir dessa maneira, ou seja, sem se atrelar ao Ministério do Trabalho. Obter uma carta sindical era impossível, pois aos servidores públicos era vedado o direito à sindicalização.
- então a forma de se organizar a instituição só poderia de forma livre e de livre contribuição dos sócios, importante que isso fora uma inovação, que após a institucionalização não persistirá. Pois a

contribuição dos sócios passa ser descontada na folha de pagamento do funcionário.

- além de que os diretores passam a ser liberados pelo “Estado-Patrão” de sua atividade fim, dar aulas, para atuarem na instituição sindical. Em alguns momentos de mobilização os mesmos eram retirados da instituição pelo Estado e retornam para a sala de aula.

Interessante ressaltar que a problemática da autonomia gera um impasse muito bem posto pelo professor Luiz Antonio Cunha, ou seja, a luta pela autonomia estabelece um distanciamento do Estado, esfera que institucionalmente é a que resolve as demandas postas pelos movimentos:

Por outro lado, a tão celebrada autonomia dos movimentos sociais diante do Estado não permite ver que é em sua interação com o Estado que esses movimentos concretizam seus objetivos. Pode-se concluir, facilmente, que eles não podem gerir suas demandas por si sós, voltando as costas para o Estado. Ao contrário, a despeito da retórica anti-estatal, esses movimentos demandam algum tipo de intervenção do Estado, sem o que os problemas que dão origem aos próprios movimentos não são resolvidos. (CUNHA, 1995: 65)

Para dizer que a UTE assume uma postura autonomista teria que estar já naquela época estar colocando questões relativas à gestão e organização, afrontando aos modelos capitalistas, quebrando as formas hierarquizadas, centralizadoras das decisões e reprodutoras das desigualdades sociais, conforme volta a nos esclarecer a professora *Lúcia Bruno (1985:11)*. Outra informação que pode ser colhida por intermédio das entrevistas dos fundadores, a UTE não

estabelece como centralidade de sua ação a problemática da educação escolar nem no que diz respeito ao pedagógico como também na problemática da gestão, e o depoimento do professor Antonio Carlos Pereira (Carlão)⁶¹ sintetiza bem, quando questionado sobre o assunto:

Tinham alguns que tratavam do assunto, mas não demos conta. E a problemática não era hegemônica. Eu diria, nós, núcleo central, daí incompetência nossa, não defendíamos isso com mais força e necessidade. Aqueles que diziam que estavam defendendo, era só para cumprir tabela. Igual quando você vai para a Praça Sete distribuir papelzinho e acha que fala com o mundo. Agora, pelo que eu tenho de informação, até onde eu acompanhei mais de perto, essa não é uma questão só nossa da UTE ou do modelo sindical de Minas Gerais, Belo Horizonte. Eu diria que ela é nacional. O movimento dos professores, dos trabalhadores da área de educação não deu conta de construir um projeto. Não deu conta. O que é lastimável. (Carlão, 15/05/2003)

Ao analisar o depoimento acima, pode-se dizer que a questão educacional não era hegemônica no momento da organização da UTE e o movimento não conseguiu construir um projeto alternativo que, inclusive possibilitasse dar mais autonomia aos trabalhadores da educação. Além da autonomia, possibilitaria uma ligação maior com os movimentos sociais. Importante ressaltar que o professor Rogério Campos, apesar de seu trabalho ser acerca dos movimentos populares reivindicativos por educação escolar nas grandes cidades, nos alerta sobre o distanciamento detectado em suas pesquisas, por parte do movimento docente frente às referidas demandas das classes subalternas:

⁶¹ Importante registrar que o professor Carlão aponta o professor Miguel Arroyo, da Faculdade de Educação da UFMG e, na administração do PT na Prefeitura Municipal de Belo, foi Secretário-Adjunto da Educação no governo do Prefeito Patrus, quando da implantação da “Escola Plural, como interlocutor freqüente da UTE . (Entrevista 15/05/2003)”.

Defesa da escola pública e gratuita, da sua melhoria, o mais das vezes não vai além de uma bandeira geral, que não encontra desdobramentos num possível aprofundamento da discussão acerca da problemática educacional. Se efetivada, uma tal prática poderia ter o sentido de reformular propostas comuns para a crise da educação. Há exceções, mas prepondera como que uma instrumentalização {pelo movimento dos trabalhadores em educação} das preocupações manifestadas pela população usuária, em relação à qualidade do ensino aí ministrado. (CAMPOS, 1992:286)

Entendo que, para esclarecer a problemática da autonomia Mészáros nos dá pistas. Para situá-la no contexto do sociometabolismo do capitalismo quando ele afirma que “*Ao longo de toda a sua história, o movimento operário foi setorial e defensivo*” (MÉSZÁROS, 2002:24). No caso da UTE evidencia esse caráter no momento que se pode verificar no enunciado da Ata de constituição, quando se coloca como objetivo “*defender os direitos e interesses dos trabalhadores do ensino*”. Seguindo as trilhas de Mészáros, propondo aqui uma discussão, ou seja, a opção de se transformar o movimento grevista de 1979 em espaço de construção de um sindicato, faz com que o movimento dos trabalhadores do ensino se encaixe na tradição do movimento operário, ou seja, a constituição de uma instituição que venha defender os interesses econômicos de uma determinada categoria. Para o autor, os sindicatos acabam se inserindo no campo da luta econômica enquanto o partido no campo da luta política. Portanto, a problemática posta, ou seja, da autonomia sindical fica comprometida por que a UTE e, posteriormente, o Sind-UTE não conseguem ultrapassar essa dinâmica imposta pela sociedade capitalista. Mais adiante serão feitas a ligação com o espectro partidário brasileiro que surge a partir da “*abertura política*”, durante o

Governo do General João Batista Figueiredo⁶² (1979 a 1985), pode-se adiantar que, boa parte dos dirigentes da UTE participará no processo de construção do *Partido dos Trabalhadores (PT)*:

Em documento⁶³ consultado nos arquivos da UTE, menciona-se a realização em Belo Horizonte, de um encontro das oposições destinado a discutir essas questões. Propôs-se, em documento preparatório do “Encontro das Oposições”, a ser realizada em 20 acerca das possibilidades de exercício de uma prática política popular através de um Partido Político. (FURTADO, 1993:35).

Essa idéia de se constituir um partido político evidencia uma postura sociopolítica do movimento de trabalhadores de longa direção que BIHR, sociólogo francês que analisa o comportamento do movimento sindical francês das décadas de 1970/1980, avalia que nesse período existe uma “*crise de representatividade do movimento operário*”.(BIHR, 1999:12), quando também existe uma crise dos “*modelos sociopolíticos*” a serem seguidos que ele classifica em 3(três) emergentes, segundo o autor do último terço do século XIX:

- modelos de autonomia proletária, encarnados pelo anarquismo, pelo sindicalismo revolucionário, pelo comunismo de conselhos;
- do “socialismo de estado” (“ou socialismo burocrático”) que, após ter constituído por

⁶² General João Batista Figueiredo assumirá a presidência da República em sucessão ao General Ernesto Geisel com o propósito de realizar a redemocratização do país. É famosa sua frase: “quem se opor à democracia, prendo e arrebento”.

⁶³ O documento citado pelo professor Furtado tem o título de “Orientação para discussão: encontro das oposições” e se encontra no Arquivo do Sind-UTE – Pasta “Correspondência Recebida – 1979 e 1980/1ª parte” – Outubro de 1979 – Furtado, 1993:35

décadas inteiras um verdadeiro contraste, inclusive no seio do movimento operário, ele mesmo reconhece sua falência histórica, precipitando-se na via de um capitalismo à moda ocidental;

- o caso do reformismo social-democrata clássico, condenado ao mesmo tempo por seu êxito (que o fez mostrar com clareza o que defende: uma parte integrante do comando do capital sobre o proletariado).

Verificando o contexto em que a UTE se constituiu, ou seja, aliando-se ao denominado “*novo sindicalismo*” e essa corrente do movimento sindical por sua vez disputa espaço político no seio da classe operária brasileira com aqueles sindicalistas conhecidos como “populistas”⁶⁴. Esses últimos têm uma ligação muito forte, advinda inclusive do período pré-64, com o *Partido Comunista Brasileiro* e com a idéia da implantação do “socialismo real” no Brasil. Então, as lideranças dos professores mineiros ao participarem de um congresso junto com a *Oposição Sindical* no intuito de se fundar um partido político, descartarão a possibilidade de se pautar pelo campo da esquerda que se propõe a construção do chamado “socialismo real” que, era uma proposta clara do *PCB*. Outra questão se punha no contexto histórico da época, a derrota dos grupos que haviam optado pela “luta

⁶⁴ Os sindicalistas denominados “populistas” são aqueles que militavam no Movimento Sindical no pré-64 que se pautavam pelas propostas do Partido Comunista Brasileiro e Partido Trabalhista Brasileiro.

armada” estava ainda fresca na memória dos militantes, portanto, a concepção de mudança por aquela via estava descartada com isso o movimento sindical decorrente das mobilizações do final dos anos 1970 tende a optar pela via parlamentar, daí o propósito de se criar um partido político. As evidências apontam no sentido de se acreditar na transformação social por intermédio do Estado permanecia, ou seja, as mobilizações do final dos 1970 apontavam, segundo avaliação dos “*novos sindicalistas*”, no sentido que as transformações sociais ocorreriam com a ocupação do Aparelho de Estado por esse movimento, portanto a criação de um partido político para tal finalidade.

Segundo Bihl essa posição do movimento operário em optar pela organização em partido decorre daquilo que vai chamar de “herança” decorrente da II Internacional e da III Internacional (Kominter)⁶⁵ :

O modelo do movimento operário (...) tira sua denominação de suas origens históricas. Ele aparece, de fato, nas formações capitalistas ocidentais (principalmente européias) em uma época (o último quarto do século XIX e antes da Primeira Guerra Mundial) em que o conjunto do movimento operário vai ser progressivamente dominado por forças políticas e ideológicas que se identificam, então na denominação de social-democracia, apesar de suas divergências e enfrentamentos freqüentemente severos. (BIHR, 1998:19).

E completando seu argumento:

⁶⁵ II Internacional (1889-1914), movimento que se propunha em organizar os trabalhadores em uma perspectiva internacional, no bojo desse movimento que emerge as propostas da Social Democracia clássica e a Revolucionária, essa decorre do fato da vitória Bolchevique no Império Russo em 1917. A III Internacional (1919 a 1943) ou Komintern é um movimento com os mesmos objetivos da II Internacional, porém agora hegemonizado pelo Partido Comunista da União das Repúblicas Soviéticas – URSS .

Pois, desde essa época, aparecem importantes particularidades nacionais nesse modelo, ligadas às particularidades das histórias nacionais mais globais das quais o movimento operário não escapa. Esta heterogeneidade que, longe de colocar em questão o modelo, desdobra todas as suas potencialidades, será ainda acentuada, logo após a Primeira Guerra Mundial, com a eclosão da II Internacional e do Komintern. Naquela época, manifestaram-se conjuntamente *duas variantes fundamentais* desse mesmo modelo, uma reformista e outra “revolucionária”. Entretanto, só a primeira continuará, a partir de então, a se valer da social-democracia enquanto, na linguagem veiculada pelas forças políticas ligadas à segunda versão, esse mesmo termo tornar-se-á progressivamente uma injúria com função de anátema, autojustificação e sobretudo a degeneração de qualquer paternidade com a versão declarada do modelo social-democrata. (BIHR, 1998:20).

Porém, essa divergência no seio do movimento operário, ou seja, social-democratas e revolucionários, existe uma questão que os une: a crença na transformação social através da conquista do Estado. Para efetivar tal proposta torna-se necessária que o movimento crie um partido que será o vetor das propostas transformadoras do mesmo.

Sendo assim, nada de surpreendente em seu comum fetichismo do Estado, apesar das diferenças de ênfase da este último por cada uma das versões. A versão reformista apresenta o Estado como um órgão neutro colocado acima das classes, portanto como um instrumento que pode ser colocado indiferentemente a serviço de uma política burguesa ou de uma política proletária. A versão revolucionária retoma em certo sentido essa temática, ao apresentar o Estado como transcendente e resolvendo as contradições inerentes à acumulação do capital (em particular, aquela entre a socialização crescente da produção e a propriedade privada dos meios de produção). (BIHR, 1998:22)

Sendo assim no caso do Brasil do final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 a luta contra a Ditadura Militar, contexto histórico que se insere a luta dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais e a conseqüente formação da UTE, é

também, momento de mobilização no sentido de formação de partidos políticos, rompendo com o bipartidarismo ARENA/MDB. Daí os sindicalistas do “novo sindicalismo” se unirem no intuito de formação de um partido político ancorados no pensamento de que somente o movimento e/ou o sindicato operário não seria capaz de operacionalizar as mudanças na estrutura capitalista. Ou mesmo, o objetivo de se fazer representar politicamente pela via parlamentar era bastante forte naquele período histórico. A participação de lideranças do movimento dos professores na construção do Partido dos Trabalhadores é justificada por Luiz Dulci em entrevista concedida ao professor João Pinto Furtado em 19/3/1993:

Ai que ver o fato de que é uma categoria muito numerosa. No Estado de Minas são duzentos e cinquenta mil trabalhadores em educação. Na prefeitura de Belo Horizonte hoje dá 57% do total dos funcionários que são da área da educação. Todas as prefeituras do interior têm um número muito grande de funcionários públicos. Então, ela é muito numerosa.

O professor Carcerone em seu depoimento ele justifica o engajamento da UTE na formação do Partido dos Trabalhadores também pelo grande número de membros da categoria no estado e daí que, a cada subsede da UTE, gerava um diretório do referido partido. Interessante ressaltar esse fato porque, sendo a UTE uma associação que se pretende autônoma já na sua gênese se aproxima de um partido político. Informação também corroborada pelo professor Carlão, *“a matriz sindical eu diria no caso de Minas, a implantação do PT no estado foi o movimento dos professores públicos aqui da UTE foi determinante. Era muito comum o que*

você tinha de liderança, tem a professora que comandou a greve lá, então vamos procurá-la, isso foi forte”.

A relação, forjada na experiência de luta do final dos anos 70, entre o movimento de trabalhadores em educação mineiro e o PT, e a CUT, parece se “atualizar” ao longo dos anos. Isto é atestado, por exemplo, pelo fato de que o primeiro Deputado Federal eleito pelo PT em Minas Gerais, Luiz Dulci, assim como parte bastante expressiva das bancadas federal, estadual e municipal atuais, é ligada ao movimento dos trabalhadores em educação. (FURTADO, 1993:51).

Urge verificar como se comporta historicamente a relação direção/base uma vez que no correr dos anos o Partido dos Trabalhadores assume não só cargos no campo do legislativo como no executivo. Em Belo Horizonte, desde 1992 a Prefeitura Municipal encontra-se em mãos petistas, inclusive com membros de a administração pública serem os mesmos da criação da UTE.⁶⁶

⁶⁶ Pode-se citar os seguintes nomes: Fernando Cabral, secretário de administração do governo Patrus, Presidente da Beprem (Beneficência da Prefeitura), Administrador Regional da Centro Sul, Carlão, vereador pelo PT, Presidente da BHTRANS, Luiz Dulci, secretário de governo do prefeito Patrus, secretário de governo do presidente Lula, Carcerone, diretor do PROCOM Municipal, Diretor da Administração Oeste de Belo Horizonte, Rogério Correa, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, tendo sido vereador na câmara municipal de Belo Horizonte.....

CAPITULO III

ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO: DÉCADAS DE 1980 E 1990

3.1 - OS ANOS 1980: década perdida?

Hey, anos 80
Charrete que perdeu condutor
Eu disse, hey, hey, anos 80
Melancolia e promessas de amor
Melancolia e promessas de amor
Dedé Caiano/Raul Seixas.

Tendo como objetivo esclarecer o contexto sócio-econômico do Brasil durante os anos 1980 urge apresentar algumas reflexões sobre a situação econômica vivenciada pelo país no referido espaço cronológico.

Segundo Wilson Cano (1994) afirma que apesar do arrocho salarial empregado pelas políticas econômicas adotadas no pós-64 e reforçadas nos anos 1970 houve *“a notável expansão quantitativa do emprego urbano e a elevada diversificação da estrutura ocupacional – aumentando consideravelmente os postos de trabalho mais qualificados e mais bem remunerados – possibilitaram, mais uma vez, a contenção de reformas sociais estruturais requeridas, notadamente a agrária. Contudo, o Censo Demográfico de 1980 revelaria notável piora dos níveis pessoais da distribuição de renda e considerável aumento do emprego informal”*. (CANO, 1994:595).

Ainda rastreando a análise feita pelo professor Wilson Cano que afirma ter havido uma herança negativa dos anos 1970 em função de um exagerado

endividamento externo, levando, com isso, a um problema financeiro ao Estado brasileiro, “*fragilizando-o e debilitando-o, já no final da década*”. (CANO, 1994:595). Ora, a situação econômica vivenciada pelo Brasil decorre do fato de sua dependência ao capital estrangeiro, principalmente norte-americano. Não se pode esquecer que, como já foi analisado anteriormente, a crise no campo do capitalismo já se desenhava no início da década de 1970 e se torna mais aguda no final da referida década. Ao se iniciar os anos 1980, segundo Cano, a situação brasileira se apresenta bastante complicada:

Entre 1979 e 1982, a política monetária e fiscal norte-americana desencadeou, através da violenta alta da taxa de juros, a ruptura da chamada “crise da dívida externa”. Isto, mais o cerceamento quase completo ao financiamento externo, obrigou a maioria dos países devedores a implantar políticas (ou tentativas de políticas) macroeconômicas de ajuste ortodoxo na base do chamado “Consenso de Washington” – cortes do gasto público, restrições monetárias, altos juros, arrocho salarial, câmbio “realista”, etc. - , o que implicava objetivamente corte parte da demanda interna, deslocando-a para a geração de excedentes mercantilizáveis no exterior para o atendimento do serviço financeiro da dívida externa. (CANO, 1994: 595).

Afinal, o que veio a ser o “Consenso de Washington”?

Segundo o diplomata brasileiro, Paulo Nogueira Batista, resultou de uma reunião de funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento na capital dos Estados Unidos da América, Washington. O objetivo central dessa reunião era “*proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região*”. (BATISTA, 2001:11). Importante ressaltar que nessa referida reunião vários

economistas latino-americanos estavam presentes. Essa reunião ocorreu em novembro de 1989 portanto, no final da década de 1980.

O referido encontro tinha um formato acadêmico e sem caráter deliberativo, como nos esclarece Batista (2001), porém as diretrizes estabelecidas por ele acabaram sendo adotadas pelos governos latino-americanos que resumidamente são:

O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição de renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. (BATISTA, 2001:19).⁶⁷

Nesse contexto de política econômica quando o Brasil, forçado pelo capital internacional, estatiza a dívida externa, com isso as bases financeiras do Estado ficam minadas gerando aquilo que comumente se chama de “ciranda financeira”, por que ocorre uma interação dívida externa/dívida interna, ou seja, o governo para honrar seus compromissos emite títulos bancários com elevados juros no intuito de atrair investidores e captar recursos junto ao sistema financeira.(Cano, 1994:595). Como se pode notar a capacidade de investimento no setor produtivo por intermédio do Estado fica reduzida e não se pode esquecer que durante o

⁶⁷ Os pontos significativos do Consenso de Washington foram: 1-disciplina fiscal;2-priorização dos gastos públicos;3-reforma tributária;4-liberalização financeira;5-regime cambial;6-liberalização comercial;7-investimento direto estrangeiro;8-privatização;9-desregulação; e 10-propriedade intelectual. (C.F. Batista, 2001)

“Milagre Brasileiro” o principal investidor foi o Estado principalmente no que concerne ao setor de infraestrutura.

Os mentores de nossa política econômica – entre 1987-85 e 1987-89 - , por falta de condições políticas e econômicas “mais objetivas”, não conseguiram levar às últimas conseqüências suas tentativas de ajuste ortodoxo. Com isso, tivemos um desempenho medíocre no período, apesar dos crescentes saldos da balança comercial. A exceção a essas políticas foi o Plano Cruzado (1986-87)⁶⁸, único ensaio de política de estabilização em que se preservaram os salários, mas que, diante da necessidade de implantação de reformas estruturais, foi abortado pelo conservadorismo e pelo oportunismo político. (CANO, 1994:595).

Procurando resumir essa análise sob o ponto de vista econômico, o professor Cano ainda afirma que o país teve uma redução na sua produção industrial, excetuando alguns setores que se beneficiavam da “*reserva de mercado*” até ao final da década, como foi o caso do setor de informática e outros setores da indústria que tiveram aportes de investimentos públicos como projetos petrolíferos, químicos e minero-metalúrgicos, ferro e não-ferrosos (Carajás, Alunorte e outros). (CANO, 1994:596). Esse crescimento praticamente nulo no setor industrial apresentou efeitos graves no que concerne a empregabilidade da mão-de-obra, ou seja, “*os efeitos de um crescimento industrial praticamente nulo na década foram graves para o emprego da mão-de-obra, com acentuada diminuição do emprego formal, deterioração dos salários e maior rotatividade, muito mais como decorrência da crise do que de introjeção tecnológica mais intensa*”.(CANO, 1994:596).

⁶⁸ Política econômica adotada pelo presidente José Sarney, cujo objetivo principal era acabar com o processo inflacionário e repor o país na rota do crescimento econômico. Assim denominado em função de que a denominação da moeda brasileira deixou de ser “Cruzeiro” e passou a ser chamada de “Cruzado”.

Deve-se destacar que houve um crescimento do setor serviços que foi o único a expandir sua ocupação por todo território nacional. Mas o setor serviço é uma parte da economia que remunera menos que o setor industrial e, portanto não absorve aqueles que migram do setor industrial. Outra informação importante a ser analisada é a de que as conseqüências não foram maiores no sentido de instalação de uma crise social generalizada se dá pelo fato de que a tendência de nosso crescimento demográfico foi de queda.⁶⁹

Caso seja feita uma análise meramente econômica da década de 1980, ela foi realmente uma década perdida, pois os indicadores econômicos resultaram em crescimento zero e, em alguns períodos, até negativo. Porém, torna-se mister esclarecer que esta não é uma situação isolada do Brasil uma vez que a interligação em uma “*economia mundo*” é cada vez mais intensa e o processo de globalização vem sido desenhado desde meados dos anos 1970 como nos esclarece David Harvey:

Afirmo que por certo houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973⁷⁰, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma. Precisamos considerar, porém, se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX. (HARVEY, 1994:177).

⁶⁹ A taxa anual de crescimento demográfico baixou de 2,48% em 1970 para 1,89% em 1980. (C.F. CANO, 1994:597).

⁷⁰ Ano do chamado primeiro choque do Petróleo.

A esse movimento do capitalismo o referido autor denominará “*acumulação flexível*” que, no final do século passado, quebra o paradigma da rigidez do modelo fordista da organização do processo de trabalho e concepção de mercado, ou seja, a máxima do fordismo era “*produção em massa para a massa*” já na referida acumulação flexível, a idéia central é “*flexibilizar a produção conforme as necessidades do mercado*”. Nesse modelo, acaba que a hegemonia recai sobre os mercados financeiros florescentes. Portanto a situação vivida pelo Brasil nos anos 1980 espelha essa tendência mundial e, como será visto mais adiante, refletirá na postura política que se tornará hegemônica a partir da segunda metade dos anos 1980: “*o neoliberalismo*”.

3.2 - E OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

A questão que se coloca nesse momento é a seguinte: no final dos anos 1970, no Brasil, o Movimento Operário se apresenta como agente político desafiando o governo ditatorial que se instalara pelo golpe de 1964. As greves dos trabalhadores do ABCD paulista, os trabalhadores de João Monlevade, o renascer do movimento dos metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, as greves do magistério mineiro, destaque para os da Rede Pública que geraram uma nova entidade a UTE, dentre outros demonstrava vigor e disposição para, inclusive construir um partido político que refletisse as idéias e reivindicações decorrentes das classes trabalhadoras. Os anos de 1978 e 1979 foram emblemáticos como já foram analisados anteriormente.

No campo dos Movimentos Sociais, pelo menos até à metade dos anos 1980, continuou impulsionado mesmo porque a luta pela redemocratização do país aglutinava as oposições à Ditadura Militar que, no governo Figueiredo, apresentava sinais de abrandamento. Isto estava ocorrendo em função das mobilizações sociais dos finais dos 1970 bem como o desenho do modelo econômico implementado pelos tecnoburocratas do regime, como já foi detectado, estava em crise: altas inflações anuais com decréscimo econômico.

Deve-se ressaltar que o “*abrandamento*” do governo Figueiredo não significava o fim dos instrumentos legais de repressão, como, por exemplo, a *Lei de Segurança Nacional* permanecia em vigor e era usada contra as mobilizações populares, como foi o caso da greve de 1980 agora encabeçada pela recém criada UTE. Os professores da Rede Pública de Minas Gerais partiram para um

movimento grevista em 1980⁷¹ e, no decorrer do referido movimento, que algumas de suas lideranças significativas classificaram de ter sido uma atitude precipitada, o governo federal usou dos recursos de “*exceção*”.

Existia uma Lei de Segurança ainda em vigência no sentido em tentar acelerar uma decisão dentro da cadeia que era de forçar as autoridades a chegarem a um desfecho positivo com relação ao movimento, foi quando então nós optamos por aquela decisão de entrar em greve de fome, coisa que acabou forçando o governo a dar um desfecho ao movimento, por que tinha um agravante no caso aí, que era novidade para época, nesse sentido aí, afinal de contas tinha cinco professores em greve de fome dentro da cadeia sem nenhuma justificativa para a prisão e o movimento para ser resolvido pelo lado de fora. “
(CABRAL)

Interessante ressaltar que o momento histórico ainda se encontrava sob o ponto de vista político ainda impregnado pelos atos de exceção e que a ação do Estado ainda se pautava pela perseguição política àqueles que questionavam o regime urge apresentar o depoimento do professor Antonio Carlos Pereira (Carlão) relatando sua prisão durante a greve de 1980:

Então, foi na porta da Assembléia Legislativa. Tinha acabado uma assembléia, nós já tínhamos ouvido ruídos, com as possibilidades de prisões. E eu paternalmente fui orientar as pessoas como elas iriam sair dali. Eu pisei na calçada, saí do território da Assembléia. Não me lembro a quantidade na época, botaram no camburão e me levaram. Todo mundo gritando, mas não adiantou nada. Depois os outros ficaram dentro da Assembléia, ficaram uns dois, se eu não me engano. (CARLÃO).⁷²

⁷¹ Com referência ao movimento de 80, Fernando Cabral, na época tesoureiro da UTE, em relato afirmou: “*havia uma avaliação precipitada de que poderia se reproduzir o mesmo fenômeno de 79. Agora, em 79 nós pegamos um governo recém empossado que não tinha nenhuma expectativa com relação a nenhum movimento*” (Entrevista concedida no dia 16/06/2003)

⁷² Com relação à essa greve, 1980, Carlão posicionou criticamente em seu depoimento: “*Mas a greve de 80 foi uma coisa muito forte no sentido de quebra de encantos. O encanto de 79 era muito vivo. E nós não*

No início dos anos 1980 com a conjuntura modificada o movimento dos trabalhadores já se encontrava em um processo de arrefecimento e/ou descenso, muito em função da derrota da greve de 41 dias dos trabalhadores do ABC paulista, quadro recessivo que se instalou criando uma situação de preservação do emprego e a nova política salarial que criou a introdução do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) como base de cálculo para os reajustes salariais, política essa que teve como objetivo quebrar a relação existente entre o novo sindicalismo emergente e sua base composta de assalariado à medida que as reivindicações de cunho econômico são atendidas, tornam-se mais difíceis as mobilizações trabalhistas.(ANTUNES, 1995).

Por que isso acontece? Ao indexar os salários o Estado brasileiro consegue amenizar o impacto inflacionário na composição salarial dos trabalhadores, portanto a disposição para um movimento reivindicatório torna-se mais brando. Porém, urge ressaltar que para o funcionalismo público essa afirmação não é pertinente uma vez que várias das conquistas dos trabalhadores da iniciativa privada não eram imediatamente incorporadas para os trabalhadores públicos. No que diz respeito a esses últimos, o estabelecimento dessas conquistas começam a serem estabelecidas a partir da segunda metade dos anos 1980 e, em específico aos trabalhadores da educação de Minas Gerais, foi após uma greve de 1985, durante o governo de Hélio Garcia que as referidas conquistas foram

percebemos que as coisas podiam ser muito diferentes, como foram. E deixou o movimento derrotado por um bom período, eu sou ruim de datas, eu não me lembro quando foi retomado, mas ficamos por um período quietinhos, pelo menos, dois a três anos”.

efetivadas, conforme documento confeccionado pela direção do Sind-UTE denominado “*As conquistas da categoria*” elaborada em 1991:

Antes da greve, o governo não negocia. Depois do fato consumado, as negociações se realizam, e o governo cede nos seguintes pontos:

- Reajuste semestral acima do INPC
- 13% salário
- Promoção por acesso
- Concurso para P3, P5 e serventes.
- Participação na fundação da coordenação sindical, fazendo parte da sua diretoria⁷³.

Interessante ressaltar que, segundo avaliação do Deputado Estadual Rogério Correa em seu depoimento, a década de 1980 realmente foi marcante para a organização do movimento dos trabalhadores da educação em Minas Gerais. Enfatiza que realmente o fracasso da greve de 1980 representou um baque no movimento, mas que a partir de 1986 o movimento retoma seu fôlego, principalmente com a greve de 1987 durante o governo de Newton Cardoso quando foi possível organizar o movimento conjunto com os outros trabalhadores do serviço público muito em função da já citada Coordenação Sindical⁷⁴. Portanto,

⁷³ Coordenação Sindical – foi uma instituição formada por associações representativas dos trabalhadores do Serviço Público de Minas Gerais que tinha como objetivo aglutinar as ações trabalhistas em conjunto, ou seja, agir no sentido de unir todas as ações trabalhistas em uma coordenação unificada salvaguardando as especificidades de cada categoria profissional.

⁷⁴ “Veja bem, não é que havia um descenso do movimento sindical, a década de 80 foi toda uma década de ascenso. No caso da UTE a greve de 80 levou a que nós não conseguíssemos a ter uma recuperação logo nos anos seguintes. Agora, em 86 retoma com greves também muito fortes. A de 87 contra o governo Newton

olhando sob o prisma das mobilizações populares, apesar da crise econômica dos anos 1980, foi de ascensão e de organização dos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil.

Fato emblemático da força das mobilizações populares da década de 1980 foram os acontecimentos do 1º de maio de 1980 ocorridos na Praça da Matriz de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo. Em decorrência da greve deflagrada pelos metalúrgicos em final de março daquele ano, o governo resolve radicalizar com o movimento, inibindo as possibilidades de negociações diretas entre empresários e trabalhadores conforme nos esclarece o professor José Álvaro Moisés:

A greve de 1980 foi pontilhada de acontecimentos que indicavam que o governo não estava disposto a conceder um milímetro de terreno aos grevistas, nem que fosse o espaço de negociações entre empresários e trabalhadores. Se, em 1978, 1979, empresários e autoridades foram colhidos de surpresa pela iniciativa dos trabalhadores, agora a situação era outra. A imprensa cansou de noticiar que a “dureza” dos empresários ao se negarem a discutir com os líderes sindicais estava orientada, diretamente, pelo ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. (MOISÉS, 1982:163)

Diante da situação daquela época, apesar de que o discurso do governo Figueiredo era de “abertura, lenta, gradual e segura”, a repressão ao movimento de trabalhadores em 80 foi rigoroso usando os dispositivos legais egressos do golpe de 1964 como a Lei 4330 que, ainda segundo Moisés (1982:163),

Cardoso foi uma greve, talvez, de mais mobilização de massa. Nós chegamos a botar próximo de cem mil pessoas na praça. Ali na Afonso Pena, foi a greve junto com o funcionalismo público”. (Rogério Correa)

“praticamente suprimiram os direitos sindicais e, em especial, o direito de greve no país”. Em face disto o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, após a recusa dos trabalhadores em assembléia, em acatar a decisão do referido órgão do judiciário de término da greve, o mesmo decretou a greve ilegal, no dia 14 de abril de 1980. Com essa postura do TRT paulista abriu espaço para o Ministério do Trabalho decretar a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que aconteceu no dia 17 de abril, inclusive com prisões de líderes do movimento⁷⁵ no dia 19 de abril.

Essa atitude do aparelho de Estado ditatorial ficava clara a posição do mesmo frente aos movimentos dos trabalhadores: quebrar o avanço organizativo proporcionado pelo denominado “*Novo Sindicalismo*”. O posicionamento do governo frente aos movimentos grevistas de massa em 1980 foi idêntico tanto no caso do ABC paulista, decretação da ilegalidade da greve e prisão das lideranças, como no caso do movimento dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais, quando aconteceu a prisão das lideranças da UTE com base na Lei da Segurança Nacional.

Além disso, começava a tornar-se patente, agora, que havia uma determinação explícita dos dirigentes do Estado não apenas para derrotar o movimento em seu campo específico, mas também para “quebrar” as novas lideranças sindicais que se formaram a partir de meados dos anos 70 e que, cada vez mais, nos últimos anos, assumiram visível papel político no quadro da chamada “abertura democrática”. (MOISÉS, 1982:163/4).

⁷⁵ No dia 17 de abril de 1980, o governo decretou a intervenção nos sindicatos de São Bernardo e Santo André e, no dia 19 de madrugada, Lula foi preso ilegalmente e levado para o DEOPS, onde ficaria até 20 de maio. C.F. Lula: *Luís Inácio da Silva. Entrevistas e discursos.* (1980: 385).

Porém, a estratégia utilizada pelo governo para desestruturar o movimento não obteve sucesso. No caso mineiro, os líderes presos optaram por uma greve de fome no sentido de reabertura de negociações enquanto o movimento persistia, como já foi assinalado pelo depoimento do professor Fernando Cabral: “...*cinco professores em greve de fome dentro da cadeia sem nenhuma justificativa para a prisão e o movimento para ser resolvido pelo lado de fora.*”

Já no caso dos trabalhadores do ABC paulista, o enfrentamento do movimento operário com o aparato repressivo do Estado terá uma repercussão maior muito em virtude da intensidade da mobilização e das entidades da sociedade civil envolvidas bem como a adesão de parlamentares opositores à Ditadura Militar tendo como destaque os senadores Teotônio Vilela por Alagoas, e Severo Gomes, ambos do MDB, porém egressos da ARENA, inclusive o último fora Ministro da Indústria e Comércio do Governo Figueiredo, tendo rompido com o mesmo e bandeadado para a oposição tendo, portanto, sido eleito Senador da República. Além dessas autoridades constituídas acima mencionadas, importante foi o apoio dado pela Igreja ao movimento, sendo que o Presidente da República, Figueiredo, chegou a acusar D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, de “*incitar os trabalhadores à greve*”. (MOISÉS, 1982:167).

Importante ressaltar que a greve de 1980 foi bastante organizada em função das experiências adquiridas nas greves dos anos de 1978 e 1979:

Em 1980, beneficiando-se da experiência dos grandes movimentos dos anos anteriores, a greve foi preparada e organizada “com a precisão de um produto industrial, segundo as palavras de um analista”, foi antecedida pela realização de quase 300 encontros preparatórios por empresas em São Bernardo. O resultado mais

importante desses encontros por fábrica foi a indicação de 400 delegados para a chamada Comissão de Mobilização – uma das instâncias de coordenação da greve -, de onde sairia a Comissão de Salários, mais restrita, que, ao lado da diretoria do sindicato, cumpriria as importantes funções de núcleo de comando de greve.(MOISÉS, 1982:166)

Diante desse processo organizativo a greve teve continuidade menos com as prisões das lideranças a mesma teve continuidade e é importante transcrever parte de um discurso do principal líder do movimento o então sindicalista Luis Inácio da Silva – Lula – às vésperas de sua prisão:

É importante que vocês entendam bem uma coisa. O governo está apostando num esvaziamento da greve, está apostando nisso. Ele acha que terça-feira a gente não agüenta mais e volta a trabalhar. Prestem atenção numa coisa. Companheiros, prestam atenção numa coisa. Talvez eles me prendam. Prestem atenção! Ninguém fala nada. Talvez eles me prendam, como prenderam o Olívio Dutra⁷⁶ no Rio Grande do Sul. (LULA, 1980:390)

Esse discurso foi proferido no dia 18 de abril de 1980 e Lula foi preso no dia seguinte como foi notificado acima. Porém em função de como o movimento estava organizado os trabalhadores não recuaram, a greve continuou mesmo quando os empresários ameaçaram contratar outros operários para suas fábricas.

A greve, entretanto, continuava. No vigésimo terceiro dia, novo folheto do Sindicato vislumbrava um rápido e favorável desfecho: *“A vitória está muito perto! Tudo o que aconteceu estava previsto. A intervenção no Sindicato e a prisão da Diretoria são conseqüência da luta. Nós temos o compromisso de continuar a greve custe o que custar”*. E, referindo-se a um possível desânimo em alguns setores do operariado, o documento alertava: *“Furar a greve é trair o Lula e todos os outros companheiros presos. Furar a greve é trair toda solidariedade nacional e internacional que*

⁷⁶ Presidente do Sindicato dos Bancários no Rio Grande do Sul que liderava uma greve também bastante reprimida.

estamos recebendo. Os patrões e governo estão encurralados. Fizeram intervenções no Sindicato, prenderam o Lula e quase toda Diretoria, bateram nos companheiros nas ruas, mas a greve continua. (ANTUNES, 1988:78)

O clima político que se abatia sobre o país favorecia as mobilizações populares, pois era de críticas abertas ao governo ditatorial. De maneira que a repressão a elas fazia com que o governo perdesse apoio na sociedade civil, inclusive no seio do empresariado⁷⁷. O cosmo político era favorável às mudanças e a possibilidade de desmoronar com as lideranças do chamado “*Novo Sindicalismo*” era um ato infrutífero, ou seja, o governo não possuía base social para sufocar a “*rebeldia dos trabalhadores*”. Nesse contexto os trabalhadores exigem serem participantes nos processos políticos brasileiros. Urge recordar que os anos de 1980, sob o ponto de vista econômico, foram considerados perdidos, como já se analisou anteriormente. Daí a continuidade da greve do ABC em 1980 e seu desenrolar faz deslumbrar uma possibilidade maior do cenário político ser também ocupado pelos trabalhadores enquanto sujeitos. Também, apesar, de ter a dimensão da greve de 1979, a mobilização dos trabalhadores do ensino em Minas Gerais em 1980, assim como os bancários do Rio Grande do Sul refletem esse clima.

A partir desses fatos ocorridos no início dos anos 1980 podemos entender um episódio que marca significativamente o ânimo e o anseio de mudanças na política nacional e, que foi o *1º de Maio de 1980* comemorado pelos grevistas do

⁷⁷ Uma das principais lideranças empresarial brasileira, Antonio Ermírio de Moraes, em depoimento para o jornal O Movimento de 26 de junho de 1979 apresenta severas críticas ao modelo econômico imposto pela Ditadura Militar, reclamando principalmente da abertura demasiada ao capital estrangeiro naquele caso, em específico, o capital japonês: “*ao invés de nos transformamos, a troco de nada, em escravos do novo cartel controlador das importações japonesas do alumínio, deveríamos partir, sem sócios, para a execução do projeto Albrás*”.

ABC em São Bernardo do Campo inserido no clima do conflito acirrado com a Ditadura Militar e o empresariado.

Se o trigésimo dia da Greve trouxe um retorno ao trabalho não-desprezível, a expressiva manifestação operária no 1º de Maio, com mais de cem mil trabalhadores – que partiu em passeata da Igreja Matriz, em direção ao Paço Municipal e, cada vez mais expressiva, reconquistou o Estádio de Vila Euclides, denominado então Estádio 1º de Maio - , fez com que o comando de greve continuasse acreditando na longevidade ainda maior do movimento e na possibilidade de sua conversão em vitória. (ANTUNES, 1988:80)

Essa manifestação em São Bernardo do Campo ganhou repercussão nacional pelo fato que existia um aparato repressivo enorme com o intuito de impedi-la, porém, diante do grande número de participantes e o apoio das entidades da sociedade civil (OAB, Igreja) e autoridades do legislativo, a repressão recua.

Interessante ressaltar que, sob o ponto das conquistas trabalhistas, o movimento obteve uma derrota porque, conforme Antunes (1988:80):

O capital e o seu Estado político implementavam sua estratégia visando a desestruturar o núcleo mais avançado do proletariado brasileiro: as vitórias de 1978 e 79, pelo significado e conseqüências que tiveram para o conjunto do movimento operário, não poderiam repetir-se novamente. Suas conseqüências poderiam ter desdobramentos insuportáveis à política econômica, em particular à política salarial recém-implantada – instrumento com o qual esperava-se desmobilizar a vaga grevista, em ascenso desde 78 e que, pelo papel impulsionador da ação operária metalúrgica do ABC, se vitorioso em 1980, tenderia a atingir uma dimensão ainda mais intensa que o surto grevista do ano anterior. Por tudo isso o patronato e o Estado não estavam dispostos a ceder a nenhuma das reivindicações da Greve metalúrgica que pudesse expressar algum significado de vitória do movimento.

No entanto, tanto ANTUNES (1988) como MOISÉS (1982) concordam que o movimento propiciou uma reflexão sobre o caráter da ação sindical em contexto ainda autoritário do regime político brasileiro. Segundo Antunes o movimento de 1980 foi encarado pelas lideranças como vitorioso. Partindo dessa premissa por parte das lideranças do movimento ele irá afirmar que, na verdade, apresenta uma conclusão equivocada:

Em síntese, sendo a Greve geral metalúrgica de São Bernardo, em 1980, entendida como expressão de um movimento vitorioso, tem-se neste caso, uma avaliação que introduz elementos que favorecem não o processo de conscientização do trabalho, mas o seu contrário. Isto também porque essa avaliação mascara o real significado da ação operária que, como dissemos anteriormente, resultou em forte derrota política do proletariado metalúrgico vinculado à indústria automobilística. Esta derrota coloca para o próprio proletariado a necessidade de tematização destas questões, de modo que, assim como múltiplos e riquíssimos ensinamentos foram extraídos das vitórias de 1978 e 1979, também se possa fazê-lo nos momentos de desfavorabilidade e adversidade.

Já o professor José Álvaro Moisés conclui que o movimento grevista geral dos metalúrgicos do ABC possibilitou a organização dos trabalhadores em uma perspectiva de mudança e afirmação dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos, constituindo um “*verdadeiro movimento de massas*” (MOISÉS, 1982:183):

Preparando-se para a greve, os trabalhadores metalúrgicos preparam-se também para adquirir a plenitude da sua condição de cidadãos, orientando a sua ação também para a busca desse objetivo. Se há algum mérito a reconhecer nos movimentos do ABC, é este: a formação de um verdadeiro movimento de massas

pela democracia, como talvez nunca tenha havido outro na história do país. (MOISÉS, 1982:183)

Para melhor esclarecer essas interpretações dos movimentos trabalhistas do início dos anos 1980, aí incluindo a greve dos professores mineiros ocorrida na mesma época, é possível, seria interessante apresentar uma questão: a derrota desses movimentos no campo econômico assim como no político representa um avanço dos movimentos sociais para uma participação da sociedade política?

A resposta dada por Moisés a essa problemática nos indica que os movimentos de 1980 apontavam para isso quando ele afirma que “... *o sinal mais evidente dessa nova realidade é sua aspiração de constituir em partido, tal como expresso na proposta do Partido dos Trabalhadores – PT*”. (MOISÉS, 1982:183).

À guisa de conclusão torna-se importante afirmar que tanto as lideranças do movimento dos professores mineiros como os sindicalistas do ABC fizeram essa opção ético-política, ou seja, a criação de um partido que fora o Partido dos Trabalhadores. Portanto, partem da premissa que a tomada do Estado seria fator de mudanças no contexto socioeconômico. Também, torna-se claro a oposição pela luta parlamentar desde que a derrota da “*oposição armada*” era recente na história brasileira haja vista que, muitos dos militantes⁷⁸ que integrarão a esse partido, Partido dos Trabalhadores, acabavam de chegar de exílios políticos e foram atores influentes naqueles episódios armados nas décadas de 1960 e 1970. Além desses militantes remanescentes dos movimentos de esquerda das décadas

⁷⁸ Importante ressaltar que os mesmos também integrarão outros partidos que se constituirão a partir da “Abertura Política” e da “Anistia”, quando do estabelecimento do pluripartidarismo: Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido Comunista Brasileiro – PCB e PCdoB – Partido Comunista do Brasil, dentre outros.

já referidas, as lideranças que emergem do denominado “*Novo Sindicalismo*” sempre defenderam a luta pacífica para que a Ditadura fosse derrubada.

3.3 - APROFUNDAMENTO DA CRISE NO “BLOCO HISTÓRICO” DE SUSTENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR: “TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA”.

A mobilização decorrente dos movimentos sociais do final da década de 1970 e início dos anos 1980 fez com a sustentabilidade política da Ditadura Militar sofresse abalos e, portanto, o “*Bloco Histórico*” que a sustentava tendia a se ruir. Como já foi dito anteriormente a crise decorrente do fim do “Milagre brasileiro” foi ressentido tanto nas bases sociais de apoio ao governo: dissidências no campo, exemplo, a disputa sucessória do presidente General Ernesto Geisel, situando a postura do General Sílvio Frota que pretendia a continuidade do modelo ditatorial e as críticas decorrentes do General Hugo de Abreu em apoio ao grupo de Frota. General Geisel vai apostar na candidatura do General Batista Figueiredo e conseqüentemente no processo de uma “*Abertura lenta, gradual e segura*”. No que diz respeito aos políticos que apoiavam ao governo ditatorial no próprio partido governista, ARENA, apresentavam-se descontentamentos como já foi apontado anteriormente, como foi a postura do Senador Magalhães Pinto ao procurar estabelecer uma frente para a sucessão do Presidente General Geisel, junto com políticos como Severo Gomes, esse dissidente advindo do próprio Aparelho de Estado Ditatorial pois fora Ministro no Governo Geisel.

Já do campo da oposição liberal, consentida, o partido MDB procurava gerar uma discussão nacional em torno de dois eixos temáticos: redemocratização do país e um estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte. Para tal

insiste na figura do “anticandidato” que seria submetido ao Colégio Eleitoral⁷⁹ que, por sua composição governista, seria derrotado. Naquela ocasião, o “anticandidato” foi o General da Reserva Euler Bentes que apresentava um forte discurso nacionalista com isso, aproximando da chamada burguesia nacional que vinha denunciando o governo de favorecimento ao capital internacional, como se pode verificar a postura do empresário Antonio E. Moraes na crítica que fazia ao governo de favorecer o capital japonês no que diz respeito ao beneficiamento do alumínio.

Em síntese, a sociedade brasileira decorrente do “Golpe de 64”, no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 encontrava-se como nos lembra Marco Aurélio Nogueira:

O ciclo expansivo dos anos 1968-1973 não teve como se sustentar e jogou o país numa grave crise de caráter recessivo. A crise, por sua vez, fracionou o bloco de sustentação do regime, generalizou o descontentamento das camadas médias e do operariado, fazendo vir à tona as novas energias e os novos sujeitos produzidos pela modernização do país. A sociedade civil ganhou nova articulação, as oposições conseguiram seus primeiros êxitos eleitorais e ampliaram sua base social, o movimento sindical (especialmente aquele referenciado pelo cinturão industrial paulista, o ABC) recebeu alento e voltou a realizar greves. Com flagrantes problemas de legitimação, e às voltas com disputas e indisciplinas em seu próprio interior, o regime foi forçado a pôr em prática um projeto de abertura controlada que garantisse sua auto-reforma e sua reprodução. O país como um todo ingressará assim numa fase de tensão e turbulência, que o levará, “de modo lento, gradativo e seguro”, como queria Geisel, de volta, à democracia. (NOGUEIRA, 2005: 19/20).

⁷⁹ Colégio Eleitoral, pela Constituição da época, a eleição do Presidente da República se dava pela via indireta e, para tal, se constituía um “Colégio Eleitoral”, composto pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado) e representantes de Assembléias Legislativas Estaduais.

Urge salientar que as “*disputas e indisciplinas*” no interior do regime, ou seja, melhor situando, as divisões, no Aparelho de Estado que sustenta o regime, se dão em duas esferas:

1 – No campo castrense do “Bloco Histórico” dirigente já foi abordada a posição dos setores recalcitrantes das Forças Armadas face ao processo de abertura política proposta pelo General Presidente Geisel, ou seja, aqueles que projetavam a possibilidade de se continuar o regime ditatorial. Isto fica bastante claro frente à ação política efetuada por setores radicais da chamada “*Comunidade de Informações*”⁸⁰ durante o início dos anos 1980, durante a gestão do General João Batista Figueiredo. Essa denominada “*Comunidade de Informações*” procurará emperrar o processo de abertura com ações terroristas concretas: “cartas bombas” enviadas e detonadas, uma na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Rio de Janeiro, com a morte de sua secretária dona Lida e, outra na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro. Além do mais os episódios de queimas de bancas de revistas no intuito de impedirem as vendas de jornais da “*imprensa alternativa*” tais como “*O Pasquim*”, “*O Movimento*”, “*Opinião*” etc. Neste contexto o episódio das explosões de bombas no estacionamento do Riocentro quando acontecia um evento comemorativo ao 1º de maio de 1981 foi bastante emblemático, pois deixou bem clara a divisão no interior do núcleo militar do Regime. Estavam presentes milhares de pessoas, principalmente jovens, pois se tratava de um show em que se apresentavam

⁸⁰ Que englobava os órgãos eminentemente repressivos dos governos militares tendo a direção Central no Serviço Nacional de Informações –SNI, criado pelo General Golbery do Couto e Silva que, no processo de abertura desabafou dizendo: “*Criei um monstro*”.

artistas conhecidos como, Chico Buarque, Alceu Valença, Betty Carvalho etc. O evento havia sido organizado pelo Centro Brasil Democrático – CEBRADE, que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

O “*Episódio do Riocentro*” , como ficou conhecido e divulgado pela imprensa, foi marcante porque uma das explosões ocorreu no interior de um carro, cujos ocupantes faziam parte do Exército, membros do DOI. No ocorrido, um dos ocupantes morreu, o sargento Rosário e, o outro recebeu ferimentos graves, o capitão Machado. As evidências apontavam no sentido de que membros das Forças Armadas estavam se envolvendo em atos terroristas no intuito de impedir o processo democrático. Os antagonismos no meio militar tornam-se claros quando do julgamento do acontecimento no Superior Tribunal Militar:

Quando do julgamento do processo referente à tentativa de atentado a bomba no Riocentro, o Ministro Júlio de Sá Bierrenbach, da Marinha, adotou a postura de árbitro diante dos autos. O fato de ministros pertencentes ao Exército tomarem essa neutralidade como ofensiva à sua Arma significou em endossar a um inquérito intra-muros, cujo resultado foi interpretado como parcial pela opinião pública. A atitude de neutralidade de Bierrenbach não foi assimilada, caracterizando-se então a parcialidade de seus colegas. (DREIFUSS/DULCI, 1983:115).

O Exército, principalmente oficiais comandantes do SNI, procuravam fazer uma investigação, aliás, um encobrimento dos fatos, através de uma sindicância que inocentavam os membros das Forças Armadas e os apresentavam como vítimas de um suposto terrorismo de esquerda em aliança com a extrema-direita.⁸¹

⁸¹ Nos autos do Inquérito Policial Militar (IPM) chegou a ser registrado a participação no atentado de elementos pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) grupos da esquerda armada, já desmantelados àquela ocasião, aliados ao Comando Delta, grupo de extrema-direita.

Porém, em consonância com a idéia de “*Abertura Política*”, havia setores das Forças Armadas que davam suporte ao General Presidente Figueiredo. Talvez nem fosse por convicção ideológica e/ou princípios, mais em função do desgaste de imagem que os militares vinham obtendo junto à opinião pública em face de um longo tempo no poder, levando-se em conta que, a partir do final dos anos de 1970, esse poder vinha sendo questionado pela sociedade civil brasileira como já se comentou anteriormente. Esses setores que davam suporte ao processo de abertura política entendiam que era necessário um diálogo com amplos e diversos segmentos da sociedade:

A condição para se alcançar essa definição é a abertura do diálogo com os diversos segmentos da sociedade, indo além dos aliados preferenciais de hoje⁸². A intenção de promover esse diálogo, por sinal, foi revelada pelo General Alzir Benjamin Chaloub, Comandante da Escola Superior de Guerra, ESG. Segundo o General Chaloub, “*a partir do próximo ano a Escola Superior de Guerra começará a trabalhar com seus quadros, na qualidade de debatedores, representantes dos sindicatos, empresários e banqueiros*”, porque a ESG “*não dá primazia a nenhuma classe*”. (DREIFUSS/DULCI, 1983:116).

Analisando a citação acima pode-se concluir que no campo dos militares existia uma mentalidade propícia ao processo democrático em contraponto aos setores radicais incrustados nos “*Órgãos da Comunidade de Informações*” . Tanto isso é verdade que os atores que participariam da ESG, como debatedores incluíam notórios opositores ao regime que, a partir de então passariam a ser interlocutores no processo de “*Abertura Democrática*”:

⁸² Texto publicado em 1983, portanto em pleno processo de “*Abertura Política*”.

Dentro dessa perspectiva, de levar à ESG pessoas que “*pensam diferentemente*”, como d. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo e o Deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, o General Chaloub admitiu que pretendia convidar o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva (“Lula”), como “*um dos primeiros representantes autênticos dos trabalhadores, o primeiro que teve a coragem de se projetar*”. (DREIFUSS/DULCI, 1983:116).

Sabe-se que, historicamente, os setores das Forças Armadas favoráveis a um processo de redemocratização conseguem estabelecer enquanto campo hegemônico. Porém, os enfrentamentos com o campo oposto às vezes vinham à tona, como no caso do “*Movimento pelas Diretas*” implementado pela Sociedade Civil, precisamente no ano de 1984, para a sucessão do Presidente General Figueiredo. Os setores radicais tentarão impor uma candidatura militar ainda e não abririam mão do processo indireto para a escolha do sucessor do General Presidente Figueiredo. Os setores das Forças Armadas próximos ao General Presidente Figueiredo optavam em apoiar uma candidatura “*híbrida*”, ou seja, um militar da reserva que tivesse trânsito no meio civil. A escolha recaiu sobre o Ministro Mário Andreazza, coronel da reserva que ocupava a pasta de Ministro dos Transportes do governo Figueiredo que seria o candidato do PDS (Partido Democrático Social) sucedâneo da ARENA que deveria concorrer no Colégio Eleitoral. Porém, na convenção do partido a escolha foi de Paulo Maluf. Essa divisão interna do PDS acabou levando à uma dissidência que permitirá a eleição de um opositor ao regime ao cargo de Presidente da República, Tancredo Neves. Em resumo, em meados dos anos 1980, mais precisamente quando do processo sucessório do Presidente General Figueiredo, o campo militar encontrava-se dividido: setores radicais ainda insistiam em uma candidatura que proporcionasse

continuidade ao “*processo revolucionário*” e outros setores, próximos ao presidente, defendiam uma abertura democrática. Prevaleceu a postura da abertura.

2 – Já no campo civil, precisamente entre os empresários, que dava suporte ao regime as críticas se avolumavam principalmente porque o ritmo do crescimento econômico decaía em função da “*Crise do Milagre brasileiro*”. Não se pode esquecer, como já foi assinalado anteriormente, a economia brasileira encontrava em plena crise levando aquilo que Gorender (1982: 78) esclareceu que “*tornados mais escassos, os recursos econômicos passaram a ser objeto de disputa acirrada entre empresas privadas e estatais de tal maneira que a contenção destas últimas pareceu solução imperativa imediata para o empresariado*”.

Também no campo o setor financeiro apresenta ruptura com o regime em função da disputa entre os bancos estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e bancos estaduais) e privados pelos recursos de poupança forçada representada pelo PIS/PASEP e FGTS. Diante disso, os banqueiros privados levantaram a bandeira crítica ao regime alegando que o Estado havia monopolizado a captação de recursos que, como já foi citado, encontravam-se escassos (C.F. GERMANO, 1993 : 77). O apoio incontestado por parte da burguesia ao regime ditatorial que era umbilical até finais dos anos de 1970 vai-se arrefecendo.

Além da burguesia financeira que já vinha denunciando o “*estatismo*” da economia brasileira outros setores da referida classe se conflitavam com o Regime ditatorial:

O conflito não se restringe, no entanto, a uma disputa entre o capital privado (nacional e multinacional) e o Estado. Ele vai mais longe e envolve, por vezes, frações do próprio capital privado que lutam entre si e também com o Estado, com vistas à definição de áreas prioritárias de ação, e que se enfrentavam mutuamente para serem escolhidos como agentes econômicos privilegiados. (GERMANO, 1993:77).

Existia um clima cultural em tonalidade antiestatizante por parte da burguesia, mas, importante ressaltar que não residia somente no campo da economia, pois se estendia ao campo da política. Os empresários reclamavam da centralização das decisões por parte do Estado criava uma dificuldade de diálogo com o centro do poder além de as medidas estatais serem cobertas de imprevisibilidade:

Além das razões de ordem estrutural, o protesto antiestatizante compreende e envolve, igualmente, questões de ordem política. A hiperconcentração de poderes na cúpula do executivo impede, dificulta, obstrui os canais de comunicação entre o centro do poder e a burguesia. (...) Por outro lado, tratando-se de um regime de cunho ditatorial, suas decisões caracterizam-se por um notável grau de imprevisibilidade, o que é objeto de reclamação por parte do empresariado. (GERMANO, 1993:78).

A burguesia nacional se sentia marginalizada dos centros de decisão do poder e reivindicava sua participação nos conselhos econômicos tais como o Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) etc. Essa contenda entre a burguesia e o Estado brasileiro não significava que a elite empresarial brasileira se engajaria na luta contra a Ditadura Militar dentro de uma perspectiva liberalizante-democratizante como nos esclarece Germano (1993):

Contrariamente, o que prevalece é uma visão autoritária, que “transparece, em primeiro lugar, na ênfase à ordem e à estabilidade como condições necessárias ao desempenho de suas atividades econômicas”. Com efeito, “não é a institucionalização do conflito em moldes liberais que informa o que a elite industrial entende por ordem e estabilidade”. Porém, “o que é valorizado é a própria supressão do conflito, sendo a liberdade de associação, em todas as suas dimensões basicamente vista como ameaça potencial aos seus interesses”. (GERMANO, 1993: 79).

No entanto, frente às circunstâncias quando do esgarçamento do núcleo duro do regime militar em função da inexistência de uma unidade do mesmo, melhor dizendo, a divisão no seio das Forças Armadas entre defensores da manutenção e defensores da abertura e no meio empresarial, cada vez mais, as críticas à política econômica do governo aumentavam em função do modelo estatizante não mais estar proporcionando o

crescimento econômico desejado, pelo contrário, como já foi analisada, a década de 1980 se apresentava estéril sob a ótica da economia. Em função disto a transição pela via liberal se apresentava viável mesmo porque os movimentos sociais apresentavam uma densidade tal que proporcionou um dos maiores movimentos políticos brasileiro, o “*Movimento pelas Diretas Já*”. Urge salientar que, em nível internacional, a década de 1980 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal. Iniciado com a vitória de Margareth Thatcher como primeira-ministra da Inglaterra

**e a eleição de Ronald Reagan como
presidente dos Estados Unidos.**

Com o intuito de clarear melhor a situação política no Brasil torna-se necessário fazer um breve comentário sobre o “*Movimento pelas Diretas Já*” e seus desdobramentos políticos marcando o início da chamada “*transição democrática*” em um contexto de pluripartidarismo quando nos principais estados da União, já 1982, nas primeiras eleições diretas para governador de estado, a oposição consegue êxito: Minas Gerais, elege-se Tancredo Neves (PMDB), Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT) e São Paulo,

**Franco Montoro (PMDB). Esses governadores
terão papel importante no processo da
redemocratização no Brasil.**

3.4 - O MOVIMENTO “DIRETAS JÁ”

Transcorria o ano de 1984, o Brasil ainda vivenciava os dissabores de uma ditadura militar, apesar da mesma não ter apoio na chamada sociedade civil. Os trabalhadores já haviam rompido o silêncio imposto pela ditadura no final da década de 70, principalmente a partir dos movimentos grevistas acontecidos na região de maior concentração industrial brasileira, o ABC paulista. Em consequência disto lideranças operárias surgem tendo como exemplo Luis Inácio da Silva, o “Lula”. O Movimento Estudantil se mobilizava no sentido de fazer ressurgir sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes – UNE. Setores da Igreja, inclusive com apoio da cúpula hierárquica como foi o caso do Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Portanto a ditadura, sobre a pressão da sociedade civil, assinala possibilidades de afrouxamento.

Aliás, estes sinais já se evidenciavam quando em 1974 assumia a presidência o General Ernesto Geisel. Geisel propunha uma “abertura lenta, gradual e segura” para a sociedade brasileira. Porém, esta postura de Geisel e de seu braço direito, General Golbery do Couto e Silva não era compartilhada por todos setores das Forças Armadas. Os denominados “linha dura” não entendiam

dessa maneira, faziam uma leitura que o processo ditatorial deveria continuar, como já fora anteriormente mencionado. Tanto é verdade que, após duas mortes provocadas por torturas nas dependências do DOI-CODI⁸³ : do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manoel Fiel Filho (1976), apontam no sentido da existência de uma tensão no aparelho de Estado brasileiro. Pois as mortes por tortura evidenciam que existiam setores radicais contra a democratização, como já foi apontado anteriormente, a chamada “*Comunidade de Informações*” formava o núcleo duro dessa resistência. Diante dessa situação, às críticas e manifestações contra a ditadura militar aumentam e refletem no processo eleitoral quando o partido da chamada “oposição consentida” Movimento Democrático Brasileiro – MDB, ganha mais simpatias do eleitorado aumentando seu volume de votos e, em consequência, sua força política. Percebendo a conjuntura, Geisel, em abril de 1977, mesmo tendo se comprometido com a abertura política, fecha o Congresso Nacional, é o chamado “Pacote de Abril”. Ao fechar o Congresso ele decreta reformas no campo político, garantindo para aqueles que davam sustentação política maioria, pois com o “Pacote de Abril”, garante a eleição indireta para os cargos executivos dos Estados (governadores de Estados), alguns municípios (capitais de Estados e alguns denominados de “segurança nacional”) e para Presidente da República, ampliando inclusive a permanência do mesmo no cargo de 5 anos para 6, além de introduzir a figura do chamado “senador biônico”, ou seja, senadores que não seriam eleitos pelo povo, mas sim indicados pelo

⁸³ DOI-CODI –Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão do Exército que funcionava como polícia política e tinha a tortura como forma de atuação.

presidente da República. Com essas atitudes, Geisel assegura a hegemonia do partido de sustentação do governo, a Aliança Nacional Renovadora, ARENA.

Com esse quadro exposto, Geisel conseguiu fazer seu sucessor, apesar das tensões internas, principalmente vindas dos setores mais conservadores das Forças Armadas, por exemplo, teve que enfrentar e destituir seu Ministro do Exército Sílvio Frota, que achava que ele se postava de maneira amena com os opositores. Nesse clima que assume o General João Batista Figueiredo que, já em sua posse garantia que levaria o Brasil para a democracia. É famosa sua frase: *“Prendo e arrebento àqueles que se interpuserem ao processo de redemocratização do país”*.

Seguindo a política da “abertura lenta e gradual”, algumas leis de exceção são abolidas, porém a perseguição a militantes de esquerda continuava e inclusive a setores da Igreja que faziam oposição ao processo ditatorial brasileiro, inclusive com expulsão de padres estrangeiros que se postavam ao lado dos movimentos populares.

Assim como Geisel, Figueiredo sofreu pressões por parte dos “linha dura”, nesse momento eles optam por ataques terroristas: implementam ataque através de carta bomba à Seção da Ordem dos Advogados do Brasil situada no Rio de Janeiro, episódio esse que ocasionou a morte da secretária, Dona Lida, promovem queimas de bancas de revistas que comercializam jornais de oposição, a chamada imprensa alternativa (Pasquim, Movimento, Opinião etc). No entanto o

episódio mais marcante do período foi a tentativa de explodir bombas no show que acontecia no Rio de Janeiro quando artistas de renome nacional apresentavam durante as comemorações do 1º de maio, em 30 de abril de 1981. Ficou claro a participação dos órgãos de repressão pois a tentativa foi malsucedida. Levando a morte de um sargento do exército e ferimentos graves a um capitão do exército que estavam incumbidos de acionarem os dispositivos que fariam explodir o local do evento, fato já mencionado anteriormente, retomado nesse espaço no intuito de contextualizar a evolução da sociedade civil brasileira na luta contra o regime ditatorial vivida naquele período.

Alguns passos importantes foram dados no sentido da abertura política no país. Deve-se deixar claro muito em função da mobilização da sociedade civil: foi assinada uma Lei de Anistia, em agosto de 1979, que permitia retorno de exilados políticos que viviam no exterior, soltura de presos políticos e o fim do bipartidarismo⁸⁴ surgindo, então, vários partidos: Partido Democrático Brasileiro (PDT), sob a liderança de Leonel Brizola que pretendia ser o herdeiro político de Getúlio Vargas, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legado do antigo MDB, Partido Democrático Social, herdeiro da ARENA, e em função das mobilizações dos trabalhadores brasileiros no final da década de 70 emergia o Partido dos Trabalhadores, PT. Em 1982, o povo já teve oportunidade de eleger pelo voto direto os governadores de Estado.

Porém, a população brasileira clamava por eleger, pelo voto direto, o sucessor do presidente Figueiredo. Principalmente por que o projeto de política econômica dos governos militares estava em crise, caracterizada pela alta da

⁸⁴ Sistema que permite a existência de somente dois partidos, no caso brasileiro da época, ARENA e MDB.

inflação, alinhada a uma crise de emprego e recessão generalizada. Portanto, alinhavam-se crises políticas e econômicas. Marcada pela ascensão dos partidos de oposição. Nesse contexto que vamos entender o chamado movimento das “Diretas Já”, iniciado no final de 1983 com um pequeno comício pelo, então, jovem partido: Partido dos Trabalhadores - PT.

Pouco a pouco a idéia vai ganhando corpo junto à sociedade civil, associações de classes abraçam a proposta (Associação Brasileira de Imprensa, ABI, Ordem de Advogados do Brasil, OAB), a própria cúpula da Igreja católica brasileira, através da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a imprensa começa a dar destaque ao fato, ressaltando a posição do jornal Folha de S.Paulo, enfim uma idéia que contagia a população brasileira.

Diante do clamor nacional, a esperança começa a ganhar contornos de tornar-se realidade. O deputado Dante de Oliveira do PMDB de Mato Grosso apresenta uma emenda ao Congresso Nacional propondo eleição direta para o sucessor do presidente Figueiredo. A partir daí as mobilizações e manifestações em apoio à emenda do deputado se transformam em um movimento: Movimento Pelas Diretas Já. Interessante que órgãos da imprensa que não davam importância ao fato, como a Rede Globo, por exemplo, aderem ao movimento principalmente por que as movimentações pelas “Diretas Já” chegaram a movimentar milhões de pessoas nas principais capitais do país: Rio de Janeiro e São Paulo, o número de pessoas presentes aos comícios totalizaram 1 a 2 milhões de pessoas, Belo Horizonte, algo em torno 300 mil e por aí fora.

Figuras de destaque político no país, inclusive a leva de governadores de oposição eleitos pelo voto direto em 1982: Brizola (PDT, Rio de Janeiro),

Tancredo Neves (PMDB, Minas Gerais) e Franco Montoro (PMDB, São Paulo), passaram a apoiar e incentivar a participação popular no sentido de aprovar a “*Emenda Dante de Oliveira*”, como ficou conhecida.

Porém, o povo brasileiro ficou frustrado, porque no dia 25 de abril de 1984 a “*Emenda Dante de Oliveira*” foi colocada em votação no Congresso Nacional e não conseguiu votos suficientes para sua aprovação. Por que a ação do governo com apoio de seu partido de sustentação, PDS, impediu que ela obtivesse os 2/3 de votos que possibilitassem sua aprovação.

A luta pela eleição direta do presidente da República (1983-84) uniu as oposições⁸⁵ num mesmo movimento tático, dando a elas condições de desencadear uma grande campanha popular de contestação e de vocalização de um desejo de mudar (Rodrigues, 2003). Embora derrotada no plano parlamentar, tal campanha empolgou o país e produziu a energia necessária para a manobra final das oposições – a de reunir todos os descontentes, atrair os dissidentes do oficialismo e enfrentar vitoriosamente o governo (e o regime) em seu próprio campo de batalha, o Colégio Eleitoral. (NOGUEIRA, 2005: 23).

Com a impossibilidade da eleição pelo voto direto e popular para presidente da República a oposição optou por lançar um candidato à presidência pelo voto indireto. Esse candidato foi o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O governo apresentou como candidato o paulista Paulo Maluf. No Colégio Eleitoral (formado pelo Congresso Nacional mais representante das Assembléias Legislativas Estaduais), portanto sem o voto popular, Tancredo Neves é eleito presidente. Interessante que ele tinha como vice um dissidente do PDS que fora

⁸⁵ Torna-se necessário esclarecer que, mesmo fazendo parte da oposição, o Partido dos Trabalhadores fechou questão no sentido de não participar do Colégio Eleitoral tanto que aqueles deputados federais que foram ao referido Colégio tiveram suas filiações ao partido canceladas.

líder de governo durante o mandato do General Figueiredo, José Sarney, que havia defendido a continuidade do processo eleitoral brasileiro. É mister citar José Sarney muito em função que Tancredo Neves não assume o cargo de Presidente da República porque adoece gravemente antes de sua posse, vindo posteriormente a morrer no dia 21 de abril de 1985. Com sua morte quem assume é José Sarney.

Com a eleição da dupla Tancredo/Sarney inaugura-se aquilo que historicamente se denominou de “*Transição Democrática*” ou que seus protagonistas chamavam de “*Nova República*” encabeçada pelo Presidente Sarney e tendo como partido reinante o PMDB. Para caracterizar esse período torna-se interessante citar a análise do professor Marco Aurélio Nogueira:

A recessão posterior ao fracasso do “milagre econômico” faria com que o país ingressasse numa espécie de guerra de todos contra todos. A transição democrática, em suma, será vivenciada por uma sociedade que, a rigor, não estava preparada para neutralizar o asfixiante controle do Estado, promover uma rápida ruptura com o autoritarismo e impulsionar a transformação democrática do país. (NOGUEIRA, 2005: 21).

A chamada transição democrática capitaneada pela “*Aliança Democrática*”⁸⁶ conforme nos alerta Nogueira (2005: 23) “...*simbolizou fim de uma época e redefiniu as condições concretas do fazer político, dando passagem a uma nova dialética entre o Estado e a sociedade*”. Essa nova dialética consiste no movimento de “*ódio*” à política e aos políticos em função da “Ditadura Militar” e

⁸⁶ Coalização vitoriosa no Colégio Eleitoral que congregavam militantes do PMDB, dissidentes do PDS que vieram a formar o Partido da Frente Liberal (PFL).

suas mazelas para uma “*esperança*” na política como forma de resolução dos problemas sócio-econômicos vivenciados pela sociedade brasileira:

A ditadura havia levado a sociedade a odiar a política e a esperar tudo da política. Na medida em que acelerou a formação social das classes e atrofiou-as no plano político, pôs em curso um processo errático que, num primeiro momento, dirigiu-se contra o próprio regime militar e, num segundo momento, contaminou toda a vida nacional. Os brasileiros foram incentivados a manter relações ambíguas com a classe política, passaram a por em dúvida a eficácia de eleições e rotinas parlamentares, hostilizaram partidos e institutos de representação. Paralelamente, com o avanço da abertura democrática, foram confiando no poder transformador da política, apostando no poder eleitoral e na capacidade executiva dos governantes bem intencionados, aceitando que votos bem dados poderiam, se não encher barrigas, ao menos criar condições para a mudança. (NOGUEIRA, 2005: 24).

Em síntese, ao responder a questão “*seria a década dos 1980 perdida em todos os seus aspectos*”, diante dos acontecimentos pode-se concluir da seguinte maneira:

- Realmente, sob o ponto de vista econômico tendo como parâmetro os indicadores da economia, a década se apresenta como dissenso.
- Isto reflete em uma concentração de renda mais consolidada além do que o nível de pobreza aumenta, pois se alinham arrocho salarial e índice avolumado de desempregados.
- Interessante que o período sob o ângulo dos movimentos sociais é bastante rico à medida que se questiona o regime ditatorial e o movimento sindical passa a postar de maneira classista recordando o movimento trabalhista da primeira década do século XX, é o “*Novo Sindicalismo*”.

Novidade que se enquadra a União dos Trabalhadores do Ensino em Minas Gerais inclusive assumindo a postura de trabalhadores.

- Analisando sob a ótica política a década se apresenta como de mudanças, como já foi descrito a “*Ditadura Militar*” perde o apoio na sociedade civil e, portanto, o processo de “democratização” se consolida principalmente que em 1988 promulga-se uma nova constituição “cidadã” que permitirá o direito de o povo brasileiro eleger, pelo voto direto o presidente da República, e efetivamente foi às urnas em 1989. Portanto quase 30 anos depois da última eleição pelo voto direto que havia sido em 1960 quando Jânio Quadros se elegera presidente. O resultado de 1989, após uma disputa acirrada em 2º turno com o ex-metalúrgico e líder sindical, Luis Inácio Lula da Silva, foi a vitória do candidato Fernando Collor de Mello.

A própria disputa entre Lula e Collor representa mais a força e o poder de persuasão dos candidatos que a estrutura partidária, pois tanto Lula como Collor têm votação superior à capacidade eleitoral de seus partidos. No caso Lula poderia reverenciar o Partido dos Trabalhadores como fruto dos movimentos sociais do final dos anos 1970 e início dos 1980, porém ainda esse partido não tinha forte penetração na sociedade brasileira, apesar de sua militância. Já no caso Collor o que prevaleceu foi a força carismática do candidato pois o partido pelo qual concorreu nenhuma expressão teve na vida política nacional, PRN (Partido Renovador Nacional).

Nesse contexto político que se consolida a posição da UTE no contexto sindical de Minas Gerais, mesmo porque com a promulgação da Constituição de 1988, os servidores públicos passaram a ter direito a se sindicalizarem. Daí

urge analisar historicamente a trajetória da UTE associação surgida no seio das mobilizações da categoria no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 para sua estabilização enquanto sindicato e o fato marcante para tal foi o Congresso de Unificação que ocorreu em agosto de 1990 no Mineirinho.

CAPÍTULO IV

O CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO DO Sind-UTE

O discurso prevalecente sobre o Estado e a sua reforma chegou a um ponto de saturação e de esgotamento. Hoje, é ele próprio que precisa ser reformado. Seus princípios não se converteram em grandes realizações positivas, capazes de mobilizar a sociedade. Já não se pode mais constatar uma grande receptividade da opinião pública para os temas que organizaram esse discurso nos últimos tempos – Estado mínimo, enxugamento, funcionários em excesso, perspectiva gerencial -, dos quais saíram poucos resultados efetivos. Sua entrega ao mercado, seu alheamento em relação à política – sua recusa em aceitar que a política, os sujeitos políticos e a perspectiva da política são um espaço de mediação e de construção de alternativas, não uma fonte de crises e problemas – causaram estragos generalizados e amesquinham a própria idéia de reforma. (NOGUEIRA, 2005: 65).

4.1 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Como já foi abordado anteriormente a partir do início da década de 1970 o modelo econômico baseado nos pressupostos keinesianos, ou seja, que presumiam uma participação do Estado na esfera da economia e no campo social (welfare state)⁸⁷, entra em crise. Essa crise se arrasta e se agrava nos anos de 1980 gerando uma espetacular defasagem na capacidade de arrecadação por parte do Estado colocando em risco a capacidade interventora do mesmo em investimentos sociais à medida que tais investimentos levavam à uma geração de um déficit orçamentário. A tentativa de superação da crise pela cartilha da

⁸⁷ Welfare state, Estado do Bem-Estar Social, modelo político em que o Estado desenvolve políticas sociais efetivas nos campos da Educação, Saúde, Seguridade Social e Auxílio Desemprego melhor dizendo, aquilo que os cientistas políticos chamam de “Estado guarda-chuva” em contraste ao modelo liberal, ou “Estado Guarda Noturno”.

ortodoxia keynesiana, mesmo nos países do centro do capitalismo (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental etc) não conseguia chegar a bom termo, pois a situação permanecia inalterada: inflação, recessão econômica, estagnação e aumento significativo em número de trabalhadores desempregados.

Diante desse impasse o discurso defensor de um retorno ao liberalismo ganha espaço no campo da sociedade civil e se apresenta como alternativa viável ao modelo keynesiano estatal. Vale resultar que os defensores do liberalismo nunca deixaram de fazer suas críticas àquilo que chamavam de estatismo da social-democracia e a “ditadura dos sindicatos”, como Friedrich Hayek⁸⁸ denominava o Estado do Welfare state. A ênfase dessas críticas recaiam na excessiva intervenção do Estado na economia pouco ou nada se referindo ao pensamento político democrático burguês podendo, inclusive, conviver o liberalismo econômico com regimes autoritários sendo que o exemplo mais contundente dessa situação o caso do Chile durante a “Ditadura Militar” do General Pinochet.(BOITO Jr. , 1999)

Hayek, ideólogo maior do neoliberalismo da chamada escola austríaca, separa, de modo radical, o “liberalismo” (leia-se: o neoliberalismo atual ou o liberalismo econômico) do pensamento político democrático burguês. Afirma, com razão, que cada um trata de problemas diferentes: o liberalismo econômico, da liberdade econômica no mercado; o pensamento democrático, da constituição de um governo com base na regra de maioria. (BOITO Jr., 1999: 24).

Diante da fragilidade das respostas dadas pelos modelos keynesiano e socialdemocrata às crises do final do século XX, o neoliberalismo passa ser um

⁸⁸ Friedrich Hayek, economista austríaco, considerado ideólogo maior do neoliberalismo.

pensamento e uma ação política dominante no processo de reestruturação do modo de produção capitalista. Isso, em termos práticos, leva ao poder forças políticas conservadoras como já foi descrito no corpo do trabalho: Thatcher na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos e Krol na antiga Alemanha ocidental. Portanto a idéia hegemônica passa a ser a construção do chamado “Estado mínimo” em contraposição ao modelo do “Welfare state”. A centralidade do ideário neoliberal se ancora na tradicional idéia smithiana da “Mão Invisível do Mercado”, ou seja, naquela premissa de que o mercado se autoregula e na relação entre os agentes econômicos que o equilíbrio se daria. Porém, um componente que não existia no século XVIII, época que Adam Smith escreveu e fez a exposição de sua obra, *“A Riqueza das Nações (1776)”*; o modo de produção capitalista na sua época encontrava-se em sua fase concorrencial e no final do século XX o que se encontra é o monopólio das grandes corporações. Outro dado importante a ressaltar é o avanço das novas tecnologias (automação, informática, robótica etc.) que vai influenciar na configuração da força de trabalho assim como no seu processo. Aliado a isso o capital produtivo perde sua ação hegemônica e o capital financeiro passa a ser o norteador do processo acumulativo na fase atual do capitalismo, principalmente com o avanço dos meios de comunicação através da rede mundial de computadores (internet) *lócus* em que o capital financeiro globalmente circula, desconhecendo até mesmo as fronteiras dos Estados nacionais escapando inclusive da ação controladora dos mesmos.

Mas a celebrada “mão invisível” do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio

(propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente. Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infra-estruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias auto-realizadas no desempenho do mercado). (HARVEY, 1994: 118)

As questões postas por Harvey possibilitam colocar em xeque a possibilidade real de um modelo baseado no chamado “Estado mínimo” uma vez, historicamente, essa premissa não se concretiza, ou seja, aquela suposição de que o mercado se auto regula não aponta no sentido de sua realização. A problemática do afastamento do Estado como atuante no mercado volta à baila novamente diante da incapacidade da crise na economia mundial a partir dos meados dos anos 1970 (como já foi citado em capítulos anterior) ser superada nos cânones da socialdemocracia keynesiana. Mas um problema concreto que a grave crise fiscal vivida pelos Estados nacionais no período mencionado fortalece a proposta política dos liberais muito em função do déficit público e a incapacidade dos referidos estados em conterem a espiral inflacionária que se alastrou em maior ou menor grau nas economias globalizadas, atingindo até as economias centralizadas do chamado “*socialismo real*”. Todas tentativas de solução no campo do welfare state não obtêm sucesso e os liberais sinalizam que os processos inflacionários incrustados nas economias nacionais daquele período tinham algo em comum: o excesso de moedas circulantes. Portanto, para se

solucionar tal problema deveria enxugar o tamanho do Estado, torná-lo mínimo e, delegar ao mercado a dinâmica da economia. Urge salientar que serão essas idéias que vão paulatinamente se desenhando enquanto hegemônicas no contexto global a partir do momento que seus defensores assumem o poder.⁸⁹ Usando uma expressão de Gramsci, torna-se importante ressaltar, um dos intelectuais orgânicos produtores da teoria neoliberal, além do já citado Friedrich Hayek, foi o economista norte-americano Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel em Economia de 1976 (Boron, 2003). Aliás, a concepção de “enxugamento do Estado” tendo como eixo a diminuição do déficit público através do controle de emissão de moedas é sua principal tese dando suporte ao monetarismo, política essa que será a âncora forte das políticas econômicas adotadas pelos governos de perfis neoliberais.

El monetarismo se ha visto así favorecido por las tendencias estacionistas originadas a partir de la crisis del petróleo, lo cual le ha permitido acrecentar su gravitación social tanto en las potencias metropolitanas como en las sociedades capitalistas periféricas. Dado que la actual depresión ha desacreditado enormemente al keynesianismo – vituperado ahora por “estatizante”, “colectivista” y “demagógico”- el monetarismo aparece como una tentativa plausible de articular ideológicamente un amplio conjunto de recomendaciones económicas que llevan implícita una teoría política no sólo falsa sino también profundamente antidemocrática. (BORON, 2003: 117).

Ao negar a teoria keynesiana e o seu corolário o “*welfare state*”, Friedman elege o mercado como regulador das atividades econômicas e, portanto, caberia ao Estado o papel de regular o espaço da livre concorrência,

⁸⁹ No intuito de esclarecer é de bom alvitre citar as eleições ganhas por Tacher (1979), Inglaterra, Reagan(1980), nos Estados Unidos e Kroll (1982) na ex- Alemanha Ocidental.

seria o retorno ao chamado “Estado Guarda Noturno” (BORON, 2003). Importante ressaltar que, como a base epistemológica é a teoria monetarista, perseguir o superávit nas contas públicas passa ser política de governo. Com isso, restringir gastos pelo Estado é a meta. O Estado passa a se integrar à lógica do Capital em uma perspectiva empresarial, ou seja, tem que ser lucrativo. A lucratividade do Estado estaria relacionada não com aplicabilidade da mesma em ações sociais, mas, sim, no sentido de manter o equilíbrio da saúde financeira do sistema: manter a inflação em baixa, por exemplo. Dentro dessa lógica o sistema de preços regulamentado pelo mercado é o eixo organizador da economia e por consequência da sociedade:

En síntesis, el sistema de precios es el nervio cibernético del mercado y lo que le permite asignar óptimamente los recursos productivos: estimula la producción allí donde es necesario; la desalienta cuando es superflua; incentiva a empresarios y trabajadores a maximizar sus ingresos y, como si lo anterior fuera poco, reparte las rentas en función de los parámetros “objetivos y espontáneos” fijados por el mercado. Aparte de este cúmulo de razones, de carácter fundamentalmente “técnico-económicas”, Friedman expone otras de carácter más general. El mercado dispersa el poder económico, impidiendo su concentración en grandes unidades que posean abierta, sin restricciones para el ingreso de nuevos participantes, nadie estará en condiciones de fijar por sí mismo y unilateralmente los precios a menos que cuente con la complicidad del gobierno. (BORON, 2003: 123).

Seguindo a discussão proposta por Boron acerca da conceituação de Friedman torna-se importante verificar como o último situa a relação entre Estado e Mercado. Para Friedman a relação entre Estado e Mercado:

“...son principios de organización social antagónicos e irreconciliables: aquél no solo es importante em términos de

desempeño econômico, sino que es su vez el núcleo fundamental que preserva la libertad econômica y política. El segundo, por el contrario, es el depositario – al menos tendencialmente – de la coerción y el autoritarismo: es la cuna de la opresión, tanto como el mercado lo es de la libertad. La lucha por esta última, en consecuencia, se entabla entre dos colosos: el mercado y el Estado. En la medida en que el primero logra triunfar sobre el Estado asegura a la sociedad civil el pleno disfrute de los bienes terrenales sin interferencia coercitiva de ninguna especie. Recordemos que éstas sólo se originan en la esfera política, y el mercado es por definición anterior a la política. Cuando éste es derrotado a manos del Estado, las libertades individuales son sofocadas desde su misma cuna. (BORON, 2003:120).

Assim sendo, a proposição central de Friedman é de que o Estado deva ser colocado em atividades mínimas contrariando frontalmente as propostas até então hegemônicas no contexto histórico do final da II Guerra Mundial (1945) aos meados dos anos 1970, ou seja, como já salientei anteriormente, os projetos keynesianos tornados concretos no “welfare state” e bancados politicamente pelos partidos sociais-democratas. A partir dos anos 1970, então, paulatinamente o modelo friedmaniano ancorado no monetarismo torna-se hegemônico. Essa hegemonia não se restringirá aos países do chamado núcleo central do capitalismo, mas, também, principalmente a partir dos anos 1990, nos países periféricos e/ou denominados em desenvolvimento.

Esse modelo emergente das proposições de Friedman e balizado, como já foi citado, por Hayeck, tornou-se conhecido como “neoliberalismo” cuja postura do Estado e dos ocupantes do mesmo deverá ser mínima na ação produtiva e máxima no controle da moeda:

El corolário de todos estos razonamientos es transparente: es preciso vigilar implacablemente al Estado e impedir a cualquier precio su crecimiento. Aún guiado por personas nobles y

democráticas, amantes de la justicia y deseosas de preservar las instituciones libres, el Estado es el enemigo irreconciliable del mercado y, por ende, de la libertad. La famosa “nueva clase” de políticos e intelectuales progresistas – anatematizada por el pensamiento neoconservador- está conduciendo a Occidente hacia la servidumbre por el camino del colectivismo del Estado de bienestar⁹⁰

Ora, o argumento defendido pelos intelectuais como Hayeck e Friedman, que Estado mínimo significa mais liberdade não encontra consonância na realidade pois, o exemplo chileno derrota esse paradigma neoliberal. O Chile implanta o modelo de “Estado mínimo” em plena ditadura militar capitaneada pelo General Pinochet. O que realmente se consolida são as premissas de liberdade no campo da economia atreladas à abertura da economia para o mercado externo e, claro, o processo de privatização. Aliás, esse modelo será adotado em toda a América Latina a partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990. Isto é possível, essa conciliação entre regimes ditatoriais e proposta neoliberal muito em função que os argumentos defendidos por Hayeck e Friedman admitem uma presença do Estado no sentido de criar as condições para o livre-mercado, evitando com isso a constituição de monopólios e as crises cíclicas, portanto, não compartilhavam com o pleno *laisse-faire*.⁹¹

No que diz respeito ao Brasil, o processo de inserção no contexto da constituição das reformas rumo ao projeto neoliberal é marcada pela eleição de Collor de Melo em 1989 para Presidente da República. Sua política econômica,

⁹⁰ Segundo Boron, este argumento foi originariamente proposto por Friedrich A. Hayek em sua obra *The road to Serfdom*, Chicago, University of Chicago Press, 1944. Ou seja que a forma do “welfare state” estava levando a servidão dos indivíduos.

⁹¹ Em 1947 foi criado na Suíça a Mont Pelerin Society, instituição que congregava intelectuais defensores do livre-mercado. Interessante ressaltar que, esse grupo se divide em defensores do *laisse-faire* total que passarão a ser denominados “anarcoliberais” e aqueles que admitem alguma presença estatal são os “neoliberais”.

comandada pela economista Zélia Cardoso de Melo iniciou com um discurso e uma prática monetarista e privatista. A primeira medida foi de restrição ao crédito quando implanta o confisco da poupança. Essa providência tomada implicava no sentido de impedir grandes volumes de moedas pudessem circular. Paulatinamente o governo Collor⁹² aponta no sentido de desonerar as importações de juros, ou seja, abrir o mercado frente ao mercado externo. Aliado a isso a idéia da reforma do Estado estava presente. Interessante esclarecer o significado atribuído ao termo “*Reforma do Estado*” no bojo do contexto neoliberal assume uma outra conotação:

Finalmente, o neoliberalismo colheu uma importantíssima vitória no terreno da cultura e da ideologia ao convencer amplíssimos setores das sociedades capitalistas – e quase totalidade de suas elites políticas – de que não existe outra alternativa. Seu êxito neste campo foi completo: não só impôs o seu programa, mas também, inclusive, mudou para proveito seu o sentido das palavras. O vocábulo “reforma”, por exemplo, que antes da era neoliberal tinha uma conotação positiva e progressista – e que, fiel a uma concepção iluminista, remetia a transformações sociais e econômicas orientadas para uma sociedade mais igualitária, democrática e humana – foi apropriado e “reconvertido” pelos ideólogos do neoliberalismo num significante que alude a processos e transformações sociais de claro sinal involutivo e antidemocrático. (BORON, 1999: 11).

Portanto, dentro desse contexto ideológico que a década dos 1990, em termos políticos, se coloca para o Brasil. É mister salientar que a caminhada política do presidente Fernando Collor de Melo é interrompida em função da mobilização da sociedade civil devido a evidências de corrupção de seu governo, com isso ele foi obrigado a renunciar para não sofrer um processo de

⁹² Collor, em seus discursos, costumava usar o vocábulo “modernizar”, como sinônimo de “reforma” e inserção do Brasil no contexto do mundo globalizado.

“impeachment”. Porém, sua proposta de política econômica permanece e é encampada pelo seu sucessor o então vice-presidente da República Itamar Franco. No cargo de presidente da República, Itamar convocará o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) para a pasta do Ministério da Fazenda, com isso ele comandará a Política Econômica.

No comando da política econômica, o eixo norteador será o monetarismo pois o objetivo básico foi de conter a inflação. Para efetivar tal proposta, através da intervenção de Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, foi introduzido o denominado “*Plano Real*” cuja finalidade foi de diminuir o déficit público e reduzir o consumo. Diante do sucesso obtido em sua política macroeconômica, Fernando Henrique Cardoso candidata-se à presidência da República em 1994 em uma coalizão PSDB/PFL com uma proposta nítida de uma reforma do Estado tendo como eixo o ideário neoliberal. O norte de sua campanha se baseia no discurso da modernização do Estado no sentido de diminuir seu tamanho e sua presença na sociedade brasileira. Ao assumir a presidência da República após a vitória eleitoral em 1994, Fernando Henrique Cardoso passa a investir na chamada reforma do Estado no sentido de dotar a administração pública de um caráter “gerencial” conforme ele apresenta o Plano Diretor de seu governo que fora elaborado pelo então Ministro de Administração e Reforma do Estado –MARE:

Este “Plano Diretor” procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a

padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica. A situação agravou-se a partir do início desta década (1990), como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a “memória administrativa” ,a par desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental. (CARDOSO: 1995)⁹³

Conforme pode-se verificar o governo de FHC fez, desde o início, a opção política pelo modelo “gerencial” que, em síntese, seria a introdução de modelos gerenciais de empresa para o setor público. Nesse sentido o fio condutor deixa de ser atuação a do governo no sentido de promover políticas públicas emancipatórias, mas, administrar e regular a ação da sociedade no sentido de promove lucratividade e com isso o governo poderia investir naquilo que seria sua vocação genética, segurança, educação e saúde. Fazendo uma síntese conceitual do modelo “gerencial” a professora Ana Paula Paes de Paula nos esclarece:

Do mesmo modo que Peters e Waltermann exaltam a excelência de algumas empresas bem-sucedidas, Osborne e Gaebler⁹⁴ focalizam as virtudes das experiências de “reinvenção do governo” nos Estados Unidos. Entusiastas do espírito empreendedor, Osborne e Gaebler vão apontar ainda no governo de Ronald Reagan as primeiras iniciativas nesse sentido. Examinando experiências consideradas inovadoras, os autores identificam as seguintes características: a promoção da competição entre os que prestam serviços públicos; a transferência do controle das atividades públicas para a comunidade, a orientação para objetivos e a focalização nos resultados. Os autores também frisam que nessas experiências os atores se valem de ferramentas utilizadas no setor

⁹³ Esta citação foi retirada de um documento escrito pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, http://www.planejamento.gov.br/conteúdo/publicacoes/plano_diretor/portugues.htm, em 05/11/2005.

⁹⁴ Autores da obra “*Reinventando o governo*” cujo eixo central é a defesa de que o gerencialismo havia se deslocado do setor privado para o setor público.(apud. DE PAULA, Ana Paula. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro, FGV, 2005).

privado, como a administração da qualidade total e reestruturação organizacional. (DE PAULA, 2005: 61/2).

Como se pode notar a partir do primeiro governo de FHC (1994-98) o projeto neoliberal torna-se hegemônico, ou seja, passa a ser política de governo adotada pela coalizão vencedora: PSDB/PFL, tanto no que diz respeito à gestão como na forma de dialogar com a sociedade civil. O grande mentor da “Reforma do Estado” do governo FHC foi seu ministro Luiz Carlos Bresser Pereira fora a Londres estudar o modelo imprimido pelos conservadores britânicos sob a égide da Primeira Ministra Margareth Thatcher (DE PAULA, 2005).

Na defesa de sua proposta reformista do Estado, FHC conclama aos servidores públicos que apoiem as reestruturações por ele e sua equipe implementadas.

As pesquisas de opinião⁹⁵ têm revelado que a reforma do aparelho do Estado conta com o apoio decidido da população. O apoio é fundamental, mas não é suficiente. Se quisermos avançar na adoção de formas modernas de gestão pública, é imprescindível, também, que os servidores passem a ter uma nova visão de seu papel, pois é no dia a dia do exercício das funções públicas que a mais profunda e verdadeira reforma vai realizar-se. (CARDOSO, 1995).

Interessante ressaltar que nesse contexto FHC utiliza-se de um discurso liberal, meritocrático no intuito de arregimentar apoio dos servidores públicos para causa da reforma do Estado:

⁹⁵ Não se pode esquecer que as inserções midiáticas tanto escritas como televisas e/ou radiofônicas apresentavam uma imagem do serviço público como algo ineficiente, lento e incompetente ao mesmo tempo em que realçava o bom desempenho do setor privado. Setores como Educação e Saúde são, até hoje, apresentados como de péssima qualidade é óbvio que as pesquisas de opinião apresentam apoio aos processos de privatização, precarização do trabalho e mesmo desestatização promovida pelos governos neoliberais.

Por implicar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo, a reforma administrativa tem sido identificada como contrária aos interesses dos servidores. Nada mais incorreto: os bons funcionários, que constituem a maioria absoluta, nada têm a temer. Muito pelo contrário: pretende-se valorizar o servidor público, propiciando-lhe motivação profissional, remuneração condizente com o mercado de trabalho nacional, além de razoável segurança no emprego. Só assim será restaurada a criatividade, a responsabilidade e a dignidade do servidor público, cuja aspiração maior deve ser a de bem servir a população. (CARDOSO, 1995).

Urge ressaltar que a proposta da Reforma do Estado feita pelo governo FHC insurge contra aquilo que é denominado por eles de “*o modelo de administração burocrática implantada a partir de 30*”, daí o discurso daquele governo ser de desmontar a Era Vargas. Além do que ainda no início dos anos 1990, poucos anos após a promulgação da Constituição de 1988, os membros da Câmara da Reforma do Estado constituída pelo Presidente Fernando Henrique apontavam que:

As ações rumo a uma administração pública gerencial são, entretanto, paralisadas na transição democrática de 1985 que, embora representasse uma grande vitória democrática, teve como um de seus custos mais surpreendentes o loteamento dos cargos públicos da administração indireta e das delegacias dos ministérios nos Estados para os políticos dos partidos vitoriosos. Um novo populismo patrimonialista surgia no país. De outra parte, a alta burocracia passava a ser acusada, principalmente pelas forças conservadoras, de ser a culpada da crise do Estado, na medida em que favorecera seu crescimento excessivo. (PEREIRA et al, 1995: 2)⁹⁶.

Ainda se reportando à questão da modernização do Estado os membros da Câmara da Reforma do Estado do governo FHC afirmarão que a possibilidade de

⁹⁶ Pesquisado em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLAND13.HTM>

uma modificação substancial na dinâmica da máquina foi engessada pelo citada constituição (1988) denominada cidadã.

Sem que houvesse maior debate público, o Congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado. A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios, e retirou da administração indireta a flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a administração.

À guisa de conclusão pode-se afirmar que o projeto neoliberal se torna hegemônico no processo de administração pública, econômica e financeira no Brasil a partir da ascensão e consolidação do governo FHC. Importante ressaltar que esse modelo de Estado será seguido pelas outras unidades da administração pública, independente do partido que esteja à frente das mesmas, ou seja, as administrações estaduais e municipais seguirão o modelo de “Estado gerencial” imposto pelo Executivo Federal. Mesmo quando algumas administrações petistas procuram diferenciar como a proposta do “Orçamento Participativo”, por exemplo, as mesmas ficam engessadas pela forma como o governo federal controla o orçamento dos Estados e Municípios principalmente após a promulgação da “*Lei de Responsabilidade Fiscal*”, **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, 04 DE MAIO DE 2000**, promulgada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Esse instrumento jurídico irá repercutir nas relações trabalhistas junto aos servidores públicos, categoria na qual os professores mineiros se encontram. Daí

a dificuldades apresentadas pelo sindicalismo de trabalhadores públicos, dentre eles o Sind-UTE, têm em obter ganhos econômicos em suas reivindicações, pois o “*Estado patrão*” em se respaldando na referida lei consegue argumentos, junto à opinião pública, para o não atendimento às reivindicações trabalhistas e econômicas para os trabalhadores públicos. No intuito de esclarecer torna-se importante citar os itens da lei que regulamentam os gastos com pessoal da administração: pública:

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

(Presidência da República, 2000)

4.2 - O TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após essa breve análise do entrelaçamento entre as teorias macroeconômicas ancoradas nos postulados neoliberais e sua adoção pelos governos como políticas públicas, urge nesse momento discutir a repercussão no “*Mundo do Trabalho*”, ou seja, como a reestruturação produtiva repercute nas relações laborais, na organização do trabalho e mesmo nas relações sindicais. Obviamente, as situações não acontecem de maneira separadas, porém, torna-se necessário estabelecer uma análise específica do mundo do trabalho para clarear essa relação entre a postura política no seio do “Bloco histórico” e a disputa no campo da hegemonia. Isso se coloca à medida que, conforme nos lembra Ricardo Antunes, “ *A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política.* (ANTUNES, 1995:15).

A partir dessa citação de Antunes pode-se verificar que existe um embricamento entre as transformações já detectadas em capítulos anteriores desse meu trabalho nos campos da economia e da política que interferem na organização dos trabalhadores nessa etapa histórica do Modo de Produção Capitalista.

Na década de 1980 o “Mundo do Trabalho” sofreu sérias modificações. Essas transformações são conseqüências das novas tecnologias tais como automação, robótica e microeletrônica. As mesmas passam a serem inseridas na produção e com isso proporcionando novas relações entre capital e trabalho

principalmente por que novas formas de organização do processo produtivo se estabelecem:

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, taylorismo, pós fordismo)... (ANTUNES, 1995: 15).

Para que se possa entender as mudanças ocorridas no “Mundo do Trabalho” na década de 1980 necessário se torna contextualizar e conceituar o que vem a ser taylorismo/fordismo. Sendo assim isso permitirá entender as novas formas de organização do trabalho. O taylorismo/fordismo se caracteriza como um sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho dominante na grande indústria ao longo praticamente de todo século XX, principalmente a partir da segunda década. Sua base de sustentação era a produção em massa de mercadorias em contexto organizacional do trabalho homogeneizado e verticalizado. A produção era engessada pela rígida divisão do trabalho e o ritmo de trabalho ditado de maneira parcelar e fragmentado, ou seja, existe um grupo que pensa e outro que executa levando o trabalhador a exercer um conjunto de atividades repetitivas:

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia

a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor dos veículos⁹⁷. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. (ANTUNES, 2000: 37).

Dessa forma, como nos aponta Antunes, “*A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada*” (ANTUNES, 2000: 37). Importante, também, ressaltar que esse processo de trabalho estabelecia uma linha rígida de produção articulando os diferentes trabalhos, tecendo ligações entre as ações individuais por intermédio das esteiras. Com isso o ritmo e o tempo de trabalho para realizações das tarefas eram impostos ao conjunto dos trabalhadores.

Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (ANTUNES, 2000: 37).

Esse modelo de organização do trabalho foi hegemônico até final dos anos 1960 e início dos anos 1970, isto, levando-se em conta os países do capitalismo central. Sob o ponto de vista da organização sindical o referido *modelo* que tem como base social o operário massa (*mass worker*)⁹⁸, que conforme Antunes, não

⁹⁷ Nessa citação Antunes toma como exemplo a indústria automobilística.

⁹⁸ Expressão citada por Antunes (2000: 37) cuja apropriação foi de Amin, 1996: 09 e Gounet, 1991: 37-38 e Bihr, 1999: 43-5

se restringirá somente ao trabalhador fabril, mas se estenderá a trabalhadores do setor serviços também, se pautará não em uma postura revolucionária, mas em um processo mediato pelo Estado (regulação) e gerando um estado de “compromisso”:

Pode-se dizer que junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se particularmente durante o pós-guerra, um sistema de ‘compromisso’ e de regulação que, limitado a uma parcela dos países avançados dos países capitalistas, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse se efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho, mediado pelo Estado. (ANTUNES, 2000: 38).

Conforme já foi citada anteriormente a proposta política decorrente da social-democracia apostava na conquista do Estado como maneira de efetuar mudanças no Modo de Produção Capitalista (Bihr, 1999) e com isso alimentava no movimento operário o chamado “fetichismo de Estado”, ou seja, esse atrelamento à idéia de pacto com o capital, mediado pelo Estado, proporcionará a expansão e propagação da concepção estatista no interior do movimento operário (Antunes, 2000). Sintetizando com Bihr: *“A idéia de que a conquista do poder de Estado permite, se não a libertação do domínio do capital, pelo menos uma redução de seu peso, recebeu grande reforço no contexto sócio-institucional do fordismo.”*(BIHR, 1999: 50/51). Sendo assim se legitima a idéia do estatismo enraizado na estratégia e no projeto sindical do modelo social-democrata⁹⁹ :

⁹⁹ Conforme Alain Bihr (1991) o conceito social-democracia até antes da Segunda Internacional (1889-1914) incluía tanto as idéias dos “revolucionários”, como Lênin, Rosa Luxemburgo etc, como dos denominados “revisionistas” como Kautsky, Bernstein etc. Porém, ambas as correntes que atuavam no movimento operário tinham em mente a conquista do Estado para promover as mudanças no Modo de Produção Capitalista.

Tudo isso o levou a “fortalecer em seu seio um fetichismo de Estado”, atribuindo ao poder político estatal um sentido coletivo, arbitral e de exterioridade frente ao capital e trabalho. Integrado pelos organismos sindicais e políticos social-democratas, que exerciam a representação em finalidade exclusiva de sua prática e ao instrumentalizá-la como mecanismo do comando capitalista sobre o proletariado, o compromisso fordista acentuou os aspectos mais detestáveis dessa organização. Assim, por que supõe uma centralização da atividade sindical em todos os níveis; por definição só os responsáveis sindicais negociam; enfim, por implicar uma tecnicidade e um profissionalismo crescentes dos negociadores (em matéria jurídica, contábil ou financeira), a prática sistemática da negociação só poderia favorecer as tendências à separação entre a base e cúpula inerentes a essa organização, a autonomização crescente das direções e a redução conseqüente das iniciativas da base, em suma, a burocratização das organizações sindicais. (ANTUNES, 2000: 39/40).

Neste contexto que as idéias hegemônicas acerca da ação sindical se consolidam e permeiam a organização do movimento operário até início da década de 1970, porém, essa forma de organização societal do trabalho é contestada por parte dos trabalhadores, ou seja, as organizações de base dos sindicatos de trabalhadores passam a questionar esse “estado de compromisso” pautado no modelo taylorista/fordista. Assim sendo o paradigma organizacional do movimento operário baseado nos pressupostos da social-democracia são colocados em xeque:

Concentrando o proletariado no espaço social, ele (*taylorismo/fordismo*) tendia, por outro lado, à atomização; homogeneizando suas condições de existência, forjavam-se ao mesmo *tempo* as condições de um processo de personalização; ao reduzir sua autonomia individual; incentivava inversamente o desejo dessa dada autonomia, oferecendo condições para tanto; ao exigir a acentuação de sua mobilidade geográfica, profissional, social e psicológica, tornava mais rígido seu estatuto etc. Semelhante acumulação de contradições tenderia à explosão. (BIHR, 1999: 63).

A contradição se agrava à medida que no processo produtivo o prevaente é um despotismo fabril, com regras rígidas e hierarquizadas no processo de trabalho, um apelo à heteronomia, ou seja, no espaço da produção. E no campo do consumo um incentivo intenso para a realização do espaço individualista e realizador acenando para a autonomia. Conforme Antunes (2000: 41), essa contradição “ *intensificava os pontos de saturação do ‘compromisso’ fordista*”. Em síntese o modelo sindical da social-democracia não conseguia romper sua ligação com o processo capitalista. Nesse sentido que, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o *operário massa* passa a questionar esse modelo de organização sindical:

O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absentismo, da fuga do trabalho, do *turnover*, da busca da condição de trabalho não-operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo “cuidado” especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário. (ANTUNES, 2000: 42).

Dito isto, pode-se observar que nesse contexto histórico, o movimento operário apontava no sentido de, não só questionar os próprios sindicatos moldados no paradigma social-democrata, assim como levantar possibilidades de uma organização autônoma dos trabalhadores ou como afirma Bernardo (1996: 20) “*os trabalhadores não se limitaram a reivindicar o fim da propriedade privada. Mostraram na prática que eram capazes de levar o processo revolucionário até*

um nível muito mais fundamental, que é o da alteração das próprias relações sociais do trabalho". Historicamente falando essa ação política do movimento operário tem como cenário o contexto sócio metabólico dos países do capitalismo central, principalmente na Europa. Romper com a idéia de Estado mediador e avançar no sentido de criação de entidades autônomas significavam questionar o Modo de Produção Capitalista em suas bases estruturais. Não se pode esquecer que estamos falando de um período histórico no qual o Welfare State ainda era hegemônico, mas já apresentava sinais de crise. Desta maneira pode-se considerar que havia uma "*crise de hegemonia*", conforme Gramsci a conceitua, ou seja, um modelo está em crise, porém, outro ainda não consegue se impor. Nesse caso o denominado "compromisso" pautado no taylorismo/fordismo estava altamente contestado tanto pelo proletariado, quando o movimento operário passa a questionar o modelo sindical social-democrata, como pela burguesia que coloca em xeque o "welfare state" por intermédio de seus intelectuais orgânicos como Milton Friedman e Hayeck defensores do Estado mínimo e combatendo as interferências sindicais nas elaborações de políticas governamentais, em síntese, o neoliberalismo.

A partir do início da década de 1970, principalmente com a crise do petróleo (vide capítulos anteriores) em 1973, essa disputa se acirra, pelo lado do movimento operário a tentativa de ruptura com o sindicalismo social-democrata e a burguesia na luta de conquistar o Estado no intuito de dismantelar o "welfare state". No primeiro caso, melhor dizendo, no que diz respeito ao movimento operário Ricardo Antunes nos esclarece:

Estas ações, entretanto, encontraram limites que não puderam transcender. Primeiro, era difícil desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores, se teve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril, denunciando a organização taylorista e fordista do trabalho bem como dimensões da divisão social hierarquizada que subordina o trabalho ao capital, não conseguiu se converter num projeto societal hegemônico contrário ao capital. Como diz Alain Bihl (1991:69-70), “contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho”, não conseguindo articular-se com os chamados “novos movimentos sociais” então emergentes, como os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, entre tantos outros. Do mesmo modo, a conflitualidade proletária emergente não conseguiu *consolidar* formas de organização alternativas, capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais. As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microcósmico da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhes dar longevidade. (ANTUNES, 2000: 44).

Desta forma aquilo que Ricardo Antunes(2000: 45) denomina de “*derrota da luta operária pelo controle social da produção, estavam dadas as bases sociais e ideológicas para retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo*” . Diante do exposto que se pode entender o contexto sócio político que se abre no final dos anos 1970 e durante os anos 1980. Em uma escala cada vez mais globalizada, principalmente com a derrocada do modelo soviético no final dos anos 1980, instala-se e consolida-se hegemonicamente a “*civilização capitalista*” assim conceituada por Immanuel Wallerstein (2001). Esse modelo civilizatório dominante se molda em um momento que a “*classe-que-vive do trabalho*”¹⁰⁰ vive um momento de refluxo e o sindicalismo incapaz de apresentar uma proposta anticapitalista viável:

¹⁰⁰ Conceito cunhado por Ricardo Antunes em sua obra “Adeus ao Trabalho”, para explicar a metamorfose ocorrida no “Mundo do Trabalho” quando das mudanças determinadas pela reestruturação capitalista.

Cremos, entretanto, que com a crise do *welfare state* e a *desmontagem* das conquistas sociais da fase social-democrática, não é difícil perceber o impasse em que se encontra esta variante sindical. A via *participacionista*, que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelas classes dominantes – à medida que se atém às reivindicações mais imediatas e dentro desse universo pactuado e mesmo negativos, quando se pensa no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*. (ANTUNES, 1995: 66)

Ora, essas complexas situações desenvolvidas a partir da década de 1970 no contexto do sistema metabólico do capitalismo (Mészáros, 2002) desembocam, no final dos anos 1980 e início dos 1990 no seguinte contexto:

- Crise do modelo do *welfare state* e conseqüente questionamento de sua vitalidade tanto por parte do movimento operário como das classes dominantes.
- Incapacidade do movimento operário de estabelecer modelo alternativo no campo do sindicalismo, apesar de significativos avanços no micro-universo da produção.
- Nesse geo-histórico globalizado o que se torna hegemônico é o modelo ideológico do neoliberalismo assim como o avanço acelerado de introdução de novas tecnologias no espaço produtivo.

- A organização do processo de trabalho deixa de ser hegemonicamente taylorista/fordista sendo que outras formas são introduzidas com destaque para o modelo japonês, toyotismo, Círculos de Qualidade Total (CQT) etc. Predomina, também, a idéia do trabalhador polivalente, ou seja, *“Cada trabalhador pode realizar um maior número de operações, substituir outras e coadjuvá-las. A cooperação fica reforçada no processo de trabalho, aumentando por isso as economias de escala em benefício do capitalismo”* (Bernardo, 1996: 19-20).

Diante dessa discussão epistemológica, urge inseri-la no espaço geo-histórico brasileiro no intuito de se compreender a postura sindical brasileiro no mesmo período, ou seja, início dos anos 1970 até aos anos 1990. Inicialmente deve-se esclarecer que, sob o ponto de vista da organização do Estado brasileiro, o modelo social-democrata do welfare state nunca se apresentou como hegemônico, apesar de que algumas conquistas trabalhistas e previdenciárias foram acopladas ao conjunto das leis brasileiras a partir dos anos 1930, o exemplo clássico foi a edição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ainda no Estado Novo varguista. Outro dado importante a acrescentar é a postura da organização do trabalho nas indústrias brasileiras, ai sim, apresenta semelhanças com aquilo que estava acontecendo com o processo de trabalho nos países do capitalismo central, ou seja, o modelo dominante foi o taylorismo/fordismo. Assim sendo, principalmente nos grandes centros industrializados no Brasil, o *mass worker* (operário massa) se constitui como base social do proletariado brasileiro. Já olhando sob a ótica da organização sindical torna-se interessante fazer um

brevíssimo contexto histórico, pois já foi tema discutido em outros capítulos, informando que a idéia de um movimento operário autônomo esteve presente na História brasileira no final do século XIX até meados da década de 1920 do século passado.

Já na década de 1930, principalmente após a ascensão de Vargas ao poder, o sindicalismo brasileiro passa a ser organizado na perspectiva do sistema pactuado semelhante ao já descrito, ou seja, pelo modelo social-democrata. Aqui no Brasil apresenta uma característica interessante, o Estado de compromisso se estabelece por meio do próprio Aparelho de Estado. Isso se dá quando Getúlio Vargas na sua primeira fase de governo proporciona uma proposta de corporativismo consubstanciada na Constituição de 1934 e corroborada na Constituição de 1937. Aliás, a criação do Ministério do Trabalho atrelado ao da Indústria e Comércio (1930) deixa bem claro a postura mediadora do Estado no contexto da disputa capital/trabalho. Na edição da CLT em pleno Estado Ditatorial a autonomia sindical é descartada, pois o Ministério do Trabalho teria que autorizar o funcionamento do sindicato através da edição da “Carta Sindical”, tornando com isso, hegemônica a concepção de organização sindical, conforme nos alerta o historiador Armando Boito Jr, *à ideologia populista ainda vigente no seio das classes trabalhadoras. Essa ideologia induz grande parte dos sindicalistas e parte dos trabalhadores ao apego à estrutura sindical, isto é, a aspirarem a tutela, que imaginam protetora, do Estado sobre os sindicatos* (BOITO Jr., 1992: 9). Além da já citada “Carta Sindical” a legislação institui o “Imposto Sindical”, instituto que obrigava a contribuição de todos os trabalhadores, independentes de serem sindicalizados, de um dia de trabalho por ano aos

sindicatos da categoria que os mesmos pertenciam. Isto proporcionou formação de sindicatos que não possuíam uma ligação forte com suas bases sociais por que o financiamento dos mesmos estava garantido por essa contribuição compulsória. No intuito de esclarecer como essa situação se consolidara no país, ou seja, a predominância da idéia de dominação estatal sob as organizações sindicais urge citar o historiador Luiz Werneck Viana:

Sob essas balizas, o decreto-lei¹⁰¹ tornou obrigatório o registro das associações profissionais, a apresentação prévia dos candidatos a cargos sindicais no Ministério do Trabalho, a ampliação das causas de inelegibilidade, a faculdade da presidência das mesas eleitorais sindicais ser confiada a delegados desse órgão e a exigência de posterior aprovação das eleições por autoridades do Estado. Declaradamente, visava-se fazer do Estado a agência de seleção dos dirigentes sindicais, para a “formação de uma verdadeira elite profissional”. (VIANA, 1999: 279).

Interessante ressaltar que esse modelo persiste até hoje mesmo sendo questionado pelas lideranças sindicais mais combativas. Mesmo durante o período do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, espaço temporal já analisado em capítulos anteriores, quando da emergência do denominado “Novo Sindicalismo” esses dois fatores que apontam o sindicalismo “pactuado”, isto é, a tutela do Sindicato (“Carta Sindical”) pelo Estado e o estatuto do “Imposto Sindical”, persistem. No caso do sindicalismo dos servidores públicos e, em específico, a formação da UTE e posterior formação do Sind-UTE, por um longo período histórico ficou à margem, pois os servidores públicos eram proibidos de se organizarem em sindicatos. Quando muito se organizam em associações

¹⁰¹ O estatuto jurídico citado por Luiz Werneck Sodré foi o Decreto-Lei 1402, de 5 de julho de 1939 que regulamentava a atividade sindical no Brasil.

corporativas que faziam o papel mais de organizações sociais do tipo recreativas do que de representação sindical.

Interessante urge especificar a problemática vivenciada pelos professores públicos de Minas Gerais. Desde a década de 1930 que existia uma organização de professores a já citada APPMG que funcionava com as características descritas e semelhantes às associações de servidores públicos. Melhor esclarecendo, com um discurso genérico de apoio e defesa dos interesses corporativos dos professores e com uma prática assistencialista e práticas recreativas. Isso persiste até final dos anos 1970, como já foi historicizado posteriormente. Porém, com o movimento docente de 1979, a APPMG perde legitimidade junto aos professores mineiros, fato também já relatado no decorrer desse trabalho. Nessa brecha que se constitui a UTE enquanto associação, mas já com uma perspectiva mais sindical apregoando, inclusive, a ruptura com os modelos assistencialistas/recreativas típicas das associações de servidores públicos e questionavam o modelo da estrutura sindical brasileira, em resumo, a UTE nascia no campo do “Novo Sindicalismo” como já foi analisado no corpo desse trabalho. Dado que também se apresenta como novidade na formação da UTE (21/07/1979) foi o reconhecimento, por parte dos docentes, como trabalhadores da educação, gerando uma idéia de comunhão com o movimento dos trabalhadores em geral.

Nesse ínterim, de 1979 a meados dos anos 1980, a sociedade civil brasileira acirra a luta política contra a “Ditadura Militar” culminando com a

“Abertura Política” e a eleição de Tancredo Neves¹⁰² (pelo Colégio Eleitoral, conforme já analisado) em 1985, com isso o “ciclo dos militares no poder” se fecha. Fato interessante no que diz respeito, em específico, à UTE foi o engajamento da entidade nas lutas políticas desse hiato temporal e portanto, o insistente trabalho no sentido de estabelecer alianças no escopo ético-político que emergia no fim da “Ditadura Militar”.

A questão da reconstrução da democracia é colocada no centro do debate em meio ao movimento popular. Na medida em que o movimento empunha essa “bandeira”, tende a se tornar um de seus principais porta-vozes em Minas Gerais, sobretudo em função de suas dimensões e área de atuação. É ligado a este fato, por exemplo, o de que o movimento de trabalhadores em educação mineiro ocupa lugar de destaque na organização da CUT¹⁰³ e do PT em Minas Gerais, o que se dá a partir desta identidade forjada no contexto da redemocratização e da participação dos segmentos populares. Isto também se expressa na constatação de que, em vários momentos de sua existência, entre os membros da executiva regional da CUT/MG, que se propõe a tornar efetivo o “novo sindicalismo”, existe ma forte presença de dirigentes egressos do movimento de trabalhadores em educação. (FURTADO, 1993: 49).

Urge ressaltar que, essa presença significativa dos trabalhadores em educação de Minas Gerais no PT e na CUT, não é um fenômeno isolado no contexto do movimento dos servidores públicos, conforme pode-se constatar na citação abaixo:

¹⁰² Não se deve esquecer que foi o vice presidente eleito, José Sarney que assume em função da morte do presidente eleito Tancredo Neves.

¹⁰³ CUT – Central Única dos Trabalhadores, central sindical criada por militantes sindicais ligados ao Partido dos Trabalhadores, posteriormente com adesão de militantes do PC do B, PDT e PCB.

Data do início dos anos oitenta a entrada desses servidores na cena pública brasileira, mas já foram protagonistas de lutas memoráveis. A importância e a força que os trabalhadores do setor público têm demonstrado expressa-se seja no aumento do número de entidades sindicais, no número de greves realizadas e de jornadas perdidas, seja no peso político conquistado no interior da Central Única dos Trabalhadores. Na Direção Executiva Nacional da CUT, eleita no 5º. Congresso Nacional, realizado em maio de 1994, composta de 25 membros efetivos, cerca de 70% deles são funcionários do setor público. (MARTINS, 1997: 06).

Retomando a problemática relativa à construção identitária da UTE, a entidade se agrega na luta nacional dos servidores públicos no intuito de legitimação dessas associações que já se comportam enquanto sindicato. Para tanto, no bojo da luta política durante a nascente redemocratização brasileira, a partir de 1985 quando da institucionalização da chamada “Nova República”¹⁰⁴, estava em pauta a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte. Em função de que a Constituição que estava em vigor era herança da “Ditadura Militar” promulgada em 1967 durante o governo do Marechal Presidente Humberto Alencar Castello Branco e a mesma foi reformada pela Junta Militar em 1969. Dentre várias reivindicações dos servidores, constava a reivindicação de direito à greve e a de se constituir sindicatos. No decorrer das eleições de 1986, o Congresso Nacional eleito foi transformado em Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, os Deputados Federais eleitos e Senadores funcionavam tanto como legisladores, membros do legislativo, ao mesmo tempo que escreviam uma nova constituição para o país. Depois de muitos debates e negociações, que não cabe aqui discutir, pois não se constitui temática para meu trabalho, foi promulgada uma nova Constituição para Brasil em 1988, batizada pelo então Presidente do

¹⁰⁴ Denominação adotada pelo bloco histórico vencedor quando da eleição da dupla Tancredo Neves/José Sarney pelo colégio eleitoral, em janeiro de 1995.

Congresso, o Deputado Federal pelo PMDB, Ulysses Guimarães de “Constituição cidadã”. Importante ressaltar que, as reivindicações concernentes aos direitos à greve e à sindicalização, foram contempladas na “Constituição cidadã”:

Um dos indicadores do resultado dessa luta foi a inclusão na Constituição Federal de algumas reivindicações antigas do funcionalismo como o direito de sindicalização e greve, o ingresso no serviço público através de concurso, a estabilidade e a isonomia salarial.

Estas conquistas se relacionam com a vontade da categoria de romper com a imagem formada a respeito dos servidores como “servidores do governo” e não como trabalhadores cujas atividades se relacionam diretamente com a população.

(COSTA, 1997: 44).

Conquistado esse direito de constituir sindicato tratava-se agora em construí-lo. No caso específico dos docentes mineiros a categoria encontrava-se entre duas grandes entidades que se arvoravam em representantes dos mesmos: UTE e a APPMG. Além do que existiam entidades extremamente “micro representativas”, ou seja, associação das orientadoras educacionais, supervisoras, diretores(as) de escola e até associações de caráter municipal. Com o objetivo de se organizar um sindicato unificado a categoria realizou, no segundo semestre de 1990, um congresso nas dependências do “Mineirinho” em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Furtado (1993: 72) nos lembra que *“Naquela ocasião, durante o congresso de unificação das entidades dos trabalhadores ligadas à educação, os momentos de mais agudo enfrentamento*

diziam respeito, invariavelmente, as diferenças doutrinárias entre as duas maiores entidades: UTE e APPMG¹⁰⁵...”.

Então, à guisa de uma síntese, pode-se afirmar que o movimento de docentes em Minas Gerais, tomando como marco o final dos setenta, apresenta uma trajetória bastante elucidativa do contexto histórico vivenciado pela sociedade brasileira. Tomando como eixo a criação da UTE fica evidenciada a constituição de uma postura sindical que procura romper com o associativismo dominante no serviço público, postando, inclusive como porta voz do “Novo sindicalismo” e surgindo a partir de um movimento de bases com aproximação com movimentos da Sociedade Civil questionadores da “Ditadura Militar”. Esse primeiro momento cronologicamente atribuído de 1979, tendo como acontecimento marcante a greve docente de 1979 até 1990, momento da unificação. Esse período eu denomino como “*constituente*”, pois a UTE procurava organizar a categoria tendo em mente outras concepções inclusive questionando o modelo sindical brasileiro e apoiando as lutas contra a “Ditadura Militar”. Inclusive, é mister dizer, apresentou-se como movimento aglutinador da luta: greves de 1979 e 1980 foram emblemáticas.

Um segundo espaço tempo que vislumbro vai do início dos anos 1990 ao início do século XXI. Esse período eu denomino como “*constituído*”, pois a conquista ao direito à sindicalização garantida pela Constituição de 1988, consolida a UTE, que após a unificação passa a se denominar Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), e em face disto se estabelece de

¹⁰⁵ Convém esclarecer, embora não possa se estender essa observação para o conjunto dos trabalhadores em educação, naquele momento a diretoria da UTE era hegemoniizada pelos militantes do PT e suas tendências e a APPMG pelos militantes do PCB, hoje PPS.

forma sindical semelhante aos outros sindicatos de trabalhadores. Essa mudança apresenta uma nova formatação do sindicato, fenômeno que será analisado mais adiante.

CAPÍTULO V

A ORGANIZAÇÃO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: Sind-UTE/MG.

Como já foi mencionado anteriormente, no corpo desse trabalho, os servidores públicos conseguiram direito de se organizarem em sindicatos. Conquista esta consolidada com a promulgação da Constituição de 1988. A categoria de trabalhadores em educação de Minas Gerais convivia com várias entidades que representavam a categoria destacando a UTE e a APPMG (como já foi relatado). Mas havia representações de orientadoras educacionais, supervisoras pedagógicas e, até de diretoras.

No intuito de se consolidar a categoria dentro de uma perspectiva unificada em um só sindicato foi proposto um congresso que objetivava materializar essa premissa, ou seja, organizar um sindicato que fosse a representação unificada da categoria dos trabalhadores em educação. Para tal, as diversas entidades deveriam abrir mão de sua estrutura individualizada, fazendo com isso, que existisse uma única. Seria o coroamento da proposta inicial quando da fundação da UTE. Porém não se pode esquecer que existia uma disputa pela hegemonia no bojo do movimento docente em Minas Gerais. A UTE

que havia se formado a partir das mobilizações de 1979 e conflitando com APPMG, fundada em 1931. Salientando que a greve de 1979 à medida que fornece espaço para a formação da UTE coloca a APPMG em questionamento por parte da categoria. Denunciada, naquela época como braço auxiliar do governo estadual, como nos lembra Fernando Cabral, “*Então 79, o flagrante que nós encontramos da APPMG foi um flagrante claro de braço auxiliar do governo do Estado de Minas Gerais....(CABRAL)*. Não se pode esquecer que esse relato é de um membro fundador da

UTE, portanto reflete a posição hegemônica do grupo dirigente da referida instituição. Fato é, que o Congresso de Unificação que vai ocorrer em meados de 1990 se realiza em um espaço de disputa entre a UTE e a APPMG. Dado importante a ser considerado que no seio da APPMG existia uma disputa interna protagonizada pelas correntes do antigo PCB (hoje PPS) setores que se colocavam mais à esquerda no Partido eram favoráveis ao processo unificador, inclusive lutavam na justiça para se legitimarem como direção da entidade. O outro grupo que se postava mais à direita e vinha dominando a

entidade era radicalmente contra esse processo e, como será notificado mais adiante, ainda impedirá que essa unificação se tornasse real. Novamente recorrerei ao depoimento do professor Fernando Cabral:

Agora, foi uma unificação na realidade virtual porque o que foi acertado naquela unificação na prática não aconteceu. A unificação implicava que APPMG, a UTE, outras entidades de orientadoras educacionais, supervisoras pedagógicas, todas as entidades deixariam de existir em função de uma única, as diretoras (sic.), isso acabou não acontecendo. Acabou que a UTE abrigou algumas entidades, mas outras entidades continuaram, APPMG hoje ainda tenta resistir como entidade sindical até o presente momento. (CABRAL).

Para se poder compreender esse processo de unificação que acabou formando o Sind-UTE¹⁰⁶, urge procurar compreender as relações de aliança que a UTE constrói durante os anos de 1979 a 1990, período curto da história

¹⁰⁶ Constante das “Disposições Gerais” – Capítulo X – arts. 88 a 99 - do Estatuto do Sind-UTE ficou consolidada a unificação das entidades que atuavam entre os trabalhadores da educação tendo como entidade hegemônica a UTE (União dos Trabalhadores em Educação) agregando filiados e patrimônio das outras instituições como o SINPEP (Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Belo Horizonte), AOEM (Associação das Orientadoras Educacionais de Minas Gerais) e ADVEM (Associação dos Diretores), porém a grande derrota política da UTE nesse congresso de Unificação foi a não incorporação da APPMG (Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais). Interessante registrar uma moção retirada no II Congresso do Sind-UTE de repúdio pela transformação da APPMG em Sindicato: “Moção de repúdio a criação do Sindicato dos Professores Públicos de Minas Gerais”.(Antiga APPMG).

brasileira, porém bastante rico no que diz respeito às lutas implementadas pela Sociedade Civil, conforme já foi demonstrado.

5.1 – A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DA UTE COM A SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA.

No processo de instituição, a UTE traz consigo uma rede de alianças bastante significativas no campo da sociedade civil levando-se em conta o momento histórico já descrito fartamente no bojo desse trabalho, ou seja, final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Como já foi relato o movimento constitutivo da UTE conta com o apoio do movimento estudantil, movimento de pais e, no espectro político terá amplo apoio de movimentos políticos de oposição à Ditadura Militar. Além de que de sindicatos que também se encontravam em um momento histórico de reestruturação avançando no sentido da construção de uma nova mentalidade sindical, melhor dizendo, o “*Novo Sindicalismo*”.

Agregado à essa relação no campo da sociedade civil e por essa relação com a mesma e, também, como o tempo histórico proporcionava isso, as lideranças formadoras da UTE passam a engajar na luta por uma formação de um novo partido político que representasse os trabalhadores. Ao tomar essa atitude as lideranças se colocavam em uma perspectiva crítica aos tradicionais partidos de esquerda que atuavam no movimento sindical como o Partido Comunista Brasileiro (PCB - atual PPS) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Evidencia, também, que as referidas lideranças caminhavam no sentido de se acreditar na possibilidade de fazer valer os interesses dos trabalhadores por intermédio da conquista do Estado através da “*via democrática*”. Outro dado importante a ser

considerado é, que com isso, as alianças procuradas e afirmadas historicamente pela diretoria da UTE, se propõem avançar no campo das liberdades democráticas, visto que o país se encontrava em um regime ditatorial e as organizações e movimentos que haviam lutado no campo armado contra a “Ditadura Militar” tinham sido derrotados. Mesmo porque muitos daqueles que tinham participado das referidas organizações estavam fazendo as revisões e aqueles que estavam no movimento docente em Minas Gerais procuravam construir algo diferente, como já se pôde observar nos relatos postos no corpo desse trabalho.

A citação abaixo sintetiza a “mentalidade” reinante no movimento docente mineiro em seu período constituinte, sendo que essa citação decorre de uma monção de apoio enviada pelos docentes paulistas que, após um movimento grevista, conseguem instituir uma diretoria mais combativa à frente de sua entidade, APEOESP¹⁰⁷:

Em todos os locais do Brasil, hoje, os trabalhadores se deparam nas suas lutas, com entidades pelegas e atreladas, (...). A isto respondem com a criação de organismos livres, independentes e democráticos. A experiência da organização de comissões por escola, regionais e sua centralização por um comando geral de greve, vivenciada pelos professores de São Paulo, na greve de 1978, é hoje incorporada por todos os trabalhadores. Vivenciada por Minas, que expulsa de suas assembléias os pelegos e rompe com as entidades atreladas, esta experiência culmina com a realização de um congresso estadual.¹⁰⁸ (...) Na criação de uma entidade de todos os trabalhadores do ensino de Minas Gerais, consolidam-se essas formas de organização. (...) Os professores de MG, dessa maneira, tornam-se ponta de lança do movimento

¹⁰⁷ Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, após a promulgação da constituição de 1988 passou a se denominar Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

¹⁰⁸ O Congresso citado se refere ao momento de criação da UTE no dia 21/07/1979.

dos trabalhadores brasileiros, na luta pela derrubada do regime militar, que tem na estrutura sindical vigente um de seus mais fortes pilares de sustentação. (I Congresso da UTE apud FURTADO: 74)

Ao analisar esse documento, que é uma moção de apoio ao movimento dos docentes de Minas Gerais emitido pela diretoria da APEOESP e com apoio da assembléia de professores, pode-se verificar a intenção de estabelecer-se uma rede de solidariedade entre os trabalhadores da educação. Além dessa aproximação entre os movimentos docentes o documento sinaliza e conclama, também, para uma identificação com o movimento do conjunto da classe trabalhadora, além de que, o movimento de Minas Gerais é citado como vanguarda na luta contra a “Ditadura Militar”.

Urge ressaltar o histórico da APEOESP (hoje SINPEOESP), pois a ascensão de uma diretoria combativa e que tinha como objetivo romper com o associativismo apresenta elementos de semelhança com o histórico da UTE (hoje Sind-UTE).

Desde sua fundação – em 1945, em São Carlos – até a deflagração da primeira greve em 1978, foram 33 anos em que predominou o assistencialismo na APEOESP. Durante a ditadura militar, a entidade acomodou-se, adaptando-se ao regime autoritário, e foi se afastando do conjunto da categoria, passando a orientá-lo no sentido de também se submeter às determinações oficiais. Todas as lutas da categoria eram encaminhadas ao departamento jurídico, fato que provocou comentário do então secretário da educação José Bonifácio: “os professores são sui generes porque as categorias profissionais em geral têm uma entidade de classe com um departamento jurídico. No caso dos professores é o contrário: um departamento jurídico é que tem uma entidade na categoria”. (Site APEOESP, acesso em 16/01/2006).

Assim como a UTE, a APEOESP surge após uma greve em 1978 que durara 24 dias. O eixo principal daquele movimento paredista foi a reivindicação de 20% de reajuste salarial. Reivindicação foi atendida pelo então governador do Estado de São Paulo, Paulo Egídio Martins. Interessante ressaltar que a diretoria da APEOESP da época não deu apoio ao movimento e, sim um movimento organizado de oposição àquela diretoria que liderou o movimento. Esse grupo de oposição organizou uma chapa denominada CPEU (Comissão Pró Entidade Única) que fora vencedora das eleições, mas para tomar posse teve que recorrer à justiça¹⁰⁹.

Esse breve histórico aqui apresentado teve como objetivo ilustrar como o momento histórico do final dos anos 1970 estava impregnado por duas grandes posturas imagéticas:

- A luta da sociedade civil contra o “Estado autoritário”,
- A necessidade do movimento de trabalhadores gerar uma nova postura sindical que fosse autônoma e combativa.

Desta maneira estabelece-se ai uma possibilidade de se criar uma rede de solidariedade, mesmo porque as organizações que militavam nos movimentos, especificando ai UTE e APEOESP, intercambiavam informações, conforme relato do professor Fernando Cabral, quando lhe foi perguntado se havia comunicação, encontros entre as entidades em nível de Diretoria, de movimento, para se estabelecer estratégias comuns de ação: *“Não. Agora não vou negar que existiam grupos organizados que militavam no movimento de Minas, militavam na*

¹⁰⁹ Vide site oficial da APEOESP. <http://www.apoesp.org.br/historia/index.htm>

APEOESP, militavam em outras entidades. Mas o vínculo, no caso aí, não era do movimento, era de organizações que participavam dos movimentos”.

Esse relato faz com que possa se fazer a seguinte reflexão: o movimento de docentes tanto em Minas Gerais como em São Paulo, tomando os dois estados da federação como parâmetro, no final dos anos 1970, nos fornece a compreensão de que a mobilização permitia uma inserção das bases sociais, ou seja, os professores que não possuíam vinculações ideológicas e/ou partidárias, mas por outro lado, as organizações de esquerda procuravam tornar hegemônicas frente ao movimento, inclusive com intercâmbios interestaduais como no caso UTE(MG)/APEOESP(SP).

Reforçando essa problemática urge apresentar o relato da professora Dayse Cunha, embora seja de uma dirigente de 1989 a 1991, portanto após o processo de unificação das entidades, do Sind-UTE, que retoma essa questão das organizações no seio das entidades sindicais e, em específico, dos trabalhadores em educação:

É, aquela coisa de partido Leninista que você tem uma célula de professores então discute as questões do movimento e que você tira posições políticas que você vai defender no movimento. (Você não dialoga com o movimento. – fala do entrevistador). Você dialoga, mas você tem uma posição dura, na verdade não é exatamente um diálogo, é uma ação de convencimento, concorda comigo? (sic.) Você quer ganhar o sujeito para sua posição.(ganhar posição, você não está nem ouvindo o que o outro está falando – fala do entrevistado). Às vezes nem é isso. Vou ser torturada depois dessa entrevista por estar declarando isso, mas é um pouco isso, não sei como é que está hoje, tem uma década que eu abandonei (sic.). (Daysi).

Esse discurso, eivado de termos basicamente advindos das tendências, apresentado pelas lideranças seja nas publicações do Sind-UTE, ou quando nas assembleias da categoria se apresenta como hermético para os trabalhadores da base social do sindicato. Isto de certa maneira causa estranhamento e soa como proposições meramente de retórica política partidária. Quando se ouve a fala dos trabalhadores de base percebe-se que eles apontam esse comportamento como afastado dos interesses “reais da categoria”. Em resumo dificulta o diálogo liderança/base e quando não gera desconfiança. Como se pode verificar a citação abaixo, feita a partir de uma entrevista com uma trabalhadora da educação que, apesar de tempos no trabalho como professora do Ensino Fundamental (séries iniciais) e segundo a mesma, ter participado nos movimentos docentes, produz um discurso sobre o movimento como se o mesmo não lhe pertencesse:

Maria Aparecida¹¹⁰: Eu tenho a impressão de leitura política, mais do lado político mesmo, dar assim a impressão de quem está assim falando muito, puxando mesmo para greve, dar a impressão de muita política ali atrás (o que você chama de política? - fala do entrevistador) é assim, interesses mesmo pessoais para ingressar na Vida política, tanto é que aí você tem hoje o Lula como presidente. Eu vejo mais isso, assim, eu não estou citando o Lula como mal exemplo não, pelo contrário, eu admiro o que aconteceu na trajetória de vida do Lula, eu admiro muito. Não sei se deu para você entender, esse tipo de interesse, eu vejo muito isso.

¹¹⁰ A professora tem 14 anos de magistério na Rede Pública de Minas Gerais, tanto no Estado como na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e na época da entrevista estava participando de um programa de Educação continuada patrocinada pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, denominado “Projeto Vereda”.

Interessante ressaltar que o ato ritualístico da assembléia, que é a instância máxima da ação sindical, torna-se um espaço de difícil interatividade entre base e direção. Portanto, aquilo que se pretendia realizar, historicamente, quando da fundação da UTE, ou seja, a idéia de comunhão (comum – união, Furtado, 1993), de pertencimento tende-se a esvaír no decorrer do tempo. Procurando esclarecer e entender essa problemática posta necessário se torna analisar as propostas de alianças que a UTE se põe desde seu surgimento e que historicamente elas se realizam. Esse breve hiato teve como objetivo de esclarecer como vários segmentos do movimento enxergam as relações sócio-históricas no Sind-UTE.

Pode-se verificar que o professor Fernando Cabral vê o processo unificador do Sind-UTE como, usando sua própria palavra, “*virtual*”(sic.), com isso ele questiona a unidade do movimento. Não se pode esquecer que o referido professor foi um dos primeiros diretores da UTE e participou do processo de unificação que gerou o Sind-UTE. Já professora Daysi aponta no sentido de que as disputas entre as tendências do movimento dificultam o diálogo liderança/base. Ela mesma afirma que essa relação acaba acontecendo no campo da tentativa de “*convencimento*” (sic.). A professora citada fora diretora sindical no período de 1989 a 1991, portanto em um momento de transição de UTE para Sind-UTE. Quando se dialoga com uma trabalhadora da educação que é a base social do sindicato e aí eu retomo a fala da professora Maria Aparecida, como um discurso emblemático, sobressai a incompreensão ao discurso das lideranças e a desconfiança ao mesmo intitulando-o de político no sentido partidário do termo; ela denomina de “*leitura política*” (sic.) Ou seja, quando as lideranças procuram entrar em interatividade com as bases, as mesmas não conseguem compreender

a razão do discurso e, portanto, o distanciamento entre base e liderança se acentua.

Pois bem, procurando desvelar como essa situação se construiu historicamente e possibilitou essas leituras variadas do sindicato, urge retomar os movimentos processados pela direção da UTE desde sua fundação, ou seja, desde o momento que o movimento se apresentava como constituinte até à sua constituição. Para tal é importante lembrar que, quando da fundação da UTE, a aproximação com outros movimentos docentes foi importante, principalmente com a APEOESP, como analisado anteriormente.

Dando continuidade à essa análise, explicando melhor, como a UTE vai estabelecendo pontos de aliança com o movimento social e corroborando a idéia de que a aproximação com entidades docentes vai ser um caminho percorrido a citação abaixo, feita a partir do trabalho do professor João Pinto Furtado (1993), torna-se esclarecedora:

Em outro documento, encontrado junto ao material da greve de 1979, a APEOESP avalia e historia as várias campanhas ocorridas em 78/79 no país, e sugere um encontro nacional para discutir e criar uma organização em nível nacional que responda aos interesses da classe (sic.) e que articule estas tendências mais combativas do movimento. Em outro, ainda, indica representante para participação no congresso de criação da UTE. Ainda quanto à realização do "I Congresso Nacional de Professores", temos um documento que traduz e resume a relativa identidade das duas entidades via leitura da história recente do país e propostas práticas. (FURTADO, 1993: 74).

O documento citado pelo professor Furtado reforça a idéia da necessidade de que as entidades emergentes dos movimentos grevistas do final dos anos 1970, no campo do magistério deveriam se unificar em nível nacional, criando uma

entidade de abrangência nacional. Não se pode esquecer que existia uma entidade que se procurava representar os trabalhadores da educação nacionalmente: CPB – Confederação dos Professores do Brasil. A referida entidade foi denominada em documento elaborado pela diretoria renovada da APEOESP e assinado pelo professor Gumercindo Milhomem¹¹¹ como dominada por “*mãos de pelegos*”. Essa proposta que envolve a UTE e a APOESP é emblemática no sentido de diagnosticar a mentalidade que atravessa o movimento docente naquele período histórico, ou seja, finais dos anos 1970 e início dos anos de 1980. A centralidade da proposta era formar uma entidade nacional que fosse autônoma e desatrelada do Estado. Em resumo, as entidades emergentes da luta dos trabalhadores em educação, realçando aí a UTE e a APEOESP apresentam uma visão sindical coerente com a realidade histórica daquele momento, o “*Novo sindicalismo*”. Apontam no sentido de ser um sindicato de “massas” e de uma real democracia a partir das bases. Aí vem a crítica ao “velho sindicalismo” que era denominado de cupulista. Isto fica bem claro e expresso no referido documento:¹¹² “*Devemos dar novos passos rumo à construção de uma entidade nacional que expresse a união de todos aqueles que tenham reais compromissos com a democracia de base e pela luta pela não ingerência do Estado nas organizações de massas (sic.)*”.

Urge, nesse momento, fazer um comentário. A preocupação de se formar uma entidade de caráter nacional e de bases democráticas foi perseguida por

¹¹¹ O documento recebeu o título de “O combate ao peleguismo e a organização atrelada, na unificação e no avanço das lutas do professorado” – Vide Iº Encontro Nacional dos Professores – Arquivo Sind-UTE – Pasta “1980 – greve do magistério” 07/07/79.

¹¹² Retirado do documento citado acima: “O combate ao peleguismo e organização atrelada, na unificação e no avanço das lutas do professorado”.

essas entidades, agregando outras de Estados diferentes, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Tanto é verdade que a CPB teve que reconhecer os movimentos emergentes e, na mudança de seus estatutos, permitiu uma postura mais combativa no seu interior. A postura sindical da CPB fez com a entidade avançasse e filiou-se à Central Única dos Trabalhadores¹¹³. Em 1990, após a homologação da Constituição de 1988, passou a se denominar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, em 1990.

Verifica-se, então, que a UTE através do movimento consolidado em 1979 e 1980 um aumento de espectro chegando a um relacionamento nacional no sentido da construção de um movimento sindical de “outro tipo” no contexto do professorado. No entanto esse esforço de ampliar seu espectro de ação faz com que a UTE se coloque mais próxima dessa ação ético-política do que em se consolidar com suas bases sociais. No primeiro momento histórico, que denomino de “*constituente*”, essa aproximação foi a razão da fortaleza do movimento. As bases sociais se manifestaram e colocou em movimento a formação de uma entidade nova, que foi a UTE.

Como já foi analisado anteriormente, retomando no intuito de esclarecimento, o movimento teve base de sustentação inclusive com os pais e alunos das escolas públicas. Haja vista o documento de apoio dos pais ao movimento grevista de 1979. Documento já analisado em capítulos anteriores. Interessante citar um documento que aponta a solidariedade dos estudantes ao

¹¹³ Vide site da CNTE: <http://www.cnte.org.br/>, consultado em 24/01/2006.

movimento de 1979, subscrito pela UMES –União Metropolitana dos Estudantes (MG):

A greve do professorado mineiro foi um dos acontecimentos de maior relevância ocorrido nos últimos anos em Minas Gerais. Sua importância não ficou só nas conquistas no plano econômico. A fundação de uma entidade que vai unir todo o professorado mineiro é um exemplo. Uma entidade livre que não está nascendo aqui agora, mas que foi construída no dia-a-dia da greve. A força da organização democrática do movimento desmascarou as entidades pelegas que são coniventes com o governo dos patrões. Essa conquista contribuiu para que outros setores da sociedade acordassem para a luta contra a opressão e exploração existentes no país. Com isso, aprendemos muitas coisas que nos serão úteis daqui para frente. Em nossas escolas não há entidades livres. O que existem são centros cívicos controlados. A legislação que proíbe os grêmios livres é caduca e arbitrária. Pedimos o apoio dos professores à nossa liberdade de organização. (UMES, 1979).

Interessante ressaltar que o discurso dos estudantes secundaristas esboça uma ligação solidária entre a recém criada entidade – UTE – com o movimento estudantil. Poder-se-ia até pensar em uma possível aliança em favor da educação pública, já que o movimento dos trabalhadores da educação teve como base social os professores da rede pública.

Conforme nos alerta o professor João Pinto

Furtado o movimento, no seu primeiro

momento teve uma conexão concreta com a

sociedade civil:

No contexto em questão, a concepção de solidariedade foi um dos principais instrumentos de coesão e definição dos “parceiros”. No primeiro momento de articulação da UTE, nos anos de 79 e 80, chama a atenção o fato de que, em função das limitações legais e de infra-estrutura citadas, foi fundamental para o sucesso da mobilização o concurso de outras organizações, seja a partir de contribuições financeiras, seja a partir de apoio político, seja a partir de cessão de instalações e telefones. Assim destacaríamos, por exemplo, o fato de que, neste primeiro momento, em uma boa parte dos documentos levantados, os telefones e endereços de contato são os da UMES e casa dos Jornalistas. (FURTADO, 1993: 83).

Nesse sentido urge salientar que a rede de conexões estabelecida pela UTE tende a se expandir no mundo sindical também à medida que, como já foi citado nos capítulos anteriores, recebe apoio concreto de entidades sindicais. Esse apoio ultrapassa o ato político simbólico, ou seja, não se resumia em uma moção tirada em uma assembléia e/ou uma menção na imprensa sindical, ia além, inclusive com doações em dinheiro e espaços para produção de materiais de divulgação do movimento. Interessante citar o depoimento do professor Carcerone que reforça a pujança desse envolvimento da sociedade civil com o movimento docente de Minas Gerais: “*Os professores da UFMG doaram um dia de seu*

salário para o movimento. Isso inclusive permitiu que a UTE adquirisse uma linha telefônica e maquinário que possibilitou estabelecer um pequeno parque gráfico”.

Esse escopo de atuação do corpo dirigente da UTE se expande agregando apoio e simpatia junto a outros sindicatos que não eram do campo da educação. Essa atuação sindical da UTE adquire uma importância no cenário nacional que passa a ser convidada a participar de articulações no sentido de se criar uma instituição unificadora dos trabalhadores no Brasil. Como se pode ver na transcrição abaixo de um documento assinado por dois representantes de sindicatos de bancários paulistas, Luiz Gushiken e Ari Neves que se solidarizam com os trabalhadores de educação de Minas Gerais:

...precisamos romper com os órgãos governamentais que nos mantêm atados. Precisamos expulsar os pelegos que fazem de nossas entidades fonte de mordomia e corrupção, precisamos criar nossas entidades livremente, e desta forma, com base em organismos livres, unificar toda a classe trabalhadora brasileira num só órgão sindical – A central sindical independente. (Ao congresso estadual dos trabalhadores de ensino de Minas Gerais apud FURTADO, 1993: 84).

Esse convite, conforme nos lembra o professor João Pinto Furtado (1993), é um prenúncio da criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT – que se concretiza na

década de 1980. Urge lembrar que a UTE, posteriormente Sind-UTE, será um integrante de peso na CUT tendo, inclusive, um de seus diretores como presidente regional, o professor Fernando Cabral. Desde a emergência do movimento grevista de 1979 até a criação da UTE, pode-se afirmar que a referida instituição passa a ser catalisadora dos movimentos trabalhistas mineiros. Verifica-se, então, que o leque de alianças e parcerias se amplia.

Interessante retomar a questão do apoio recebido nos primeiros momentos da UTE que consubstanciam nos momentos de greve. No intuito de ilustrar concretamente a ação solidária torna-se interessante citar, a partir de um documento do arquivo Sind-UTE intitulado “Entidades que apoiaram o movimento

dos professores (1980)", o grupo de entidades que se solidarizam com o movimento docente de Minas Gerais:

Sindicatos: trabalhadores em indústrias de fumo, professores, médicos, bancários, gráficos, destilarias, fiação e tecelagem, rodoviários, metalúrgicos-BH, metalúrgicos-Itatinga, vendedores, assistentes sociais, jornalistas e sociólogos. Associações e entidades: APUBH, UNE, UEE, DCEs PUC e UFMG, UMES, Movimento Contra a Carestia, Centro Mineiro de Cultura Popular, Associação Bairro Riacho, Associação 1º. de Maio, Executiva Regional do PT, Departamentos Jovem e Feminino do PMDB. Jornais: Convergência Socialista, O Trabalho, Tribuna Operária e Igreja: Nota dos Bispos, Pessoal da Igreja São José, Pastoral dos Direitos Humanos. (apud FURTADO, 1993: 85).

Nota-se ai que, a UTE em seu momento instituinte abre uma possibilidade histórica se estabelecer uma rede de alianças que sugeriria de se pensar uma ruptura com a ditadura militar em uma perspectiva mais democrática e popular. Pois o leque de apoio e interatividade no campo da sociedade civil apontava nesse sentido. Inclusive, setores como de pais e alunos se posicionavam como aliados e reconhecedores da justiça do movimento docente. O grau de filiação por parte dos trabalhadores à UTE foi bastante significativo pois, já em meados dos anos de 1980 ultrapassava dos 25.000 associados.¹¹⁴ Esse era o cenário que se apresentava inclusive em 1987 durante um movimento grevista cujo governador era Newton Cardoso (PMDB), segundo informações prestadas pelo deputado Rogério Correa em seu depoimento, organizou-se uma assembléia na Praça Sete (região central de Belo Horizonte) com a presença de 100.000 pessoas, incluindo também trabalhadores da educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

¹¹⁴ Dados obtidos no trabalho já citado do professor João Pinto Furtado.

Ainda comentando esse momento de constituição deve-se acrescentar o empenho dos dirigentes da UTE em agregarem na construção de um partido político que representasse a classe trabalhadora. Aqui se torna interessante algumas observações.

Em primeiro lugar, esses dirigentes estão apostando em canalizar esse grau de apoio e solidariedade para o campo da tomada de Estado uma vez que participam de uma criação de um partido que concretizasse as reivindicações dos trabalhadores tanto no campo político como no econômico. Como já foi citado anteriormente, membros do núcleo fundador e dirigente da UTE participarão da criação do Partido dos Trabalhadores, juntamente com sindicalistas do campo “*Novo sindicalismo*” incluindo os do ABC paulista, membros da APEOESP e interessante frisar, membros do CEPE(RJ) – Centro dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Sindicato dos Professores Estaduais do Rio de Janeiro), enfim esses setores do movimento sindical acreditavam na concepção de que as transformações deveriam passar pela tomada do Estado, agora pela via democrática.

Outro dado que se torna relevante refletir é que os movimentos citados solidários no momento da constituinte não vão se dialogar, por exemplo, temas relativos à problemática da educação como gestão das escolas públicas, financiamento do ensino estatal e a possibilidade de se construir uma proposta pedagógica popular, não farão parte das discussões inter entidades. A questão política se faz mais presente, ou seja, os dirigentes sindicais apostam mais na organização partidária do que sua ligação com os movimentos populares e de base. Isto se torna mais claro quando são analisados os anos finais dos 1980 e a

década dos 1990, pois, com a constituição do PT, dirigentes do Sind-UTE irão se eleger para ocupar cargos políticos tanto no legislativo¹¹⁵ como no executivo. A participação da UTE, posteriormente Sind-UTE, na constituição da CUT é um fator importante de ser visto, pois, em tese, seria o espaço para se aproximar com outros sindicatos de trabalhadores. Mas isto não acontece no sentido de que não se consegue afunilar em temas aglutinadores as ações éticas-políticas da entidade. Nesse sentido, os documentos retirados nos congressos do Sind-UTE (ex-UTE) sempre sinalizam no sentido dessa unidade de trabalhadores tendo como referência as orientações cutistas, porém, os trabalhadores em educação da base não se identificam com essas proposições dos congressos. Esses congressos têm como participantes os “delegados”¹¹⁶ eleitos pelas escolas, dirigentes do Sind-UTE e, também, integrantes das oposições à diretoria. Ou seja, o diálogo dirigente base fica comprometido, uma vez que não existe um discurso de interatividade entre direção e base. Essa questão é melhor visualizada quando da leitura das entrevistas concedidas tanto por parte dos dirigentes como das bases e, portanto, será objeto de análise posteriormente no corpo desse trabalho. Interessante apresentar uma citação do professor Maxwell Monteiro Bastos, quando o mesmo se referencia idêntica situação vivida no SEPE – RJ:

Entendemos que o problema vem do distanciamento entre o chamado “núcleo dirigente” e a chamada “base de representação”. Se os saberes que permeiam esses diferentes espaços – a escola e o sindicato – não puderem se articular, o projeto político

¹¹⁵ É mister ressaltar que, já em 1982, o professor Luis Dulci um dos fundadores da UTE fora eleito Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

¹¹⁶ Vale ressaltar que esses referidos delegados são retirados das bases, porém, os mesmos na sua ação não conseguem restabelecer a conexão entre direção e base sindical. Isto faz com que eles se caracterizem mais como massa avançada do que verdadeiros delegados de base.

desenvolvido pelo sindicato distanciar-se à do projeto político desenvolvido no espaço escolar. Sendo assim, boa parte das ações políticas desenvolvidas pelo sindicato, fruto das avaliações de seus dirigentes, por não dialogar com aquelas feitas pelos profissionais que não vivem o cotidiano sindical, encontrará dificuldades para atingir seus objetivos, em virtude da pouca adesão das “bases”. Nesse sentido, seria importante articular o projeto político do sindicato aos projetos políticos das escolas, torná-los partes de um projeto político mais amplo, associados em suas ações e objetivos, principalmente porque todos representam interesses dos trabalhadores em educação. (BASTOS,

Indo mais além, no caso específico do Sind-UTE, se no momento constituinte da UTE existia uma possibilidade histórica de unidade de ação sindical e sociedade civil, a referida entidade teria uma oportunidade de estabelecer uma conexão tendo como eixo a questão da construção de um projeto político que pudesse organizar a escola pública, a triangulação sindicato, base de representação e comunidade seria uma maneira de se construir um processo hegemônico visando a conquista da sociedade política e o erguimento de um “Bloco histórico” dominado pelo projeto popular e democrático. Esse cenário, porém, não se concretiza. Então, o que realmente acontece?

Como já havia descrito anteriormente após o momento em que o Sind-UTE se institucionaliza o que se tornou hegemônica foi a idéia do sindicato defensor dos interesses trabalhistas de sua base social ou como diria o professor Fernando Cabral: *“O sindicato deve exercer a medicina preventiva e o partido, a medicina*

curativa".¹¹⁷ Assim sendo, a concepção que prevalece se aproxima daquela em que Lênin defende, ou seja, como nos lembra Assunção (2004):

Para Lênin, os sindicatos sozinhos não conseguiriam ir além das disputas meramente econômicas. Essas idéias tiveram vida longa: o predomínio do partido político como definidor dos rumos a serem tomados pelo sindicato é ainda hoje dos pontos que orientam as ações de um sem-número de grupos políticos presentes no sindicalismo brasileiro, muitas vezes sem consciência da sua origem e igualmente sem a incorporação das novas determinações atuantes no nosso tempo.

Na verdade, ocorre uma desistência da elaboração de quaisquer metas a longo prazo por parte dos sindicatos. Deve caber aos partidos aos quais são ligados os militantes do sindicato a definição de um projeto educacional, de forma a impedir que pressões vindas da base de trabalhadores da educação levem o sindicato – que por definição supostamente teria uma capacidade de elaboração inferior à do partido – a deliberar questões mais profundas do que os horizontes políticos permitiriam. (ASSUNÇÃO, 2004: 49).

5.2 – QUANDO OS SUJEITOS FALAM.....

No intuito de esclarecer como os diferentes sujeitos percebem a organização coletiva da categoria docente, mais especificamente o Sind-UTE, trabalharei as entrevistas realizadas ao longo de minha pesquisa. Para tal, serão apresentados depoimentos de professores que fizeram parte do núcleo dirigente em épocas diferentes: diretores do sindicato que compuseram a primeira diretoria da UTE, portanto formadores da instituição, diretoras que participaram da diretoria após a unificação (1990) e membros da direção atual. Além desses sujeitos, depoimentos de elementos de oposição serão analisados, bem como de professores componentes da base social do Sind-UTE, melhor dizendo, esses

¹¹⁷ Essa frase foi proferida no seu discurso quando em defesa do processo de unificação das entidades ocorrida no Mineirinho (Belo Horizonte-MG), agosto de 1990.

últimos depoimentos elencados é referente àqueles que não participaram do núcleo diferente tampouco foram lideranças nas escolas que trabalhavam. O trabalho de fazer essa verificação torna-se importante no sentido esclarecer se existe uma interatividade entre as bases sociais e o núcleo dirigente inclusive no sentido da história do movimento.

5.2.1 – O DISCURSO DO NÚCLEO DIRIGENTE FUNDADOR DA UTE.

No intuito de analisar a relação existente entre o núcleo dirigente e a base social na história do Sind-UTE urge nesse momento construir esse histórico relacional e, posteriormente, gotejar o discurso de alguns membros do referido núcleo dirigente na atualidade. Importante ressaltar que todos eles participam de órgãos públicos, vereadores, deputados, ou seja, engajam no espaço da denominada “sociedade política” e são membros do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como já se pôde observar nos capítulos anteriores, os professores que vieram a compor a primeira diretoria da UTE faziam parte do Comando Geral de Greve organizada em 1979. Pode-se dizer que os mesmos estavam organicamente ligados com suas

bases sociais, inclusive, enquanto profissionais não se desligavam de seus espaços de trabalho, ou seja, escolas. Nesse sentido o discurso fundador da UTE (hoje Sind-UTE), refletia e absorvia os anseios da base social. Nesse momento existe uma interatividade entre núcleo dirigente e base social.

Porém, como já foi explicitado, o final dos anos 1970, o processo de “abertura política” está a caminho e, portanto no início dos 1980 o pluripartidarismo. Nesse contexto que surge o PT e como já foi explicado, no caso de Minas Gerais, a participação do movimento dos professores foi de suma importância. Tanto é verdade que nas eleições gerais de 1982, primeiras em que o PT lançou seus candidatos um dos principais líderes do movimento docente mineiro, Luiz Soares Dulci se elegeu Deputado Federal¹¹⁸. E, paulatinamente, outros irão ocupar cargos eletivos e/ou administrativos em governos petistas, principalmente a partir de 1992 quando Patrus Ananias fora eleito prefeito de Belo

¹¹⁸ Mais adiante serão feitas afirmações de professoras questionando a postura do professor Luiz Soares Dulci enquanto parlamentar.

Horizonte. Aliás, o referido político como advogado prestava assessoria jurídica à UTE e posteriormente ao Sind-UTE. Ainda citando membros do núcleo fundador que adquiriram cargos públicos têm-se os professores Antonio Carlos Pereira (Carlão), eleito vereador, deputado estadual e dirigente de uma estatal municipal que cuida do trânsito da capital mineira, BHTrans, Rogério Correa, vereador e deputado estadual, Fernando Cabral, vereador e posteriormente Secretário Municipal de Administração no governo Patrus. Além desses titulares muitos professores militantes ocupavam cargos administrativos como foi o caso do professor Carcerone.

Isso gerou na categoria uma postura crítica e chegavam (e continuam afirmando) que o sindicato fora um trampolim e que os objetivos partidários falavam mais altos que os interesses da categoria. Diria que gerou um campo de tensão entre o núcleo dirigente fundador com sua base social. Isso será mais bem explicitado quando os discursos dos elementos da base forem analisados. Mas,

torna-se importante, nesse momento, tornar explícito o discurso desses líderes quando questionados por suas posturas ético-políticas. Vejamos, por exemplo, o que diz o professor Fernando Cabral diante dessa situação:

Ah! Sim. Eu mesmo fui vítima disso. Aconteceram alguns fatos: quando o Patrus me convidou para assumir a Secretaria de Administração eu já tinha vivenciado essa situação muito como vereador. Já no movimento sindical eu já tinha consciência de que as coisas ultrapassavam nossos umbigos. Existem outras demandas na sociedade além da questão da educação. Quando as pessoas militam no movimento sindical elas pegam aquela viseira (sic.) só interessa naquilo que é para sua categoria. É assim, “venha a nós tudo e ao vosso reino, nada”.

Analisando essa citação obtida em depoimento do professor Cabral nota-se claramente sua visão no que diz respeito ao movimento sindical, postura partidária e sociedade política. Ele estabelece como espaços estanques e, aquilo que poderia ser um espaço de mediação política com a sociedade civil é visto como outro espaço, ou seja, o da administração global da sociedade. Está presente uma concepção liberal de Estado, melhor dizendo, um Estado que transcende a sociedade e às classes sociais. Penso que a questão cronológica da práxis

desses dirigentes sindicais deva ser ressaltada. A UTE foi criada em 1979, em 1980 muitos desses militantes sindicais se engajam na formação de um partido político e, já em 1982 assumem cargos eletivos. Assim sendo um diálogo com as bases até mesmo para estabelecer espaços de formação, cronologicamente, foi praticamente nulo. Entendo que o discurso fundador da UTE foi de que os professores são trabalhadores, portanto, sua parceria no campo da luta política seria o conjunto de trabalhadores da cidade de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais. Porém, pessoas egressas do núcleo dirigente ao assumirem cargos públicos não conseguem fazer essa mediação, pelo contrário, agem na prática, atuam como se os trabalhadores em educação apresentam demandas corporativas e antagônicas com o conjunto dos trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, como se pode ver em outro depoimento do, então Secretário de Administração Fernando Cabral:

Ali dentro, secretário de governo não era mais representante sindical, que nós estávamos ali para governar uma cidade, terceira metrópole do país. Trazendo resposta não só para a educação, mas saúde, para miséria, para tudo que a cidade tem. E aí realmente naqueles setores que achavam que nós tínhamos assumido o governo para ser considerado um partido dos trabalhadores da educação, não tiveram uma opinião, digamos assim, muito saudável com relação a isso. E eu mesmo fui praticamente enxotado da assembléia dos servidores da educação¹¹⁹, no Marconi, como traidor, com essas coisas todas.

Colocado diante da mesma problemática, ou seja, a acusação feita pela base social do

¹¹⁹ Interessante ressaltar que, aquele que lutou para que os professores fossem denominados trabalhadores da educação, agora chama a categoria como “servidores da educação”.

**sindicato frente à mudança de postura
política assumida por aqueles que emergem
do movimento sindical, nesse caso
especificamente do Sind-UTE o vereador
professor “Carlão” apresentou o seguinte
depoimento:**

Isso aí é uma discussão um pouco mais complicada, por que ela envolve variáveis subjetivas. Eu tenho uma posição muito dura sobre essas coisas. Eu acho isso muito importante, certo. Primeiro se você for pegar o essencial da minha trajetória ia ser engenheiro na vida. Nunca nenhum engenheiro me cobrou porque eu não fiz o curso de engenharia. Já no passo seguinte eu ia ser administrador de empresas, foi a primeira coisa que eu formei. Ninguém nunca veio me cobrar porque eu não continuei administrando na minha vida. É...esse é um processo complicado, o que acontece é contraditório, há uma dialética (sic.) aí. Que ela é mais complexa do que é a coisa do poder. Não se trata, quer dizer, não quero dizer com isso que algumas pessoas de fato “não virem a casaca”. É importante dizer isso. Qual lugar você se encontra? Eu creio quando você está no sindicato, sua função é defender a sua categoria. (CARLÃO).

A citação acima corrobora a postura anterior, ou seja, a do professor Cabral. Ambos, Cabral e Carlão comungam com a idéia que sindicato só vai até a discussão econômica não é espaço de combate ao capital. Além do mais na referida citação a opção política do declarante apresenta como eixo norteador sua

subjetividade não levando em conta a ação coletiva que inclusive o alçou ao poder político.

Interessante ressaltar como fica muito claro a visão de reificação da sociedade produtora de mercadoria e a aceitação do trabalho alienado na citação abaixo retirada do depoimento do professor, vereador, administrador da BHTrans, Carlão:

A partir daí, estou falando do sindicato em geral, no caso de educadores, obviamente componentes de educação, parece-me óbvio que deveria entrar a questão do imposto. Um sindicato de metalúrgicos, ele até é mais sofisticado, em São Bernardo faz isso. Discute a organização da produção, sob o ponto de vista do trabalhador. Mas não vão discutir melhor modelo de automóvel. Certo? Isso não é função sindicato. Como o sindicato faz isso? As estratégias e táticas, a amplitude maior ou menor de fazer políticas, de você fazer mais assistencialismo ou menos assistencialismo.

No entendimento do depoente cabe ao sindicato gerar políticas e estratégias que se restrinjam ao campo da categoria que o

mesmo representa, caberia ao aparelho estatal e ao patronato estabelecer as diretrizes que os trabalhadores devem trilhar.

Ao se postar dessa maneira Carlão compreende que os trabalhadores não possuem o direito de ser dirigente. Mesmo ele sendo um trabalhador que passa a ser um gestor público não assume a postura elaborativa de políticas públicas que represente o cosmo cultural do proletariado. Isso torna-se mais claro quando se verifica a continuidade de sua narrativa discursiva, ai enquanto gestor da BHTrans:

Então, quando você sai do sindicato e vem para a esfera da administração pública, o teu foco (sic.) não é mais aquele. Seu

foco é preocupar com aquele melhor pacto de sociedade. Discussão que eu tive, na época da BHTrans, eu discutia com os sindicatos dos rodoviários. Na verdade, eles tinham que negociar com donos das empresas, não comigo. Mas, meio embolado, uma seção pública, acaba que a gente ia para mesa também. Eles vinham e eu dizia: Eu olho para vocês com a condição de que vocês têm que estar bem para que o serviço esteja bem, o meu foco não é vocês, meu foco é o usuário, é quem anda de ônibus. Se para quem anda de ônibus está bem, eu preciso que o trabalhador seja treinado, capacitado, tenha uma qualidade de vida mínima, etc. E em função disso que eu olho para vocês. Eu não estou olhando para interesse do trabalhador em si.

Ao analisar essa citação fica muito clara a posição do sindicalista que faz uma divisão entre poder público e luta sindical. Ao assumir o poder público o sindicalista assume a postura de gestor inclusive com a postura de que o Estado transcende as classes sociais, a idéia liberal é hegemônica na cultura política brasileira. Ao trabalhador cabe estar bem treinado e capacitado para bem servir ao “usuário”. Discutir políticas

públicas de transporte não seria, na concepção do depoente, função do sindicato dos rodoviários. Talvez seria função dos patrões e/ou dos técnicos do serviço público, assim como discutir políticas públicas de educação.

Interessante ressaltar que, assim como o professor Fernando Cabral, Carlão enfatiza que sua posição política e tampouco sua visão de mundo mudaram, o que mudou foi sua posição no contexto: *Agora o meu lugar mudou, então se o meu lugar mudou, isso não quer dizer que eu tenho que renegar absolutamente nada.* Isto é óbvio, porém isso

deixa claro que sua mudança de lugar não implicou em um redirecionamento do Estado, ou seja, a postura não foi uma de “guerra de posição”, conforme Gramsci propõe, mas de assumir espaço na sociedade política impregnado pela hegemonia burguesa. Não implicou em transformar o Estado em movimento social no sentido transformador.

(BOAVENTURA SANTOS).

Urge comentar o posicionamento de ambos os depoentes que fizeram parte do núcleo dirigente formador da UTE no que diz respeito às questões ligadas à educação. Afinal de contas suas atuações políticas se

deram por pertencerem ao conjunto dos trabalhadores da educação. No que tange a esse item transcrevo abaixo a posição do professor Carlão, quando lhe foi perguntado se havia alguma discussão didático-pedagógica no contexto do sindicato:

**Eu tenho para mim que nós sempre ficamos muito aquém do necessário. Nós nunca conseguimos ir fundo na discussão de uma política educacional. Eu lembro que na UTE até tinha um setor na diretoria que cuidava disso mas, porque no meu período cada setor era responsável pela sua área. Em projetos pontuais, micro-discussão, periféricas. Concepção de projeto de educação, política-pedagógica, mas ficou muito aquém.
(Carlão).**

Perguntado ao professor Fernando Cabral sobre a mesma problemática ele concorda com a posição do professor Carlão, ou seja, o sindicato não aprofundou as discussões acerca de políticas públicas relativas à

educação. Portanto, a dificuldade de se engajar em uma proposta pedagógica para as escolas públicas. Curioso citar que o professor Cabral fazia parte do secretariado do prefeito Patrus Ananias quando da implantação de um projeto pedagógico que tinha como eixo norteador legitimar as práticas pedagógicas emergentes na Rede Municipal de Belo Horizonte. Projeto esse implementado pela secretária Gláuria Vazquez tendo como seu secretário-adjunto o professor Miguel Arroyo, ambos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, portanto política de governo.

**Perguntado ao professor Cabral se havia
discussão no seio do governo acerca da
temática ele assim respondeu:**

Não, com a Administração eu sei que não houve, certo. Agora a minha expectativa é com a implantação da escola plural haveria uma situação monitorada e é claro que tem ter ajustes, mas aí o governo acabou se encerrando, eu fui para outro órgão completamente diferente, não tive o acompanhamento deste processo. (CABRAL)

**O reconhecimento de ambos de que as
discussões acerca do processo de trabalho
dos professores, que é a organização e
execução do espaço didático-pedagógico.**

**Aliás que é o eixo norteador do trabalho
docente, pode explicar a incapacidade da UTE
e posteriormente Sind-UTE por intermédio de
seu núcleo dirigente, em elaborar uma**

proposta de política pública para o setor educacional.

5.2.2 – O DISCURSO DE EX-DIRIGENTES DO Sind-UTE: aqueles que participaram da direção sem serem do núcleo dirigente fundador.

Com o objetivo de analisar a evolução histórica do Sind-UTE tendo como eixo norteador o discurso de seus dirigentes, será mapeado analiticamente o discurso de dirigentes sindicais que vieram participar da diretoria em condições posteriores aos membros do núcleo dirigente fundador. Interessante ressaltar que os referidos dirigentes ocuparam seus cargos diretivos ao

mesmo tempo em que membros do núcleo dirigente fundador passaram a integrar cargos em governos petistas em Belo Horizonte, mais especificamente junto com os prefeitos Patrus e Célio de Castro. Urge situar que se desenhará um cenário bastante significativo, ou seja, ex-membros do sindicato, agora dirigentes políticos, entrarão em estado tencionado com a diretoria do sindicato.

Para analisar essa situação utilizaremos partes das entrevistas das professoras Daysi Cunha, hoje professora adjunta da FAE/UFMG e, portanto, não mais milita no movimento de

**docentes da Rede Pública de Ensino Básico
de Minas Gerais e, da professora Shirley,
ainda docente da Rede Municipal de Belo
Horizonte além de militar na Escola Sindical 7
de outubro, presta acessoria ao Sind-UTE,
porém não é mais parte da diretoria do
referido sindicato.**

**Outro dado importante coletado em seus
depoimentos é de serem quadros filiados ao
Partido dos Trabalhadores:**

Bom, eu sou petista desde o início que era uma seqüência natural, entrar ali naquele circuito e conhecer o Partido dos Trabalhadores. Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores depois que eu já era militante sindical, foi uma escolha natural, foi uma escolha, eu fiz depois do movimento sindical. E sempre tive uma participação partidária, as coisas do partido sempre me chamaram muito a atenção, para dizer a verdade, o meu grande celeiro é o movimento sindical. E eu estou te dizendo isso para dizer o seguinte: o meu engajamento num e no outro sempre foi diferente, eu sempre fui muito “ação sindical” e tudo que ação sindical imbricava de político, mais do que militante partidário, de bairro, por exemplo. Essa coisa da ação direta do movimento, essa coisa

do concreto das relações de trabalho sempre foi para mim muito real, muito concreto e muito palpável mais do que o trabalho do cotidiano partidário. (DAYSI)

O posicionamento da professora Daysi reflete muito o cosmo cultural do movimento sindical da época, ou seja, participar de um sindicato seria “natural” ingressar no PT pois o referido partido contemplaria os interesses políticos do movimento sindical.

A mesma postura é encontrada no depoimento da professora Shirley, como se pode ver observar na citação abaixo, quando a mesma comenta sua entrada para o PT:

O que aconteceu foi o seguinte: eu identifiquei naquela greve de 89 rapidamente duas posições que eram PC do B e o PT que se manifestavam. Então, eu me filiei ao PT e comecei participar das reuniões, eu devo ter ido a umas quatro reuniões da Convergência no máximo, não fui mais do que isso. Porque eu fui percebendo algumas coisas que eu não conseguia nomear na época, mas que eu não concordava. Uma que foi muito marcante, uma reunião no sábado de manhã, num determinado momento da reunião as mulheres se levantaram e foram para cozinha fazer o almoço e os homens ficaram. Isso me causou tanta estranheza, tanto incômodo. O incômodo foi muito grande, que eu comecei a pensar nessa divisão, nas questões internas, então eu comecei a refletir um pouco mais sobre o que é que a Convergência discutia, na época como política e eu passei a perceber que não tinha identificação com aquilo. Eu acho que no primeiro momento o que

me identificava com eles era o caráter de oposição, mas acontece que oposição é uma categoria muito ampla para gente pensar, então quando eu fui perceber essas nuances, eu fui me afastando. (Shirley).

Fato importante a ser explicitado é que ambas tiveram sua iniciação política por intermédio da tendência denominada **Convergência Socialista da mesma forma, como já foi explicitado anteriormente, o vereador Carlão. Em continuidade, rompem com a referida tendência e passam a atuar no PT. Quando assumem a diretoria do Sind-UTE a militância das mesmas se restringia ao PT e coincide com a eleição do candidato petista para prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias. Urge esclarecer que elas faziam**

**parte da sub-sede de Belo Horizonte do Sind-
UTE, portanto os confrontos trabalhistas se
dariam com uma Prefeitura Petista e que
muitos cargos dirigentes da mesma estariam
ocupados por ex-diretores do Sind-UTE como
Fernando Cabral, Carlão, Luiz Soares Dulci
etc. O depoimento da professora Daysi,
quando lhe foi perguntado de sua
participação na diretoria do sindicato
concomitante com o PT na direção municipal
de Belo Horizonte:**

Essa experiência eu também precisava contar com mais cuidado um dia, não só eu, mas outras pessoas que viveram. Por que muitas as coisas, por exemplo, isso que eu estou falando, por que as pessoas foram criadas em movimentos, nós criamos quadros em movimento sindical para assumir outras posições, que eram também posições, resultado da abertura do próprio movimento sindical do meu ponto de vista. Então, era muito curioso, por que era muito dolorido mais para mim foi um momento de muito aprendizado, por exemplo, chegar em uma mesa de negociação e

encontrar lá os fundadores do meu sindicato como Carlão, Cabral, o Luiz Dulce que é uma figura histórica e misteriosa. Sendo que Luiz Dulce é um personagem emblemático pois sua imagem está muito ligada à greve de 1979. (Daysi).

Esse relato aponta como duas questões interessantes no contexto da história do Sind-UTE:

1 – o núcleo dirigente fundador do sindicato, agora, era poder e sob o ponto de vista da teoria política fazendo parte do Bloco Histórico, portanto com potencialidade de estabelecer como hegemonia seu discurso fundador, ou seja, educação como política de governo, incluindo aí o reconhecimento das reivindicações dos trabalhadores em educação. A professora Daysi, em seu depoimento coloca essa questão como muita clareza quando ela afirma, *“Encontrar o Patrus que tinha sido advogado do Sind-UTE, quer dizer, encontrava com os meus anteriores ali, os meus antepassados entre aspas. E pessoas que tinham não só estruturado aquela ação sindical que eu então repetia e inovava mas que também informava muito a minha cultura. E já com problemas que eram, isso que é complicado, que eram problemas que eram deles nesse espaço mas que eram também meus”*. Essa ambigüidade apontada pela professora, então como sindicalista, expressa o cosmo político posto, ou seja, para a sindicalista uma visão de espanto frente à postura de que companheiros¹²⁰ no poder a postura era de patrão. Se para a sindicalista a compreensão do processo lhe surpreendia e as bases sociais, em seu bom senso, concluíam que aqueles que estavam no poder e que tinham sido fundadores da UTE assim o fizeram para atingir o poder político. No entanto existe um processo complexo por que, como já foi observado

¹²⁰ Não se pode esquecer que a sindicalista era também militante do PT e os gestores também o eram.

nos depoimentos de alguns membros do núcleo fundador, pela visão dos mesmos não existia ambigüidade, estavam ali enquanto governo. E urge esclarecer que a visão de governo que eles tinham, como já foi dito anteriormente, era de administrar e fazer funcionar a máquina pública.

2 – partindo dessa premissa pode-se dizer que esse momento historicamente situado no contexto da democratização brasileira que fora resultante, inclusive com a participação do movimento docente do final dos anos 1970 e que levou no início dos anos 1990 parte do núcleo dirigente do Sind-UTE ao poder não representou um diálogo diferenciado com o movimento sindical. A relação permanece em posição conflitante no estilo patrão (Estado) e empregado (movimento docente). A postura dos gestores públicos não foi de ruptura com a estrutura do Estado brasileiro. Assim sendo, a base social do Sind-UTE começa a ver com desconfiança a direção do mesmo, pois o diálogo reivindicado, pelo menos no que diz respeito ao reconhecimento da categoria como elemento chave para a construção da justiça social, pois educação é um fator sempre colocado como tal, não acontece. A base social passa a identificar a direção com o Estado-patrão, pois todos pertencem a um mesmo partido, PT. Gera ai uma crise de representatividade que será apontada mais adiante como forem colocadas narrativas de trabalhadores da educação da base social.

No intuito de esclarecer estas pontuações transcreverei abaixo depoimentos das professoras Daysi e Shirley:

Eu me lembro de uma vez em uma greve muito tensa, talvez na primeira o Patrus, ele sempre repete essa história e eu também nunca mais esqueço que numa mesa de negociação intervindo, eu

entalei assim para chorar, sabe o que é grave numa mesa de negociação, não pode chorar, mas eu entalei, engasguei, exatamente porque aquele momento ali eu estava no papel de movimento sindical, mas eu entendia muito bem o que estava colocado enquanto crise política ali para ser resolvido. E era um problema que era meu, enquanto dirigente sindical da minha categoria, mas era um problema que era nosso na medida em que você tem que dar uma resposta política para um problema que é político. O fundo é econômico. Eu com a minha ação sindical militante para intervir e eles também com o problema da estrutura do Estado brasileiro. Quer dizer, nós estávamos presos num problema que era nosso, mas que cada um tinha que dar as respostas e dentro da instituição que lhe cabia. (Daysi).

Pois é, eu acho que há de fato uma compreensão do político que é ainda muito ligada ao senso comum. Que é de pensar, por exemplo, que não é legítimo uma pessoa que saía dessa categoria ou desse meio, possa estar fazendo política num outro espaço. E deixar de perceber também eu acho, que uma coisa que a gente precisa pensar, ou pelo menos, sempre pensar assim, que é uma coisa é a situação política no meio dos movimentos sociais, outra coisa fatalmente será a situação política dentro do Estado. Então, não dá para cobrar os mesmos mecanismos, por que não funciona da mesma forma. É uma dificuldade das pessoas de perceberem isso, então eu acho, quando elas reclamam que é um trampolim, há identificação de que as pessoas mudam de lugar e não levam as mesmas reivindicações de que a base tinha. Mas assim, o que se apresenta de maneira evidente é que a pessoa mudou de lado, vamos dizer assim, mudou de posição. E de fato mudou, mas isso não quer dizer que mudou de interesses, que mudou de lado, vamos dizer assim, mudou de posição é outro fazer político, então eu acho isso. Bom, acho que esse ressentimento é que fica, então esse ressentimento cultivado, por exemplo, com Luiz Dulci, com Carlão, com pessoas que eram expoentes da UTE, do Sind-UTE e que passam ao governo. E que ao passar para o governo não traziam as mesmas reivindicações ou as mesmas defesas que se fazia no seio da categoria, isso gera um ressentimento. (SHIRLEY).

Outro princípio importante decorrente do discurso fundador da UTE (atual Sind-UTE) foi o da “autonomia”, presente nos documentos

cunhado a partir dos seus congressos. Nesse momento histórico de conflito ele é posto à prova, ou seja, com ex-militantes no poder como se portaria a entidade sindical? Seria de como se fosse a corrente transmissora do partido no movimento ou realmente exerceria a função de defesa da categoria?

O relato da professora Shirley esclarece bem a situação vivenciada pela diretoria face à base social do sindicato tendo como mediação a questão partido/movimento docente. Urge explicar que até 1991 estava à frente do governo municipal de Belo Horizonte o PSDB e, conforme a professora Shirley afirma *“...porque o ano de 91 era PSDB, então a gente dizia até na diretoria(sic.) que a gente estava em lua-de-mel com a categoria por assim dizer, é mais fácil. Você tem um opositor muito claro”*.

Ao refletir a partir do depoimento da professora Shirley pode-se concluir que a facilidade de estabelecer um confronto mais aberto à prefeitura decorria do fato de se estar no governo um partido diferente daquele que era de preferência dos membros da diretoria. O conflito era desenvolvido com mais desenvoltura e constrangimentos caso fosse o contrário como já foi narrado anteriormente

quando foi citada a declaração da professora Daysi. A opção partidária, naquele momento, era muito clara em favor do PT, tanto é verdade, utilizando as palavras da professora Shirley: “*Em novembro(91), nós tiramos um apoio á candidatura do Patrus¹²¹ em Assembléia e foi um ano de muita tensão, mas não era uma tensão com a categoria*”. Esse apoio explícito à uma candidatura petista, agora com aval da categoria, pois foi retirado em uma Assembléia, órgão máximo de deliberação do Sind-UTE gera um espaço de expectativas.

Ora, a diretoria não mais poderá desenvolver seus ataques ao Estado-padrão como entidade de oposição, mas terá que administrar uma situação inusitada, ou seja, aqueles que estarão à frente do governo foram eleitos com o aval da entidade sindical institucionalizada. Interessante ressaltar que, o governo Patrus ao assumir a prefeitura, em janeiro de 1992, estabelece um aumento de 200%¹²² para os servidores municipais sinalizando uma aproximação com os trabalhadores públicos e, em especial, com os trabalhadores da educação. Isso, ainda conforme relatos da professora Shirley, impactou a diretoria, foi uma surpresa, “*Uma surpresa que nos deixou com a ‘pulga a trás da orelha’*”.

Essa ligação com o partido como já foi descrito colocou questões para a diretoria no que diz respeito ao relacionamento com sua base social por que a mesma passou a ser acusada de conivente com o poder.

Nós ficamos num dado momento com uma discussão muito intensa. Bom, essa acusação, eu acho que é uma acusação porque ela não era só do governo, era de parte da categoria

¹²¹ Naquela época candidato ao cargo de Prefeito de Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores e foi eleito.

¹²² Não se pode esquecer que a inflação desse período se apresentava de maneira galopante.

também, de setores do PT dentro da categoria que diziam que a diretoria estava caminhando para a direita. E ao mesmo tempo a gente tinha setores da categoria que diziam que a gente estava caminhando para a direita, porque estava aderindo à prefeitura e aderindo à política do governo. Então, essa foi uma tensão constante, eu não acho que a gente teve uma identificação com o governo, mas eu acho que o fato da maioria das pessoas ser do partido e participar de momentos diferentes de discussão do partido, por exemplo, a Bel, a Consolação que eram as figuras mais organizadas. (Shirley)

Essa base social na sua cobrança de que a diretoria se posicionasse de maneira autônoma frente ao Estado-patrão levava à diretoria procurar a se desfazer da “marca de sindicato chapa branca” e novamente o depoimento da professora Shirley torna a situação esclarecedora quando ela responde a questão discutida no seio da diretoria, “...*como nós vamos traçar a autonomia da direção em relação ao partido*”.

Como a gente concentrou muito nisso, a gente em algum momento deve ter ficado refém do que a categoria dizia para poder demarcar essa relação de autonomia. Então, eu não sei se hoje, eu me lembro muito daquela greve de 92 quando ela se radicalizou e não tinha jeito, a gente não sentava para negociar, era um conflito sem fim, eles não queriam nem recebiam a gente, precisou da intermediação do Lula. E nunca esqueci uma coisa que o Lula disse: *olha vocês saíram da mesa de negociação e chamaram a greve. Vocês não podiam ter feito isso, não por que eram ex-partido, mas porque numa negociação sindical não se faz isso*. E o que me chamou atenção nessa fala? A gente estava tão preocupado em ter uma relação de autonomia que às vezes a gente se perdia na relação sindical. Então, quais são os princípios que orientam a ação sindical? Em alguns momentos isso se perdia, porque a tônica deixava de ser essa para ser uma outra tônica. Da relação sindical também que é de autonomia, mas a constituição dessa autonomia era muito difícil. Eu acho que foi um dos momentos mais tensos nosso. Houve fissuras na diretoria com isso. (Shirley)

A dificuldade de posicionamento deparada pela diretoria do Sind-UTE, caso específico da subsede de Belo Horizonte, em função da eleição de um prefeito petista, aponta uma questão importante a ser analisada no que diz respeito à concepção de sindicato. Principalmente levando-se em conta que o Sind-UTE como sucedâneo da UTE tem sua gênese no “novo sindicalismo”¹²³ cujos eixos norteadores foram a autonomia sindical em sua plenitude e o relacionamento com a base social de maneira democrática menos cupulista.

Porém, a experiência histórica do Sind-UTE nega esses eixos à medida que o núcleo dirigente opta por um partido¹²⁴ e trabalha por esse partido chegando inclusive conseguir apoio para o candidato do mesmo em sua estância decisória máxima do sindicato que é a assembléia da categoria. Aparentemente seria uma decisão política normal e democrática, mas, ao levar em conta a problemática da autonomia sindical essa postura compromete a ação sindical, pois a relação deixa de ser uma relação de conflito para uma de acomodação. Por outro lado a base social raciocina que dado o apoio eleitoral o partido que o recebeu e foi eleito tem que retribuir atendendo as reivindicações da categoria.

Essa visão linear da vida social não acontece. Como foi visto anteriormente as tensões imanentes das relações de trabalho no modo de produção capitalista, ou seja, daqueles que compram força de trabalho (mesmo sendo um órgão público, no caso a Prefeitura) e aqueles que vendem força de trabalho (os trabalhadores da educação da Rede Municipal de Belo Horizonte) são conflitivas na sua gênese.

¹²³ Problemática já discutida em capítulos anteriores.

¹²⁴ Episódio já narrado anteriormente, ou seja, quando a assembléia de trabalhadores da educação em campanha salarial de 1991 optou em apoiar a candidatura do professor Patrus Ananias.

Quando se estabelece o conflito trabalhista a postura da diretoria torna-se ambivalente entre a dificuldade de diálogo com o Estado-patrão e a pressão da base social em viabilizar as conquistas reivindicadas. Como já foi relatada essa situação gerou “fissuras” no núcleo dirigente e uma postura de descrédito do mesmo frente à base social.

A relação da sub sede regional do Sind-UTE Belo Horizonte com a diretoria geral tornou-se historicamente tensa principalmente a partir de 2004 quando a base social dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Belo Horizonte elegeu uma chapa cujos membros fazem parte da dissidência petista, ex-membros da Convergência Socialista que se constituíram no Partido Socialista dos Trabalhadores (PSTU). Interessante ressaltar que a referida diretoria eleita se baseou no discurso fundador da UTE, autonomia sindical e defesa dos interesses específicos da categoria. Inclusive vale a pena ressaltar que durante a greve dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Belo Horizonte em 2005 a diretoria da sub sede propôs a criação de uma entidade sindical própria para a categoria. Na prática isso constituiria a ruptura com o processo de unificação, já fora descrito no corpo desse trabalho, ocorrido em 1990.

5.2.3 – O DISCURSO DE DIRIGENTES DO Sind-UTE: aqueles que participam da direção atual.

Dando continuidade ao estudo analítico histórico do posicionamento do “olhar” da direção do Sind-UTE frente ao contexto geral de sua atenção, isto é, relação com a base social, o próprio conceito de sindicato, a relação com o Estado-patrão e a visão sobre o objeto de trabalho da base social que é a educação, tratarei de analisar o discurso da diretoria atual do referido sindicato.

Urge contextualizar que essa diretoria assume o poder em uma situação histórica bastante significativa, pois a política hegemônica em nível nacional é o neoliberalismo, mas no decorrer da gestão ocorre a eleição do presidente Lula.

Diante desse quadro torna-se interessante procurar saber a posição da atual diretoria. Primeiramente verificar o conceito hegemônico de sindicato: “*O sindicato tem que ir além dos interesses específicos da categoria. A Diretoria atual trabalha na concepção do sindicato-cidadão: buscando a discussão de raça, gênero, etc, para dentro da categoria*”. (Claudinice Rodrigues).

Ora, ao se posicionar desta maneira a atual categoria não se coloca dentro de uma perspectiva questionadora ao modo de produção capitalista, ou como afirmaria o sociólogo Ricardo Antunes:

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da acomodação social-democrática. (ANTUNES, 1995: 148).

Outro dado importante a ser salientado é a questão é a quantidade de filiados ao sindicato que é destoante da grande maioria

dos sindicatos de trabalhadores no Brasil

porque ela se mantém alta:

A filiação ao sindicato é muito grande, mas há uma grande despolitização por parte da maioria dos trabalhadores em educação. Por que, eles vêem o sindicato quase sempre como instrumento de luta para atender seus interesses individuais e imediatistas, questões funcionais e salariais. E, isso às vezes aproxima o movimento sindical das bases. Quando o sindicato consegue resolver as questões imediatistas e ao mesmo tempo afasta da categoria muito em função da falta de engajamento da mesma. A maioria não tem filiação partidária, isso dificulta a discussão político-pedagógica dentro da categoria. (RODRIGUES).

A dualidade apresentada no depoimento da diretora do sindicato, ou seja, a visão da diretoria no que diz respeito ao conceito de politização do movimento, entende que a não filiação a partido significa apatia política por parte da base social como fator de afastamento da diretoria de sua base social tem uma outra versão por parte dos trabalhadores de educação de base. No intuito de exemplificar essa problemática urge citar o depoimento da professora¹²⁵ da base social do Sind-UTE Elaine Tadeu quando perguntada como ela via a postura do sindicato frente às reivindicações da categoria:

Não, eu acho que ele (sindicato) dá importância para vários fatores, mas esse sendo como primordial ele fica para terceiro plano. Saem outras coisas, saem outras vantagens, mas o salário continua o mesmo. Volto a afirmar, acredito que os representantes do Sind-UTE estão usando o sindicato, o Sind-UTE(sic.), como trampolim. Estou vendo o Hilário¹²⁶ com outros olhos. (ELAINE TADEU).

¹²⁵ Professora que atua há 20 anos em escola pública estadual.

¹²⁶ Diretor do Sind-UTE.

E mais, quando perguntado se os diretores estão almejando cargos públicos:

Sob o meu ponto é isso, agora é um pensamento individual. Agora, a gente está chegando a partir de participação de assembleias, em conversas nas caminhadas de mobilização em um pensamento que é da coletividade. (Elaine Tadeu).

Anexos

Entrevistado: Professor Fernando Cabral

Data: 16.06.03

Vamos entrevistar o Professor Fernando Cabral, um dos grandes próceres da Fundação da UTE.

W.: Primeiramente eu gostaria de saber de você o seguinte: é... retomando os * de 79 ou um pouquinho mais, antes de participar do movimento docente você tinha alguma ligação com alguma organização política ou partido?

CABRAL: Nunca participei de nenhum movimento organizado de esquerda, nem de centro nem de direita. Eu sempre fui muito retido nessas organizações, que para mim eram organizações que quase militares, né, muito autoritárias. Cheguei até a ter alguns ensaios de reuniões na JOC e JUC mas, nem essas coletivas aí eu tive disciplina para continuar freqüentando.

W.:Então a sua participação foi dentro do movimento de professores mesmo, docente?

CABRAL: Não. Fui bancário. Participei daquela greve dos bancários é,... de 68. É ... foi quando eu convivi com determinados setores do movimento sindical e político, né. Que forçaram a greve, que não tinha nenhuma consistência política para a época, não havia nenhuma organização por parte do sindicato. E... foi uma greve tirada do antigo auditório da antiga Secretaria de Saúde, onde hoje é o Minascentro, com atitudes até um pouco violentas. Foi uma greve tirada, digamos assim, no cacete. Mas como não havia nenhuma preparação para essa greve, o pessoal saiu de uma maneira desorganizada, de maneira voluntariosa. Na época o que havia, no caso, no sentido de querer fortalecer a greve era passar pelas fechaduras das agências bancárias enfiar chicletes e outras coisas mais. Quer dizer, era um negócio completamente ruim para o movimento na época. E curiosamente alguns setores que mais fizeram para que a greve viesse acontecer foram os setores que votaram a trabalhar imediatamente, sabe! Eram setores que na época predominavam o BEMGE, o antigo Banco Comércio Varejista e antigo Banco Comércio Indústria. Que notavelmente na assembléia de maneira organizada forçaram a greve e no entanto foram os primeiros a voltarem a trabalhar. Foi um acontecimento lamentável, porque a greve durou mais de três semanas de maneira * ,digamos assim. Isso deu oportunidade a alguns bancos de fazer demissão bastante vantajada aproveitando seus sentidos, né! Mas essa foi a minha participação. Antes do movimento de bancários eu tive a participação no Estudantil, na época secundária eu tentei fundar um grêmio no antigo Colégio Anchieta. E tive uma participação bastante presente no movimento estudantil até aquelas eleições do voto nulo. Onde nós pegamos o voto nulo, né. E a partir daí por uma certa divergência também de comportamento de estudantes no

movimento estudantil e eu me afastei. Vim a voltar novamente na movimentação já... depois do movimento dos bancários, já era o movimento dos professores.

W.:Então, em 68 foi o caso dos bancários nesse período, por exemplo, nesse período você é era bancário ou era também professor ou era estudante?

CABRAL: Era estudante, né, a partir da minha demissão do Banco da Lavoura, coincidentemente eu fui demitido em novembro. E passei no vestibular de Química na Universidade Federal. E já na Universidade me engajei novamente no movimento estudantil. Até o momento em que percebi que os vícios que eu tinha percebido no movimento secundarista eram os mesmos. Naquele momento ainda, né, que era assim, uma espécie de confronto com a polícia que às vezes pra nada, um negócio meio festivo. Apanhava, ficava por isso mesmo, né, aí eu percebi que ... movimentação no caso aí, às vezes tinha outras variáveis que naquele momento não me interessava. **(Muito importante, por que na verdade, você poderia dizer que as organizações que davam o tombo e não as massas estudantis dariam o tombo para * – fala do entrevistador)**. Sim, tanto é que o movimento dos professores de 79, foi a partir do momento que eu comecei a ver... freqüentando a organização do movimento, pessoas que eu já conhecia do movimento dos bancários e do movimento estudantil, eu já como profissional eu resolvi ficar mais próximo. Eu já como profissional coloquei pra mim que não podia ver esse movimento ir por terra como via o movimento estudantil, como foi o movimento dos bancários. Foi quando eu me engajei mais, digamos assim. Mas foi em função mais da presença de algumas pessoas ligadas a grupos

que na minha avaliação no movimento dos bancários e no movimento estudantil entende, tinha um comportamento que não tinha nada a ver com o movimento de trabalhadores mesmos, né! Como pai de família com responsabilidades que tinha filho pra tratar. Foi a razão pela qual eu me engajei com mais profundidade. **(muito interessante – fala do entrevistador).**

W.:Porque em 1979 nós tivemos aí, a famosa greve dos 41 dias, né! Você poderia me apontar como você se engajou nesse processo? É ... dando continuidade essa fala sua mesma.

CABRAL: É ... eu comecei a freqüentar as reuniões porque na realidade o movimento de 79, salvo alguns enganos aí, mas eu ... ele começou relacionado com a rede particular, né! Eu era professor da rede particular, inclusive trabalhava num colégio que era o melhor salário do Estado de MG, pagava melhor que faculdade que era a escola São Tomás de Aquino. E o perfil era todo voltado para a rede particular. Houve um acordo em 78 fechado com o Sindicato dos Professores e ele foi fechado com uma promessa da diretoria, né, de que em 79, a gente iria rediscutir o reajuste pelo qual foi fechado aquela assembléia. E em 79, simplesmente a direção do sindicato dos professores se negou a conversar sobre esse assunto. Então o movimento começou um movimento de resistência à direção do sindicato dos professores. E ... eu comecei a freqüentar inclusive reuniões relacionadas com essa movimentação de rede particular. Quando nós resolvemos a convocar a 1ª assembléia foi uma assembléia no sindicato dos bancários e aconteceu um fato interessante. Como havia demanda de rede

particular mais havia também demanda de rede municipal, a da própria rede estadual. Foi uma assembléia que apareceram professores da rede particular, de rede municipal do interior e rede estadual, né! Então o movimento cresceu, ele pegou um perfil que a gente nem esperava que viesse acontecer. Um perfil nítido assim. Tanto é, que foram tiradas algumas.... alguns encaminhamentos, né, que provocaram mais na frente até coisas pitorescas. Nós tiramos uma pauta para a rede particular, tiramos uma pauta para a rede estadual, tiramos uma pauta para a rede municipal de BH. E começaram a acontecer algumas particularidades, né, cada pauta foi entregue aí, ao seu destinatário. Só que a pauta de reivindicação da rede municipal de BH era uma pauta que exigia a quem que existia na rede. Por que existia uma realidade na rede municipal que professor, naquela época, professor II, né, tinha uma remuneração, é ... comparando com mercado de maneira geral era uma remuneração até vantajada para época se nós tomarmos como parâmetro a rede estadual. E aconteceu o fato de redes municipais não terem sido entregues, inclusive a pauta de reivindicações deles, né! Então, foi dado um prazo para todas as ... foi dado um prazo para o sindicato patronal, Sindicato de Estabelecimento de Ensino, na época presidido pelo professor Doris. Foi entregue uma pauta ao secretário de governo, né! Humberto que já faleceuHumberto de Almeida, eu acho. E foi entregue uma pauta de reivindicação à prefeitura municipal de BH. Que naquela época o diretor de ensino, não tinha nem secretário, era o professor Guilherme Laje. Naquela situação desde a adolescência, da nossa época, né, nós demos prazo para obter resposta e obviamente nenhuma das autoridades que nós entregamos as pautas quiseram cumprir os prazos dados por nós. Então nós, então convocamos, aí sim eram

assembléias distintas, né! Foi feita uma assembléia para a rede particular, foi feita uma assembléia para a rede estadual. Quer dizer, convocada e organizada, né! E foi organizada uma assembléia para a rede municipal, mas com essa particularidade, os professores II começaram a reclamar que o que estava sendo reivindicado era baixo para o salário que eles recebiam. É aí cada categoria correu no seu tempo, né, ao seu tempo. Então a rede particular acabou tirando o movimento grevista, né, que veio desencadear mais na frente nas eleições já que o professor * que era presidente do sindicato renunciou. O sindicato acabou tendo uma intervenção do Ministério de Trabalho e foram programadas as eleições. Eleições que vieram acontecer ao final do ano. Com relação ao movimento estadual foi desencadeado uma greve que durou mais de 40 dias, né! Que veio ser encerrada, onde hoje é tem o Diamomd Mall, o antigo campo do Atlético, né! E a rede municipal ficou, de BH, aquela situação meio difusa, né, acabou desencadeando a greve só dos professores primários, na época. E aconteceram fatos interessantes, eu cheguei a receber telefonemas do interior, de uma determinada rede municipal, do prefeito colocando que a rede municipal dele tinha entrado de greve e que ele achava que tinha sido uma greve de solidariedade, mas que na realidade o pessoal tava com reivindicação. Só que eles não tinham pauta de reivindicação. Então nós tivemos que providenciar pauta de reivindicação para a rede municipais do interior que tinha entrado em greve sem ter a pauta feita, né! A partir daí então é... fim da greve do Estado, ficou acertado ao final da assembléia da rede estadual e também da assembléia que terminou com a greve do município que terminou antes da greve estadual. Nós faríamos um congresso no meio do ano no mês de Junho para estruturar uma nova entidade. Porque a

entidade que até então existia tava relacionada com os professores primários e tinha voltado as costas para o movimento. Havia inclusive uma versão a época que a professora Maria Telma presidia a APP-MG, tinha um acerto com o governo no sentido de fazer a campanha dela para presidente da CPB, hoje CNPE, antiga Confederação dos Professores do Brasil, né! E ficou acertado que não haveria movimentação das professoras primários da rede estadual. Então esse congresso ficou acertado para o mês de Julho, no sentido de criar uma outra entidade que viesse representar não só professores, mas todos os trabalhadores das escolas: serventes, diretores, supervisores e orientadores. Então foi que ... com relação então ao sindicato dos professores eu acabei ficando na vice- presidência. Então eu acumulei a vice-presidência do sindicato dos professores com a diretoria financeira da UTE (União dos Trabalhadores de Ensino de MG.)

W.:Então é... nesse momento em 79, você percebe uma participação maior das bases na direção do movimento, né?

CABRAL: Sim, totalmente. Inclusive eu tenho uma avaliação do movimento de 79 é ... uma avaliação um pouco mais ... eu diria assim, um pouco mais representativa desse movimento. O que se movimentou em 79 não foi meramente uma categoria, não... Como a categoria era essencialmente feminina, houve uma coisa a mais, além do movimento de trabalhadores, sabe! Como eu diria assim, um certo passo até de libertação da mulher, da mulher para pessoa. Então eu acho que a partir do momento que as professoras perceberam que tinham força para enfrentar o governo, né! Muitas delas pegaram esse exemplo e perceberam

que tinham força para lutar também contra aquela repressão familiar, repressão do marido, namorado, noivo, ou irmão, né! Eu acho que isso foi um marco muito importante para a emancipação da mulher trabalhadora no Estado. Que foi dado um exemplo, as mulheres sentindo esse exemplo a partir do momento que elas podiam lutar contra o governo por que não contra a repressão familiar.

W.: Nesse momento em 79, você continua então ligado à mobilização dos trabalhadores, sem si filiar a nenhuma organização?

CABRAL: Não. Eu vim a me filiar ... só participei de um partido político até hoje, que é o Partido dos Trabalhadores. Eu me filiei ao PT no momento em que várias forças, no caso aí, convergiram para minha indicação aquela candidatura ao governo do Estado em 86. Mas até então, eu não ... tinha sido convidado por vários partidos, mas sempre tinha resistência, sabe, até com um pouco do atraso da categoria que eu representava que a partir do momento que eu tivesse vinculado a um determinado partido político estaria *aí algumas acusações de que a atuação nossa no meio sindical era restrita a questão política partidária em unidade. Eu queria dar uma comprovação de que não estava restrita à política partidária, é uma coisa mais ligada aos trabalhadores mesmo. **(Interessante, porque a gente percebe que no transcorrer da organização do partido dos trabalhadores aqui em Minas Gerais, os quadros mais significativos vieram do movimento docente. Pelo menos isso é uma percepção, não sei se ... – fala do entrevistador)** Não, ela é uma percepção, mas é uma verdade, que se nós analisarmos como é que foi estruturada a UTE, né. A UTE, ela não é um

partido político, mas ela em termos de organização, ela foi estruturada aos modos de partido político. Nós buscávamos de toda maneira ter representante em cada cidade do Estado, pra formar ali sua diretoria, seu próprio estatuto da entidade, a gente já previa como era a sustentação financeira desses núcleos em cidades e coincidentemente como o PT ela partiu também como “novidade” no sentido de libertação dos trabalhadores, então não foi por um acaso nem por coincidência que o PT se estruturou, digamos assim, no Estado muito na perseguição da organização da UTE.

W.: Essa questão é muito interessante, que como você falou que a questão partidária, às vezes leva uma desconfiança, então vamos andar um pouquinho mais. Eu até comentei com o Carlão o tempo que foi, o período que vocês fizeram muita greve, inclusive você, Dulce e o Carlão fizeram uma greve de fome, eu gostaria que você contasse esse episódio, como foi, como ficou decidido isso, para a gente avançar um pouco mais.

CABRAL: O movimento de 80, havia uma avaliação precipitada de que poderia se reproduzir o mesmo fenômeno de 79. Agora, em 79 nós pegamos aí um governo recém empossado que não tinha nenhuma expectativa com relação a nenhum movimento e que... como erros na condição do próprio movimento, tanto é que todas as vezes que o movimento de 79 ele necessitava de uma oxigenação o governo praticamente nos dava essa oxigenação ele colocava lá algumas burradas ou algumas burrices ou alguns desvios de condição, digamos assim, das coisas e acabava que ele fortalecia mais o movimento. E em 80 o governo se

preparou para isso, o governo percebeu aquela época que o movimento já tinha lideranças mais ou menos estabelecidas, já formatadas através de uma entidade, né, que era a UTE, e o governo percebeu que se ele tirasse de circulação as lideranças, isso aí, ia colocar o movimento na defensiva. Como o movimento de 80, ele começou com potencial menor do que o de 79, o governo agiu rápido botou a Lei de Segurança Nacional pra funcionar rapidamente, agiu assim a nível nacional, agiu rapidamente em São Paulo, como agiu rapidamente em Minas Gerais, então houve a prisão inicial do Carlão, depois foi preso o Dulce na Assembléia Legislativa, o Luis Dulce, Luis Fernando Cacerone e a Íris Magalhães. Eu fui o último, fui preso em Juiz de Fora, mas o governo percebeu claramente que se tirasse quatro lideranças de circulação aquele movimento iria para a defensiva, como acabou acontecendo isso. Nós então, ficamos recolhidos aqui em Belo Horizonte, àquela época a Lei de Segurança Nacional previa que nós podíamos ficar 30 dias incomunicáveis e nós sabíamos perfeitamente que se nós ficássemos 30 dias fora de circulação, incomunicáveis, a tendência do movimento era imediatamente falecer. Então tiramos uma posição para aquela época acertada, pra aquela época, pra aquele movimento. Existia uma Lei de Segurança ainda em vigência no sentido em tentar acelerar uma decisão dentro da cadeia, né, que era de forçar as autoridades a chegarem a um desfecho positivo com relação ao movimento, foi quando então nós optamos àquela decisão de entrar em greve de fome, coisa que acabou forçando o governo a dar um desfecho ao movimento, por que tinha um agravante no caso aí, que era novidade para a época, nesse sentido aí, afinal de contas tinha cinco professores em greve de fome dentro da cadeia sem nenhuma justificativa para a prisão e o movimento

para ser resolvido pelo lado de fora. Então foi o que aconteceu na época. **(Nesse caso aí, é bom a gente resguardar, quando a UTE surge, ela não surge enquanto sindicato, explica aí para mim! – fala do entrevistador)**. Ela surgiu enquanto sindicato livre, sem nenhuma amarra, que os sindicatos da época eles eram tutelados pelo Ministério do Trabalho. Então, a UTE surgiu completamente independente, nós não tivemos pacto do governo naquele momento, nem desconto em folha, nem nada, então o desconto era pago de maneira voluntária pelos sócios da UTE mesmo. E como a gente vivia sempre em movimentação muito por auxílio aí da população de uma maneira geral ou até de outras entidades, mas era um sindicato completamente livre. **(Interessante também reforçar que naquela época funcionários públicos não poderiam ter sindicatos – fala do entrevistador)**. Aquela época era uma coisa, ... os direitos do servidor público no passado é mais ou menos como a liberdade hoje. Hoje essa meninada encontra essa facilidade de esbravejar, de detratar, de fazer o que bem entende. E acho que essa liberdade já é uma coisa natural. Liberdade foi coisa conquistada e é uma coisa que pra ser mantida também dá trabalho. Então os servidores quando nós entramos em greve não existia, por exemplo, nenhuma obrigação de reajuste por parte do Estado, eu por exemplo fiquei 3 anos sem reajuste no Estado. Nós não tínhamos direito ao 13º salário. Então foram conquistas que nós conseguimos aí, conquistas políticas, não foram sem legislação não, foram conquistas políticas através de uma força política adquirida pelo movimento. Até então o governo tinha obrigação nenhuma de publicar reajuste, o normal era que o servidor ficava esperando sair no Diário Oficial, geralmente no segundo semestre alguma dádiva, digamos assim, por parte do

governo, mas não havia nenhuma obrigação. E vários direitos que o servidor hoje tem, que são direitos comuns, à época não existiam para o servidor do Estado.

W.: Muito bem. Nós tivemos em 1990, nós tivemos aí, é 90 mesmo, nós tivemos a unificação, a unificação de várias entidades formando hoje o Sindicato. Eu me lembro que você estava ainda participando, né! Você enquanto delegado, no seio da diretoria, a Rosalva era presidente ainda (eu tava na presidência da CUT, saindo da presidência da CUT - fala do entrevistado).

CABRAL: Agora, foi uma unificação na realidade virtual por que o que foi acertado naquela unificação na prática não aconteceu. A unificação implicava que APPMG, a UTE, outras entidades de orientadoras educacionais, supervisoras pedagógicas, né, todas as entidades deixariam de existir em função de uma única, né, as diretoras né, isso acabou não acontecendo. Acabou que a UTE abrigou algumas entidades, mas outras entidades continuaram, APPMG hoje ainda tenta resistir como entidade sindical até o presente momento.

W.: É. Nós já citamos a APPMG em dois momentos, nesse momento de unificação e no anterior momento de 79, no momento de 79 que a APPMG é Associação de Professores Primários de Minas Gerais, não é isso? (é, que depois virou Associação de Professores Públicos para poder abrigar professores que não fosse chamado do primeiro grau - fala do entrevistado).

A APPMG durante 79 como seria a atuação dela nesse movimento de 79?

CABRAL: Olha, a APPMG, ela teve na sua história momentos que eu devia assim positivos pra categoria. Quando a professora Marta Nair Monteiro esteve na presidência da APPMG houve um momento histórico dos Professores Primários do Estado de MG. Agora, eu não sei de que momento não, mas de um determinado momento em diante a APPMG passou a ser mais espécie de um braço auxiliar do Estado. Esse braço auxiliar aí era para manter o status quo vigente mesmo, né. Então quando nós chegamos em 79, pelo menos a evidência da negligência da APPMG com relação às escolas estaduais a consequência é evidente: o número de contratados era maior que números dos professores efetivos, o Estado tinha anos e anos que não tinha mais concurso público, a situação do contratado era uma situação assim... é tipo contratado de folha mesmo, né. Nós chegamos a encontrar professores que tinham 20 anos de contrato no Estado. Situação que inclusive permaneceu algum tempo depois e que não tinha direito a nada, nem a aposentadoria, nem a quinquênio, não tinha direito a nada. Então em 79 nós constatamos esse retrato da APPMG. Então em 79, o flagrante que nós encontramos da APPMG foi um flagrante claro de braço auxiliar de Estado de MG, tanto é que ela... tanto a APPMG quanto o sindicato dos professores do Estado de MG eles trabalharam de maneira associada, o sindicato dos professores com o sindicato patronal chegaram até emitir uma nota conjunta e a APPMG como braço auxiliar do governo estadual. Tanto é que convocaram a assembléia no intuito de esvaziar o movimento e essa assembléia acabou sendo ocupada pelo coletivo do movimento dos professores de 79. Foi quando a Maria Telma abandonou a mesa da assembléia e nós assumimos essa assembléia também na antiga Secretaria de Saúde do Estado de MG.

W.: Essa assembléia parece-me, pelas pesquisas eu tenho feito, que ela é significativa para o fortalecimento da idéia da entidade maior. Você poderia....

CABRAL: Não, essa assembléia eu não diria ainda que ela era... essa assembléia eu diria que ela foi marcador, divisor de águas, né, no sentido de arejar completamente a APPMG de qualquer possibilidade de espelhar o movimento, né. E ao mesmo tempo de fortalecer o movimento que já estava acontecendo, porque a greve nossa, ela foi tirada no pátio da Assembléia Legislativa. Aliás, já tínhamos feito assembléias anteriores, né, então essa assembléia convocada pela APPMG, era uma assembléia com função de esvaziar o movimento, na realidade ela acabou acrescentando um potencial ao movimento e acabando de desmoralizar APPMG naquele momento. Não se falava ainda em entidade não, havia muita aposta nessa época de tomar a APPMG. Tanto é que existiam pessoas de que faziam parte do movimento nosso e tavam com uma chapa alternativa para eleições da APP-MG. Existia aquela ilusão se tomar a APP-MG via eleição, isso acabou.. nós podemos perceber que existindo já outras entidades no país, né, como sindicato dos metalúrgicos de SP e sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga que é bobagem, o grau de manobra desses sindicatos praticamente impossibilitava qualquer tomada democrática, por que elas mudam as regras do jogo na hora. **(questão da unificação mesmo, eu me lembro, eu tava no mineirinho, tava uma turma da APPMG, a Maria Hilda, o Toninho, tava o Zé João, que é a turma do PC, a turma do Partidão que naquele momento**

fechou com a unificação e depois eles foram fazer uma assembléia na própria sede da APPMG e lá eles foram impedidos de entrar. A partir daí o pessoal da APPMG não pôde unificar com a UTE e formar o Sind-UTE. Muito interessante, por que a gente percebe claramente que ... o que eu tenho percebido é que a UTE, ela surge como algo muito novo – fala do entrevistador)

CABRAL: Sim. Inclusive a UTE, em determinado momento ela me pareceu uma organização, é um negócio meio conflitante, uma organização anárquica por que a primeira estrutura organizativa da UTE era completamente anárquica, né! Ela tinha um grupo, um conselho de direção em que todo mundo era responsável por tudo e só se percebeu que isso aí era uma coisa irreal foi a partir do momento que nós tínhamos que registrar o estatuto no Geroliva, e no Geroliva exige que tem que ter um responsável, né! Todo mundo faz tudo, todo mundo é responsável, mas perante a lei tem que ter um responsável foi aí que se tirou então alguma coisa direcionada, mas até então teria sido um contexto de funcionamento completamente como fosse um comando de greve.

W.: Interessante, que você citou SP, e SP nós tivemos APEOSP, tem até hoje, havia-se comunicação, encontros entre o pessoal de Minas e SP para discutir estratégias comuns?

CABRAL: Não. Agora não vou te negar que existiam grupos organizados que militavam no movimento de Minas, militavam na APEOSP, militavam em outras

entidades, né, mas o vínculo no caso aí não era de movimento, eram de organização que participavam dos movimentos.

W.: Ah, tá. É por que eu sei também que no RJ tem o Centro de Professores, né?

CABRAL: Não, SP que tinha a APEOSP e tinha o Centro de Professores Paulistas uma coisa assim. Era uma espécie de APP-MG local, né. De maneira geral não é nem comum nos Estados ter uma estrutura sindical, de representação mais avançada e umas menos avançadas, né, então não era privilégio de Minas, não. Isso aconteceu em SP, acho que no RJ tinha alguma coisa assim semelhante. Tinha resistência alguns casos através de entidade e às vezes através de movimento.

W.: Muito bem. Vamos pegar uma parte agora que é muito interessante, que é essa parte mesmo que você tem criação do Partido dos Trabalhadores e como você colocou muito bem, a base vai ser mesmo a presença da UTE muito forte. E especificamente o PT mineiro tem um salto muito importante quando ganha as eleições aqui em Belo Horizonte. E nesse momento você tem uma formação do governo do Patrus, excelente prefeito que nós tivemos, e nesse momento eu entendo que havia, começou haver um conflitamento entre a categoria e aquelas pessoas que participavam do movimento e tavam no governo.

CABRAL: Ah! Sim. Eu mesmo fui vítima disso, né. Eu me lembro de... bem primeiro aconteceram alguns fatos: quando o Patrus me convidou para assumir a Secretaria de Administração eu já tinha vivenciado uma situação muito como vereador e a experiência de vereador, já no movimento sindical eu já tinha consciência de que as coisas elas ultrapassavam nossos umbigos....

LADO B

... bem em educação existem outras demandas na sociedade, agora o problema é que quando as pessoas que militam no movimento sindical elas pegam aquela viseira só interessa é o que para sua categoria né, é assim venha a nós e o vosso reino nada. Então, quando nós assumimos a Secretaria de Administração, eu me recordo de ter recebido uma demanda de funcionários da prefeitura, me colocando já, as demissões que eu deveria fazer, como se o partido tivesse assumido a prefeitura. Na realidade, na imaginação deles, não era nem PT, era Partido dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, então já fui reativo a isso, sabe. Eu tinha consciência plena que ao assumir o governo de uma cidade, nós não estávamos representando uma categoria, a gente tava para governar uma cidade, claro, com sensibilidade inclusive para todas as categorias, inclusive para a educação. Agora, as cidades tinham demandas das mais variadas, como tem até hoje. Gente que não tem salário, gente que não tem casa, gente que não tem rede de esgoto, gente que não tem água encanada, que não tem água potável, gente que não tem escola, gente que não tem livro, gente que não tem uniforme, gente que não tem comida, então a demanda de uma cidade é

uma coisa enorme. Então eu dou toda “razão” às categorias profissionais continuarem perseguindo aí. Agora acredito que determinado momento que o pessoal perdeu um pouco o norte, de que a cidade é uma coisa mais ampla. E aí nós começamos a entrar em choque, inclusive que na realidade, as pessoas achavam que com o prefeito tinha assumido o ex-assessor do sindicato dos professores. Patrus foi assessor da minha época, de vice- presidente do sindicato de professores, e se esqueceram que secretário de associação não era mais representante sindical. Ali dentro, secretário de governo não era mais representante sindical, que nós estávamos ali para governar uma cidade, terceira metrópole do país. Trazendo resposta não só para a educação, mas saúde, pra miséria, para tudo que cidade tem. E aí realmente aqueles setores que achavam que nós tínhamos assumido o governo pra ser considerado um partido dos trabalhadores da educação, não tiveram uma opinião, digamos assim, muito saudável com relação a isso. E eu mesmo que fui praticamente enxotado da assembléia dos servidores da educação, no Marcone, como traidor, com essas coisas todas. Mas é uma coisa que eu compreendo, não serei o primeiro e não serei o último a vivenciar essa situação, hoje o companheiro Lula está passando por essas mesmas situações.

W.: Nós falamos no início da nossa conversa, a questão das organizações. Você percebe, não é agora não, mas nessa sua experiência de vida, nessa experiência de governo que você tem, uma pessoa que tem muito a contribuir aí, que essas organizações ainda persistem num sentido de tentar, eu diria, uma expressão que a gente fala muito, pescar em águas turvas?

CABRAL: Olha, eu acredito que sim, essas organizações elas não devem ter mudado muito. Que se elas tivessem mudado, nós temos uma série enorme de companheiros que largaram essas organizações, através de um processo de maturidade. Então, se essas organizações tivessem evoluído, possivelmente esses companheiros que evoluíram não teriam saído dessas organizações. Mas, eu acho que essas organizações continuam trabalhando hoje, num objetivo bastante específico. Até pelo fortalecimento delas próprias dentro do movimento sindical ou dentro do movimento político partidário. Eu diria que uma é a camiseta mais próxima do grupo, em cima dessa camiseta, desse grupo, eles colocam camiseta do sindicato, camiseta do partido político, mas continuam trabalhando da mesma maneira como sempre trabalharam, mas no sentido daquele grupo restrito.

W.: Eu diria que a gente percebe, né, eu também não posso colocar a minha opinião, o pesquisador aqui não pode colocar opinião, porque eu fui professor da rede municipal durante muitos anos, eu participei de muitas assembleias. E a gente, numa das greves, naquela época até do Patrus, eu cheguei a colocar uma questão numa reunião de regional de greve, que foi aquela greve que o pessoal rasgou o acordo que tinha feito no início do ano e no meio do ano, do primeiro governo de Patrus, ano de 93. Então eu falei assim, olha não tem tenho sentido que algumas organizações tem levado uma discussão que me parece que é do âmbito interno do partido para as categorias. Você acha que isso é possível de acontecer?

CABRAL: Na rede municipal isso já vem acontecendo há algum tempo. A rede municipal, pelo menos o grupo dirigente do Sind-UTE em Belo Horizonte, sempre foi um grupo muito ligado a determinadas tendências. E se essas tendências acrescentaram alguma coisa ao movimento, eu desconheço. Acho que isso gerou em determinado momento foi * inclusive interlocução com o governo. Tãmanha era a intolerância e até as maneiras de atuar que o movimento sindical * da prefeitura teve um desvio bastante complicado de achar que as pessoas, invasão de privacidade, valia tudo, então esse vale tudo aí, chegou um determinado momento que gerou também uma certa intolerância, também, por causa do governo. Por que um momento chegou a não haver diálogo, porque o pessoal começou a querer fazer uma briga sindical, através de uma briga política, de certa maneira também, os partidos políticos lavaram as mãos com essa situação, deixando as coisas se misturarem. E as coisas chegaram ao ponto de determinado reajuste ter sido proposto pelo governo, a categoria rejeitar e o governo retirou essa proposta e ficou por isso mesmo.

W.: Outra coisa, já que se o sindicato está ligado a uma categoria, naturalmente está ligado a um trabalho, nosso trabalho pedagógico. Uma das coisas que estive pensando é o seguinte: nesse período que você participou do Sind-UTE, da UTE, tal, essa coisa toda, qual que era a preocupação de criar uma política pública para a educação por parte desse movimento sindical?

CABRAL: Nós chegamos a discutir propostas, eu praticamente durante meu período tinha muito me envolvido com a avaliação dentro do campo, eu sempre achei que essa questão da avaliação da escola sempre teve uma área cinzenta bastante complicada, como acho até hoje. Eu acho que o professor pune, premia, seduz, sacaneia, justica, compra, a nota é uma moeda que pode ser usada da maneira mais devida e também de maneira indevida. Tanto é que essa, * que o professor tem hoje por avaliação, ela não * sem motivação não. É como existe um pensamento * que a nota pode fazer tudo isso que te coloquei aqui, a nota pode premiar, ela pode sacanear, ela pode punir, que você sabe perfeitamente que isso tem potencial para ser usado contra ele também. Só que ele faz * ideológico, que no passado puniu através da avaliação, mas a avaliação hoje ainda é um instrumento que o professor faz o que quer com ela, premia, seduz, corrompe, compra. E a resistência com relação à avaliação é um negócio muito presente, por causa disso. Mas havia uma preocupação nossa com relação a educação. Agora, era um negócio meio romântico, eu me recordo que quando começamos a brigar pelas as eleições direta nas escolas, a gente tinha uma ilusão romântica, que nós conseguiríamos um processo eleitoral na escola diferente do que é o processo eleitoral aí nas ruas. E em determinado momento ele ficou pior, que a grosso modo, o que se percebe em eleições em escolas aí, é uma achincalhar a vida alheia, a vida privada, é o lugar comum, então o processo não ficou diferente, ficou igual ou piorado. Ao ponto de ter escolas que não tem nem candidato que as pessoas sabem que para se submeter a uma eleição na escola tem que Passar por todo aquele processo de achincalhamento pessoal da vida privada, né, de coisas que não interessam. Mas a nossa ilusão com relação ao processo

democrático da escola é uma ilusão pertinente, né, desde que o comportamento modificasse. Então, quando nós imaginamos o pagamento por habilitação, nós tínhamos a ilusão romântica também de que os professores iriam procurar estudar nas faculdades etc, e tal. Agora não se passava pela cabeça que iria aparecer essas picaretagens de cursos né, encomendados, né, que passam um mês no interior ou de uma ida no mês a São Paulo, ao Rio, pra simplesmente faturar, pra adquirir o diploma né, mas havia essa preocupação. O problema é que a realidade ela é outra, né, a gente pensa numa coisa e a realidade acaba aprontando outra.

W.: É porque nós temos na rede municipal a idéia da Escola Plural né, que na verdade me parece que, pelo menos, pelo que eu percebi, né, tem por exemplo um dos grandes, eu diria, teórico mesmo da Escola Plural que é o Miguel Arroyo. Eu diria teórico mesmo e que parece que tinha uma aproximadamente muito grande com o movimento de professores.

CABRAL: É, eu coloco de novo o seguinte: eu sempre tive resistência ao comunismo não é com relação aos comunistas, né, que eu sempre achei que o comunismo, ele ignorou um negócio chamado ser humano né. O comunismo ele acha que o ser humano é perfeito, utopia, né. Você pode, tudo bem ter utopia, você não pode cometer a utopia de achar que ser humano é perfeito né. Então eu acho que o comunismo deu com os burros n'água por causa disso. Por que aquela imaginação de você ter dez trabalhadores na lavoura né, que um faz cinco fileiras, o outro faz 4, o outro faz 8 né, ao final do dia a ração é igual pra todo

mundo. E aquela ilusão de achar que o trabalhador que fez pouco vai olhar pro trabalhador que fez muito e vai colocar uma auto-crítica, tipo assim, não é justo que eu tenha a mesma razão do companheiro que fez o máximo, né. Eu tenho que me propor a fazer o máximo, isso é o utópico. Que na prática o que vai acontecer, o que fez muito vai olhar o que fez pouco e vai imaginar o seguinte: ué se eu ralei aqui o dia inteiro, o outro que não fez nada ta tendo a mesma razão do que eu, por que que eu vou ter que ralar o dia inteiro também. Então eu acho que você, qualquer idéia, você tem direito de idéia utópica, você não pode esquecer que você ta lidando com seres humanos. Então, eu acho que a Escola Plural ela é uma idéia, ainda a ser perseguida. Agora não dá pra você considerar, entende, o professor como se esse não fosse um ser humano sabe, isso é uma coisa que tem ser sugerida, tem que ter gerência, por que senão acaba acontecendo os casuímos dos muitos que aconteceram. Você imaginar que uma classe vai ser compartilhada entende, na realidade acaba, né, com ela ou outro abandona e deixa por conta do outro, então acaba acontecendo desvios aí.

W.: É porque a idéia central da Escola Plural seria esse trabalho coletivo e também a idéia de aproveitar o sócio-cultural do aluno. Na época que eu fui diretor, fui diretor de escola um tempo, uma das coisas que o pessoal mais preocupava e questionava os professores era a idéia de que seria abandonado o conteúdo programático. Eu fui diretor exatamente em 93/94, mas essa discussão dentro do campo profissional, me parece que já existia, por exemplo o “CECIMG” , e de outras áreas da educação, tentar aproximar, me parece que você passou pelo CECIMG?

CABRAL: Sim, eu fui professor por 17 anos lá.

W.: Como poderia me dizer essa experiência Reginaldo, aquela turma, como que é?

CABRAL: Olha, eu era de uma ala de professores que o pessoal me acusava de conteudista, sabe, agora na realidade eu não era, eu não reunia, digamos assim, características para a tal. Agora uma coisa que eu sempre defendi e que não pode misturar comportamento do aluno, né, com rendimento e conteúdo. Você pode até contemporizar, racionalizar uma coisa com outra, mas querer esconder uma coisa com outra. Então, eu por exemplo, já questionava o seguinte: vamos pegar em termo de conteúdo, você tem, vamos pegar um caso de história, não é minha área não, mas pra facilitar. Você tem lá Descobrimento da América, Descobrimento do Brasil e vamos supor Capitânicas Hereditárias, pegando como exemplo, esses três pontos no caso aí, eles são importantes, caso contrário não constaria na programação do ensino de história. Então uma coisa que eu sempre questionei o seguinte: você dá esses três pontos, né, e faz uma cobrança de avaliação. Então vamos supor que você pegasse quatro questões de Descobrimento da América, quatro questões de Descobrimento do Brasil e quatro questões de Capitânicas Hereditárias. Pelo convencional, se você dá 12 questões, digamos aí que todas elas têm peso igual, isso significa se nós considerarmos também que média é metade, significa que num trabalho como esse, se o aluno acerta 6 questões, ele está na média. Eu acho isso aí equivocado, por que ele é uma média como? É

uma média, se ele acertar 2 questões de cada ponto. Agora ele pode perfeitamente acertar 4 questões, de descobrimento da América, uma questão de Descobrimento do Brasil e uma questão de Capitânicas Hereditárias e tá nessa média também e ser promovido pra frente. Só que essa promoção é uma promoção equivocada, por que ele foi bem em Descobrimento da América, mas deixou a desejar em Descobrimento do Brasil e deixou a desejar também em Capitânicas Hereditárias. Então, eu acho que a média em si ela é uma coisa que, ih, ih, ih, a média eu acho complicada em todos os aspectos né. Então se a média em si já é complicada, quando você mistura comportamento né, tudo bem que o aluno é esforçado né, tudo bem que o aluno ele é presente, digamos assim, participativo né. Mas nós sabemos perfeitamente que a criança, né, ao contrário do que a gente imagina, ela nos observa mais do que a gente a ela, né. Então ele pode ser participativo, pode ser simpático, entende e não tá tendo aproveitando nenhum. E no entanto quando você faz uma avaliação conjunta dele né, você já pega o pecado da média e junta com o pecado do comportamento, né pode ser que ao final, no caso aí, como é provável né, na época que eu era militante da avaliação do educando que pode chegar, digamos assim, ao final do ano provido com no mínimo 20% do conteúdo e percorrendo satisfatoriamente todas as etapas da avaliação.

W.: Nesse caso quando você tava na Secretaria de Administração, quando houve a colocação da Escola Plural né. Isso aí era a Glauber na Secretaria que na verdade a Sandra teve uma rápida passagem e depois veio a Glauber e o Miguel veio junto com ela e a turma. Havia essa discussão no governo,

nesse negócio da questão de troca (que eu não participasse, não – fala do entrevistado) de administração com a educação, com planejamento, com o apoio do prefeito?

CABRAL Não, com a Administração eu sei que não houve, certo. Agora a minha expectativa é com a * que no decorrer seria uma situação monitorada e é claro que tem ter ajustes, mas aí o governo acabou se encerrando né, eu fui para outro órgão completamente diferente, não tive mais o acompanhamento deste processo. (você foi para o * ?- fala do entrevistado) Eu fui para o *.

W.: Por exemplo, quer dizer, na verdade a Escola Plural, teoricamente todos deviam ter o compartilhamento de uma política de governo?

CABRAL: Principalmente na condução a seguir. Alguém tem que chutar a bola, dar o chute inicial. Mas eu acredito que esse monitoramento deveria ter acontecido de maneira mais presente, talvez no governo Célio de Castro. Eu acho que talvez não tenha acontecido no primeiro governo de Célio de Castro. Esse monitoramento, correção de rumo **(agora eu tenho visto, né, pelas minhas boas notícias, que a Pilar parece que tá retomando essa discussão – fala do entrevistador)** Sim, agora já pegou como se diz aí, acho que o trabalho da prof. Pilar, aí, se ele tivesse sido começado no primeiro do Célio, nós teríamos muito menos coisa a corrigir e talvez teríamos incluído menos erros do que agora. Agora já tem um acúmulo significativo, né. Eu diria que nós temos mais acúmulo de erro de que na implantação, na fase inicial.

W.: É realmente. Prof. Fernando acho que deixarei aí a vontade para a gente encerrar esse papo aqui que foi extremamente proveitoso. Deixar algumas palavras, alguma coisa.

CABRAL: Ao contrário que muita gente pode pensar né, eu continuo com as minhas convicções firmes como antigamente, certo. Eu sempre tive uma convicção no que se refere a fraternidade, uma convicção de crença no ser humano, na convicção de que o ser humano ele tem condição de progredir em todos os aspectos né. Agora é uma pena que a realidade às vezes nos coloque tantos obstáculos no caminho da vida né, mas acho que nosso papel é esse, é continuar perseguido essas convicções, essas crenças e dias melhores de uma educação, no caso aí, mais abrangente e mais eficiente.

W.: Obrigado!

CABRAL: Nada!

Entrevistada: Shirley

Data: 22.06.2003

Shirley fora Diretora do Sind-UTE e também tem participação nos movimentos sociais.

W: Shirley, antes de você entrar para o Sind-Ute, você tinha alguma participação política?

S: Eu localizo o início da minha participação política na greve de 89 na rede particular. Em 88 foi a primeira vez que eu fui a uma assembléia, uma assembléia dos professores, né, por que lá a categoria não é unificada, então dos professores da rede particular. Eu já tinha algum interesse, mas não tinha tido nenhuma aproximação, então em 88 eu fui a primeira assembléia, mas não deflagrou uma greve muito longa. Em 89 eu participei intensamente, foi uma greve longa, da rede particular, foi inclusive quando eu conheci o PT, me filiei ao PT e é muito interessante essa história por que eu me filiei ao PT com o Sérgio Parnesi que é um professor da rede. E... filiando, eu comecei a ir a algumas reuniões da Convergência depois eu logo me afastei. Mas assim, foi um marco importante da minha vida, onde eu pude perceber, bom, os antagonismos que estavam presentes, né, pude perceber também as diversas tendências e facções que existem no movimento. Então, em 89 eu acho que foi o marco da minha entrada e em 90 eu entrei para a rede pública, para a prefeitura de BH e aí em 90 também

eu saí da rede particular. 90 foi um ano de muito conflito, por que uma outra greve na rede particular a escola que eu trabalhava não aderiu. Tem uma cena que eu não esqueço, carro de som passando na porta de escola e eu trabalhando, aquilo era um conflito imenso...

W: Qual escola?

S: Na época já era o São Francisco de Assis, em 88 ainda era Colégio São Francisco, em 89 passou a São Francisco e em 90 era São Francisco de Assis. Como a escola não tinha aderido a greve na rede particular isso inviabiliza qualquer participação, isso para mim era motivo de muito conflito. Eu ia às assembleias que era contra turno, tentava ter algum tipo de contato, mas não tinha uma participação efetiva. Em 90, entrando na rede, eu participei da primeira greve na rede pública e tinha dois elementos ali de participação que eram muito intensos. Um que era a greve, eu trabalhava na época na Escola José Diogo de Magalhães, e era uma escola que nunca parava. E nesse ano como tinha um outro conflito que era a direção da escola, ia ter eleição, e as pessoas estavam muito insatisfeitas a gente queria sair com uma outra chapa, isso nos mobilizou. Então, íamos todos para a greve, o turno parou inteiro e formulamos no meio da greve uma chapa, então assim, eram dois movimentos políticos acontecendo simultaneamente. E eu acho que foi motivo também de muito crescimento da minha participação. Bom, aí em 90 eu participava das reuniões da Regional de greve. A Regional de greve Padre Eustáquio, funcionava na Igreja Padre Eustáquio, eu ia a todas as reuniões, passeatas, eu participei intensamente do

movimento. Nunca tinha feito nenhuma intervenção em assembléia, quando eu fazia alguma intervenção, era na Regional e muito timidamente, muito a título de tentar entender qual que era o ponto central da discussão. Mas ainda assim, eu acho que essa minha participação chamou atenção das pessoas e em 91 quando se formou a chapa da direção colegiada, eu fui convidada para participar da chapa. Era uma chapa, você deve ter essa história, mas a composição da colegiada ela tinha um caráter manifesto de oposição, articulação que era a tendência hegemônica no Sind-Ute. E a formação dessa chapa tentava conciliar pessoas de diversas tendências, diversas áreas e das diversas regionais e nessa Regional específica eu acho que, por isso, por tá chegando, por ter alguma identificação. Então, quem me convidou para uma reunião para formação de chapa foi o Rogério Correia, é tanto que minha entrada no Sind-Ute tem muito essa marca, da oposição-articulação, pelo menos no início. E que depois foi se configurando de uma outra forma, de uma relação com o grupo do Rogério, da tendência e etc que depois também acabou se perdendo. E uma coisa que eu acho interessante, não sei se esse dado é interessante para sua pesquisa, mas para minha memória ele é importante. Eu me lembro que em 90 teve o congresso da CNPE e tinha uma assembléia para tirar delegados. E eu fui à essa assembléia e eu fui uma das mais votadas nesse congresso, das candidatas mais votadas e por todas as tendências, porque eu não era identificada com negócio nenhum e todos me queriam, eu acho esse negócio muito interessante, porque era alguém novo. Na época eu era muito nova, tinha 24 anos.

W: Pois é, você fala aí muito em tendência e disso que começou a fazer alguma articulação junto com a Convergência. Você teve muito tempo de participação na Convergência? Ou foi...

S: Não, não. Foi uma entrada, a Convergência. O que aconteceu foi o seguinte: eu identifiquei naquela greve de 89 rapidamente duas posições que era PC do B e o PT que se manifestavam. E o Sérgio Parnesi, ele tem uma militância muito intensa, e * jornal e lendo o jornal eu fui me identificando com algumas coisas que eu lia. Então, eu me filiei ao PT e comecei a participar das reuniões, eu devo ter ido a umas quatro reuniões da Convergência no máximo, não fui mais do que isso. Por que eu fui percebendo algumas coisas que eu não conseguia nomear na época, mas que eu não concordava. Uma pra mim que foi muito marcante, uma reunião no sábado de manhã, num determinado momento da reunião da célula, que ela era dividida em célula, a célula dos professores. Num determinado momento da reunião as mulheres se levantaram e foram pra cozinha fazer o almoço e os homens ficaram. Isso me causou tanta estranheza, tanto incômodo. O incômodo foi muito grande, que eu comecei a pensar nessa divisão, nas questões internas, então eu comecei a refletir um pouco mais sobre o que é que a Convergência discutia, na época como política e eu passei a perceber que não tinha uma identificação com aquilo. Eu acho que no primeiro momento o que me identificava com eles era o caráter de oposição, mas acontece que oposição é uma categoria muito ampla pra gente pensar, então quando eu fui perceber essas nuances, eu fui me afastando.

W: Por exemplo, a relação do grupo da Convergência com as bases, como as bases eram vistas as bases pela Convergência?

S: Bom, eu consigo falar disso a partir de hoje, eu não identificava isso naquela época. Mas tem uma relação intensa coma base e uma acusação muito forte à direção. Então, todo problema é um problema da direção e as bases devem ser sempre convocadas. Agora, o que eu percebi nessa reunião, por exemplo, as bases devem ser convocadas. Mas as bases também não tem todo direito de fala, então isso cria uma dispersão muito intensa que num determinado ponto converge, acho por isso o nome, num determinado ponto converge. Mas não consigo dizer dessa intensidade participativa, acho que isso também tem muitos limites, eu não saberia falar muito mais do que isso.

W: Outra coisa que a gente percebe é a questão da linguagem. Você acha que linguagem dessas tendências, elas fluem para uma hermenêutica ou abre espaço para o diálogo entre base e direção?

S: Deixa eu pensar um pouco sobre isso... Hoje eu não me identifico com nenhuma tendência e eu acho que as tendências, elas têm um papel fundamental que é de fazer fluir um debate, isso eu acho que elas conseguem fazer. O que acontece é esse debate fica polarizado ou em alguns momentos muitos maniqueísta então é uma linguagem ou não é. Então assim, essa linguagem ela é um tanto reducionista, por que ela fica girando naquilo que a gente chama de palavra de ordem. Então essa palavra de ordem quando ta colocada todo mundo

se identifica, mas daí a tecer uma reflexão, essa reflexão acaba sendo muito individual. Eu vi poucos momentos as tendências fazendo reflexão e olha que eu tive reuniões da Convergência, da Tendência Marxista e da Articulação, eu tive nessas três reuniões. Com a Articulação eu nunca tive uma participação orgânica, até porque eu não sei muito bem, mas eles têm uma organicidade que num determinado momento ela sai do discurso e se volta para pessoas. E isso ficou claro para mim, por exemplo, no congresso de unificação então, quando determinada pessoa levantava o crachá todos levantavam.

W: Então só identifica aí, a unificação foi em 1991, explique essa unificação.

O que foi essa unificação?

S: Ah, sim! Houve um grande congresso, ocorreu no Mineirinho, que trazia as diversas associações e sindicatos que diziam respeito aos trabalhadores em educação tentando criar um sindicato único e que representasse toda essa categoria de trabalhadores em educação. E esse, eu acho que é uma discussão muito interessante que essa categoria já fez. Que é se perceber como trabalhador, né, trabalhador da educação. Bom, o momento do congresso, acho que foi um momento muito rico, por que estavam presentes desde associações que apresentavam só diretores, só supervisores, demais funcionários para pensar e aí para pensar o sindicato único é pensar o que identifica toda essa categoria, então esse momento, eu acho que é um momento muito especial, da vivência política, o que eu acho é que fazer essa identificação é algo muito difícil, porque é trabalhar com, vou chamar de contradição interna, mas não sei se esse é o melhor termo,

mas contradições muito grandes, porque ao mesmo tempo que há uma identidade que perpassa todos esses setores, há também especificidades, então é aquele dilema, como é que você trabalha particularidade dentro de uma unidade, isso eu acho que não fica muito bem resolvido, acaba que o que eu acho que venceu, isso é uma visão muito minha, mas o que eu acho que venceu a unificação foi a identificação de um sindicato que já era majoritário, que era a UTE na época, a UTE já congregava e já fazia isso, já tinha em suas bases tanto trabalhadores quanto demais funcionários, então a UTE vai levando o restante, agora é tanto que teve * com a APPMG, que não se resolveram, mas enfim do ponto de vista do momento eu acho que foi um momento muito especial, dessa categoria.

W: Estive até presente, na época eu era delegado também.

S: Pois é, eu tava dizendo que uma das coisas que me chamava atenção era isso, nos momentos que os debates se intensificava, a hora do voto, ela não era definida necessariamente pelo debate, pela discussão anterior ou pelo discurso, mas era definida pelas tendências, pelas pessoas que de uma certa forma se colocavam, surge como uma meta categoria, se identifica com algo universal independente das discussões todas preliminares.

W: Isso significaria, por exemplo, que você identificaria nessas tendências e acaba levando para a direção do Sind-Ute o antigo PC que seria o centralismo democrático.

S: Você pode fazer a pergunta de uma outra forma?

W: Se você percebe que os * históricos que tem na esquerda brasileira muito trazido pelo * PC, que centraliza * o personalismo, essas coisas e tal, continuavam permeando as organizações dos trabalhadores do pessoal da educação?

S: Olha, eu acho, partindo de uma idéia da Marilena Chauí, que ela vai dizer o seguinte: os novos movimentos sociais, quando eles começam a aparecer eles começam a aparecer questionando essa idéia, mas eles não conseguem se afastar dela totalmente, porque a forma de organização permanece, ela continua sendo centralizada, é muito difícil sair da burocratização todos os sindicatos acabam tendendo para isso, eu acho até que tinha uma tentativa muito grande da UTE, o Sind-Ute eu acho, também vai na mesma esteira de questionar essa intenção e propor alguma coisa que fosse diferente, mas eu acho que a organização sindical, quando ela se institucionaliza ela ainda se institucionaliza com uma forte tendência para direção com forte foco nisso, eu não sei como é que poderia fazer isso de uma forma diferente, a tentativa das comissões de fábrica acho que no Sind-Ute dos representantes de escola, eu acho que essa foi uma grande tentativa, e acho inclusive que a direção das rede, que eu participei, quando se formou, quer dizer, você pensava a pessoa que tava lá, não era identificava com nenhuma tendência, é claro que se pode dizer que tinha uma intenção de * mas ao mesmo tempo tinha ao lado disso uma visão de se abrir para

entrar algo diferente, com esse que ta na base, e eu era uma base, então eu acho que essa tensão é uma tensão permanente.

W: Na verdade, vamos pensar em termos agora os anos 90 você tem aí a eleição do PT para prefeitura de BH e no caso na 1ª direção do PT nós tivemos 2 momentos, que meu entendimento significativos e que marcaram essa relação sindicato – direção... Houve uma tentativa de greve no início do ano, parece que em Março, Abril, por aí de 92, ali saiu um acordo de até de aumento do * mensal, né *, um cálculo meio doido que os economistas fizeram e depois o segundo semestre onde houve a greve, houve uma fala por parte da direção da prefeitura de que aquilo significou uma ruptura de acordo que aproximava a oposição aos movimentos de direita, que você acha dessa discussão? Que aí nós vamos entrar na discussão de partido e sindicato.

S: De tudo isso que eu vou falar, eu vou falar de um ponto de vista pessoal, mas eu acho que esse momento de 92 foi um de maior aprendizado da direção e de maiores conflitos, porque o ano de 91 era PSDB, então a gente dizia até na diretoria que a gente estava em lua-de-mel na categoria por assim é mais fácil, você tem um opositor muito claro, então todos ali que ainda não estavam no governo estavam juntos numa oposição, é tanto, você se lembra nós tiramos o apoio, nunca se fez isso, o apoio é um candidato e uma assembléia em Novembro, nós tivemos o apoio do Patrus na assembléia e foi um ano de muita tensão, mas não era uma tensão com a categoria. Quando começa o ano de 92,

primeiro que a gente já começou com algo muito sinuoso no cenário, que foram aqueles 200% logo no início do ano, que para a diretoria foi uma surpresa muito grande, uma surpresa que nos deixou com a pulga atrás da orelha. A gente já começou a pensar, bom o que isso vai significar, qual que vai ser nossa ação com relação a essa prefeitura e a diretoria ela era uma diretoria que tinha uma unidade muito grande em 91 e que essa unidade começa a se fissurar em 92, não é a toa que essa pessoa sai em 92, no início de 92 que foi o Ronaldo sai da diretoria, depois sai a Analice que saiu em 93, porque a tensão interna era muito grande, e essa relação partido-sindicato era intensamente discutida, acho que até mais discutida que a gente conseguiu dizer dela na categoria ainda, que a gente teve momentos muito interessantes com a categoria, a gente tinha reuniões de setores, era uma diretoria que visitava escolas, que tinha uma relação com a base muito intensa, mas que não conseguiu fazer essa discussão chegar com mais profundidade junto á base, eu acho que isso nós não conseguimos não, nós ficamos num dado momento com uma discussão muito interna. Bom, essa acusação eu acho que é uma acusação porque ela não era só do governo, era de parte da categoria também, de setores do PT dentro da categoria que diziam que a diretoria estava caminhando para a direita e ao mesmo tempo a gente tinha setores da categoria dizendo que a gente estava caminhando para a direita, porque estava aderindo á prefeitura, e aderindo á política do governo, então essa foi uma tensão constante, eu não acho que a gente teve uma identificação com o governo mas eu acho que o fato da maioria das pessoas serem do partido e participarem de momentos diferentes, de discussão do partido, por exemplo, Abel, a consolação, que eram as figuras mais organizadas, isso trazia pra nós grandes

conflitos, depois a Deisy também, o Erson. Como eram pessoas com visões diferentes sobre essa relação entre o sindicato e o partido o que visou a nossa marca foi: como nós vamos trocar o tonolhinho da direção em relação ao partido. Como a gente concentrou muito nisso, a gente em algum momento deve ter ficado refém do que a categoria dizia, né, para poder demarcar essa relação de autonomia. Então, eu não sei se hoje, eu me lembro muito daquela greve de 92 quando ela se radicalizou, não tinha jeito, a gente não sentava para negociar, era um conflito sem fim, eles não queriam nem recebia a gente, precisou da intermediação do Lula. E nunca esqueci uma coisa: olha vocês saíram da mesa de negociação e chamaram a greve. Vocês não podiam ter feito isso, não porque eram ex-partido, mas porque numa negociação sindical se faz isso. E o que me chamou atenção nessa fala? A gente tava tão preocupado em ter uma relação de autonomia que às vezes a gente se perdia na relação sindical. Então, quais são os princípios que orientam a ação sindical? Em alguns momentos isso se perdia, porque a tônica deixava de ser essa para ser outra tônica. Da relação sindical que é de autonomia, mas a constituição dessa autonomia era muito difícil, né. Eu acho que foi um dos momentos mais tensos nossos. Houve a fissura na diretora com isso, né.

W: É, interessante porque a gente vem trabalhando essa pesquisa e no meu entendimento eu acho que isso se torna uma dificuldade muito grande para o Sind-Ute. Porque muitos, é muito sinceros ao se entrevistar e o surgimento do PT ta muito ligado ao Sind-Ute aqui em MG. O que se percebe isso?

S: É, como eu te falei, eu já entrei no PT em 89, então o PT já tinha se formado aqui. Mas se a gente for olhar com certeza né, a UTE aqui em BH, primeiro porque surge em 79 no meio daqueles conflitos todos do ABC, num momento muito especial da criação do PT. E a UTE era, o Sind-Ute é, o Sind-Ute é o sindicato com a base maior desse país, né., entre os trabalhadores em educação. E muito dessas lideranças foram lideranças que fizeram uma entrada na política institucional, do ponto de vista do Estado. Então, que foram para o legislativo, eu acho que tem uma demarcação desse tipo muito forte. E o governo.... a prefeitura aqui em BH, a prefeitura do PT, desde o seu início, levou muito desses militantes, inclusive eu acho que isso complexificou bastante a organização dessa categoria. Quando a gente olha hoje e percebe que as pessoas que tiveram tradição em movimentos sociais, né, desde uma luta antiga ainda na época da repressão. São pessoas que hoje não estão mais em torno do sindicato, mas estão em torno do governo. E isso coloca uma série de complicadores, né. Como se vai fazer para ter... * ,no país a gente vê isso também, né. A CUT, eu tava comentando agora com Geraldo, o esvaziamento que foi da CUT para o governo. Eu não acho que seja uma coisa, algo ilegítimo não. Não quero fazer esse tipo de defesa, não tenho nenhum manequeísmo em relação a isso, eu acho que isso é até legítimo, né. É... é interessante que as pessoas forjadas nesse movimento estejam também no governo. Mas uma coisa que eu percebi na prefeitura do PT e que eu espero com muita força que não se repita no governo Lula é a seguinte noção: já que nós somos forjados nesse movimento, nós somos os interlocutores para dialogar com toda sociedade civil. E aí privilegiou a sociedade civil que não está organizada

em torno de nenhum sindicato, de nenhuma associação. Isso se instaura, tentando instaurar a política partido-Estado. Quer dizer, é... já que nós somos estado, nós passamos a desconhecer os outros que também fazem política. Esse conflito eu acho, bom... eu acho que ele é muito evidente aqui em BH, muito evidente.

W: E... quando ce fala assim, eu to pensando aí, a idéia de quando ce fala fazer política a partir do Estado, a idéia de que pelo Estado ce reforma as coisas, não é verdade?

S: Sim.

W: Fazendo as mudanças aí a sociedade muda. Isso, a base, pelo menos, o que eu tenho conversado, o que me levou a fazer esse trabalho, ela é lida diferente. Fala assim: aqui é um trampolim, ali é um trampolim, o Sind-Ute é um trampolim. Quer dizer, eu to colocando aqui na minha boca as palavras.

S: Sim, que eu já ouvir, inclusive.

W: Porque na verdade a visão do sendo comum de política é aquela de se dar bem, é a questão do individual. Deixa o coletivo, usa o coletivo como suporte para seus objetivos individuais. Eu ainda não fiz com o pessoal de base, mas eu tenho que essa questão é muito forte tá, muito presente. O que ce acha dessa questão?

S: Pois é, eu acho que há de fato uma compreensão do político que é ainda muito ligada ao senso comum. Que é de pensar, por exemplo, que não é legítimo, que uma pessoa que saía dessa categoria, desse meio, possa estar fazendo política num outro espaço. E deixar de perceber também eu acho, que uma coisa que a gente precisa pensar, né, ou pelo menos, sempre pensar assim que é uma coisa é a situação política no meio dos movimentos sociais, outra coisa fatalmente será a situação política dentro do estado, né. Então, não dá para cobrar os mesmos mecanismos, porque não funciona da mesma forma, né. E uma dificuldade das pessoas de perceber isso, então eu acho, quando elas reclamam que é um trampolim, há também uma identificação de que as pessoas mudam de lugar e não leva, as mesmas reivindicações de que a base tinha. Então, por exemplo, o sujeito vai para o legislativo, como ocorreu agora recentemente na votação da reforma do Estado, né, houve um acordo. Então assim, é muito difícil para a categoria perceber como foi feito esse acordo, com base em que, com que princípios políticos ele foi costurado, que estratégia é essa. Quer dizer, é uma estratégia muito diferente, eu não vou nem entrar no mérito do acordo, não. Mas assim, o que se apresenta de maneira evidente é que a pessoa mudou de posição. E de fato mudou, mas não quer dizer assim, né, mudou de posição, é outro fazer político, então, eu acho isso. Bom, acho que esse ressentimento cultivado, por exemplo, com Luiz Dulci, com Carlão, né, com pessoas que eram expoentes da UTE, do Sind-Ute, que passam ao governo. E que ao passar para o governo não trazia as mesmas reivindicações, ou as mesmas defesas que se fazia no seio da categoria isso gera um ressentimento.

W: Pois é, isso ficou uma reflexão... não seria aquela discussão que ex-mesários anda fazendo na medida que o sindicato, na verdade, ele perde seu caráter anti-capitalista e passa a ser um interlocutor da capital?

S: É. Acho que esse é um dos riscos que tão colocando para os movimentos sociais agora. O movimento sindical agora vive isso. Bom, eu não acompanhei o congresso da CUT aqui em MG nem o nacional, não fui delegado, mas eu sei que um dos debates colocados era esse: qual que agora a posição do movimento social, do movimento sindical nesse governo? Quer dizer, dar continuidade ao fazer política do Estado? Será que seria isso? É... meu ponto de vista é que o lugar do movimento sindical é o de sempre né. É o de estar não á posição ao governo, né, não á posição com relação aos interesses de são do capital, né. Bom , eu acho que em alguns momentos essa contradição ela ta dentro do governo, trabalha * conforme o interesse, né, isso é uma questão do governo. A do sindicato, inclusive, para politizar o debate, e até para reforçar, eu acho que isso reforça o governo. Se é um governo de esquerda, se o movimento está organizado, está colocando qual é o antagonismo de classe que se tem, você reforça uma tomada de posição do governo. Imagina se o movimento Sem-Terra tivesse se detido, né, diante dos moralistas para não criar um conflito para o governo Lula, isso teria sido o caos. Eu acho que esse governo só pode falar por que o movimento vai estar organizado. Agora.... Bom, essa é uma posição minha, eu acho que é difícil discuti-la do ponto de vista das diversas tendências, do ponto

de vista do partido, eu acho que teria outras complexidades para analisar. Mas eu acho que é esse caminho mesmo assim, o risco que se corre é esse.

W: Agora uma coisa que eu gostaria de discuti-lo sempre é o seguinte: por exemplo, nós temos aí na saúde, co grupo da saúde, políticas públicas definidas a partir das categorias médicas, enfermeiras, etc. Agora uma coisa, quer dizer, uma percepção minha que tou pesquisando também, não existe muito a participação do movimento de professores na elaboração de políticas públicas para educação. O que ce acha quando ce teve no sindicato, vocês tiveram essa discussão. Participaram de políticas públicas?

S: Ó, essa foi uma discussão que eu aprendi a fazer no sindicato, por incrível que pareça, assim que foi muito bacana, nós fizemos um congresso, congresso da rede de 91 que foi um congresso da rede de 91 que foi um congresso político-pedagógico, aconteceu no Mineirinho. E que foi muito interessante, porque a gente trouxe para o congresso, trouxe para a discussão do congresso as políticas educacionais em debate. Então era a implantação de ciclos em SP, a gente trouxe para a discussão a questão da alfabetização, né. Então, eu tive o olhar despertado para essas questões a partir da nossa elaboração para esse congresso, né. Então, eu acho que o sindicato, ele tem ,bom, se a gente for lembrar o Sind-Ute no final da década de 80, a Ute, né e o Sind-Ute no início dos anos 90, tinha grupos específicos de áreas, né, discutindo história, geografia, que eu acho que foi uma dimensão política muito profunda de a gente educar nesse país. Então eu acho que tem essa marca de pensar educação como ato político, o

sindicato não dá conta e hoje eu assessoro o departamento de formação do Sind-Ute, e eu acho que o sindicato tem dificuldade de fazer é pensar política educacional no geral e pensando essa política educacional na geral pensar os interesses dos trabalhadores. Então, como se para defender os interesses dos trabalhadores em educação se tivesse que contrapor a uma política educacional de universalização da educação ou de acesso à educação. Então, isso gera um conflito muito grande, sem contar a dificuldade que é para o sindicato ter uma posição com relação a alguns temas específicos de uma política educacional. Eu me lembro na nossa direção, por exemplo, que uma de nossas dificuldades que a gente tinha era com relação ao setor das supervisoras e orientadoras na rede municipal que não tinha concurso, etc. E a discussão que a gente fazia que era do ponto de vista da política-educacional é que se tinha repensar essa função. Então que não tinha de fato ter concurso, enquanto a gente não desce conta de elaborar qual é o lugar que os trabalhadores em educação atribuíram a esses especialistas nas escolas. E que só a partir daí a gente poderia exigir o concurso, porque já tinha um elemento que a gente identificava na política educacional que era ruim, é que ter o supervisor como alguém que passa a função de supervisionar, de verificar, etc, etc. Era muito conflituoso, dizer isso e lidar com isso nesse segmento específico. E eu acho que a gente deu conta, porque na diretoria a gente conseguiu fazer uma discussão mais ampla que pensava a política de maneira geral. E deu conta também, porque esse setor é minoritário, tem isso porque se fosse setor majoritário não daríamos. Agora, o que hoje eu observo é que os sindicatos ficaram reféns da política do governo. Então assim, cê discute política

educacional não do ponto de vista da formulação, mas da contra posição á política que o governo está.

LADO B

Então a dificuldade que eu tenho percebido lá no Sind-Ute, nessa assessoria que eu faço, com o departamento de formação, quem pauta a discussão não é o sindicato para o governo, mas a partir que das medidas que o governo vai soltando, das propostas políticas o sindicato é pautado pelo governo. Então, o sindicato tem que pegar aquela documentação toda, os projetos e tal e dizer se a favor ou contra, q eu repercussões isso pode ter sobre os trabalhadores, né. E as proposições, elas são limitadas nesse sentido, como se bastasse você reformular um aspecto dessa política que diz respeito aos trabalhadores e está resolvido.

W: Eu a impressão, por esse tempo todo nos sindicatos, que muitas das vezes, a discussão só fica no campo administrativo ou se o sujeito precisa de um qüinqüênio, dois qüinqüênios, o que é a escola Sagarana? Vai tirar o professor da sala de aula? A discussão da essência, não sei, não tenho acompanhado agora, a essência da discussão parece que ... Qual que é o eixo ... Você sente isso até hoje?

S: Eu sinto isso sim. Por exemplo, a discussão das condições de trabalho, da situação do trabalho ela é pautada o tempo todo. E o sindicato tem que fazer isso, então tem que discutir se o sujeito é ... se o melhor para a política educacional é

um professor dê aula, por exemplo, em quatro escolas como acontece no Estado. Agora isso é discutido dizendo o seguinte: olha esse projeto que a secretaria está propondo não estendemos essa condição. Mas não é dito, nós temos esse projeto e que intervêm nessa condição e que tem uma repercussão melhor do ponto de vista da aprendizagem do aluno. Então, esse caminho inverso ele ... muito dificilmente é feito. Agora, eu não acho que seja por uma falta, vamos dizer assim, por uma falta de capacidade das pessoas pensar isso. Acho até que a preocupação existe, mas há uma dificuldade de formulação, não sei se você já acompanhou na pesquisa ou se não vai acompanhar também o cotidiano do sindicato. É um negócio assim extremamente fragmentado, então ce tem dar resposta desde quinquênio da figura que é larga, né, até... por exemplo, outro dia tinha um debate, esse eu achei que o Sind-Ute fez até uma coisa bacana, mas que ainda precisa avançar, tinha um debate dos professores de Filosofia e Sociologia para aumentar o número de aulas, né. Então assim, fica parecendo que se puser na lei e era essa defesa inicial do sindicato fazer uma portaria que garantisse que vai ter duas aulas dessa disciplina. Como pode fazer isso, tem que discutir de uma maneira mais geral.

W: Um projeto onde se insere sociologia e filosofia, aliás devia estar discutir quantidades de aulas, não, nós temos que discutir uma carreira de concepção de aula. Por exemplo, o que eu percebo e entrando nessa parte, é seguinte, que as pessoas quando falam nessa organização do trabalho escolar, elas sempre vêem o professor só lá dentro da sala de aula, mesmo, aí eu vou retornar quando se fala em escola plural, eu tive enquanto

professor, depois diretor, né, nas discussões que nós até travava-mos, inclusive com o Miguel, essa questão, o seguinte, o professor não é professor só dentro de sala de aula. O que que nós tínhamos então, o que que nós temos até hoje? Um projeto de escola Plural é muito interessante, mas que continuam conosco * na organização de trabalho, você tem projetos 4 h por semana, 16 fazendo projeto, pois é, a concepção de trabalho docente, acho que se perdeu muito, o que que é ser professor, essa identidade que você falou inicialmente, identificando como trabalhador, mas existe também essa identidade enquanto profissão, como fazer isso? O trabalhador ... como percebe essa discussão no meio sindical, essa coisa toda?

S: Pois é, eu acho que quando o movimento sindical discute essas questões, discute ainda do ponto de vista do número de aula que o sujeito trabalha; esse é um dos dilemas que está colocado a se pensar a identidade enquanto trabalhador da educação, me parece, porque se a gente fosse pensar na identidade enquanto professor a gente pensaria em que tempos, em que momentos esse sujeito produz conhecimento e isso eu acho que é esvaziado. Meu trabalho lá na escola sindical uma das coisas que a gente levou até daqui do NET muito para reflexão não só com o Sind-Ute, mas para diversos sindicatos dos metalúrgicos, sindicatos dos bancários, dos servidores da saúde e etc, era pensar isso, que esse trabalhador produz conhecimento enquanto trabalha, que dirá o professor que lida com conhecimento o tempo inteiro. Então como se tem uma organização de trabalho, uma situação de trabalho ou uma carreira docente, que dê conta disso, de pensar

esse sujeito como alguém que produz conhecimento, eu acho que isso é muito difícil para o sindicato e me parece impossível para os formuladores de política pública, porque uma coisa que eu percebi na gestão da * Boa, por exemplo e percebo com muita clareza, inclusive de dentro do cargo, que eu tive um tempo no cargo, inclusive esse foi um dos motivos da minha * com a prefeitura, porque eu saí do cargo, é pensar o seguinte: quem produz é o gestor, o sujeito que ta na sala de aula, ele não produz, ele no máximo vai reproduzir, se não ta funcionando é porque ele não entendeu e não dá conta, quer dizer é não identificar. Aquele que tá lá na sala de aula não como alguém que produz conhecimento. Essa é visão assim... eu acho que os trabalhadores em educação, o sindicato consegue perceber, né, que o sujeito produz conhecimento, consegue perceber, por que isso ta na fala. O que eu acho que não consegue ainda é pensar: com qual estrutura nós podemos lidar para potencializar isso, né? Mas consegue perceber. Agora, do ponto de vista do governo isso não é perceptível. Eu acho que a Escola Plural quando faz o reconhecimento dos projetos em andamento e tenta propor alguma coisa mais ampla, um outro modelo de formação, tenta lidar com isso. Mas eu acho que ainda fica refém das más administrativas. Então, assim, não pode estender o tempo do projeto, por que como vai fazer lá na escola, como nós vamos pagar esse professor, então isso constrange, claro. E aí depois... bom fica muito complicado dizer que a política não funciona por que as pessoas não souberam fazer? Não. O problema é da gestão da política e acho até, se ce me permite esse a parte, se na gestão, na primeira gestão quando o Miguel estava a frente isso ainda tinha um pouco mais de sensibilidade. Nas outras essa sensibilidade se perdeu totalmente, é tanto que foram portarias atrás de de

portarias, né. (Isso me levou até abandonar a prefeitura, eles devem tá me procurando até hoje, né. – fala do entrevistador) Mais é. É um negócio...(É interessante. Quando eu era diretor, quando eu estava diretor no péssimo Moreira Pinto, uma das coisas que eu brigava muito com a Regional é que ela pedia a mim um cálculo matemático lá - fala do entrevistador) 1,5 (um troço louco lá - fala do entrevistador) um nº de professores (isso. Eu falei assim: mais isso não responde para mim, isso aí eu tenho que colocar meu professor para produzir. Eu quero que ele faça uma tese de mestrado, eu quero que ele faça uma pós-graduação lato sensu que ele quiser, eu quero que ele desenvolva um projeto junto com a comunidade. Agora se ele ficar com 16 aulas dentro de sala de aula e 04 para projeto é mentira. Aí, sabe o que eu vou fazer: eu vou mandar ele para casa para ele descansar, é isso que eu tô fazendo e faço isso com maior... com menor dor de consciência. Quatro horas eu não conseguia todos os professores na escola, um dá um horário aqui. Então, quer dizer, o tradicional... se pensa em ciclo e se organiza por série e outra contradição. - fala do entrevistador) É, e se a gente for olhar escolas que tentaram avançar nisso, o Tabajara, por exemplo, que fez um projeto muito bacana, eles tinham um grupo de professores para um grupo de turma. Então, era muito legal o projeto. Mas aí quando fracionava e dava problema e tentar negociar para esse 1,5 virar 1,6, 1,8, né, na estimativa matemática para fazer funcionar o projeto de uma outra organização, ah! isso não pode. Quer dizer, o problema tá nos professores lá que não deram conta de se organizar com 1,5? Não. O problema tá (a realidade é muito maior do que... traçada por * - fala do entrevistador) Exatamente. Ou de um nº da conta de...,né. (Então tem esse problema, então, quer dizer, dentro do trabalho sindical me parece que essa

discussão tá muito distante. - fala do entrevistador) É por que o trabalho sindical, o Sind-Ute, em especial, né, que eu posso falar. Mais o trabalho sindical ele tá muito ligado com demandas emergentes, com demandas imediatas e é muito difícil para o sindicato instaurar uma outra pauta, de inverter uma pauta, eu acho que esse é um dos dilemas. Agora, eu acho também que isso varia de direção para direção, de concepção do sindicato para concepção do sindicato. Acho, inclusive, quando eu falei lá atrás que... por conta da autonomia a gente ficava refém da categoria. Eu acho que isso ocorre muito, por que às vezes é mais fácil de responder demandas imediatas e estabelecer um laço com a categoria do que tentar instaurar um debate novo, debate diferenciado que as pessoas vão se contrapor. Então, quer dizer, cê lida com a contraposição quando ela vem, né.

W.: É, por que no caso aí, na história do Sind-Ute, eu percebi que... o pessoal mais antigo sempre me fala que 79 nunca mais se repetiu. Parece que vive uma certa nostalgia dessa época, não é? (Ah! sim. - fala do entrevistada) Ce que veio mais recentemente, como que isso lá? O pessoal mais antigo, esse diálogo de vocês com os mais antigos que depois na sua época já estavam indo para outros campos, mas que ainda vocês conviviam?

Sirley: Olha, eu acho que a gente tinha, por exemplo, eu me lembro na nossa direção, essas pessoas já estavam saindo, né, já estavam muito distantes para a gente recorrer à elas. Mas uma coisa que eu acho legal em direções sindicais, eu acho que isso é saudável que se faça é recorrer à pessoas que tenham uma trajetória e que possam, em alguns momentos, dar pistas para quem tá chegando.

Por que isso traz um elemento de continuidade, de visão que pode ser muito saudável, né. Eu me lembro como que a gente recorria às vezes à Rosaura que já tinha saído na nossa época. Ela era, na nossa época na direção, a Rosaura ainda um ano ficou na direção do Sind-Ute (ficou na presidência do Sind-Ute - fala do entrevistador) depois ela foi para Secretaria de Formação da CUT, né. É...por que a gente chamava a Rosaura? Por que a gente percebia que havia nela um saber acumulado que era, e eu acho isso, que era patrimônio dos trabalhadores. Não é patrimônio de uma pessoa ou de uma tendência, né. Se você já negociou e é uma dificuldade negociar com patrão ce tem que dizer para o outro quais os caminhos disso,né, a gente recorria. Agora, não tinha uma situação de... é... de personalismo com muitas pessoas, então, por exemplo, Carlão vai à nossa assembléia. Então começava aquele burburinho: Carlão, Carlão... O Carlão pegava o microfone e a gente ouvia a intervenção dele como ouvia a intervenção de outra pessoa da base que era um militante, que aparecia lá e colocava um debate. Claro que a gente pensava: bom, vamos ouvir, vamos pensar, o Carlão traz aqui uma sensatez por já ter uma vivência, pode nos dar alguma pista. Mas isso não significa que nós temos que ir por esse caminha necessariamente, né, então, eu acho isso. Agora, essa coisa dos momentos que você falou, eu acho muito interessante por que a gente fica mesmo com nostalgia de momentos passados. Eu acho que o grande lance é sacar que eles não se repetem, mas que a gente pode trazer deles um saber importante para criar outros momentos. E pensar em seus outros momentos como momentos fundamentais, né. Então, é... essa nossa diretoria, por exemplo, muita gente da categoria me diz hoje ainda, ah, foi a melhor direção da rede, ah... Eu acho que foi uma boa direção, por que ela

saiu num momento, era um momento de definição dos caminhos da rede municipal, então foi um momento muito bonito, muito importante, né. Agora, se for pensar a categoria hoje, ela já não tem mais as pessoas com aquela mesma história, pessoas que viveram os mesmos momentos, então a diretoria atual é a melhor diretoria que agora se pode ter, né. (É, eu sinto essa nostalgia de 79 até do pessoal mais antigo, até do próprio Carlão e do Cabral que eu já entrevistei. Por exemplo, eles acham que 80 para cá que não teve o que 79 teve e eles não conseguiram perceber isso - fala do entrevistador) É por que a gente não reedita os momentos (mas eles pensaram um jeito de reeditar, pensaram a parte - fala do entrevistador) lá no departamento de formação a gente teve uma discussão que foi muito interessante, por que o departamento de formação do Sind-Ute na direção passada ele funcionou de uma outra maneira e assessoria, inclusive, funcionava de uma outra maneira.. Então, a gente começou assim, o pessoal dizendo para mim: ah, a gente queria dessa e dessa forma, igual tinha sido lá com a Deise, com Hilário, com o Tino e tal. E eu dizendo par mim não vai poder ser, né, até que chegaram à conclusão. Olha, não vai poder ser, é outro momento, são outras pessoas e é outra demanda. Nós temos que fazer agora com esse departamento o que ta colocado para ser agora, né.

W.:essa tendência à personalização é interessante sabe por quê? Vou dizer aqui. Quando eu perguntei ao Carlão sobre a questão do pedagógico e política educacional e tudo, ele me disse: olha, esse departamento de formação não funcionou, por que fulana de tal não funcionou, né. Então, vou até querer propor à

essa fulana de tal para conversar com ela que aliás chama de Elianinha. Ce sabe onde anda?

Sirley: Ah, sei. Elianinha ta no DRH, antigo...agora é outra coisa que chama, né. Mas lá na... no RH da prefeitura. Trabalha junto com Edmundo, eu sei quem é. Pois é. E era um departamento que era cultural pedagógico, então eu acho que eles tiveram uma ação muito intensa, por exemplo, na formulação dos grupos, o grupo de história e de geografia começou a partir deles. (é, eu participei - fala do entrevistador) é um outra visão política, né. então assim, é como se funcionar fosse funcionar de uma determinada forma. E não é. É claro que assim, ce vai para uma direção ce imprime um marca que é sua, né. mas eu não acho que essa marca é prorpederante , por que a gente vai ter que parar de fazer análise de conjuntura, né.

W.: Claro, mas o que eu tô percebendo é isso. Mais ... em linhas gerais, gostaria de testar e contar com sua participação nesse momento, mais eu acho que...deixo livre aí para ce falar o que ocê quiser.

Sirley: Risos. Não, eu queria retormar essa questão da formulação da política e o sindicato. Na minha trajetória pessoal como é que é que isso se deu. Quando eu sair do sindicato, eu sair muito instigada para pensar política. Fui fazer o mestrado muito em função do que eu tinha vivido no sindicato e também da política que tava se instaurando que era a Escola Plural. Então, eua acho que o meu mestrado ele congregou muito isso e isso para mim é uma coisa importante. Eu me lembro que

logo quando eu comecei o mestrado o Cury, que era o orientador, ele falou comigo, quando ele leu o segundo texto, ela falou: olha, ce tem um problema aqui. Parece que tudo, do jeito que ce fala, parece que tudo que veio de trabalhadores é bom e tudo que veio do governo é ruim. E isso para mim foi um grande aprendizado, por que eu acho que eu sair do sindicato pensando dessa forma. E eu tive que sair do sindicato par pensar a realidade de outra forma. E eu não digo hoje que o sindicato não deva pensar esse antagonismo, por que esse antagonismo é o que move mesmo. Mas eu acho que é possível e é preciso que esse pensamento se areje mais, inclusive, produzir uma outra coisa, produzir a política, né. (mesmo por que o Estado não é abstrato e o sindicato também não é. - fala do entrevistador) Exatamente. E os Trabalhadores em Educação é uma categoria, mas essa categoria também pode ser tida como abstrata, né. (isso aí, já que você falou do Cury, eu me lembro quando ele...ele tem uma expressão muito interessante. Ele fala que o capitalismo não é uma sociedade de classes e uma relação de classes. Essa questão relacional - fala do entrevistador) Sim, essa questão relacional, ela ta posta. E eu tive que percebê-la fora. Bom, é... uma última coisa, eu queria na verdade, Wellington te agradecer por esse momento, por que assim, eu já falei muito da minha experiência, da minha experiência de formação e etc. Mas acho que foi a primeira vez que eu fui chamada para falar da experiência no Sind-Ute e para mim é uma experiência muito cara, sabe.

W.: Agora eu te pergunto o seguinte: ce tem alguma documentação que ce poderia me ceder? Alguma coisa, qualquer coisa, tipo panfletos da época, jornal.

Sirley: Não. Quem deve ter isso é clemência. Por que eu não...depois do Sind-Ute eu passei por três mudanças e em cada mudança a gente vai...(é a mesma coisa, Carlão não tem, o Fernando Cabral não tem. - fala do entrevistador) A Clemência deve ter isso. (nós não guardamos as coisas - fala do entrevistador) É, não guardamos. Mas eu não lembro de boletins que eu escrevi, de jornais que eu escrevi que... Ontem mesmo eu tava lembrando de um que era muito interessante se tivesse guardado. E eu acho que falar é isso, assim... (É, por que no Sind-Ute, por exemplo, em questão de jornal, eu já bati lá, tem muita pouca coisa, viu. - fala do entrevistador) Cê foi na rede municipal? A Adriana tinha um arquivo muito bom, viu. (Não. Fui só na Central - fala do entrevistador) A Adriana tem um arquivo muito bom da rede. Ela deve ter essas coisas todas lá, ela fazia um arquivo muito bom.

W.: E a Municipal ta funcionando onde? É na Floresta mesmo?

Sirley: É na Floresta também, mas eu não tenho o endereço de lá, não. (eu pergunto na Central - fala do entrevistador) É, eu acho que isso. É... e talvez dizer disso, assim... eu acho que a entrada na política via movimentos sociais passa para a gente um laço muito importante. Não é a toa que essa virou minha questão para o mestrado, esse foi o meu olhar quando eu tive no CAPE, quando eu tive na direção do CAPE, assim o que me angustiava e o que me levou a sair foi perceber essa distância, né. E isso que me fez depois ir para escola sindical, trabalhar com formação e ta pensando num projeto de doutorado nessa linha. Então, eu acho que essa é uma experiência política que fica, que marca. (É, eu apesar de nunca

ter participado de direção, né, mas sempre fui representante de escola - fala do entrevistador) sempre foi, eu lembro, em muitos momentos você tava conosco, com ce no comando, né. (Mais é interessante, eu venho desde...meu caso é mais antigo ainda eu venho desde de 79 - fala do entrevistador) Pois é, e a gente não abandona isso e isso é muito legal. E é muito bom a gente ver essa experiência depois de algum tempo de outros ângulos. E acho que a entrevista me proporcionou isso e eu queria te agradecer.

W.: Obrigado a você, Sirley. Se precisar, a gente ta aí, viu.

Entrevistados: Antônio Carlos Hilário e Inês Camargos

Data: 08.03.2004

Hoje são 08 de março de 2004, estamos aqui na sede do Sind-Ute para entrevistar o ex-coordenador, Antônio Carlos Hilário e a atual Coordenadora Geral do Sind-Ute, Inês Camargos.

K.: Bem, primeiramente eu queria perguntar para vocês dois: antes de vocês entrarem para o movimento do sindicato, vocês já tinham alguma filiação partidária, participavam de algum movimento estudantil ou social?

Hilário: Eu particularmente quando entrei para a militância aqui no Sind-Ute, eu já tinha passagem por outros movimentos sociais, uma passagem pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, né! Nos movimentos sociais principalmente na área da Igreja, pastoral da juventude, pastoral operária, no movimento de vilas e favelas, aqueles movimentos de bairros na década de 70, nas associações de bairro, na região da Cidade Industrial de Contagem. Então já tinha, quando eu cheguei aqui no sindicato já tinha uma série de experiências, de participações de movimentos.

E tanto no caso dos trabalhadores quanto no caso dos metalúrgicos, quanto nos movimentos sociais mais variados, né, passando assim por uma questão muito ligada à Igreja, né. Minha militância primeiro começou na Igreja, como diz o outro, né, na mais tenra idade, desde pequenininho na catequese, aquelas coisas, né, daí pra frente...

Inês: Bom, a minha militância foi mais nos movimentos de Igreja e a partir disso nos movimentos mais ligados a questão da juventude e depois vim já para... né, militante de base do Sind-Ute. Na época, da fundação da UTE que eu já entrei na educação, neste período então vim direto do movimento mais de Igreja, né, dos movimentos mais ligados à questão da juventude e depois vim para militância de base na organização já do pessoal da educação. Comecei na educação com 18 para 19 anos e nesse período a gente vinha mesmo mais do movimento de Igreja.

K.: Hilário, você falou que entrou pelo movimento da Igreja, né, e pelos sindicatos dos metalúrgicos. Qual era a intensidade de sua participação nesses movimentos sociais?

Hilário: Nesse momento que eu comecei a participar do movimento dos metalúrgicos, então nesse momento a militância mais forte era na pastoral da juventude, com o movimento da pastoral da juventude na região de industrial de Contagem e já ter passado por algumas. Da nossa participação com a pastoral da juventude no auxílio aos mais variados movimentos, um deles, inclusive, a própria criação do Sind-Ute, que na época a UTE, né, a greve de 79, então nesse período

nós lá da Igreja do bairro. Então, nós ajudávamos o Comando Geral, o Comando Geral de Greve. E nesse processo a gente foi construindo na Pastoral da Juventude uma interface, né, com o movimento geral dos trabalhadores. Então, nós tivemos momentos lá na pastoral da juventude que nós começamos a discutir com sindicatos, né, onde tínhamos trabalhadores, né, que participavam junto com a gente nas suas mais variadas categorias. Nesse processo eu como metalúrgico acabei me inserindo no movimento dos metalúrgicos, aí fazendo parte da oposição lá no sindicato dos metalúrgicos. Então, a partir desse trabalho da Pastoral da Juventude, de inserção de todos nós, se for no bairro onde moramos, né, a participação nas associações e onde a gente trabalha, a participação nos sindicatos das empresas, então nesse processo que eu comecei a entrar no sindicato dos metalúrgicos.

K.: E quando que foi que você entrou no sindicato dos professores?

Hilário: Bom, comecei a trabalhar na educação em 85, tinha feito um estágio, né, em 83, e aí em 85 comecei a trabalhar efetivamente na educação, e aí já comecei a acompanhar as assembléias do sindicato e em 87 já entrei na diretoria da sub-sede do sindicato lá em Contagem, em 87. Quando foi em 89, 90, então que eu vim para a diretoria estadual.

K.: E você Inês, como você entrou no sindicato dos professores?

Inês: Eu comecei a trabalhar na educação, eu entrei no ano 1976, eu tinha concluído o ensino, o científico, né, naquele período o curso científico em 75 e no de 76 eu comecei a trabalhar como professora ainda, né, nesse período, inclusive como leiga, não tinha habilitação, que eu fiz aquele antigo científico, não tinha nem curso, não tenho curso de magistério, nunca trabalhei de 1ª a 4ª série, então, comecei a trabalhar em 1976. Eu morava no interior, comecei a trabalhar como professora de matemática e só em 1977 eu fui para faculdade e aí também no ano de 1977 eu comecei a trabalhar no Estado. Então, eu fui professora contratada a partir de 1977 no Estado.

K.: Isso lá na sua cidade?

Inês: Isso, lá na minha cidade, na região de Governador Valadares, foi onde eu comecei a trabalhar, trabalhei muitos anos, inclusive na zona rural mesmo, né, naquela região de Governador Valadares. E eu mudei para Governador Valadares e fazendo ainda, fazendo o curso, né, mudei para Governador Valadares, em 1982. Nesse período a gente tinha ainda uma.... não tinha ainda uma organização, não tinha uma subsede organizada em Governador Valadares da UTE, né. Naquela época da UTE, ela surge um pouco mais tarde, tinha a participação em atividades, a partir do momento que a gente mudou para Governador Valadares tinha um grupo que encaminhava as questões, que organizava as nossas várias reuniões, nós fizemos as greves, ainda naquele período, mas nós não tínhamos ainda, vamos dizer assim, uma subsede organizada. A subsede em Governador Valadares ela foi organizada um pouco

mais tarde, mais já existia um grupo do pessoal da educação que encaminhava as várias reuniões, que fazia as assembléias, que nos entrávamos em greve, mas não tinha ainda naquele período, até mais ou menos em 1985 não tinha uma subsede organizada em Governador Valadares. E aí a partir de 85 a gente já começa a atuar mais no movimento mesmo da educação como representante de escola, né, participando de várias atividades, por que já existia um grupo grande da cidade de Governador Valadares que já participava das atividades que vinha para a assembléia, mas demora um pouquinho a organização mesmo; dentro dessa organização do Sind-Ute que é a organização da subsede. E a partir disso a gente veio como representante de escola, ajudando a fazer um trabalho de organização até para a fundação mesmo da subsede e ficamos assim durante bastante tempo.

K.: E em 1979 que houve a grande greve dos professores, você estava trabalhando onde?

Inês: Estava na zona rural, nesse período ainda estava na zona rural.

K.: E qual foi o reflexo desse movimento aqui de B.H. lá na zona rural de Governador Valadares?

Inês: O reflexo era muito, mais essa discussão, lembro-me que a gente conversava entre os professores, como é que isso, como é que nós vamos fazer, nós não vamos parar também, e a gente... na verdade a gente naquele período estava com um pouco mais de dificuldade, justamente por isso, por estar fora dos centros maiores, né, uma cidadezinha, aliás era um distrito, onde existia uma Escola Estadual, um distrito onde a gente trabalhava e a gente comentava sobre isso da questão da mobilização dos trabalhadores e tudo. Mas a gente não conseguiu naquele processo a gente não conseguiu participar desse processo da greve de 79 e da construção. A gente muito mais acompanhou do que participou, exatamente por isso por causa da atuação em distrito ainda, na zona rural. Em Governador Valadares chegou a atingir várias pessoas, chegaram a fazer, mas como a gente ainda não tinha um grupo maior de pessoas que ajudasse a fazer, que conseguisse a fazer um debate. Lá nessa escola onde a gente trabalhava a gente não chegou a participar da greve, do processo mesmo de suspender as atividades e fazer a greve de 79. Chegou a atingir algumas escolas em Governador Valadares, mas não chegou na zona rural. Aquela greve atingiu mais de 400 municípios.

K.: Chegou a ir alguém lá de Governador Valadares ao distrito?

Inês: Não, por que a gente não tinha de fato movimento, né, que aconteceu na greve de 79, ele surgiu mesmo de dentro das escolas, dos locais de trabalho e ele não tinha uma organização, né, que fizesse o processo que a gente faz hoje, né, foi um movimento espontâneo.

Hilário: Por que a representação sindical que se tinha na época que era a famigerada APP-MG que hoje continua ainda, né. Dando problema na organização dos Trabalhadores em Educação, na verdade eles nunca auxiliam os trabalhadores em educação, eles tentam tirar proveito dos desinformados. Então, isso é uma coisa que a origem do Sind-Ute está muito ligado a essa forma de atuação da APP-MG, por que o que acontece, o movimento surgiu por isso, não houve um chamado, deveria ter havido no sindicato da época. Como não houve esse chamado, quando a greve surgiu, aí essa própria entidade ela desapareceu. Então, daí houve a necessidade de criar uma organização para esse movimento daí criou então o Comando Geral de Greve. Esse Comando Geral de Greve foi então o embrião da UTE, por que ao final da greve esse comando, verificando no final da greve a necessidade de uma organização da categoria, uma vez que a entidade representativa da época, cascou fora, então, esse Comando Geral de Greve ele chamou o Congresso dos Trabalhadores em Educação e a partir daí que originou a UTE, União dos Trabalhadores em Ensino, que só em 88 que conquista na constituição federal com o conjunto do funcionalismo a nível nacional que conquistam o direito sindical. Que até então, igual você vê aqui, a UTE, nas outras cidades eram associações, por que a constituição proibia o caráter sindical das organizações de servidores públicos, então a partir de 88 com a legitimidade dada pela constituição da livre associação sindical dos servidores públicos. Aí então que esses organismos dos servidores públicos passam a ser sindicato. Chega em 90 então, que com o processo de unificação deixa de chamar UTE para ser Sind-UTE, por que foi um conjunto de entidades da educação em Minas

Gerais que se uniram para criar apenas um sindicato. Por que em 79 você tinha a UTE, mas continuava ainda existindo a tal da APP-MG que quando chegava esse movimento de greve o que que acontecia eles acabavam dialogando com o governo como forma de desmobilizar a greve. A greve de 87, por exemplo, foi o grande marco disso, quando eles foram com o governo Newton Cardoso para a televisão dizer que a greve tinha terminado que eles tinham feito acordo, só que o povo da categoria não tinha visto ninguém da UTE só via o povo da APP-MG. Então, a greve continuou. Então, por causa desse comportamento dessa entidade é que então a categoria do Estado começou a exigir a unificação e a nível nacional. Isso desencadeou um processo de unificação também das entidades que se deu em janeiro de 90 com a nossa confederação, a confederação nacional dos Trabalhadores em Educação que antes chamava CPB, Confederação dos Professores do Brasil. Então, a nível nacional já estava tendo essa necessidade de unificação, por que como aqui em MG a gente tinha essa situação, em outros estados também tinha uma situação semelhante de duas entidades, uma mais combativa e uma mais pelega e nesse caso se tem conflitos e outros confrontos desnecessários que acabam prejudicando a própria organização da categoria. Então, por conta de uma multiplicidade também de associações, por aqui se tinha além dos professores, os trabalhadores, nós já nascemos com prerrogativa de tá organizando os Trabalhadores em Educação, independentemente de qual seja sua área de atuação. Por que era um outro problema as várias entidades, então se tinha uma associação dos orientadores educacionais, uma das supervisoras, uma dos diretores, então essa dispersão toda acabava prejudicando. Como a UTE já nasceu com a prerrogativa de tratar com educadores em igualdade de

condições todos aqueles que militam, trabalham na área da educação, então ela acabou sendo também uma coordenadora desse processo de unificação. Então em 90 aqui em MG teve nesse processo de unificação. Foi desencadeado lá no congresso em Aracajú, da CNTE. A partir daí os Estados passaram desenvolver o processo de unificação e aqui em Minas deixou de chamar UTE e as outras entidades deixaram de existir e passou a chamar Sind-UTE, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação. Essa APP-MG, inclusive, participou do processo, constituiu a direção estadual que saiu ali daquele congresso se comprometeu com todas as deliberações do congresso, inclusive unificação do patrimônio. Então o patrimônio ia ser juntado, inclusive o quadro de filiados, de sócios, para ser uma entidade só. Aí quando foi aproximadamente um mês depois, essa entidade, APP-MG, ela rompeu. Mais uma vez traiu a categoria, pois ela não trouxe o patrimônio e deu o chamado golpe, chamou uma assembléia de sócios onde nessa assembléia deles, eles deliberaram que em vez de entregar o patrimônio para o Sindicato Único, eles iam constituir uma fundação cultural. Então constituíram com esse patrimônio que foi comprado com o dinheiro da categoria e no ano seguinte ela dá outro golpe que é a reivindicação de voltar a ser sindicato. Então, isso tramita até hoje na justiça, essa busca deles de ter novamente a carta sindical.

K.: Inês, qual foi sua trajetória dentro do sindicato até chegar à Coordenação Geral do Sind-Ute?

Inês: Eu ainda sou diretora regional de Governador Valadares, eu tô no cargo de Coordenadora Geral por que... a nossa direção ela é composta... A direção

estadual do Sind-Ute, ela é composta por 54 membros, desses 16 são diretores, é o que nós chamamos de diretoria metropolitana que é composta por diretores da região metropolitana e BH e eles compõem, né, esses 16 diretores, eles compõem os diversos departamentos que tem dentro da estrutura do Sind-Ute. E tem 38 que são diretores regionais, a gente divide assim em macro regiões e tem 38 diretores, o meu cargo na diretoria estadual é de diretoria regional de Governador Valadares. A primeira vez que eu participei da direção foi na subsede de Governador Valadares e foi no ano de 92, quando venho para a direção da subsede de Governador Valadares e o meu nome é indicado para a diretoria regional que é um cargo como eu disse da direção estadual. Então nesse período que a gente assume a direção na subsede e depois a direção estadual e agora nessa eleição que aconteceu agora, nós discutimos e pela primeira vez a Coordenadora Geral do Sind-Ute é um dos diretores do interior, uma diretora regional. (E mulher ainda, né – fala da entrevistadora) Então, meu cargo ainda é de diretora regional de Governador Valadares. Eu faço parte da direção da subsede de Governador Valadares e essa atuação como coordenadora, né, ela foi a partir...essa definição... foi a direção estadual que definiu, né, a indicação do meu nome por causa de um debate, por que a direção do Sind-Ute ela não é só BH, como Hilário já estava colocando essa também é uma marca, uma diferença do Sind-Ute. Tem essa linha que é... Nós trabalhamos com professor ou qualquer segmento que atua dentro da escola, então essa é uma marca, a gente trabalha com conceito de Trabalhador em Educação, por que entendemos que a escola funciona com todos esses profissionais. E é preciso que haja uma organização que represente todos esses profissionais, por que nenhum interesse está isolado

do outro e outro eixo é esse, é que nós temos uma forma de organização e a gente faz muita questão de tá colocando isso, exatamente por que o Sind-Ute não é um sindicato de BH ou de qualquer outra região. Ele é um sindicato de base estadual, então ele tem a sua representação, para que chegue essa representação em todas as regiões do Estado. Nós temos nossa organização da subsede nas respectivas direções e a discussão que foi feita nessa gestão agora é que também na direção, na coordenação geral isso reflete. O Sind-Ute não é um sindicato de BH ele é um sindicato do Estado de MG, também não é uma federação de várias outras subseções, e tem um eixo, por que a sede central se localiza em BH? Por ser um ponto de convergência, as assembleias estaduais também acontecem em BH, por conta da facilidade do deslocamento das pessoas das diversas regiões do Estado. as nossas instâncias de deliberação, assembleia estadual, por exemplo, reuniões do conselho geral acontecem em BH, mas nós temos também outras instâncias, como a instância máxima de deliberação do Sind-Ute que é o Congresso de filiados, que acontece de dois em dois anos, é uma instância que acontece nas diversas regiões do Estado. então, isso em cada período de realização do nosso congresso, acontece numa região. O nosso último congresso aconteceu no ano passado, em 2003, e aconteceu em Governador Valadares. É essa linha mesmo de trabalhar com sindicato de base estadual e isso tem que refletir em toda nossa prática, em toda nossa estrutura organizativa e também na questão geral.

K.: Você ainda continua na base?

Inês: Não, eu sou professora de matemática, tenho dois cargos, eu sou lotada em duas escolas em Governador Valadares. Estou atualmente liberada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, eu faço parte da executiva da CNTE, estou atualmente na secretaria de finanças da CNTE, na gestão anterior eu era secretária de formação da CNTE. Aí exatamente, por isso, por que a demanda das atividades da Confederação elas são realizadas em todo Brasil, a sede da nossa Confederação é em Brasília. E então, eu estou liberada pela CNTE.

K.: Inês, você estudou em qual faculdade?

Inês: Eu estudei na faculdade de Caratinga, que eu morava lá na região.

K.: E você, Hilário qual sua formação acadêmica?

Hilário: Professor de História, estudei na Uni-BH, então eu formei lá em 83.

K.: Hilário, você ficou na Coordenação do Sind-Ute em qual período?

Hilário: Fiquei nove anos, de 95 a 2003.

K.: Da subsede de Contagem você veio para sede do Sind-Ute?

Hilário: É, por que eu entrei em Contagem em 87, então nesse meio caminho, em 89 eu passei a assumir a vaga aqui de Contagem, por que o diretor que assumia a... por que antes, isso que a Inês tá falando aí da nossa organização que hoje se chama diretor regional, na época antes da unificação não tinha esse nome “diretor regional” chama-se vice-presidente. Então, cada região tinha um vice-presidente, então, Contagem tinha o seu representante, vice-presidente que acabou não assumindo. Então, tinha uma deficiência na organização aqui na região metropolitana, então, eu vim substituindo-o, em final de 89. Como em 90, no ano seguinte teve a unificação das entidades, eu passei a fazer parte da direção estadual por Contagem. (E em 95, você foi eleito Coordenador Geral – fala da entrevistadora) É, em 95 eu assumir a Coordenação Geral e fiquei até ano passado. Por que foi no congresso de 95 que tinha, inclusive, antes era presidente, então quando mudou para coordenação eu fui o primeiro coordenador. Antes, o último que tava era presidente que era Toninho Lavetusk. Então, foi no congresso que teve anteriormente que mudou a terminologia como forma de tentar impulsionar as ações mais coletivas. Por que a estrutura mais presidencialista ela tende a ser uma estrutura mais centralizadora. Como aqui no Sind-Ute, mesmo tendo uma estrutura chamada presidencialista as ações elas já não eram com base na prerrogativa de presidencialismo, então teve esse processo de discussão que nós deveríamos essa forma de como a gente já atuava, deveria estar expressa no nosso organograma organizacional, né. Então, daí que veio essa proposta de instituir as coordenadorias com o coordenador geral, seria a forma de tentar dar um passo a mais, do ponto de vista mais organizacional naquilo que já era uma prática nossa política. Então, essa nova estrutura ela veio como forma de

you tá consubstanciando no organograma, pegando essa concepção política que nós já víamos atuando com ela. Que é mais coletiva e descentralizada.

K.: Com a unificação em 1990, o que teve de importante para o movimento dos professores? O que mudou, o que melhorou...

Hilário: O importante, primeiro, foi o avanço dessa concepção de Trabalhadores em Educação, por que a UTE quando surgiu em 79, ela já veio com aquela prerrogativa de que era uma organização dos Trabalhadores em Educação, ou seja, todos aqueles que atuam na educação, não interessa qual cargo ocupa se é diretor, professor, servente, etc, para nós todos são Trabalhadores em Educação. Como até então nós tínhamos as associações de supervisores, orientadores... Então, esse tipo de coisa atrapalha na concepção de trabalhadores em educação. Então, com a unificação foi um passo adiante no sentido de estarmos todos nos entendendo apesar das especificidades do nosso trabalho cotidiano, do argo que nós ocupamos e das funções que nós desenvolvemos. Então, nesse aspecto o grande avanço do ponto de vista da concepção do sindicato foi a partir de 90 com a unificação você já está conseguindo agrupar em um único sindicato todos nós que temos cargos e funções diferenciados. E com esse avanço foi possível inclusive você ter pautas mais gerais, onde todos os Trabalhadores em Educação se sintam contemplados dentro dele. Por isso, que em 2002 foi possível o concurso de Auxiliar de Serviços Gerais, por que até então nunca se falou nisso, mas com concepção da nossa unificação. Quando chegou o momento que foi o concurso de 2000 que só foi consubstanciado em 2001, então foi possível essa

concepção de Trabalhadores em Educação já está na mente dos próprios trabalhadores e da sociedade.

LADO B

Hilário: Independentemente qual partido era o governante, mas sempre houve essa resistência em assumir que os Ajudantes de Serviços Gerais na escola também são educadores, né, então esse avanço nós conseguimos, agora a partir de 2001, que isso fosse uma realidade quando, então conquistamos o concurso para Ajudante de Serviços Gerais. Essas idéias, inclusive, governamentais de não aceitar isso ainda perderam tanto é que o concurso foi realizado, nós conquistamos no governo passado e até ainda hoje, o atual governador, o Aécio Neves, tenta inclusive anular, né. Por que é uma forma de não aceitar que esses segmentos sejam considerados também, sejam tratados como educadores. Mas aí nós demos um passo adiante e esperamos, estamos contando que feito já o concurso, agora até o próprio Ministério Público tenha entendimento que o governo tem que nomear, tem que reconhecer o concurso voltar com a homologação dele novamente e passar a nomear o pessoal. E isso foi um dos avanços do processo da unificação.

Inês: È... mais uma vez na contramão da história aparece a APP-MG, com a história de sindicato de serventes escolares. Foi agora no início do ano de 2004, até no sentido de ajudar o governo do Estado nessa disputa, com essa concepção que tem o Sind-Ute e aparece a APP-MG, novamente, dizendo que as serventes

escolares, elas têm que ter uma organização específica. e cria o sindicato de serventes escolares, que assim é chamado. (Por que foi a própria APP-MG que contribuiu para que o governo revogasse a homologação do concurso, tentar anular. Primeiro, que ela tem uma ação que tenta anular o concurso todo, então como até o ano de 2002 o concurso... nem ela mesma estava acreditando nessa ação dela que ia resultado. Então, no meio do caminho, ela... a pedido do próprio governador eleito no final de 2002 e que tinha prerrogativa de tá nomeando assim que ele entrasse no governo, por que esse concurso foi o que mais demorou a ser homologado. Ele foi homologado no dia 28 de dezembro de 2002, então Aécio quando tomasse posse dia 1º de janeiro de 2003, ele já teria que estar cuidando da nomeação desse pessoal. Como ele não queria isso, então ele articulou com APP-MG, para desenvolver o processo que pudesse dar a ele a tranqüilidade política de estar revogando o concurso. Aí essa entidade que cuidou de fazer aquelas manifestações dizendo que eram grupos de pessoas que tem muito tempo e que não passou no concurso e que iriam ficar prejudicadas. Só que antes disso ainda em 2001, a APP-MG não queria o concurso de Ajudante de Serviços Gerais, por que em 2001 eles começaram a vender a ilusão de que elas tinham que reivindicar a efetivação por tempo de serviço, não o ingresso através de concurso como diz a constituição. Então desde 2001 que ela começou com o processo, inclusive de recolher dinheiro desse setor vendendo, né. a ilusão de que elas não deveriam brigar pelo concurso e sim pela efetivação por tempo de serviço. Como o concurso foi uma realidade e aconteceu, então aí o próximo passo dela e aí cuminando, harmonizando com o interesse do governo, que não queria a nomeação deste pessoal. Então ela serviu para prestar este papel e junto

com uma outra instituição que existe aí, que é uma federação de pais e alunos que é do Mário de Assis que articulou junto com APP-MG este processo pra facilitar a vida do governo, do ponto de vista, com o não reconhecimento do concurso. Isso, nós tamos dizendo aqui, mas se você fizer uma pesquisa, vai encontrar os indícios disso. Já em janeiro de 2003, nesse processo de tentar desarticular o concurso, o próprio Aécio Neves foi para a sacada do Palácio e tirou uma fotografia: ele no meio, de um lado, a presidente da APP-MG, Joana D'Arc e de outro lado, o Sr. Mário de Assis. Quando foi no dia 21 de abril os dois receberam condecoração lá em Ouro Preto, por serviços prestados ao governo do Estado. Qual o serviço prestado? Exatamente esse....

K.: Quais as atitudes que o Sind-Ute tomou para enfrentar essas dificuldades?

Hilário: O que a gente sempre fez desde o início do sindicato, desde a fundação da UTE em contraposição a uma entidade que nada fazia pela categoria. Então o Sind-Ute já nasceu com algumas prerrogativas que hoje continua e pretende continuar fazendo, ou seja, não é a direção do Sindicato que define o que será feito. Nós temos as instâncias de base do movimento. A diretoria do sindicato é ela cada instância, acima dela você tem o congresso, as assembléias e o Conselho Geral. Então o que define nessas instâncias é o que a diretoria encaminha. Então, a diretoria é um aparelho executivo daquilo que as instâncias do sindicato definem. Então, todo esse processo é cotidianamente discutido com a categoria, então toda e qualquer ação a se fazer parte da discussão de uma dessas instâncias do sindicato. Só pra cê ter uma idéia, então quando você

precisa até de alguma coisa em determinado momento mais específico como passou a ser em determinados momentos essa questão de Auxiliar de Serviços Gerais que teve seu concurso homologado e depois a homologação revogada e aí já diferente dos outros segmentos que teve a homologação, que continuou, teve nomeação. Então esse segmento foi o único que não teve nenhuma nomeação exatamente por que teve a revogação da homologação logo depois. Então mesmo quando você tem esse tipo de especificidade de um determinado segmento, então no mínimo, você discute, faz uma assembléia, uma plenária, uma coisa qualquer com esse segmento que no determinado momento está envolvido numa questão que é própria dele. Então até nesse momento você reúne os pares desse segmento para tá discutindo o que a diretoria deve encaminhar. Então, o que a gente fez nesses momentos o que eu disse, né, e a gente pretende continuar fazendo é exatamente ter sempre esse dinamismo e esse diálogo constante com a categoria para que as nossas ações sejam exatamente reflexos daquilo que deseja a categoria.

K.: Em 2002, eu comecei a lecionar em uma escola no bairro Guarani, teve uma greve e muitos professores diziam que a greve não resolve nada, tudo fica do mesmo jeito, não paravam por que não valia a pena. Depois tinha que repor as aulas. Os professores em geral não acreditam mais na greve como uma forma de conquistar direitos...

Hilário: É, isso é até presente principalmente nos mais novatos, né, que não conhecem a história do sindicato (não, não, ao contrário, os efetivos que têm essa

posição – fala da entrevistadora) espere aí, que inclui a história das conquistas. Então, esse tipo de posição passa a ser uma realidade, por que as pessoas não participaram do processo das conquistas que tem hoje. Mas, você tem também pessoas mais antigas que está há mais tempo que também uma visão. Por que na educação é como qualquer outro lugar, como dentro de nossa casa, né, então, você tem lá entre a família, pai, mãe, filho, algumas discordâncias com relação à algumas coisas. Em movimento dos trabalhadores mais ainda. Eu não conheço ainda uma organização de trabalhadores que todo momento, você tem 100%, a chamada unidade da categoria, ou seja, unidade de classe. Então, você sempre tem tanto antigos quanto mais novatos. Para os mais novatos esse discurso ele pode ser, pode ser um pouco mais entendido no sentido de que: quem não participou, não viu com os próprios olhos as conquistas. Só para você ter uma idéia mesmo: o 13º do funcionalismo público foi uma conquista de greve, né, você tem hoje algumas composições no salário do Trabalhador em Educação que é conquista de greve. Então, quem não participou, quem não viveu esse processo acaba não se recordando disso, o que não quer dizer, que alguns que viveram e participaram também não tenha esse tipo de discurso. Por que, a questão do movimento sindical, principalmente um movimento como o nosso, que não é um movimento meramente corporativo e reivindicativo apenas dos interesses nossos enquanto categoria. O nosso sindicato é o chamado sindicato-cidadão, ele se entende enquanto sindicato um instrumento da sociedade para fazer a transformação social. Então, isso não é qualquer pessoa que assume, né, fazer o movimento para mudança da sociedade, assim como foi o envolvimento da sociedade na derrubada da ditadura. Você tinha naquele momento, alguns acham

que não, a ditadura tinha que continuar, mas o grosso da sociedade achava que não, né. Então hoje também você tem o grosso do nosso sindicalismo cutista que sente o sindicato tem que um instrumento de transformação da sociedade, mas você tem segmentos que acha que não é por aí. Aliás, você tem até algumas centrais sindicais que acha que não, que fazer sindicalismo é lutar apenas pelo corporativo que interessa à categoria e o sindicato não tem que se preocupar com a transformação da sociedade. Então, você tem, inclusive, segmentos sindicais, Central Sindical, que tem esse pensamento. O sindicato cutista, ele já tem essa visão de que o sindicato ele tem que cuidar dos interesses da sua categoria, da sua corporação, mas não pode ser apenas isso, ele tem que ta inserido num momento de transformação da sociedade por justiça. E o nosso sindicato, o Sind-Ute, já nasceu na época da UTE, enquanto um sindicato de defesa dos interesses da sociedade, tanto é que sua prerrogativa é o que? É a defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade, portanto com responsabilidade do poder público. Então, esse sindicato ele tem essa concepção de transformação da sociedade.

K.: Você não acha que deveria se pensar em outras estratégias além da greve para reivindicar? Por que a greve está muito desgastante para o movimento dos professores...

Hilário: É, toda ação de luta é desgastante que seja a greve ou uma simples manifestação, igual amanhã, por exemplo, nós vamos fazer uma manifestação, ela é desgastante. Você ta vendo, não se deu para perceber, o pessoal do sindicato trabalhando a, nos apetrechos, nós tamos aí até agora e tal. Então, todo

o movimento de luta é isso, né, aliás, alguém já disse: “Se fosse fácil não seria luta”. Você luta por coisa que é difícil e por ser difícil tem o desgaste. Alguns topam o desgaste, outros não. Quando você ouve a frase: “ A greve é só uma mudança de calendário.” Então, isso é uma concepção de alguém que acha que as melhorias que mesmo quer ter, alguém tem que dar. Então, quando ele acha que ele não tem que brigar por ela, então, ele acha que a greve é uma transformação de calendário. Como você tem aqueles que acham que não, que não temos que brigar. As nossas conquistas, elas são fruto de nossa própria labuta cotidiana. Esses não importam, inclusive, se a reposição tiver que ser no Natal, na Sexta-feira da Paixão, no dia Primeiro de janeiro, então, esses abnegados que lutam, eles repõem, se a questão for reposição não tem problema. Para garantir as suas conquistas repõem até no Natal, na Sexta-feira da Paixão e tudo. Agora, aqueles que esperam que a vida se transforme e melhore para si mesma, mas sem a sua ação e como dádiva, o Salvador da Pátria, então esses vão achar sempre que é transposição de calendário e não continuar acreditando mesmo tendo as conquistas lá no contracheque. Que inclusive, as conquistas não são só essas, né, e as maiores, inclusive, nem são essas de contracheque, mas mesmo essas de contracheque que são mais objetivas que é do bolso, eles vão acabar desconhecendo, por que não se dispõe a dar um pouco de si nessa labuta que é árdua.

K.: Como está a relação base e sindicato, hoje em dia?

Hilário: Nós pertencemos a um sindicato, insistindo nisso, ser um sindicato democrático, aliás é um dos mais democráticos não do país mais do mundo. todos que vem aqui até a esse sindicato e verifica nossa forma de organização, eles acham sempre que nós somos loucos, somos meio doido. Você ver que os próprios recursos do sindicato, a maioria deles, ou seja, 70% do recurso do sindicato ele está espalhado pelas subsedes nossas que tem autonomia financeira. Só para você ter uma idéia, em 97, nós recebemos aqui um representante da "ID", que é a Internacional da Educação. E que inclusive, veio até aqui para conhecer, por que já ouviu falar das experiências do sindicato no país e tomou conhecimento desse nosso sindicato, veio até aqui, né, em 97. E concluiu que essa experiência nossa era única no mundo, essa forma de organização. Por que não é qualquer organização que faz isso, 70% do recurso não fica aqui centralizado, vai para as subsedes que tem a autonomia, inclusive, financeira. Então, por que eu estou dizendo isso? Por que essa questão que você colocava: "Como é a relação com a base". Nós por sermos extremamente rigorosos com o avanço da democracia, por que nós entendemos co todo esse avanço que dizem que nós somos na democracia, nós ainda achamos que temos muito que por fazer, tem muito por fazer. Então, por isso, que a relação como você pergunta essa relação da direção com a base para nós é uma construção permanente, para nós nunca vai estar bom. Então, se você nos perguntar, qualquer um de nós, como é a relação da direção com a base, a gente sempre vai achar que precisa ta melhorando. Então, nós temos as instâncias de participação de base temos sempre as assembléias, qualquer coisa que aconteça de novo, ou mesmo que não seja de novo, mas qualquer ação do sindicato você tem a assembléia. Nós já iniciamos o ano

fazendo assembléia para saber quais são os passos que nós vamos tomar. Então, você chama o Conselho Geral que ta acima da diretoria, então, esse Conselho Geral já faz discussões estratégicas do ano e a gente chama a assembléia e aí dá início ao ano já chamando a base para discutir. Então, essa relação direção e base são uma constante na nossa organização até por que pela nossa organização com nossas instâncias, né, então isso tem que se dá cotidianamente.

K.: E para você Inês, como tá essa relação?

Inês: Essa discussão, por exemplo, que você começa fazer em relação à atuação, avaliação da categoria em relação a greve. Hilário até toca nesses pontos, por que para nós, a greve ela existe como fim em si mesma, né, isso nós permanentemente discutimos de que a greve ela é um instrumento de luta da classe trabalhadora que não tem como você dizer que esse instrumento ele ta desgastado. É

claro que a greve é instrumento de massa e talvez esse seja um dado, por que quando você diz: existem profissionais na escola que colocam essa dificuldade e entrar numa greve, de entender a necessidade dela, isso pode também até dar algum indicativo.

Quando você, chega num processo, por exemplo, de um pique de uma greve como as duas últimas que nós tivemos em 2000 e 2002 que você tem uma grande parcela, a gente chega a registrar 80%, várias cidades com 100% da categoria parando. E você ainda tem setores dentro da própria categoria que avaliam que esse processo ele não consegue

avançar, é indiferente. Então, os dados que Hilário coloca tem um pouco a ver com isso, né, tem tanto a ver no sentido de que algumas pessoas elas já vem nesse processo há algum tempo, eu, por exemplo, o tempo que tem que tou na educação, né, quantas greves a gente não fez. E o reconhecimento de várias de nossas conquistas elas são e praticamente todas, nenhuma aconteceu sem greve. Então é lógico, se você tem um processo de número cada vez maior da categoria entendendo a importância de fazer a greve, você tem o resultado, se você tem o contrário, né, a transferência de... vamos dizer assim, a

**transferência de responsabilidade para
alguém, né, aí é claro que a relação fica
complicada. Por que a gente ouve, às vezes,
isso, as pessoas costumam dizer, ligam às
vezes: “Ah! Mais o que o sindicato vai
conseguir”? Então, essa luta nossa
permanente de discussão com a categoria de
que sindicato somos todos nós e a gente de
vez em quando lembra das palavras de
ordem, desde a época da fundação, que a
gente repete às vezes: “ A UTE somos nós,
nossa força, nossa voz .” Que isso tem
alguma coisa a ver que quando as pessoas
colocam não só em relação ao só Sind-Ute,**

mas como em relação a outras entidades. Nós sabemos perfeitamente bem que a partir dos anos 90 a gente tem uma queda de fato nos movimentos, nas lutas mesmo, nas mobilizações e tudo mais. A gente tem uma queda até por que com a questão do neoliberalismo, essa propaganda o tempo inteiro de que eu cuido de mim e outros que se danem. Isso tem muito apelo, né, a gente às vezes ainda ouve, apesar dessas discussões todas, você ouve às vezes e de fato ouve sim, né, as pessoas dizerem, por exemplo: “mais por que eu tenho que colocar isso na pauta de reivindicações, meu negócio

é salário, né. Então, é a questão mais imediata que pega, por que a nossa luta, ela não despreza isso, como Hilário já colocou, não despreza essa questão mais corporativa, mas não adianta parar por aí. Não adianta parar por aí, não por que a gente quer como direção do sindicato não é só por isso, é por que, vamos dizer assim, a demanda ela é muito maior do que a questão de salário. A ponto de a gente chegar, por exemplo, em instâncias do Sind-Ute, quando a gente discute pauta de reivindicações, de ter parcelas das pessoas da categoria ou do nosso Conselho Geral que fazem essa

discussão e aparecem outros da própria categoria que resgatam essa discussão que nós poderíamos ter o melhor salário do mundo, se você não tiver condições de trabalho, você não tem a vida funcional organizada, você não tem carreira, você não tem possibilidade de condições de trabalho melhores, não adianta que o salário melhor não vai conseguir garantir as outras questões, né. Então, isso permanece para nós como desafio, por que a grande questão que ta colocada para nós é manter viva essa chama de que nós somos os trabalhadores que conquistam as vantagens que melhoram

as suas condições de trabalho e não a direção. Não é aquela história paternalista que nós vamos conseguir para vocês, né. E é aí exatamente nesse aspecto que entra de novo a discussão por que uma associação como a APP-MG, ela volta agora nesse momento e ela volta com um gás de insistir com as pessoas e com alguns setores. Por que a gente pega, por exemplo, às vezes, algumas convocações que ela manda e chega nas escolas, né, já chega com uma discussão da seguinte forma: “Nós vamos resolver isso, nós vamos resolver aqui o seu problema através da efetivação por tempo por que

tamos.junto com o governo, a gente pode resolver.” Isso tem apelo, né, (Enquanto nós chamamos o pessoal para luta e falamos, olha, para conquistar vocês têm que brigar. O que ela faz, a APP-MG, não, não precisa, você me dá R\$ 50,00 que nós cuidamos disso. É o que ela ta dizendo com relação às questões do concurso. Então, as Auxiliares de Serviços, passam, por exemplo, vamos para a APP-MG que a gente paga lá os R\$ 50,00 e eles vão conquistar, vão conseguir para nós, né, a efetivação por tempo de serviço, por que eles vão conversar com o governo. Que é isso que ela... que a imagem que ela vende. – fala

do Hilário) E aí, quando isso é colocado, é lógico, existe uma grande parcela entre os Auxiliares de Serviços Gerais não querem, não aceitam esse tipo de discussão, mas também existe uma outra parcela que aceita.

Então tem um outro componente nessa discussão aí que é a questão que a gente enfrentou recentemente que foi a questão de ação judicial, né, uma ação civil pública, né, em relação a questão da designação, em relação da questão da não nomeação dos aprovados no concurso público. E que uma questão que nós chegamos a discutir muito, né, do papel, por exemplo, que a mídia faz de

tudo para vender essa imagem, de responsabilizar quem luta. Então, isso tem um peso também, às vezes o profissional da educação para ele que lá, ali no dia-a-dia com a escola, o pai, a comunidade em geral, acha mais fácil responsabilizar o professor. E às vezes, o professor, o pessoal da escola, se não conseguir fazer essa discussão com o pai e com os alunos ele vai ficar com esse problema. Por que a comunidade tem um pouco mais de dificuldade, se não for através de nosso trabalho, de nossa discussão, de dizer quem é o responsável por nós fazermos greve, por que ninguém faz greve por que

**quer fazer, né. A gente costuma, as vezes
brincar sobre isso, quando se chega na
escola, o pessoal fala: Ah! Não tem nenhuma
notícia boa? Bom, a gente gostaria muito de
ter uma notícia boa, de dizer que nós já
conseguimos aprovar nosso plano de
carreira, que ele contemplou as discussões,
as deliberações da categoria, que nós já
conseguimos definir nosso piso salarial
dentro desse plano de carreira, mas não é
essa a questão que ta dada. Então, quando a
gente tem essa dificuldade de enfrentamento
e que não é um problema só do Sind-Ute, é
um problema da maioria das entidades. O**

número de filiados ele ainda é baixo na maioria das entidades, exatamente, por isso, às vezes há uma entidade que chama para luta, que chama para defender uma questão mais geral ela tem mais dificuldade de ter associado do que quem diz: “Vem cá, filia, que eu resolvo seu problema.” E a gente se nega permanentemente a pegar esse eixo, de falar: “não, pode deixar que aqui na justiça a gente resolve.” Até por que a gente sabe que nem sempre a justiça resolve os problemas mais rápidos e imediatos. Como eu tava citando agora, por exemplo, a questão da ação, demorou quase um mês para a ação

civil pública com pedido de liminar ser julgada, passando por todo o processo correto. O governo do Estado derrubou em 24h essa liminar que impedia o desrespeito ao concurso público. Então, quer dizer, você tem todo um... uma série de relações que faz com que a pessoa se desestimule com a importância de luta e tudo mais. E o nosso desafio é manter isso, por que nós não vamos poder de jeito nenhum falar com a categoria e não vamos fazer, jamais, deixar de fazer essa discussão do que é a importância da transformação da sociedade, da mudança dessa estrutura. E do papel fundamental que

nós temos como Trabalhadores em Educação até pelo acesso que temos aos alunos e aos pais. Então, esse diálogo permanente com a sociedade nós temos uma situação privilegiada em relação aos outros profissionais, né. E sem dúvida alguma é lógico que o governo do Estado também quando ele prepara, quando ele coloca todas essas dificuldades em relação ao salário, em relação à formação, em relação à dificuldade de tempo que a gente tem dentro das escolas para pensar projetos coletivos, para construí, vem também nesse sentido de impedir que você avance, que você cresça nesse diálogo,

entre categoria que vai resultar também em uma melhor forma de trabalho com a comunidade escolar que por sua vez vai resultar num processo, por que a educação é processo. Não adianta dizer que hoje você fez isso que amanhã não precisa fazer. Você tem que ter um processo mais permanente de discussão com a comunidade escolar para você conseguir avançar, para que na hora que você chegar numa greve não ter que enfrentar os pais achando que a responsabilidade é sua. Então, o nosso desafio é justamente esse: discutir com a população que o nosso problema, nós fazemos a greve e ela é um

instrumento de avançar. Mas, o nosso instrumento permanente ele ta colocado como uma questão da educação, das melhorias das condições no dia-a-dia. Esse que o grande problema que ta colocado para nós. Precisa avançar.

K.: Então, quais são as estratégias que vocês estão pensando nessa nova gestão, de está aproximando comunidade, base e sindicato para fortalecer o movimento dos professores?

Hilário: O grande desafio que ta colocado, nós temos consciência disso, é como você fazer com que a sociedade entenda o seu papel nesse nosso processo de organização e luta. A gente tava dizendo no início o que: que independentemente dos interesses corporativos da categoria, melhores salários, melhores condições de trabalho, etc, etc,...

2ª FITA DA ENTREVISTA

LADO A

Hilário: Então, o grande desafio nosso é como estabelecer o processo de relação onde a sociedade ela venha a entender que a luta por uma escola de qualidade, uma escola pública que tenha qualidade com responsabilidade do governo, como é que essa conquista vem, uma vez que isso é de interesse da própria sociedade até quando a gente fala, escola pública gratuita, gratuita entre aspas e entre aspas, por que pagamos impostos, então os pais e mães que tem filhos nas escolas estão pagando impostos. Então eles estão pagando impostos por esse serviço, então, esse gratuito a gente sempre fala isso, né, mas isso tem que ser entre aspas, por que não é bem assim. Então, o que ocorre, se o nosso sindicato, o papel dele é além do cooperativismo, ou seja, é entender que as melhorias das condições de trabalho, as melhorias das condições de vida, portanto as melhorias de salário, né, são ingredientes necessários para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade. Então, esse trabalho de qualidade é em função de quem? Do aluno que está na escola por conseguinte do pai. Então, esse interesse de uma escola de qualidade não é só interesse nosso dos Trabalhadores em Educação, é um interesse da sociedade que paga imposto que mantém o Estado em funcionamento para ter no mínimo, essas mínimas garantias, que são na área de social, educação, saúde, lazer, segurança, por aí fora. Então, qual é o desafio? É exatamente e aí tem um gargalo, isso que eu chamo de desafio, tem um gargalo aí, por que a sociedade ainda não se incorporou muito bem disso, então às vezes fica esperando na nossa conquista melhoria para a qualidade de educação. Quando na realidade essa busca pela qualidade tem que ser uma

busca mais efetiva da própria sociedade por que o governo tem muito como maquiagem essas coisas, né. Por que qual é a idéia do governo, o governo quando ele trabalha contra a greve, contra as nossas mobilizações sem desenvolver um processo de melhoria nas escolas, não ficar apenas jogando a população contra o movimento, é o por que o governo tem um simples entendimento, ou seja, se está tudo quieto, todo mundo quieto, os professores, os Trabalhadores em Educação estão lá dentro das escolas fazendo suas atividades, não interessa o que estão fazendo, eles estão lá. Se os alunos estão quietinhos, para o pai aí fora está ótimo, por que o pai às vezes não sabe a qualidade do trabalho que está sendo desenvolvido ali dentro. Então, para nós seria até, eu diria, nós poderíamos estar simplesmente com os braços cruzados e estar fazendo as atividades mesmo sabendo que aquilo que nós estamos fazendo não é o melhor para quem está ali estudando. Então, por conta dessa responsabilidade que nós temos de querer fazer e fazer bem, por que ali tem pessoas que dependem de nós, não para sua sobrevivência econômica, material, financeira, mas é para sobrevivência cidadã. Então, é por conta dessa responsabilidade educacional que nós temos, por que nós entendemos a dimensão do ensinar, o professor ensina, só que nós não paramos por aí, por isso que a gente amplia, Trabalhador em Educação, por que não é apenas o ato de ensinar, é o ato de educar que é muito mais além do que você ministrar os conteúdos dentro de sala de aula: $2+2=4$, se escreve assim e assado. E aí o que isso significa na minha vida no ponto de vista de eu ter uma inserção cidadã, digna, ser uma pessoa respeitada, por aí afora. Então, isso não é apenas ensino, isso abrange um corpo maior que vem a ser chamado de educação, então como nós temos muito clara essa dimensão e temos a

responsabilidade disso. E por isso, que muitos de nós adoecem no exercício da profissão, por que você fica com aquela sensação de impotência o tempo todo, você quer fazer o melhor de si, mas as condições não lhe são dadas, então, isso leva o adoecimento de muitos de nós. Então, nós que ainda estamos abnegados nessa condição de oferecer o melhor de nós, por que nós é que pensamos assim é que lutamos. Então, por conta disso é necessário essa integração maior da sociedade neste processo, por que ela não pode ficar achando que está tudo bonitinho dentro da escola, tá correndo tudo bem. Então, ela tem que entrar mais dentro da escola e isso é uma discussão que a gente procura sempre está fazendo com os pais, busque conhecer melhor a escola do seu filho, vá as reuniões, procure sempre estar na escola, até para o pai saber qual é o processo que se desenvolve ali, para ver se é uma escola de qualidade. Então, por isso, que o desafio que eu chamo de gargalo está nesse sentido, nessa relação, ou seja, uma forma de fazer com que a sociedade entenda o seu papel na luta pela melhoria na educação. Até por que as pesquisas, hoje em dia, se você for olhar as pesquisas educacionais de MG, você vai ver que os resultados não são os melhores, se o resultado não é o melhor, é o papel da sociedade cobrar que a escola que ela paga através de impostos tem que ser melhor. Por isso, que esse papel de mudança na qualidade da educação só vai avançar a partir momento que a sociedade se incorporar que ela tem que encarar essa briga. Por que nessa onda neoliberal, o que acontece, o neoliberalismo é exatamente isso, é o Estado arrecadador de recursos mais não repassador de serviços para a sociedade, através desses recursos que recebe. Então, você vê o Estado sempre falando em aumento de impostos, mas os serviços sociais não chegam para o indivíduo, você

tem saúde de boa qualidade, você tem educação de boa qualidade, você tem segurança, você tem lazer? Isso não tem, mas a sociedade paga e paga o suficiente para que tivesse tudo isso com boa qualidade, então quando a sociedade acordar para isso é que a coisa muda. Só que nós estamos numa conjuntura que a contra-informação, a propaganda, ela é institucional que visa garantir a fase de uma sociedade neo-liberal. Por isso, que os governantes hoje, o investimento nas áreas sociais você vê que quase não acontece, todo mundo reclama da mesma coisa, da falta de recurso. Mas a sociedade paga imposto com uma condição para o Estado, ele de fato suprir as necessidades daquilo que ela tem de demanda.

K.: Então, vamos passar um pouco para a questão pedagógica, nós já falamos muito das questões políticas. O Estado implantou a Escola Sagarana, a prefeitura implantou a Escola Plural. E essas políticas têm apresentado várias deficiências no desenvolvimento. O sindicato, nessa questão pedagógica, o que ele tem feito para a formação de professores, formação dos alunos? Igual você falou que o importante é formar cidadãos e não chegar e ensinar 2+2.

Hilário: Esse é um debate interessante e necessário e nós já temos esse debate acumulado, tanto é que a nossa campanha, aliás de anos, que não é campanha salarial, nossa campanha sempre é salarial e educacional. Por que a nossa preocupação não é apenas a preocupação de salário, é a transformação da escola. Então, quando você coloca a questão da Escola Sagarana, só para gente fazer uma formatação mais adequada e correta, no ponto de vista cronológico, a

Escola Sagarana é uma escola instituída no governo anterior de Itamar Franco. Então qual era pressuposto dela, então você vai ver que antes dela, por exemplo, ela se orienta com os pressupostos da Escola Plural que foi uma implantação anterior foi aqui em BH na administração do Patrus Ananias. Que por sua vez tem uma correlação com o desenvolver pedagógico, educacional de outras administrações chamadas do campo mais o campo popular, progressista que vai ser então a escola democrática de Porto Alegre e a Escola Candanga do Distrito Federal. Bom, o que é que traz a concepção nessas escolas com os mais variados nomes, Escola Plural, Escola Candanga, aqui com o Itamar Franco e o professor Murilo Ringel, Secretário de Educação, a Escola Sagarana, todas elas têm alguma coisa em comum que se baseia em algumas experiências na Europa, notadamente na Espanha. O caso da Escola Plural em BH é uma forma de você pensar o sistema educacional para responder as exigências, as necessidades desse novo tempo. Nesse sentido a concepção dessa escola de seriação, ela acabou perdendo o sentido de ser por que ela tende a enquadrar e a olhar, trabalhar com o indivíduo como se todo mundo tivesse as mesmas capacidades, necessidades, as mesmas condições, o mesmo ritmo de aprendizado. Então, a escola seriada ela não quer saber de nada ela quer saber que durante o ano você tem quatro semestres que vale tanto e que isso é através de prova. Então, você vai um determinado período, o aluno vai ter que fazer uma prova e se, dependendo da nota ele vai para frente, não conseguindo ele fica. E quando ele fica se tem outro desrespeito uma coisa que faz com que a evasão ela ocorra pelo desestímulo do aluno. Que é o que se você tem lá História, Geografia, etc, passou em todas elas e perdeu em uma português, por exemplo, então você

repete tudo, inclusive aquela que você passou e passou bem. Então, isso traz desgaste psicológico, mental afeta psicologicamente, que você vê que no ano seguinte até nas matérias que a pessoa foi bem, ela acaba não indo tão bem, desestimula. Então, essa nova concepção que se traduz nessa escola chamada ciclo, ela não é isso que as pessoas pensam, até quando infere a pergunta, quando você fala da questão da não aprovação ou da aprovação automática, não é isso, não existe isso. Essa confusão ela surgiu principalmente dentro do Estado de MG, a partir de 96, 97, por aí, quando o então governador de Minas, Eduardo Azeredo, na gestão da Secretaria de Educação lá com Mares Guia. O que eles colocaram, eles instituíram que a escola seriada deveria passar para ciclo automaticamente, então deixa de ser seriada e passa para ciclo, sem desenvolver nenhum trabalho nenhum processo de mudança, nenhum debate, só isso, vai passar a ser ciclo. E eles instituem o sistema de aprovação automática, eles precisavam mostrar números para o Banco Mundial onde eles recebiam o financiamento. Então, para mostrar esses números, esses números tinham que ter o que? O máximo possível de aprovação, por que se não os recursos não vem. Então, como forma de maquiar a realidade, então eles instituíram a aprovação automática, vocês tem que passar todo mundo, por que vai chegar o índice de aprovação lá no Banco Mundial, então os recursos vêm, então eles instituíram esse sistema de aprovação automática e no mesmo momento eles instituíram o ciclo. E que a gente dizia, as escolas todas chamam de ciclo, mas está tudo lá seriadinho, acontecendo o seriadinho no dia-a-dia. Então, causou essa confusão, por que a Escola Plural, por exemplo, quando eu falo essa coisa do ritmo diferenciado dos alunos, é entender que uns aprendem mais rápido que os outros,

num determinado conteúdo. Então, por entender ritmo diferenciado e daí entender que não é por conta de uma dificuldade que você tem Matemática que aí você vai ser penalizado em todos outros conteúdos. Então a escola de ciclo, Escola Plural, por pressuposto seria exatamente isso, o respeito a realidade que o aluno é e a realidade que ele está inserido, dessa forma você trabalha com ciclo é exatamente você está respeitando o ritmo. Então, se em português, você tem mais facilidade, então, você vai caminhar rápido em pouco tempo você já andou bastante e em matemática, geografia ou história que você tem mais dificuldade, seu ritmo é mais lento. Então, você vai demorar mais tempo aqui, então, você vai precisar de mais tempo nessas matérias onde você tem mais dificuldade do que em português. Então, é uma combinação de organização do tempo e do espaço escolar que faz com que cada aluno ele tenha ali o seu acompanhamento e a escola vai estar direcionada de acordo com as necessidades dele. Então, por isso, que não tem história de escola de ciclo e aprovação automática, não existe isso, você não retrocede, você pode andar devagar mas não retrocede, por que a seriação é um retrocesso. Quando você passa em uma série de matérias leva pau em outra, então no ano seguinte você retrocedeu, vai ter que ver tudo outra vez. Então, do pressuposto básico para compreender o que está por trás dessas terminologias que se chama de Escola Sagarana, Candanga, Plural é uma concepção de organização de tempo, do espaço escolar, que no caso são os ciclos de formação. E uma escola desse tipo, o melhor formato hoje para que dê certo é inclusive a escola de tempo integral. A escola de tempo integral dialoga com essa necessidade por que você vai ter uma outra estrutura de funcionamento onde o aluno ele vai precisar estar mais tempo na escola, de manhã, tarde ou noite se for

o caso. Por que de acordo com essa sua necessidade ele vai precisar de alguns trabalhos e isso não pode ser essas escolinhas desses caxotinhos que não tem nem quadra para se fazer educação física. Você tem que ter uma escola aparelhada, praça de esportes com piscina, quadras, laboratórios, uma série de equipamentos na escola. Então uma crítica que nós temos também, vamos falar a Escola Plural e as escolas que existem por aí, nessa questão do ciclo, é que nós concordamos com a concepção que está por trás disso, concordamos, defendemos, mas vemos uma fragilidade muito grande no ponto de vista material, a materialização do espaço para que esse processo se dê efetivamente. Por que como a gente tá falando das necessidades que tem esse tipo de escola, o espaço físico nessas escolas, não pode ser o espaço físico que nós temos nessas escolas, tem um desafio que está colocado. O governador fala hoje em educação, o melhor é você preparar escolas para as escolas de tempo integral totalmente aparelhada para que o aluno tenha sucesso na chamada vida escolar.

K.: Também tem a questão do professor, né, que está acostumado a trabalhar com o sistema seriado, de só passar o conteúdo e muitas vezes não formar cidadãos e sim transmitir conhecimentos, que aí também devia ser trabalhado, né?

Hilário: Não, mas na realidade quando você fala nesse processo, você está falando com o corpo discente e com o corpo docente, então quando você trabalha numa linha de mudança de alguma coisa, você tem que ter um processo anterior que é o de preparação. Então nesse aspecto, você não tem um processo de

discussão mais profundo tanto com o corpo docente que são professores, o conjunto dos Trabalhadores em Educação no chão da escola que está atuando, o corpo discente que são os alunos e os seus pais e mães. Por que quando você começa a falar numa escola desse tipo, numa escola de ciclo, você não tem só que dialogar com professor e o aluno, você tem que ter esse diálogo com a comunidade até por conta da interatividade que tem que acontecer nas relações sociais educativas que tem que acontecer na comunidade. Então, o pai, por exemplo, ele tem que ser um dos primeiros a tá não só informado, mas até participando de um processo de construção desse processo que se quer. Por que aí ele vai entender também o seu papel como pai, por que o grande problema da escola às vezes é o entendimento de que ele tá ali para mudar as pessoas para a vida, uma vida aí fora e mudar essas pessoas sem às vezes, sem o consentimento dos seus pais, das pessoas que puseram essa criatura no mundo. Então, você não pode discutir a escola apenas internamente. Se na escola seriada, isso já era uma necessidade, do acompanhamento dos pais do desenvolvimento e no sucesso do aluno, numa escola de novo tempo esse diálogo tem que ser mais constante e mais profundo, por que se trata de uma mudança de cultura para melhor. Então, por conta desse debate ele não ter sido mais amplo na sociedade e em muitos casos foi uma maquiagem, como citei no governo, Eduardo Azeredo, que maquiou, né, de seriado para ciclo de aprovação automática que fez essa confusão toda. Então, se você hoje não tiver um processo mais dialogado, essa proposta que é avançada ela tende a cair no esquecimento e nós temos que impulsionar que ela seja efetivamente executada. Daí o que nós temos que cobrar do poder público que cuida da terminologia que

chamou a Escola Plural, se Escola Sagarana, Candanga, Democrática, seja lá o que for, é que as condições físicas das escolas sejam capazes de abrigar esse novo modelo, essa nova forma pedagógica de desenvolver o processo educativo.

K.: E lá em Governador Valadares, Inês, como foi essa implantação dessas políticas públicas nas escolas?

Inês: O processo foi implantado em todo Estado, isso não há diferença no ponto de vista da Secretária de Estado da Educação, então a grande confusão que as pessoas fazem é juntamente isso que o Hilário acabou de colocar. Na verdade, no Estado nós nunca tivemos a implantação de ciclo, foi uma maquiagem, na verdade tivemos uma aprovação automática. E existe uma descontinuidade muito grande nesse processo, cada governo chega com uma questão diferente mas sempre na mesma linha que não muda as condições dos profissionais, não muda as condições da escola e isso cria uma grande dificuldade, inclusive dos próprios pais que acabam achando que isso é uma situação que é normal. Inicialmente, como Hilário já tava citando, quando começou esse processo, existiam várias propagandas, espaços que o próprio secretário da Educação fazia esses debates onde fazia essas comparações, né, pegando esse aspecto que Hilário colocou, ele dizia o seguinte: bom, você coloca duas pessoas elas saem no mesmo tempo mais uma vai ter um impedimento que é a forma que era feita a discussão da questão da série, né. Que a série tinha impedimento e no outro não tinha problema, ele ia seguindo. Então, na verdade a própria Secretaria de Educação já deixava isso muito claro e os pais... e a grande dificuldade nossa é essa. Existia

uma parcela dos pais que acha que isso é legal, que não tem problema o menino tá passando, tá terminando e existe uma outra que vem com uma discussão que às vezes retrocede: não, a série que é bom, que o aluno estudava melhor quando tinha bomba. Então, cria mesmo, por conta dessa propaganda que é feita nesse sentido, cria uma dificuldade de a gente avançar nesse processo de discussão com os próprios pais e com os alunos. Exatamente por causa da propaganda que é feita, que isso melhora, então não foi diferente esse processo em Governador Valadares e em outros municípios, né. O acontece às vezes, e aí não vamos perder nenhuma referência daquilo que nós colocamos, é que isso num determinado e em outros projetos que já aconteceram como esses. Já há mais tempo naquela época de 1ª a 4ª série vários projetos nesse sentido... seria a idéia da implantação dos ciclos de formação que acabou sendo a aprovação automática. Então, você já ouvia muitos profissionais que às por falta de discussão desse processo até chegou dizer o seguinte: bom, se todo vai mundo passar, não tem preocupação. Acho que todo mundo já ouviu, todos nós como diretores do Sind-Ute, então já que não tem problema nenhum o aluno vai entrar e sair da mesma forma. Então, essas novas políticas públicas têm um lado mais perverso ainda, né, que você faz uma idéia que... uma concepção de educação importante para garantia do acesso, do direito ao aluno à educação, você tem um processo se revertendo exatamente num instrumento de piorar as condições de debate da própria população. Se, às vezes, o profissional da educação e alguns já disseram isso: bom, não faz diferença nenhuma, então não preciso esquentar a cabeça. E aí os profissionais da educação, quando nós estamos falando de profissionais da educação, estamos falando de seres humanos com todos as nossas

características, da mesma forma que você tem profissionais da educação que entendem esse processo, que adoecem exatamente por reconhecer a importância do seu papel, né, do papel que ele desenvolve na sociedade. Você tem outras pessoas que não conseguem enxergar esse aspecto e aí cria uma dificuldade que acaba chegando em um espaço que a gente vai vendo a grande dificuldade que é de fazer isso. Por que o profissional da educação ele tem um papel fundamental para ajudar fazer a discussão desse processo e se ele tem não tem as condições dadas, ele vai ficar também com a dificuldade de contribuir nesse processo de formação, de discussão com os pais para que eles venham fazer junto conosco essa luta que nós não podemos dizer de de jeito nenhum. Isso é um debate que a gente sempre...que às vezes, você ouve discussões: há, isso são os pais que tem que fazer, o Sind-Ute não faz esse debate. “Não, os pais é que tem brigar pelas melhorias da educação”. Nós fazemos exatamente o debate contrário, os pais tem que tá fazendo essa luta, mas os profissionais da educação, conscientes de nosso papel enquanto educadores, temos que fazê-lo permanentemente.

K.: Vou ter fazer uma outra pergunta, por que eu auxiliando o professor Wellington na tese de doutorado dele e estou fazendo um projeto de pesquisa também sobre o Sind-Ute, mas foi pegar a questão da mulher no Sind-Ute. Por que até hoje foi só uma mulher, né, a Rossalva que foi presidente da entidade e você a segunda. Então, o que você acha? Por que a maioria dos professores são mulheres, a base, né, 70, 80% são mulheres. De 1ª a 4ª série então as mulheres são maioria absoluta. Como você avalia a sua chegada no comando do Sin-Ute? O que você tem a dizer sobre essa questão da mulher no movimento dos professores?

Inês: Tem toda uma discussão, os condicionantes históricos da questão, por que as mulheres são maioria na educação? Tem relação com o início, com a questão de a mulher ser mais ligada ao cuidado, sempre essa ligação foi colocada. E também por conta da questão do salário, tanto que tinha um momento que começam a aparecer as mulheres, as antigas, né, normalistas, fazendo o curso normal, a maioria delas que atuava na educação eram mulheres. E para atuar no secundário, no ginásio, nesse processo, você tinha, por exemplo, médicos, advogados, outros profissionais que atuavam mais nos cursos secundário e ginasial. Então, ficava um pouco essa relação de que trabalhar na educação não era exatamente uma profissão era mais um bico, isso ficava um pouco semelhante a questão da mulher. A mulher trabalha por que ela tem uma missão, essa missão de educar é mais colocada para mulher, então ela não precisa de salário. Os homens, quando eles vem atuar no ginásio, no curso secundário, também da mesma forma, são todos aqueles que têm outras profissões. Então, a gente tem todas esses condicionantes para colocar um número muito grande de mulheres trabalhando na educação. E aí a gente já começa, quando a gente faz as últimas pesquisas, a gente tem um número maior de homens na educação por causa de vários fatores também: a dificuldade de acesso a outros empregos, o mercado de trabalho também dificulta. Mas aí existe uma discussão que a gente sempre fez no Sind-Ute, já tocamos nela aqui, é de que não basta ser homem, não basta ser mulher, mais esse debate de alguns anos ele vem sendo feito mesmo. E esse debate nessa gestão agora, nessa nova direção ele ficou muito colocado. Se a gente tem várias mulheres que atuam na direção, nós somos a maioria na diretoria

estadual, existe um percentual de homens, a gente costuma brincar que tem que manter a cota dos 30% de homens na direção do Sind-Ute. Então, foi mesmo dentro deste debate que não só a questão de ser homem ou ser mulher, mas que nós poderíamos estar pensando no nome de uma mulher. Então, começou esse debate há algum tempo, não exatamente que poderia ser o meu nome ou de qualquer outra pessoa que assumisse a Coordenadoria. Nós tínhamos o último presidente que foi o Toninho, as últimas três gestões foi o Hilário, o coordenador geral, então teve essa discussão que estava na hora de uma mulher na coordenação do Sind-Ute. Mas com esse cota de representação da categoria, mas não só isso, né, por que a gente discute que não é por conta só da questão da cota, tem também o todo.

LADO B

Inês: E, não apenas a questão que é preciso de uma mulher pelo número, mas numa discussão mais geral, mantendo os princípios da organização do Sind-Ute. Uma relação mesmo de que a ... vamos dizer assim, não é a substituição e é isso que a gente tem tentado fazer já nessas últimas, em todas essas últimas gestões. É que a coordenação geral não é a substituição do presidente, né, não é simplesmente uma mudança de nome, que coordenador geral é o mesmo que presidente, não é essa a discussão que foi feita para fazer a mudança de estrutura, né. Mas que esse componente tem, às vezes, as pessoas, mesmo sendo num sindicato de Trabalhadores em Educação, nas próprias relações com outras entidades as pessoas já dizem: "Oh! Poxa, uma mulher, e, às vezes, já existe até por parte, não só do próprio movimento sindical mas da sociedade como

um todo, né, já existe uma certa dificuldade de pensar em mulher em determinados espaços que são colocados como espaços de comando e tudo mais, repetindo que esse não é processo do Sind-Ute. A Coordenadora Geral do Sind-Ute sou eu, mas nós temos um processo de coordenação que são várias pessoas e aí na coordenação se repete isso, né Hilário. A nossa coordenação, nós temos todos... todos os departamentos que nós temos... a coordenadora do departamento de Formação Sindical é uma mulher, na coordenação do departamento de Comunicação também é uma mulher que tá no departamento de Comunicação, imprensa, no departamento financeiro e administrativo também temos uma mulher na coordenação desse departamento, os dois outros coordenadores são homens, né, que são o coordenador de departamento de Organização que é Hilário e outro... Então, é um pouco mesmo... Agora, que tem isso, às vezes, na relação com alguns espaços que a gente vai discutir que tem essa dificuldade de aceitação da mulher em alguns espaços, existe. Isso a gente mesmo com pouco tempo e com outros espaços a gente percebe. "Oh! Pela primeira vez uma mulher, não, não é, é a segunda, né, nós já tivemos mulheres e temos mulheres na coordenação de várias subsedes do Sind-Ute. É a maioria delas, acho que fazendo o levantamento a maioria das coordenações das subsedes do Sind-Ute são mulheres. No nosso Conselho Geral também o comando é de mulheres, exatamente por que reflete a composição da nossa base de filiados.

K.: Bom, para finalizar a nossa conserva, eu deixo para vocês fazerem as considerações finais sobre as questões que a gente conservou, né, o movimento dos professores, educação...

Hilário: É... a consideração final, tentando ser até bem breve, por que quando deixa assim mais aberto aí que eu não paro, né. Mas só alguns pontos: o primeiro é que estando em uma sociedade democrática, eu acho que os pressupostos da democracia, a própria democracia já diz isso, né, são as condições pelo menos iguais para a maioria, se não para todos. Então, nós temos um grande desejo isso é lastimável que é uma dificuldade de organização sindical. Então, num país que se diz democrático, de liberdade sindical, de liberdade política, né, e nós temos um governo, aliás sucessivos governos, principalmente MG que tenta dificultar as nossas possibilidades de organização. Só para você ter uma idéia, o Estado de MG, o governo de MG libera para o trabalho sindical quatro pessoas apenas em um Estado com 853 municípios. Quatro pessoas não dão conta de fazer um bom trabalho nem num bairro aqui em B.H. Então, só para você ver um pouco de nossas dificuldades. Mas se eles acham que é com isso que vai nos derrotar, então estão redondamente enganados. Agora, nós gostaríamos de ter é uma sociedade de fato democrática, uma relação democrática, ou seja, que nos dê condições de trabalho, né. E dentro desse aspecto, uma necessidade que tá colocada, é a luta pelas demandas sociais, nós temos hoje vivendo um governo, um Estado, hoje, do ponto de vista, nacional, uma tentativa de tá estruturando as bases, né, neoliberais. Então, nós achamos isso muito perverso, por que exatamente o neoliberalismo é o contraponto das necessidades que nós temos

hoje pela frente, né. Hoje o que nós queremos são melhores condições de vida, né, pegando aí os serviços sociais, como a gente já citou: educação, saúde, segurança, lazer, uma série de coisas. E os governos cada mais menos comprometidos com isso, então, isso se torna um desafio para a sociedade. Por isso, quando eu tava dizendo da questão da democracia, da liberdade, da organização sindical e das condições para isso, né, eu tô dizendo que a sociedade ela tem que ter uma participação mais efetiva. E infelizmente os governantes de cunho mais conservador e retrógrado que são principalmente esses novos neoliberais aí. Então, a tendência deles é desconsiderar a participação da sociedade, ou seja, o governante, hoje, ele tem aquela concepção de que ganhei a eleição, então tem o direito de fazer o quiser. Então, eu não tenho aquela obrigação de tá procurando diálogo com a sociedade para a sociedade tá discutindo o que fazer. Por isso, que essas experiências em algumas administrações mais de cunho progressista, mais popular, que é os conselhos...onde a sociedade ela participa na formulação de política, na definição de estratégias, né, de aplicação dos recursos financeiros, né, então que é o ... me fugiu o nome aqui, participação popular, os conselhos (orçamento participativo – fala da entrevistadora) orçamento participativo. Então, o orçamento participativo é uma experiência que precisa ser avançada, né. Agora, você tem grande parte, maioria dos governos, infelizmente ainda não se abriram nem para orçamento participativo que uma coisa como eu disse, repito, tem que ser mais avançada, mas infelizmente a maioria não chegou nem a isso, né. Então, esses governos que tem essa... eu fico muito a vontade para dizer isso, por que a gente já ouviu de governadores, de secretários anteriores: “Nós ganhamos a eleição, portanto

nós é que vamos fazer do jeito que nós achamos que tem ser feito.” Só que... a sociedade acha que é desse jeito que deve ser feito? Então, nós entendemos que a democracia se dá no processo do diálogo, das relações dialogadas: governantes com governados, por que é nesse processo que a gente vai encontrar um caminho. Que não é o meu caminho, não é o seu caminho, é o caminho que a maioria acha que deve ser, da forma que deve ser. Por que quem sustenta a sociedade, quem sustenta o governo é nosso trabalho. Nós é que no trabalho do dia-a-dia produzimos riquezas, produzimos recursos, então nós é que temos que usufruir disso. E não aquela visão de quem chega no aparelho de poder, então, ele pode até usufruir daquilo como benefício próprio. A gente entende que, inclusive, que a corrupção surge é daí. Na medida que você tem os recursos e esses recursos não são repassados adequadamente para a sociedade, ele fica ali para alegria, né, do malfazejo daqueles que tão ali perto desses recursos, né.

Inês: Eu acho que... mais nas considerações gerais, eu avalio, a gente tem feito bastante essa discussão, a gente começou, inclusive, antes de começar a gravar, essa discussão do resgate, da importância do resgate da nossa luta, né, da criação dos nossos instrumentos de luta e aí uma fala que tá, vamos dizer assim, tá na boca da categoria como um todo, né. É essa questão da importância desse sindicato como instrumento de luta, né, que é sustentado financeiramente e politicamente pelos Trabalhadores em Educação. E todos os momentos da nossa luta diária, né, a gente faz muita questão de frisar isso, da importância que tem a gente resgatar essa luta. O processo de construção da UTE, o processo de construção do Sind-Ute e do significado disso na história dos Trabalhadores em

Educação, né. A gente sempre diz isso, o Sind-Ute ele é um marco nesse processo, por que ele tem, desde sua fundação, desde a criação da UTE, ele tem atuação importante, fundamental em vários momentos da luta do povo em MG. Em várias regiões desse Estado e em vários municípios é um marca que sempre ficou colocada. Você chega, por exemplo, isso é a fala até das próprias pessoas das Superintendências Regionais de Ensino que se reflete, por que as Superintendências Regionais de Ensino elas são órgãos regionais de representação da Secretaria de Estado da Educação. Você chega em um município pequenino para fazer uma discussão às vezes, uma representação da Secretaria Estadual da Educação e ali está alguém que diz não, mais a posição não é essa. Aqui nós recebemos um informativo do Sind-Ute e no Sind-Ute tá dizendo que a situação é essa, aquela e aquela outra, né. Então, esse papel da atuação do Sind-Ute que a gente busca, né, no sentido de atuar nos diversos conselhos que existem, no Conselho Municipal de Educação e outros conselhos nos diversos municípios. É uma marca que a gente precisa, apesar de toda dificuldade colocada para nossa organização de reconhecer que nós temos algumas debilidade, nós temos algumas fragilidades ainda, fruto inclusive do próprio processo colocado pelo Estado de impedir que a nossa organização ela chegue. Mais mesmo assim, a gente ainda consegue ser um marco na, né, na discussão em vários municípios desse Estado. Isso aí, sem dúvida alguma, isso é... é um componente importante na democratização das relações, né, especialmente em processos que nós vivemos em outros momentos que ficou muito claro. Que em alguns lugares, as pessoas, inclusive, a atuação em vários processos eleitorais, nos processos de disputas com as prefeituras, tá lá colocado

essa marca “Sind-Ute”. Que para nós é muito mais que um nome, do que uma logomarca, ela é um processo de discussão, de democracia, de participação popular, né, e que não fica só dentro desse processo de discussão da “educação” especificamente. Mas de um processo mais geral de luta, de organização da sociedade entorno de um projeto de transformação social. Isso para nós é fundamental resgatar, né, esses 20 anos, inclusive, em alguns lugares as pessoas ainda...ainda repetem a UTE, falam a UTE até hoje, né. Por que de fato o embrião do que é o Sind-Ute, realmente é a UTE. É lógico que isso nós entendemos que não, vamos dizer assim, que não desmereça as outras entidades que vieram no processo de unificação. Mas exatamente nessa linha de que isso é um projeto que está em construção, é um projeto que tem muito caminho a fazer, que ainda tem muito caminho a percorrer e ele vai tá colocado no dia-a-dia. E somos nós com a nossa.... e esse é um debate que a gente faz com a nossa categoria e somos nós com a nossa atuação diária na escola, nos espaços da comunidade, de atuação de conselhos, de atuação na organização das comunidades, né, de atuação nos espaços, em outros espaços que vamos dando forma, vamos dando corpo para esse projeto que é de construção permanente. (Construção permanente da democracia. E isso que você tá falando é interessante tá resgatando é essa síntese, né. Quando a gente lamenta a relação não democrática que muitos governos têm conosco , principalmente com a nossa organização, por que acreditamos na ampliação da questão da democracia. Então, hoje dentro da escola, por exemplo, quando você tem um pai podendo votar num diretor de escola, né, isso é uma coisa até algumas décadas impensável. “Veja lá um pai vim querer meter o bedelho aqui, querer até escolher um diretor de escola.” Tudo era

coisa de indicação. Então, não só isso é um avanço, né, é uma bandeira nossa desde a fundação do Sind-Ute. Nós entendemos que a eleição de diretor de escola é um dos instrumentos de democratização, mas não é o único. Então, você tem vários outros instrumentos que com a nossa luta foi abrindo espaço na escola para a participação da sociedade, os colegiados, né, as assembleias escolares. Então, são todos os espaços que a nossa organização vem propiciando, no sentido de tá avançando a questão da democracia, né. Então, esse sindicato, ele é um instrumento da sociedade na luta pela escola pública de qualidade e não só de uma escola pública de qualidade e de responsabilidade do poder público também. Mas de uma sociedade, né, democrática e que procura avançar para a justiça, né, de todos nós que estamos aqui debaixo do sol.- fala do Hilário)

K.: Muito obrigada a vocês dois.

Entrevistado: Pedro Valadares

Data: 07.08.2003

W.: Vamos entrevistar o prof. Pedro Valadares, cuja a temática da nossa entrevista é sobre a trajetória histórica do Sind-Ute. Pedro, eu gostaria de saber de você primeiramente, qual, de certa forma o seu aprendizado político, ou, seja, onde você começou a participar de movimento sociais, políticos, quando ?

Pedro: Eu comecei no interior, em Raul Soares, em 1985, enquanto estudante secundarista era representante de turma, na época que eu fazia o curso do magistério. E de 85 a 86 eu me envolvi num movimento que nós iniciamos na Escola E. Regina Pacis, num sentido de ta construindo um grêmio estudantil. Inclusive, esse objetivo nós não conseguimos alcançar, ficamos mesmo, só nas movimentações culturais. Na questão política, no momento a gente ta muito iniciando, eu acho que até combinava com o processo do próprio país. Por que no interior ta bem atrasado esse processo de democratização e tudo mais. Em 86, final de 86, eu vim para B.H., morava em Santa Luzia, São Benedito e iniciei o curso superior de pedagogia no Instituto de Educação. E nesse curso, o movimento tava sendo reconstruído lá, o diretório acadêmico tava fechado, tava sendo reconstruído. E através da Deise Cunha, né, eu fiz o primeiro contato político tanto na organização no diretório acadêmico do curso, tanto também no partido dos trabalhadores, dentro de uma corrente chamada “Convergente Socialista”. Então, a partir daí é que eu vejo assim é que foi o meu início nos movimentos sociais. Por que dentro do partido eu trabalhava na perspectiva não

só do movimento estudantil universitário e sim de todos movimentos dos quais o partido trabalhava. Por exemplo, o movimento operário com os metalúrgicos, o Sindese, que a área da saúde, os professores e também a questão do movimento estudantil universitário.

W.: De certa maneira nós podemos dizer que a sua participação na Convergência Socialista é um divisor de águas na sua vida, trajetória política?

Pedro: Sim, eu senti, quando eu sou de Raul Soares, eu senti uma necessidade de ta atuando num movimento. Eu via que a política era um espaço, um espaço que a gente pudesse colocar realmente as reivindicações, levantar os problemas que a gente vivia, né. Eu por exemplo, sou filho de um pedreiro, então a gente sempre viveu do trabalho do meu pai, das dificuldades e tal. Então, a gente sentiu que deveria ter um canal, não do aspecto de ascensão social, mas de um canal que a gente poder ta lutando pela melhoria. E foi interessante, antes de conhecer a convergência, eu tinha um tio, chamado Gerci de Souza, em São Benedito, ele era do diretório do PMDB, e ele me convidava para as reuniões. Só que eu não encontrava naquele partido nenhuma canal de organização efetiva de movimento popular, né. Então, a Convergência Socialista que veio supriu isso, por que ela tava numa perspectiva de organização de classe para além do movimento estudantil, ou de movimento popular ou de movimento classista, de trabalhador, mas de uma amplitude em qualidade.

W.: A medida que você estava estudando no Instituto de Educação, você também já estava presente nas salas de aula enquanto professor?

Pedro: Estava, é um aspecto importante. Em 1987, no mês de junho, eu fui convocado para trabalhar numa escola estadual chamada São João da Escócia, no próprio São Benedito. Então, eu já estava dentro da sala de aula, trabalhando, eu trabalhava no turno da tarde e no turno da noite em alguns dias, né. Então, eu tinha atuação no movimento estudantil da faculdade e também uma atuação na rede estadual participando das assembléias, das atividades que a categoria levantava. Inclusive, no São João da Escócia que todo mundo chamava de grupão. Nós atuamos tanto na organização da UTE na região de São Benedito juntamente com outros companheiros e companheiros tanto também na organização secundarista. Em 1998, nós levamos alguns estudantes da região para participar de um congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Então, foi sempre um trabalho casado entre movimento estudantil e movimento dos trabalhadores, em especial o movimento dos Trabalhadores em Educação onde eu atuava.

W: Nesse momento que você está participando do movimento de professores, você participava de algumas diretorias, ou seja, subsede, ou ainda estava no processo de trabalhar nas bases?

Pedro: Exatamente. Eu fui entrar numa subesede foi alguns anos depois, foi na subesede de Venda Nova, a partir do momento que eu comecei a trabalhar no

Manoel Soares Couto, no Serra Verde. Mas anterior a isso, a minha atuação era atuação de base mesmo, de organização. Para citar algumas pessoas, no caso, da Graça que é uma professora aqui da região, Cezar, a Sônia, o Fernando Marinho, a Zezé, nós atuamos naquela região junto com estudantes e perspectiva era um trabalho mesmo de base. Em 1988 é que eu vim atuar numa entidade além do diretório acadêmico. Foi é que foi uma corte no meu trabalho no movimento dos Trabalhadores da Educação propriamente dito. Por que eu participei de um congresso de reconstrução da União Estadual dos Estudantes que foi na faculdade de medicina. E naquele congresso foi votado uma diretoria e eu fiz dessa diretoria, juntamente com Rafael Gomes que foi o nosso presidente. Então, como foi uma diretoria de reconstrução, então todas as forças políticas estavam presentes e a articulação era hegemônica nesse processo todo. Eu entrei para uma questão, não para uma questão política do ponto de vista de algum mérito, de algum trabalho não, eu entrei simplesmente por que o nome de outro companheiro de partido é o caso do Marcos Wellington, era uma liderança estudantil na PUC, disputava sempre uma direção do DCE, tinha uma atuação. Ele foi vetado para articulação, eles em troca falaram que poderia ser aquele rapaz que estuda no Instituto de Educação. Então, foi uma situação que não estava planejada, discutida, que eu acabei compondo essa diretoria, mas foi muito importante para o meu aprendizado pessoal e político.

W.: É interessante que você cita aí, você tá na Convergência e cita nesse momento a Articulação. Como você vê a relação dessas tendências dentro dos

movimentos. É claro que não estou pedindo isenção, como você sente, participa, vivência isso?

Pedro: Eu gostava de destacar dois aspectos: o primeiro quando eu comecei a atuar no movimento, por que a relação entre as correntes políticas ela são muito conflitantes, por que é uma relação de disputa constante. E na disputa, Wellington, você sabe muito bem, às vezes vale de tudo, né, a forma como você vai ta atuando dentro do movimento, como você se relaciona com essas correntes. Nós, particularmente, da Convergência nós tínhamos um aspecto que eu hoje avalio como negativo. Eu acho que tem haver com a maior imaturidade naquele momento que era um grande sectarismo, uma certa desconfiança a todo o momento. A gente a todo o momento estava armado. Para você ter uma idéia tinha uma reunião que a U.E. marcou, a segunda reunião que eu me lembro eles marcaram para um local e desmarcaram e foi para outro. Eu me lembro que foi um lugar tão distante que eu não conseguir chegar e quando eu conseguir chegar de ônibus aquela situação toda me informaram que a reunião foi desmarcada daquele local e ta em outro. Eu assim, fui como uma bala para cima da turma depois, falando que foi uma manobra e tal. Eu fico pensando hoje, eu não nada a ver com aquilo, por quê? Eu não tinha telefone em casa, não tinha como me contatar. Mas a gente era muito preparado para isso, sabe. Então, essa relação ela é sempre dessa forma. Agora, hoje em dia, eu vejo que existe uma relação de muita disputa, não existe espaço vazio mesmo político. A todo momento você está querendo fazer com que a força política esteja, de certo modo, ganhando terreno, vamos falar assim. Mas muitas questões hoje a gente entende que tem a ver com a

própria condição humana. Às vezes a pessoa, por exemplo, chega para você e fala assim, te dá uma informação falsa, mas não tem nada a ver com a manobra, simplesmente um esquecimento, pode ser realmente um descuido, então a gente vai aprendendo que tem essas coisas também no meio. Agora, isso não quer minimizar o poder da disputa que ta colocando, por que se você deixar as pessoas realmente elas passam a perna. Então, a relação ela sempre foi conflitante.

W.: Pois bem, identificando isso, eu gostaria que você, se possível, como que você percebe que os trabalhadores, os professores, as professoras, servidores, servidoras que não estão nesse movimento eles dão algum feed-back, quais as leituras que você faz?

Pedro: Eu observo em dois níveis: existe um nível que é o nível institucional, quando a gente realiza uma reunião na escola, quando a gente realiza uma plenária no sindicato, uma assembléia, participa de um congresso, de um seminário o feed-back ele se dá na medida em que você faz o debate

propriamente político e as pessoas respondem aquele debate concordando ou não, acrescentando ou vetando determinados aspectos e tudo mais. Então, é uma relação mais direta institucional que eu vejo que ela é mais nítida. Agora, no dia-a-dia o que a gente observa, a leitura que nós fazemos em relação a categoria é muito no aspecto: primeiro quando as pessoas se negam a ouvir, você às vezes está conservando determinado assunto com os professores e tudo mais e você observa que algumas pessoas elas não participam mesmo. Estão mexendo com algum material, saem da sala,

né, ou então estão olhando para você e você vê que elas estão longe. Então, existe esse aspecto e a gente tenta capturar do ponto de vista por que eu não estou atingindo, por que nós não estamos atingindo, o que o sindicato está fazendo. Existe dentro desse nível também aquelas pessoas que se recusam mesmo. Que dizem: oh, vocês não está fazendo nada, na escola está acontecendo isso e aquilo e nada está sendo resolvido.

Existe também outro aspecto que ele acontece direto, quando você começa a conversar com as pessoas você vai até chega a um ponto comum. Agora, por outro lado têm

peessoas que chegam até a gente e elogiam o trabalho acrescentam alguma coisa , fazem uma crítica, falam: olha, eu acho que você deveria ta fazendo dessa e dessa forma, por que vai surtir mais efeito. Ou então se dispõe a ajudar. Eu me lembro que no diretório acadêmico a nossa diretoria toda, uma parte saiu por que tava se formando e outra parte desistiu. Até muitas vezes por que umas práticas equivocadas de não realmente consultar ou de não trabalhar o coletivo. Então, muitas coisas aconteceram por que a gente ficava sozinha, então eu fiquei sozinho na diretoria, não me lembro o ano, se era 89,

né. E eu me lembro de algumas pessoas chegando até a gente: oh, Pedro o que vocês estão precisando aí por que eu to sentindo que vocês estão realmente enfraquecendo, vocês não estão atuando, vocês estão sempre chegando na sala, o que está acontecendo. Então, esse feed-back às vezes acontece, o que eu observo mais é o distanciamento físico mesmo ele é bem perspectivo e a gente tenta através dele fazer essa leitura, você começa a perceber que as pessoas não estão participando, não vem. Então a gente tenta fazer uma leitura a partir dele como a gente pode ta atingindo. E eu acho que tem haver

muito com outras questões, acho que a questão política mesmo mais geral, acho que a década de 90 foi uma década que os sindicatos sentiram muito. Por que o movimento refluíu, o movimento existe todo uma crítica a esse modelo que nós lutamos por ele que é o da luta socialista, classista, das reivindicações, e tudo mais. As pessoas falam para discutir uma outra forma de luta, uma outra visão de mundo que não dá para ser mais essa. Eu acho que tem a ver com a queda do Muro de Berlim que foi uma reviravolta nesse aspecto e tal, então houve um afastamento muito grande. Agora, a rede

**municipal, a diretoria da subsede nós tivemos
muita preocupação de como chegar até as
pessoas por que, veja bem, por tudo isso que
nós passamos na década de 80 de um auge
de envolvimento social, principalmente
operário, na década de 90 que foi um refluxo,
a rede municipal ela sempre respondeu
institucionalmente falando. Olha, nós fizemos
várias greves durante esse período, as
assembléias nossas atingiu um pico de 4000
pessoas, 5000 pessoas, movimento d eruas
muito grandes. Então, não houve uma
paradeza, todo ano tinha uma coisa, né,
logicamente com picos e tudo mais. Então, a**

rede sempre responde melhor, sempre respondeu, né, oh, a diretoria ta bem, tão participando, tão referendando aos fóruns que a diretoria chama, não a diretoria não ta mal, há um refluxo. Então eu falaria assim.

W.: É, Outra coisa que eu gostaria que a gente colocasse aqui. Quando você fala da rede municipal, quer dizer, que você participou de uma diretoria na subsede de B.H?

Pedro: Eu entrei na subsede nas eleições de 1995, do 2 semestre de 95 até 2001 eu participei da diretoria. Na rede municipal nós adotamos através de um congresso um critério de participação na diretoria que é o seguinte: uma renovação dos quadros da diretoria a cada dois mandatos, nós achamos que é um critério muito correto, por quê? Por que você evita aquelas pessoas que realmente ficam e fazem do sindicalismo a sua carreira e seu modo de trabalho. Então, em 2001 eu sofri essa renovação, eu e outros companheiros que é o caso do Nivaldo, da Maria de Fátima, a Fatinha, então nós fomos renovados nesse período. Então, foi nesse período que eu atuei na rede municipal. Foi um período que coincidiu com o início praticamente do governo de Frente Popular do PT com o Patrus que

foi a partir de 1993. Então, foi um período muito rico, experiência que nós serve até para pensar um pouco para prognosticar esse governo de Frente Popular federal.

W.: Você tem o partido que assume o poder e traz a sua marca de origem no movimento social, isso aí, inclusive, a marca do novo sindicalismo. E quando você presenciou como a relação se deu com esse partido, Partido dos Trabalhadores e seus aliados com o movimento social e especificamente com o movimento sindical de professores? Como foi essa relação?

Pedro: Nossa, foi uma experiência bonita, Wellington, até 92, eu fazia parte do Partido dos Trabalhadores, a corrente que eu militava a Convergência Socialista. Em 92, a nossa corrente foi expulsa, nós não participamos de um encontro que o PT realizou em nível nacional, nos proibiu de participar. Eu atuava também em Santa Luzia, no partido lá, no diretório. Em 94, nós construímos o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU, né, a partir de um processo de organização contra as corrente regionais etc. e a experiência com sindicato foi muito interessante por que em 92, quando a candidatura de Patrus Ananias quanto pré candidato, por que foi toda uma experiência interna ao PT no sentido de disputa de quem seria o candidato. Na época o nosso candidato era o Rogério Côrrea, vereador então, né. E na disputa das prévias venceu o Patrus com um discurso moderado que é o perfil que ele assume. Mas no bojo toda a bandeira, como você mesmo disse, dos movimentos sociais, foi uma expectativa muito grande entorno do PT na administração de BH. Não sei se você deve ta

lembrando, por que foram três expectativas, que assim, com campanhas muito grandes e campanhas que quase chegaram a campanha do Virgílio Guimarães, por exemplo, uma campanha muito bonita em 88 e tal. E Patrus chega e a categoria de professores tava numa expectativa muito grande, mesmo por que numa assembléia nós definimos pelo apoio a essa candidatura do Patrus, né. Agora, aí tem dois aspectos que eu queria destacar: primeiro nos encontros de força política nós tínhamos uma caracterização do que seria o governo PT. Mesmo no nascedouro a gente trabalha com essa caracterização, a gente vê o PT com uma frente de várias organizações que é hegemônica por uma força social democrata, né. E que não busca na verdade mudanças, busca reformas mesmo que essas reformas estejam no marco de uma situação sistêmica do capitalismo que não têm condições de dá essas reformas. Por exemplo, Reforma da Previdência isso não é uma reforma isso é uma contra-reforma. Por que de melhoria não houve na nossa avaliação. Então, para nós, nós estávamos pensando o seguinte: olha, esse governo vai ser um governo que criou muita expectativa, mas frustrou essas expectativas, por quê? Mesmo por que esse candidato “Patrus” ele já faz esse discurso, né, “vou governar para toda a sociedade”. E numa sociedade que é dividida em classes se você fala que vai governar para toda a sociedade você não tem como atender a Deus e ao Diabo, vamos citar assim, né. Aos empresários, políticos, como também o povo e trabalhador, a juventude. Então, nós já sabíamos de antemão até pelas experiências históricas que alguma coisa não iria dá certo nisso, né. Agora, da parte da categoria existe toda uma militância que era até meio empírica e uma militância espontânea em torno do candidato e do partido. Então, essas pessoas

vestiram a camisa mesmo, foram para rua falando assim: esse aqui é o nosso candidato e vamos mudar as coisas, né. E aí que nós deparamos com o primeiro ato do prefeito Patrus que foi aquele reajuste de 200% que foi um reajuste assim, eu me lembro de algumas professoras, prof. Regina lá do Antônio Ferreira, chegou para mim puxa, Pedro valeu, eu não acreditei mas esse candidato é isso mesmo, puxa o PT ta fazendo. E a gente: gente, não era isso, mesmo por que tinha uma discussão, eu estava na diretoria do sindicato, mas acompanhando a gente sabia de uma discussão. Até teve um planfleto do sindicato sobre isso falando que a nossas perdas eram muito superiores ao governo Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo. Então, o que ele ta tentando é recompor alguma coisa para atingir a um determinado nível para a gente poder trabalhar. Eu me lembro que os auxiliares tiveram 115%, 200% assim na média, então, assim essa expectativa. Mas aí começou os problemas: primeiro lugar as negociações da categoria que não andava, ah, não houve uma segunda grande vitória que foi o reajuste de 100% da inflação, segundo índice do Dieese, de uma greve que nós fizemos em 94 ou 96 não sei, foi uma coisa assim, foi uma conquista que fortaleceu a categoria. Que a categoria pensou assim: oh, esse governo pode ter o problema que for, mas se a gente faz o movimento ele cede para nós. Então, eu avalio comigo mesmo aqui o seguinte: eu acho que tem a ver com essa primeira experiência do PT nas administrações que ele não dava muito conta de se relacionar com os movimentos sociais organizados. Por que depois disso em 96 houve uma repressão muito grande à greve que foi aquele corte de pagamento que ninguém imaginaria acontecer principalmente no governo do PT. Por que nunca tinha acontecido até então, né, até então nem o governo estadual, nem o governo municipal tinham

cortado pagamento. E assim, aquilo foi símbolo, eu acho que ali começou um processo de ruptura na consciência dos trabalhadores, principalmente da educação com o PT, né. Por que ali foi, o que aconteceu na greve, houve enterro dos secretários, enterro do prefeito, houve a queima da bandeira do PT, houve a entrega das estrelinhas. Eu me lembro que uma professora, eu acho que a Rosângela Avelar, ela passou pela assembléia com uma caixa recebendo as estrelinhas das pessoas. Então, simbolicamente mostrou um processo de ruptura, que interessante nós estamos vivendo isso com os servidores públicos federais, né, houve todo esse processo nessa última greve que ocorreu. Então, eu acho que esses momentos eu me lembro que uma determinada greve, o prof. Elcio ele estampou um cartaz de todo tamanho no comando de greve escrito assim: “pleplexidade”. Então, eu acho que era esse o sentimento que pode resumir o pessoal naquele período, como também muitos que estão vivendo hoje: “pleplexidade” É de você acreditar numa coisa e ver que aquilo não está correspondendo e não saber o que está acontecendo.

W.: Na verdade, por exemplo, eu me lembro há quase vinte anos atrás, em 1994, participei aqui na FaE mesmo de um seminário, etc, e estava presente no seminário Miguel Arroyo. E me lembro direitinho que se falava já em uma discussão que o Darcy Ribeiro tava trazendo em Escola Integral, o que você acha dessa discussão não avançou, avançou, o que tem se discutido sobre isso?

Pedro: Eu vejo o seguinte que muitas das propostas que a gente trabalhou com elas e trabalhamos, elas são incorporadas e são totalmente desfiguradas. Por exemplo, a educação em tempo integral é uma reivindicação que a gente trabalha

no movimento sindical. E a prefeitura neste momento ela está fazendo algumas experiências, mas não consideramos como a educação integral essas experiências que estão sendo feitas. Por quê? Eu vou citar o exemplo da E. Municipal Magalhães Francisco Gomes, alguns alunos estão fazendo essa experiência junto com os professores. E a discussão que eles fizeram inicialmente no final do ano passado para este ano era de um atendimento que pudesse abarcar a universalidade mesmo do conhecimento, práticas culturais, esportivas e tal. Não está havendo isso, não está havendo. Então, mas chamam isso de atendimento de aluno de tempo integral. Isso tá acontecendo na universalização do ensino, está acontecendo sobre a discussão do fim da repetência e da evasão escolar, com a discussão da aprovação automática. Ou seja, da parte do governo ou dos partidos quando chega ao poder eles apropriam daquelas bandeiras devolvem para a gente, mas de outra forma. (é uma reacomodação – fala do entrevistador) exato, devolvendo sem qualidade, sabe. Esse debate da repetência é um debate muito interessante, por que a gente sempre foi para comunidade, “a gente’ eu to falando assim, de uma vanguarda, logicamente primava dentro da educação um setor que defendia a reprovação, né. Aqueles professores famosos que levantavam lá o diário vermelho isso existia, né. Mas existia sim uma vanguarda que defendia o fim da reprovação por todos os aspectos a gente faz uma leitura do que acontece com o aluno a partir da bomba e tal. Bem, isso avançou na rede municipal só que as pessoas não estão satisfeitas com que tem aí. Essa forma de aprovação aí entra nesse debate que a gente começou a fazer ela é mais de um aspecto econômico que a prefeitura faz e administrativo e é assim que ela lida né. Então, assim, quando os professores de uma escola de

uma regional levam alguns problemas que alguns alunos estão enfrentando e os professores também para vê o que a regional pode ajudar e tal o retorno é: vocês aí se organizam, fazem um projeto e tal e encaminham para nós e tentam trabalhar vocês mesmos. E esses alunos aqui não podem ficar na mesma série, mesmo ciclo, eles têm que avançar por causa da idade e tal e tal. Não resolve o problema, não resolve do ponto de vista de um maior envolvimento, de uma proposta que resolva. Eu acho que da nossa parte não sabemos muito bem como resolver alguns casos, não sabemos resolver. Então, wellington, eu vejo assim, sabe, educação integral teoricamente eu acho que seria uma boa, por quê? É você colocar crianças, né, introduzir na discussão do risco quem vive em localidade de risco e tal, tudo bem. Se colocar criança dentro de uma perspectiva de educação em que ela vai ter acompanhamento um tempo bom de seu dia. Agora, dentro da proposta atendimento cultural, esportivo, isso significa o que? Uma escola equipada, uma escola com infra-estrutura adequada, profissionais variados, bons profissionais. A questão é essa, o projeto ele não está vindo acompanhado disto, né. Uma discussão que nós estamos fazendo hoje na prefeitura sobre a educação infantil que a prefeitura ela necessita para questão da demanda dá esse atendimento, né, e ela a partir do ano passado defendeu a ampliação para mais de 15 mil vagas. Só que o contingente de verbas se ampliou existia até considerável para poder atender, só que a prefeitura de antemão queria utilizar aquela verba para atender um número grande de estudantes que significaria, no caso, o rebaixamento da qualidade da prestação de serviço. E aí houve até um movimento que o sindicato fez e setores da sociedade, das comunidades e tal fizeram que é o seguinte: oh, nós queremos mais verba sim,

queremos ampliação, mas o ponto de partida, o patamar é a qualidade que nós temos hoje. Se é para rebaixar faz com que crie crechões, depósitos de menino não nos interessa a ampliação. Eu vejo a educação de tempo integral não enquanto proposta mas enquanto projeto que está acontecendo em alguns locais muito nesse sentido (É, a questão do tempo dos professores para estudar, por exemplo, uma turma ficaria no primeiro turno, outra no segundo, quer dizer, um outro turno seria para ele se qualificar – fala do entrevistador) exato, é a discussão do tempo integral também para o professor, né, dedicação exclusiva, né. Então, qual o sonho da gente de consumo é realmente a gente poder ter uma dedicação exclusiva para rede e receber para tal. Que eu possa trabalhar em um turno com um bom salário, vamos aí considerar um salário como se fosse uma dobra ou mais um pouco que me dê condições de não precisar procurar outra escola, outra rede, outro tipo de trabalho. Então, eu acredito que a partir daí há uma possibilidade, há uma possibilidade, né.

W.: Interessante que isso é quase que óbvio, né, uma vez eu estava num debate com o pessoal da Regional Nordeste, na época eu era diretor de escola, eu disse o seguinte: olha, a Escola Plural não vai dá certo por que não se bota dinheiro, então faltou investimento econômico não é o só o humano que o mantém. Então, eu percebo que isso persiste, né, continua, né, Então, Pedro, você poderia arrematar sua fala, primeiro eu agradeço, né, sua disponibilidade de vir até aqui, que você falasse em geral, tá livre aí sua fala.

Pedro: Então, Wellington, eu gostaria de fazer uma consideração que é o seguinte: você tocou num ponto muito importante que é o recurso humano. Na experiência enquanto sindicalista na rede municipal, eu tive a oportunidade de um grande parte das escolas da rede e também nas escolas estaduais, né, que a nossa militância ela não se restringe só a rede municipal. E, olha, as pessoas, principalmente da área da educação, que eu vou falar, elas se envolvem muito com o trabalho, elas sofrem com o sofrimento dos próprios alunos, né, elas se envolvem com as vidas das pessoas, com os colegas de trabalho, as pessoas elas querem melhorar sua parte profissional, por quê? Por que o projeto de vida que as pessoas têm tá relacionado com o seu projeto também de mérito profissional. Assim, tipo que quero ser uma boa professora ou professor, eu quero ter sucesso na minha profissão. Então, para isso ele aposta todas as fichas num bom trabalho para vê seus alunos evoluindo, sabe, isso é uma medalha. Aquela idéia que o professor bom é aquele é autoritária, que dá bomba e tal, isso na rede desses anos para cá isso tem acabado, sabe. Então, as pessoas querem para ato de fazer um bom trabalho, agora, as pessoas estão impossibilitas disso. Eu falo por mim como várias experiências que a gente tá vendo aí, das pessoas não terem possibilidades de poderem estudar, de entender o que tá ocorrendo no mundo da educação em termos de conhecimento que está sendo elaborado, de informações, esse é um aspecto. Outro aspecto é o aspecto político de não saber o que está acontecendo com sua vida enquanto trabalhador. A gente foi em várias escolas quando tinha a reforma administrativa do Aécio nas escolas estaduais, a reforma da previdência no Estado. Nesse anos todos, nesse trabalho e as pessoas detém pouca informação e pouca leitura política das coisas, né. Então, assim, a nossa

categoria se une muito nos momentos de luta econômica, né, ou como no caso, da Avaliação Desempenho. Mas nessas questões mais gerais a gente tem ficado muito por, do ponto de vista, de fazer uma movimentação de compreender a questão da Aérea Livre do Comércio, por exemplo, é um debate que teve ano passado e muitas escolas participaram mas não é a grande parte e tal. Então, eu percebo que isso existe, né, o processo de adoecimento, a professora da minha filha, por exemplo, está afastada por depressão, então, talvez seja até uma coisa que se deva pesquisar melhor e tal, o número de adoecimento na nossa área, a síndrome de Bornó e outras doenças mais ocupacionais que as pessoas estão vivendo. Então, nós estamos num momento muito difícil por que isso tudo tá acontecendo num momento que nós estamos precisando de mais organização e luta, né, então assim, muitas pessoas estão deixando de acompanhar por que aproveitam o dia de paralisação para ir ao médico ou ficar em casa para descansar, por que está cansado, fazer mil coisas e outros vão, com todos os limites, né. Então, eu acho até importante você está fazendo esse trabalho sobre a questão do Sind-Ute, por achar importante mesmo o nosso sindicato, a nossa atuação. Por que o sindicato é um sindicato que nasceu num momento de construir uma entidade democrática para negar a estrutura sindical que existia na época que até hoje existe, né. Mas infelizmente nós observamos os limites que o movimento sindical na educação ele tá tendo. Eu acho que um limite é a própria relação com a categoria e aí eu falo na estrutura sindical do Estado conosco enquanto categoria de um modo geral. E o segundo limite é o limite que nós cultuamos até hoje que é essa relação, essa não relação mais direta com a comunidade. Ora, todas as vezes que nós tivemos junto com a comunidade em

movimento, com associação de mães, pais, estudantes nós tivemos a possibilidade de negociar com a prefeitura. Agora, sempre a gente tá começando o movimento de forma divisionista. A gente tenta às vezes fazer diferente, pode ter certeza, nas reuniões da diretoria, eu me lembro que a gente tinha essas preocupações, oh gente, vamos começar chamando associações e tal, mas tem tantas dificuldades no meio do caminho, tanta dificuldade e a gente acaba não priorizando no dia-a-dia e não adianta numa greve você tentar juntar todo mundo para fazer essa discussão, não adianta, por que as pessoas não estão acompanhando deste antes. Então, eu penso assim, o ideal para nós é chegar ao nível de alguns países do primeiro mundo, fazer um movimento mesmo em defesa da educação pública, por que o nosso movimento a gente coloca essa questão, as mães e os pais não compreendem dessa forma. Eles entendem a qualidade da educação e preservação se a escola tá funcionando, se o filho tá lá dentro. Então eu acho importante o trabalho que você está realizando nesse aspecto, né, acho que tem colocar até público para categoria e tal no devido momento. E essa reflexão a gente tem que continuar fazendo das coisas que estão acontecendo.

W.: Obrigado, Pedro.

ENTREVISTA LUDGERO

Data: 05.08.2003

**W.: Vamos entrevistar o professor Ludgero,
ele trabalha no Estado, é professor de
História. Hoje é dia 05.08.2003.**

W.: Professor Ludgero, qual é sua trajetória política, você teve alguma participação em movimentos sociais, políticos e tudo mais antes de ser professor?

Ludgero: Já, já fui, já fiz parte do Movimento Negro no Estado, ajudei na criação do PT e fui diretor sindical por 15 anos nos Correios, inclusive, fundando o sindicato, por que na época que nós começamos podia só ser associação civil. Aí com a constituinte a gente obteve a Carta Sindical e fundou o sindicato.

W.: Pois bem, há quanto tempo você tá na profissão de professor?

Ludgero: Há mais ou menos 6 anos.

W.: Você teve alguma participação sindical nesses 6 anos, em direção?

Ludgero: Não, não, não efetivamente, só mesmo discutindo os boletins do sindicato e discutindo a política, né, do dia-a-dia, mas não como diretor, só simpatizante mesmo e sou filiado ao Sind-Ute.

W.: Então, na verdade, nós podemos categorizá-lo como militante de base (é, sem aquele compromisso, sem aquele vínculo com a diretoria sindical- fala do entrevistado) você mantém ainda hoje vínculos com algum partido político efetivamente? (PT – fala da entrevistado) você é filiado ao PT, participa de alguma célula, de alguma reunião? (não, não, eu sou filiado mas eu estou afastado das atividades – fala do entrevistador) você é católico não praticante, risos (é, mais ou menos – fala do entrevistado)

W.: Pois bem, há 6 anos você é professor do Estado, sempre trabalhou no Estado, na rede pública, aliás, incluindo Estado, prefeitura, etc. Quando você era do sindicato dos Correios vocês tinham diálogo, interlocução com Sind-Ute ou com a antiga UTE?

Ludgero: A gente teve sempre uma relação muito boa com o Rogério Corrêa, até, antes mesmo de ser Sind-Ute, a gente já ajudou, a gente tinha um projeto de ajuda mútua, né. Então, toda a manifestação do Sind-Ute a gente tava, o Sind-Ute nos ajudava, a gente soltava matéria no nosso boletim. Algumas vezes, o Sind-Ute já soltou matéria nos boletins deles, então, a gente tinha uma relação, durante um bom tempo, uma relação muito boa. Depois essa relação não continua por causa

dos problemas das correntes políticas e ideológicas, né, aí que a coisa complicou um pouco.

W.: Como? Explica isso melhor, das correntes, pode falar mais livremente sobre elas.

Ludgero: É, por que o Sind-Ute tinha um pessoal na direção, principalmente, na Executiva, majoritária da Articulação. O Sindicato dos Correios tinha, né, tem até hoje a Executiva que é da Causa Operária. Então, as duas ideologias não batiam. (por que não batiam? – fala do entrevistador) Eles, uns ficava acusando ao outro de pelego, acusando de ser muito radical, que a Articulação fazia muita conciliação, que a Causa Operária era muito radical e aí acabou separando. Apesar de que nos momentos mais críticos da política nacional juntávamos e fazíamos o movimento: passeatas, agitação na Praça Sete. Mas não tinha mais aquela relação igual tinha a tempo atrás, uns 6, 7, 8 anos atrás.

W.: Pois bem, você agora enquanto professor, né, da rede pública, militante de base, como você já se definiu. Como você ver hoje a atuação do Sind-Ute junto a categoria?

Ludgero: Eu vejo o Sind-Ute meio distante, em momentos críticos da trajetória dos professores, do pessoal da educação, eu vejo o Sind-Ute até como uma entidade ausente, né. A gente observa que nas assembléias, a diretoria do Sind-Ute ao invés de conduzir o processo, ao invés de conduzir a assembléia, o que ela fica

fazendo? Eles ficam brigando em cima do caminhão de som e isso pega muito mal para a categoria. Quem não conhece política que ali tá tendo um problema ideológico, o que acontece? Dispersa e não vem. O Sind-Ute não tá mais conseguindo arrebanhar um grande número de pessoas para as suas assembléias, né. E desde a greve de 2000 isso ficou bem visível. A base já tinha decidido pela greve, tínhamos saído do pátio da Assembléia e quando nós estávamos atravessando a Av. Olegário Maciel que o carro de som sae do pátio da Assembléia. Ou seja, o carro de som que tinha que ir na frente organizando o pessoal, fazendo agitação, parando o trânsito para gente. Quer dizer, ali ficou visível que a base atropelou a direção, isso tá pegando muito mal para o Sind-Ute.

W.: É, você disse aí a questão das correntes, ou seja, de uma politização das direções. Como é possível lá em contato com seus colegas, como eles denominam, analisam a direção do Sind-Ute?

Ludgero: Eles analisam a diretoria do Sind-Ute, os ex-colegas lá do Sindicato dos Correios, o pouco contato que eu tenho, eles analisam como uma direção pelega. (não, agora eu tô dizendo seus colegas professores – fala da entrevistador) Ah, o movimento pode dizer que tá mais do que rachado, né, hoje em dia, o Sind-Ute tá perdendo muito terreno entre os Trabalhadores em Educação. O pessoal não está acreditando no Sind-Ute (como eles expressam isso? Quais são as palavras ou às vezes gestos – fala do entrevistador) Ah, eles expressam que não vão às assembléias que não acreditam, né, no Sind-Ute. Quando chega o material na escola o pessoal despreza, é uma dificuldade para fazer uma paralisação ou às

vezes uma assembleia. Às vezes alguns aproveitam a oportunidade paralisam, mas não vão à assembleia, por que não acreditam no Sind-Ute. O Sind-Ute precisa passar por uma reformulação.

W.: Você poderia dizer então que a base não reconhece a diretoria enquanto representantes? (isso - fala do entrevistado) há uma crise de representação?

Ludgero: Há uma crítica, veja bem, tem seis anos que tou no magistério se eu vi diretor do Sin-Ute na escola uma ou duas vezes foi muito. quer dizer, então, você não tem aquela presença, aquele corpo a corpo na porta da escola, né, discutindo, fazendo as explicações devidas do que está ocorrendo, o que o Sind-Ute tá fazendo. A gente liga para o Sind-Ute, para a subsede, para obter uma informação, se o diretor de plantão não vier dá a informação, eles falam que não vão dar a informação, por que o diretor de plantão não está. isso pega muito mal, isso acontece muito em Venda Nova e eu discutir até com um diretora, não sei se ela é diretora mesmo, a diretora Neuza. Já discutir, já falei com ela, isso aí pega muito mal. Diretor Sindical, ele tem que dedicar 24h à causa por que se não é complicado.

W.: Dentro desse momento que tá se vivendo, né, inclusive, para o Estado, as reformas que o Aécio Neves tá fazendo, parece que ele já conquistou muita coisa , tipo, já fizeram a emenda 57 que muda toda a relação do serviço público, inclusive, para os professores. Como que o servidor professor ou auxiliar de

escola, por que o Sind-Ute pretende ser universal, ele não é só dos professores, não é verdade? (correto, representa todos os Trabalhadores em Educação - fala do entrevistado) exatamente. Vem, por exemplo, a atuação de alguns deputados que saíram do movimento e votam em reformas que vão prejudicar ao movimento. Como que... há algum comentário, não só seu mas de seus colegas professores?

Ludgero: O pessoal tá decepcionado, né, tem um deputado aí que era referência para gente que era o Rogério Corrêa, né, ele tá tendo uma atuação que tá deixando a desejar. Agora, dentro da negociação desses deputados tem um item que é interessante, não nos agrada no momento, que é o Plano de Carreira de salários. Nós não tínhamos nenhum, então, eu vejo que a gente tem que pegar esse plano, aprovar, aceitá-lo agora nesse momento que é crítico. E aos poucos a gente vai ter de colocá-lo de acordo com os nossos interesses.

W.: Isso você acha que é consciente na categoria?

Ludgero: Não, não é consciência por que o trabalhador é imediatista, ele não tem a cultura de trabalhar o processo, ele quer que as coisas aconteçam da noite para o dia e não é assim. Isso, por exemplo, na escola que eu trabalho, nós não temos o plano de carreira, então nós temos que pegar esse. Agora, nós não podemos parar com a luta e aos poucos a gente vai modificando. Isso acontece com a polícia Militar, polícia Civil, com as outras secretarias, com ministério, né, não podemos desprezá-lo agora não.

W.: A relação das escolas municipais, estaduais, públicas, né, principalmente em momentos críticos de greves, paralisações, etc, com a comunidade. Como a comunidade faz essa leitura, qual a leitura que eles fazem dessas mobilizações? Geralmente o aluno fala a opinião do pai ou mesmo o pai vai à escola, ou as mães, como é que é isso?

Ludgero: As escolas municipais e estaduais elas não trabalham em conjunto, né, parece que nem somos professores, parece que tem algo que não dá para entender. Deveria estar um apoiando ao outro por que a luta é a mesma. Professor é professor tanto municipal como estadual. Agora, os alunos eles não tem entendimento, né, alguns gostam das paralisações só para poder brincar, para fazer qualquer coisa. Outros já são contra, né, existe também uma falha da escola de não fazer um trabalho mais amplo na sociedade. Já foi proposto isso para as escolas, inclusive, para o próprio Sind-Ute fazer uma planfletagem aos domingos nas portas das igrejas, sacolões, campos de futebol e chamar a população para explicar a real situação que hoje a gente passa na escola. Que além de salário defasado, você não tem material, você não tem segurança, né, uma série de outros problemas, mas existe aí uma falha dupla tanto da categoria quanto da direção do Sind-Ute.

W.: Nesses seis anos, né, você já participou de greve, você citou a greve de 2000, vocês já sentiram acuados pela comunidade para voltar? Há uma pressão por parte da comunidade para que vocês voltem às aulas antes que as coisas sejam decididas na assembléia?

Ludgero: Já, inclusive, greve no período do governo Itamar, inclusive, até a própria associação, teve uma associação de pais e mestres aí que foi à justiça contra a gente, né. Chegou a um ponto que eles não queira, nem conversar conosco e queriam que as aulas retornasse. Agora, existe um problema também da comunidade e a escola, têm muitos alunos impossíveis, então, o pai fica doido para esse aluno ir à escola para ele não ter problemas em casa. (aí entrando numa discussão pedagógica - fala do entrevistador) na periferia, por exemplo, a gente tem o problema da fome que o aluno vai para escola, primeiro tem uma parcela considerável que às vezes primeiro você tem que dar ele almoço, o aluno chega desmaiar na fila antes da entrada por causa de alimentação. Então, existe esse problema a questão da disciplina, a questão da alimentação.

W.: A pergunta que eu te faço é a seguinte: dentro dessas mobilizações vocês fazem alguma discussão no campo de organizar projetos pedagógicos, ou seja, há uma discussão pedagógica além da discussão trabalhista nas escolas por parte do Sind-Ute ou por parte da categoria?

Ludgero: Ah, muito pouco, muito pouco, no momento a preocupação maior tá sendo com salário, né, inclusive, com alguns cortes que o governo tá fazendo. Quem tem dois cargos, por exemplo, sae perdendo abono, por que no Estado você já tem um problema, por um cargo você ganha 660,00, se você tem dois, você não ganha 1320,00, você ganha 1060,00, 1080,00. E com a nova política agora do governo Aécio Neves, quer dizer, tá tirando o abono, quer tirar a parcela,

PRC, parcela que ajuda na complementação do salário base. Então, o problema maior tá sendo esse agora, né, a discussão de ter um novo projeto pedagógico é muito, pelo menos nesse momento crítico que tá mexendo com o bolso do trabalhador.

W.: Você e seus colegas percebem que uma boa discussão pedagógica junto com a comunidade poderia ganhar mais simpática?

Ludgero: Com certeza, o dia que a gente conseguir a explicar para a comunidade a real situação com certeza essa comunidade vai aproximar mais da escola e a situação com certeza será outra.

W.: Você acha então que nesse momento que nós estamos vivendo, né, a profissão de professor ela não está sendo atrativa?

Ludgero: Olha, o professor tá meio desanimado, estímulo dele...

Geraldo: Oh, Ludgero, qual a sua opinião e se lá entre vocês, a sua categoria, já ouviu a seguinte questão: até onde a greve é um instrumento que atende a politicamente a correlação de forças entre vocês e o Estado? Se ela é instrumento atualizado, se na verdade é o único, vocês pensam em alternativas. Como fica essa questão?

Ludgero: Além da greve se a alternativa, inclusive, eu sou contra, mas como é uma decisão de assembléia então seu me sinto na obrigação de acatar que é o

horário reduzido. Eu acho que o horário reduzido não resolve o problema, ou pára ou você não pára. Agora, a greve, infelizmente, a maioria tá utilizando a greve para resolver problemas particulares, por que pelo que se pára em BH e grande BH e quantidade de pessoas que comparecem nas assembléias você observa que as pessoas tão utilizando a greve para outros fins, né. E vai à uma questão cultural do brasileiro, o brasileiro não tá acostumado a, como se diz o dizer popular, "correr a atrás" tá sempre com aquela política parternalista, né, alguém tem que dar alguma coisa. Infelizmente, o professor da escola pública ou da estadual, né, ele não tem esse compromisso, né, ele não tem esse entendimento, né, que ele tem que fazer a paralisação mais ele tem que ir no local da assembléia. Por que se não isso para o governo ele tá dando o que? ele tá dando oportunidade para o patrão. O que o patrão faz: tá vendo o pessoal o pessoal não quer greve, o pessoal não quer trabalhar. O pessoal também não tá acreditando muito, mas às vezes faz a paralisação e vai resolver outros problemas aí. Que eu vejo que é uma falha da direção sindical.

Geraldo: E, por exemplo, como que você observa o movimento de luta dos trabalhadores mais referentes às outras categorias, outras categorias buscam outras formas de negociação que ultrapassam a greve. Vocês tem essa noção, essa discussão é feita lá? Quando eu falo em greve, inclusive, a pergunta ela cumpre o papel também em relação de diminuição de carga horária, seria uma proposta de embate político que não passasse pelo tempo trabalho, seja parada total ou parcial.

Ludgero: Bom, o movimento, a greve me geral, os trabalhadores, nós trabalhadores, nós tivemos uma derrota muito grande foi aquela greve dos petroleiros, quando o Sr. Itamar Franco tava largando a presidência do país, né. Foi feito, o sindicato dos petroleiros, infantilmente, né, fez um acordo de boca e depois o Itamar Franco não cumpriu. e ganhou uma embaixada, né, foi trabalhar fora do país, parece que a embaixada de Portugal. E os petroleiros perderam aquela parada, a Petrobrás foi invadida com o pessoal do exército, essa coisa toda. Então, a partir daí há de se perceber o seguinte: que o trabalhador só teve derrota, inclusive, muitos dirigentes sindicais, nós tivemos, por exemplo, muitos dirigentes sindicais de São Paulo que concordaram em determinado momento com a redução do salário, vamos reduzir a jornada de trabalho, vamos reduzir o salário. Ao invés de reduzir a jornada de trabalho para abrir mais postos de trabalho, né. E maioria dos dirigentes sindicais hoje parece que estão meio perdidos, tá uma correlação de força e que os sindicalistas tão muito, assim, de aceitar os pacotes parece que o pessoal não quer muita briga ou tá muito descrente ou tá esperando um momento, ainda, se criar um momento para poder se reverter esse quadro. Aí vem essas alternativas redução da jornada de trabalho, o Sind-Ute, por exemplo, tem uma proposta que eu não consigo entender: paralisação por tempo determinado, isso para mim é falar para o meu patrão: oh, eu não vou trabalhar três dias depois eu volto, quer dizer, o governo fica muito a vontade. Ah, tem a paralisação por três dias, cinco dias, mas depois vão voltar, depois eles vão pagar essa carga horária.

W.: É, isso aí que é uma questão fundamental. A greve do professor geralmente ela vem, quando o professor retorna ele paga esses dias que ele parou. Como isso tá sendo discutido atualmente pela diretoria e mesmo pelos professores de base? Ou seja acatar a reposição ou assumir e não repor, tornar uma greve efetiva?

Ludgero: Eu tenho a impressão que a maioria que ainda pára é por que sabe que depois repõe e não perde o dia. É diferente de uma greve de metalúrgico, né, nosso companheiro Geraldo foi metalúrgico, é diferente, né, dependendo da situação corta-se os dias e tem demissão. Existem as pressões, infelizmente, existem muitos diretores que tentam fazer aquele terrorismo que vai cortar dia, que vai mandar para secretaria, isso infelizmente existe ainda, né, isso não é... eu tenho a impressão que se fosse igual de muitas outras categorias que você faz a greve e que você perde o dia o movimento teria outro rumo. Ou pararia efetivamente e a gente arrancaria o que a gente precisa para poder sobreviver e dá primeiro... e trabalhar bem em sala de aula ou o movimento não aconteceria do jeito que acontece hoje. Eu vejo isso muito solto, né.

W.: Uma das coisas, por exemplo, historicamente o Sind-Ute, observando as atas das diretorias da UTE, desde 79, foi a questão da eleição direta para diretores que é um fato hoje concreto, os diretores são eleitos diretamente. Você acha que essa forma de eleger um diretor muda substancialmente a atuação dele ou ele continua dentro da postura patronal?

Ludgero: O problema que existe diretores e diretores, né, tem diretor que é eleito pela comunidade escolar e faz um bom trabalho. Agora, tem aquele diretor que é eleito e muda totalmente de comportamento, né. Você trabalha com esse profissional, ele enquanto professor ele é uma pessoa, mas ele passa a ser diretor ele nem fala, né: a greve é nossa, né, nós estamos num momento difícil de decisão. Ele já chega na sala dos professores ou na cantina, secretaria e fala: "a greve é de vocês" como se ele não fizesse parte do processo. Então, do pouco tempo que eu trabalhei até hoje 30 a 40% dos diretores não participam efetivamente, principalmente nesse momento de greve são os, podemos dizer assim, chamados terroristas, né, fazem de tudo para que o movimento não aconteça. Não sei se ele tem medo da escola dele ficar pixada na Superintendência ou algo dessa natureza, inclusive, tem diretor que joga a comunidade contra os professores, principalmente os professores.

Geraldo: Na época de campanha foi colocado essa questão como pauta (de? – fala do entrevistado) por exemplo, os professores tomam partido do processo de eleição dos diretores? (não, o professor vota, né – fala do entrevistado) mas tomam partido? (toma – fala do entrevistado) defende determinado candidato e quando ele defende esse determinado candidato esse trabalho é feito? De uma possibilidade que o candidato seja eleito que ele mantenha se identificado com a base?

Ludgero: Não, só um diretor que eu participei efetivamente, né, da campanha dele, da diretoria da escola que * . Então, é uma pessoa totalmente diferente chega

conserva com a gente, fala do movimento, fala, né: oh gente, tem o movimento eu não posso abandonar a escola, por que a escola tem que ter alguém para vigiar, entendeu. Mas não persegue ninguém, pode ir para o movimento tranquilamente depois senta, discutido um calendário com a gente, a forma de pagar esses dias, entendeu. Mas eu já tive outros diretores de fazer terrorismo.

Geraldo: O sindicato numa atinou para essa questão como possibilidade política, de o sindicato trabalhar diretores?

Ludgero: Eu vejo o sindicato, o Sind-Ute como ausente, eles não aparecem, não aparecem, se você observar a assembléia do Sind-Ute: primeiro eles tem que brigar entre si em cima do caminhão e depois se sobrar tempo que eles abrem a discussão para base. E nem todos que manifestam a vontade de falar tem a oportunidade de falar. Existe uma briga interna no Sind-Ute que está enterrando o movimento. O que ouço de pessoas que estão procurando meios de desfiliar do Sind-Ute não está normal. Se é para filiar um trabalhador você demora seis meses, um ano, agora, ele para desfiliar e levar mais uns dez ele gasta uma semana. Por quê? Existe essa distância entre a diretoria do Sind-Ute a base.

W.: Geralmente tem as reuniões de representantes de escola, isso é uma constante ainda ou essa instância tem desaparecido?

Ludgero: Não, já tem um bom tempo que eu não chamada para esse tipo de reunião. (representante de escola – fala do entrevistador) representante de escola

(então, as coisas estão sendo no Conselho Geral e levado para Assembléia – fala do entrevistador) É, eles têm várias instâncias deles resolverem lá. (Congresso que é a máxima, tem a Assembléia, diretoria, Conselho Geral e a Assembléia – fala do entrevistador) e Assembléia, e às vezes quando chega na Assembléia já tá uma coisa pronta e acabada. Por que o que eu entendo de Assembléia, a diretoria tem uma posição mas ela tem que levar para a base e a base é que dá o referendo. (que pauta, né – fala do entrevistador) É, fazia ali as modificações necessárias, as emendas, as supressões e a diretoria do Sind-Ute ela faz de tudo para chegar e passar aquilo que ela quer. Na greve de 2000, por exemplo, muitas posições que a diretoria levou para ser aprovada, ela já tinha acordado com a Secretaria de Educação, né. Seu Hilário, por exemplo, fazendo de tudo que tinha passar por que ele já tinha feito o acordo. Ele não consultou a base para saber se poderia ir lá, né, e assinou. E falar: não, agora a base quer isso, então fica uma posição meio difícil.

W.: Eu acho que as palavras finais livres, pode falar o que você quiser aí.

Ludgero: Talvez o que o movimento sindical ele tá passando por um momento difícil, né, vai ter que primeiro resolver as questões internas. Pode existir nas diretorias do sindicato N correntes políticas e ideológicas mas eles têm que canalizar a força para resolver problema do trabalhador: salário em dia, moradia, segurança, isso não só na educação mais no geral. O país também tá passando por um problema difícil, a América Latina, infelizmente, ela vive sob a influência do FMI, isso é uma realidade. Mas o movimento sindical ele vai ter que dá uma

depurada, por que se não vai acabar. Ele corre o risco de perder o controle e esse país volta ter um regime autoritário, do jeito que tá cada um brigando, né, não tá conseguindo se envolver numa situação... nós temos que resolver o problema do trabalhador, nós temos que sentar, negociar, o trabalhador tem que participar.

W.: Só para terminar, o que você acha da relação partido e sindicato?

Ludgero: Bom, o partido representa uma parcela da sociedade, né, isso eu vejo o seguinte: não tem como impedir isso. Agora, só não pode o seguinte: as direções sindicais colocarem os sindicatos a serviço dos partidos, principalmente a parte financeira sem consultar a base. O sindicato tal que apoiar o partido tal, o candidato tal, vamos fazer uma assembléia. O Congresso, as Assembléias, as Câmaras de vereadores não tem representante de médico, de industrial, pessoal de transporte, até de lixeiros, igual nós tivemos aqui em BH. Então pode ter um representante dos professores, dos carteiros, dos motoristas. Só que isso tem que ser feito com transparência, por que o que acontece? Os sindicatos atrelam a um partido ou a um candidato e começa fazer tudo às escuras, esse é o problema. Agora, se a categoria deu ok, uai, vamos trabalhar ué. É um representante daquela categoria que vai está numa instância para poder...(de certa maneira a categoria estaria dando o tom do candidatura – fala do entrevistador) isso. Concordamos com o candidato tal, é um companheiro nosso, da categoria, beleza, vamos ajudá-lo. Tem um carro de som, o carro de som, vamos fazer o boletim, vamos fazer a planfetagem, vamos marcar um debate, uma mesa redonda, vamos lá defender. Agora, não é a direção decidir, não consultar a base e apoiar. Por que depois acontece igual a vários problemas igual aconteceu no Sindicato dos

Rodoviários de Santo André, dá até morte, some dinheiro, some carro, some computador não tem como provar, ué. E a categoria cobra e aí vem os famosos rachas de diretorias. E chega a um caso extremo igual chegou Cardoso Albano lá em Santo André, São Paulo.

W.: Muito bem, muito obrigado, Ludgero.

Ludgero: De nada, disponha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. In: SORJ, Bernard. e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de.(orgs.) *Isso Sociedade e Política no Brasil pós-64, São Paulo: Brasiliense, 1983.*

AMIN, Ash. *Post-Fordism: a Reader*, Blackwell: Oxford, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ensaio; Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 3ª. Ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

ASSUNÇÃO, Marcelo de Oliveira. *Pensar a educação ou lutar por salários? O sindicato e seu projeto educacional*. In.: OLIVEIRA, Inês Barbosa e DINIZ, Reinaldo Ramos.(orgs.). *Ação sindical, ação educativa e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 45 – 58. pgs.

BASTOS, Maxwell Monteiro. *Depois que a crise passar, você me chama: sobre a formação dos professores e o problema do distanciamento entre o núcleo dirigente e a base de representação no SEPE/RJ*. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa e

DINIZ, Reinaldo Ramos.(orgs.). *Ação sindical, ação educativa e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 73-90 pgs.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 3ª edição. São Paulo: Secretaria da Consulta Popular, 2001.

BERNARDO, João. *Reestruturação capitalista e os desafios para os Sindicatos*.Mimeo., Lisboa, 1996.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOITO Jr, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*, Campinas: Editora da Unicamp/ Editora Hucitec,1991.

BOITO Jr, Armando. *Estado e sindicalismo no Brasil*. Campinas: Gráfica do IFCH/Unicamp, (Primeira Versão, número 47), (1992). 31 p

BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. 1ª. Ed.- Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BORON, Atílio A. *Os “ novos leviatãs” e a pólis democrática*. In: GENTILLI, PABLO e SADER, Emir. (orgs.) *Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia*. Petrópolis(RJ): Vozes, 1999.

BRASIL, República Federativa do. *Lei complementar nº 101*. Presidência da República: Brasília (DF), 04 de maio de 2000.

BRUNO, Lúcia. *Que é autonomia operária*. 3ª

Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CAMPOS, Rogério Cunha. *Cenas da*

Educação brasileira: lutas sociais e

desgoverno nos anos 80 na Grande Belo

Horizonte, São Paulo: USP, 1992 (Tese de

Doutorado).

CANO, Wilson. *Industrialização, crise, ajuste e reestruturação*. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. et al.(orgs). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta/Mt./IEC/UNICAMP, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo(orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro:Campus,1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Apresentação do Plano Diretor*. Brasília (DF), 1995.<http://www.planejamento.gov.br/gestao/publicacoes/plano_diretor/portugues.htm>, consultado no dia 05/11/2005.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores em Educação. *História*. <http://www.cnte.org.br/> Acessado em 23/01/2006.

COSTA, Cândida da. *Nem vítima nem vilão*. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas, 1997.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, estado e democracia no Brasil*.- 2^a.ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense: Brasília, DF: Flacso do Brasil, 1995.

DE PAULA, Ana Paula Paes. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Verbetes: *Movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 788/89.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. e DULCI, Otávio Soares. *As Forças Armadas e a Política*. In: SORJ, Bernard. e ALMEIDA, Maria Hermínia T. de.(orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo: Brasiliense, 1983.p. 87/117

FARIA, Hamilton José Barreto. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978)*. São Paulo : PUC/SP, 1986. (Dissertação de Mestrado).

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. *Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres no Bairro Industrial*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1986. (Dissertação de Mestrado)

FOGAÇA, Azuete. *Modernização industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro*. In: *A educação e os trabalhadores*. São Paulo: SCRITTA/CNTE-CUT, 1992.

FURTADO, João Pinto. *Da "UNIÃO" ao SIND-UTE: a experiência dos trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (1979-1993)*. Belo Horizonte: Fafich, 1993. (Dissertação de Mestrado).

GASPARI, Élio. *A ditadura derrotada*. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOUNET, Thomas. *"Penser à l'Envers.... Le capitalisme", Dossier Toyotisme, Études Marxistes*. no. 14, mai. Bruxelas.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

HERNANDEZ, Ignácio. *Memória operária*. Belo Horizonte: Ed. Vega, 1979.

HOBBSAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LE VEN, Michel Marie. e NEVES, Magda de Almeida. *Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania*. In: DULCI, Otávio Soares. e NEVES, Magda de Almeida.(orgs.). *Poder Política e Movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LE VEN, Michel Marie. *Trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988. (Tese de Doutorado).

LUGLI, Rosario Silvana Genta. *Associação De Professores Primários De Minas Gerais: representações da profissão docente entre a modernidade e a tradição*. In:

Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia (MG): EDUFU – 6 a 9 de maio de 2003. 235/242.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação sindical: História de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do Novo Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Apresentação*. In: COSTA, Cândida da. Nem vítima nem vilão. 2^a. ed. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos: (1955-1985)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo; Campinas (SP): Boitempo; Editora da UNICAMP, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2º ed. Rio de Janeiro: D&PA, 2001.

NEVES, Magda de Almeida e FREITAS, Marina Mônica de. *A agenda sindical mineira nas Últimas décadas: permanência e desafios*. In: RODRIGUES, Iram Jácome. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.* São Paulo: Cortez, 2005.

NORONHA, Maria Olinda. XAVIER, Maria Elizabete. RIBEIRO, Maria Luisa. *História da Educação: A escola no Brasil.* São Paulo: FTD, 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser.et al. *Plano diretor da Reforma do Aparelho do Estado.* Brasília (DF), 1995.
https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI3.HTM, pesquisado no dia 05/11/2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998.

SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.* In: Anais do XII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.

SILVA, Luís Inácio da. *Lula: entrevistas e discursos.* São Bernardo do Campo (SP): ABCD – Sociedade Cultural, 1980.

SILVA, Maria Aparecida da. *Administração dos conflitos sociais: as reformas administrativas e educacionais como respostas às questões emergentes da prática social (o caso de Minas Gerais)*. Campinas (SP): Faculdade de Educação, 1994. (Tese de Doutorado)

SINDICATO dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. *História da APEOESP: de Associação Assistencialista e antidemocrática a um sindicato combativo e democrático*. <<http://www.apoesp.org.br/historia/index.htm>> acesso em 16/01/2006.

THOMPSON, E. P. *As particularidades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. IFCH, 1998. P. 95-107.

VIANA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4^a. ed., rev, Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 3^a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FONTES DOCUMENTAIS

Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais – Caderno de Teses. UTE/SINPEP/SINTEP/AOEMIG/ADVEM. Agosto de 1990.

I Congresso da UTE – Documentos. Pasta do Arquivo do Sind-UTE – 21 e 22/07/1979

Estatuto do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – 1976.

Estatutos da UTE a Sind-UTE – 1979 a 1990. Documentos.

Partido dos Trabalhadores – Programa/Manifesto/Estatuto – Comissão Executiva Nacional. Brasília, 1985.

Pautas de Reivindicações dos Trabalhadores da Educação – Documentos. Arquivo do Sind-UTE. De 1979 a 1991.

Teses de Congresso. Documentos. De 1987 a 1999. Arquivo do Sind-UTE.

União Metropolitana dos Estudantes
Secundaristas – *Nossos professores estão*
em greve.julho de 1979.

ENTREVISTAS

Professor Antonio Carlos Pereira – “Carlão” – concedido em 15/05/2003.

Professora Daysi Cunha – Concedida em 3/06/2003

Professor Fernando Cabral – concedido em 16/06/2003

Professor Júlio Pires – concedido em 20/04/2004

Professor Luiz Fernando Carcerone - concedido em 17/08/2004.

Professora Maria Aparecida – concedida em 22/05/2003

Professor Rogério Correa – concedido em 23/07/2003

Professora Shirley Miranda – concedido em 22/06/2003.

JORNAIS

JORNAL DOS BAIRROS - *Apoio da comunidade* – 28/05/1979.

JORNAL “O MOVIMENTO” – 9 a 15 de abril de 1979 – *O fim do longo silêncio.*

JORNAL “O MOVIMENTO” - de 26 de junho de 1979

JORNAL “EM TEMPO” – 21 de junho de 1979 – *Entrevista concedida pelo Professor Luiz Soares Dulci aos repórteres Eurípedes Alcântara e Juarez Guimarães.*

JORNAL “O ESTADO DE MINAS” – 07 de junho de 1979 – *Pais fazem concentração hoje na praça.*

INFORMAÇÃO – RECORTE DE JORNAIS FEITO POR EXILADOS
BRASILEIROS – *Ao Leitor* – ANO II – nº 14 – MÉXICO (DF): de 1978.junho